EDUCAÇÃO EM perspectiva

DIÁLOGOS E REFLEXÕES CONTEMPORÂNEAS

REGINALDO ANDRADE [ORG.]

EDUCAÇÃO EM PERSPECTIVA
DIÁLOGOS E REFLEXÕES CONTEMPORÂNEAS

Reginaldo Andrade (org.)

EDUCAÇÃO EM PERSPECTIVA
DIÁLOGOS E REFLEXÕES CONTEMPORÂNEAS

Organizador:
Reginaldo de Sousa Andrade

Editor:
Heitor A. de Farias Oliveira

Autores:
Ana Fernanda Vieira da Silva
Célia Maria da Silva
Edinamara Maria Luz
Helena Francisca Vieira de Sousa Silva
Maria Elisete Ribeiro Pinto Viana
Reginaldo de Sousa Andrade
Zeneida Martins da Silva
Anderson do Vale Sousa
Cleônia De Sousa Pires
Gustavo Sampaio Dias
Maria de Lourdes Oliveira
Mirvênia Paula Melo de Sousa
Silvanira H. da C. Castro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Educação em perspectiva : diálogos e reflexões contemporâneas [livro eletrônico] / Reginaldo de Sousa Andrade (org.). -- João Pessoa, PB : Editora Oiticica, 2025.
PDF
Vários autores.
Bibliografia.
ISBN **978-85-85264-46-8**.
Artigos - Coletâneas 2. Educação 3. Inteligência artificial - Aplicações educacionais 4. Prática pedagógica 5. Tecnologia educacional I. Andrade, Reginaldo de Sousa.

24-229156 **CDD-370**

Índices para catálogo sistemático:
1. Educação 370
Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Copyright © 2025, Editora Oiticica, alguns direitos reservados
Copyright do texto © 2025, os autores
Copyright da edição © 2025, Editora Oiticica

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons: Atribuição-NãoComercialSemDerivações 4.0 Internacional - CC BY-NC (CC BY-NC-ND). Os termos desta licença estão disponíveis em: <https://creativecommons.org/licenses/>. Direitos para esta edição cedidos à Editora Oiticica pelos autores e organizadores desta obra. O conteúdo publicado é de inteira responsabilidade dos seus autores, não representando a posição oficial da Editora Oiticica.

contato@editoraoiticica.com.br | www.editoraoiticica.com.br
João Pessoa, PB

CONSELHO EDITORIAL
Ana Karine Farias da Trindade Coelho Pereira (UFPB)
Danielle Fernandes Rodrigues (UFPB)
Geraldo Barboza de Oliveira Junior (IFRN)
Hieny Quezzia de Oliveira Bezerra (FCU)
José Gláucio Ferreira de Figueiredo (UFCG)
José Moacir Soares da Costa Filho (IFPB)
José Nikácio Junior Lopes Vieira (UFPB)
Julyana de Lira Fernandes Gentle (FCU)
Larissa Jacheta Riberti (UFRN)
Luiz Gonzaga Firmino Junior (UFRN)
Mayara de Fátima Martins de Souza (PUC/SP)
Reginaldo de Sousa Andrade (UFPI)
Wendel Alves Sales Macedo (UFPB)

APRESENTAÇÃO

O livro **Educação em Perspectiva: Diálogos e Reflexões Contemporâneas** se constitui de uma rica coletânea de artigos que abordam tanto a teoria quanto a prática no campo da educação, representando uma jornada essencial para educadores, pesquisadores e estudantes que buscam compreender as complexidades do ensino contemporâneo. A obra reúne contribuições de autores que, em diversos contextos e áreas de atuação, exploram desafios contemporâneos da educação, propondo soluções inovadoras e práticas voltadas para o desenvolvimento de uma educação mais inclusiva e eficaz.

Cada artigo não apenas oferece *insights* teóricos robustos, mas também sugere aplicações práticas para melhorar a eficácia e a equidade no ambiente educacional. Seja você um educador comprometido em transformar a prática pedagógica ou um pesquisador interessado em explorar novas fronteiras na teoria educacional, Educação em perspectiva: diálogos e reflexões contemporâneas é uma leitura indispensável que promove a reflexão crítica e a inovação no campo da educação.

Os capítulos que a compõem oferecem uma análise profunda de temas fundamentais, desde teorias pedagógicas clássicas até as mais recentes inovações em metodologias de ensino. Explore debates atuais sobre inclusão educacional, tecnologia na sala de aula, avaliação de aprendizagem e desenvolvimento profissional de professores. Os autores compartilham suas perspectivas e

descobertas baseadas em suas pesquisas, enriquecendo o diálogo acadêmico com exemplos práticos e estudos de caso inspiradores.

A obra se inicia com o artigo 'Tecnologias Digitais Inovadoras no Ensino Superior: a utilização do Google Meet', de Reginaldo de Sousa Andrade. O artigo demonstra que existem alguns contextos nos quais o Google Meet e tecnologias semelhantes são utilizados como aulas síncronas, onde é frequentemente usado para realizar essas atividades, nas quais professores e alunos se conectam em tempo real.

Na sequência, temos o artigo 'Inovação e Tecnologia na Educação Básica como fatores fundamentais no processo educativo contemporâneo', de Ana Fernanda Vieira da Silva. O artigo reflete sobre a importância do uso das tecnologias no processo de ensino aprendizagem na educação infantil, tem com prioridade compreender o conceito da tecnologia na educação infantil como uma ferramenta importante para o processo de ensino aprendizagem, visto que, atualmente, o ambiente em que vivemos penetrou no uso de tecnologia e recursos técnicos, tornando os recursos tecnológicos uma espécie de ensino útil na vida cotidiana em sala de aula.

O terceiro tópico traz o artigo de Silvanira Hipólito da Conceição Castro, cujo título é 'Educação do Futuro: entre utopias, transformações e desafios'. A autora enfatiza que a educação ao longo da história tem sido concebida como um dos pilares fundamentais para que as sociedades se desenvolvam. No entanto, diante das transformações sociotécnicas que ocorrem na

contemporaneidade, torna-se urgente refletir sobre qual será, ou qual deveria ser o futuro da educação, sobretudo em países como o Brasil, em que as desigualdades se mostram como uma de suas principais marcas.

O quarto tópico intitulado: 'Motivação e Engajamento na Educação de Jovens e Adultos: obstáculos e possibilidades de intervenções pedagógicas transformadoras', de autoria de Cleônia de Sousa Pires, demonstra que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é um campo de educação muito importante no cenário atual, atendendo a uma diversidade de alunos que, por diferentes razões, não concluíram os estudos na idade correta. Os estudos desses alunos é um campo desafiador, pois é comum a evasão escolar. Iniciam seus estudos, mas, diante das adversidades, muitos precisam cuidar da família e dos filhos, além de conciliarem os estudos com o trabalho. Isso leva muitos a desistirem, devido à insegurança por estarem estudando tardiamente, o que os desmotiva.

Em seguida, no artigo 'Desinteresse Discente na disciplina de Matemática na expectativa das práticas docentes nas escolas de Caucaia – CE', Gustavo Sampaio Dias enfatiza que a matemática é aplicada nas inúmeras situações que circundam o mundo, visto que ela desenvolve o raciocínio. A educação busca diagnosticar as principais dificuldades encontradas no processo ensino-aprendizagem na disciplina de Matemática, mostrando que os professores enfrentam a falta de motivação dos alunos por esse componente e os desafios por uma aprendizagem participativa.

O sexto artigo apresentado foi escrito por Maria Elisete Ribeiro Pinto Viana e tem o título 'A Síndrome de Burnout e o contexto escolar na contemporaneidade'. Nele, a autora aprofunda conhecimentos e ressalta que a Síndrome de Burnout tem se tornado cada vez mais frequente nos processos laborais. Trata-se de uma patologia que provoca angústia emocional e estresse nos indivíduos, acarretando o cansaço físico e psíquico, que por sua vez afeta a execução do trabalho. As condições de trabalho às quais os professores são submetidos muitas vezes, pode levar ao desgaste físico e mental. Uma consequência desse desgaste é o número crescente de casos da síndrome de burnout entre esses profissionais.

O sétimo tópico da obra apresenta o texto 'Transtornos do Neurodesenvolvimento: definições, classificações e implicações nos processos de aprendizagem', de Maria de Lourdes Oliveira. A autora destaca que, nas últimas décadas têm-se vivenciado um avanço nas neurociências, na psicologia e na pedagogia, que proporcionam uma compreensão mais profunda a respeito dos transtornos que afetam o desenvolvimento humano e por consequência o processo de aprendizagem. Dentre esses, os transtornos do neurodesenvolvimento têm um papel de grande relevância, isso porque representarem condições crônicas que se manifestam de modo precoce e acabam por comprometer as habilidades cognitivas, sociais, motoras e acadêmicas.

Já o oitavo artigo desta coletânea, de Helena Francisca Vieira de Sousa Silva, 'A importância da Ludicidade para a aquisição da Consciência Fonológica na Alfabetização e Letramento', apresenta

uma análise do tema, ressaltando que a alfabetização e o letramento são essenciais para o desenvolvimento cognitivo e social das crianças, marcando o início da jornada educacional que impacta profundamente suas vidas. Inserida nesse contexto, a consciência fonológica se apresenta como um componente de suma importância para a aquisição da leitura e escrita, isto porque ela envolve a capacidade de reconhecer e manipular os sons da língua. A ludicidade, caracterizada pelo uso de atividades lúdicas e jogos, tem sido apontada como uma estratégia eficaz para promover o desenvolvimento dessa habilidade.

'Formação Continuada: estratégias para inovação e renovação metodológica na prática docente', de Zeneida Martins da Silva, nono artigo da coletânea, enfatiza que a formação continuada é reconhecida como um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento profissional dos docentes, desempenhando um papel essencial na introdução de inovações e na renovação das práticas pedagógicas. Esta pesquisa bibliográfica e exploratória busca aprofundar nossa compreensão sobre a influência da formação continuada na melhoria da prática docente, destacando sua capacidade de promover a inovação e a atualização metodológica.

O décimo artigo da coletânea, 'Metodologias Ativas para alunos da EJA: motivação e aprendizagem', de Célia Maria da Silva, reflete sobre as metodologias ativas e como se destacam no cenário educacional como estratégias pedagógicas eficazes para engajar e motivar estudantes em diversos contextos educacionais, de modo que esse estudo olha particularmente para sua aplicação na

Educação de Jovens e Adultos (EJA), considerando que essa modalidade de ensino tem se mostrado desafiadora ao longo do tempo, sendo um dos grandes desafios motivar esses alunos.

O artigo 'A finalidade e a relevância da Avaliação no contexto educacional', décimo primeiro da coletânea e de autoria de Anderson do Vale Sousa, traça um panorama abrangente sobre a avaliação de aprendizagem e enfatiza que esta diz respeito a todo um conjunto de estratégias utilizadas para compreender a evolução do processo de aprendizagem que é utilizado para que os professores possam avaliar os alunos em sua evolução no processo ensino-aprendizagem. Contudo, esse procedimento tem gerado muitas discussões que envolvem a forma como tem sido aplicado e seus propósitos.

O decimo segundo artigo, intitulado 'A Capacitação do Gestor Escolar e a Educação Inclusiva nas escolas públicas do ensino básico', de autoria de Edinamara Maria Luz, debate a capacitação do gestor escolar e a promoção da educação inclusiva nas escolas públicas do ensino básico e forma como ocorrem no contexto da busca por uma educação de qualidade, equitativa e inclusiva. Isso implica garantir que todos os estudantes, independentemente de suas diferenças individuais, tenham a oportunidade de receber uma educação de qualidade e se desenvolverem plenamente.

E, para finalizar, o artigo 'Efetividade do Programa Demanda Social da CAPES no PPGED/UFPI: avanços, limites e perspectivas', décimo terceiro da coletânea, de autoria de Mirvênia Paula Melo de Sousa, realiza uma análise sobre o tema, enfatizando que a pós-

graduação stricto sensu tem um papel de grande importância na formação de recursos humanos qualificados, assim como no fortalecimento da produção científica e tecnológica no Brasil. Nesse contexto, as políticas públicas que se direcionam ao fomento da pesquisa e à capacitação acadêmica mostram-se imprescindíveis para que o desenvolvimento sustentável do país seja garantido, sobretudo, em regiões que enfrentam maiores desafios estruturais.

Cada capítulo desta obra reforça o compromisso com uma educação mais inclusiva, inovadora e comprometida com as demandas atuais e futuras da sociedade. Que percepções diferenciadas aflorem e mobilizem reflexões em busca de novos processos de investigação!

Boa leitura!

REGINALDO ANDRADE
Técnico Administrativo em Educação/UFPI
Mestre em Educação

SUMÁRIO

TECNOLOGIAS DIGITAIS INOVADORAS NO ENSINO SUPERIOR:
A UTILIZAÇÃO DO GOOGLE MEET 24
Reginaldo de Sousa Andrade

INOVAÇÃO E TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA COMO FATORES FUNDAMENTAIS NO PROCESSO EDUCATIVO CONTEMPORÂNEO 46
Ana Fernanda Vieira da Silva

EDUCAÇÃO DO FUTURO: ENTRE UTOPIAS, TRANSFORMAÇÕES E DESAFIOS 77
Silvanira Hipólito da Conceição Castro

MOTIVAÇÃO E ENGAJAMENTO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:
OBSTÁCULOS E POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÕES PEDAGÓGICAS TRANSFORMADORAS 99
Cleônia De Sousa Pires

DESINTERESSE DISCENTE NA DISCIPLINA DE MATEMÁTICA NA EXPECTATIVA DAS PRÁTICAS DOCENTES NA ESCOLA DE CAUCAIA - CE 121
Gustavo Sampaio Dias

A SÍNDROME DE BURNOUT E O CONTEXTO ESCOLAR NA CONTEMPORANEIDADE 145
Maria Elisete Ribeiro Pinto Viana

TRANSTORNOS DO NEURODESENVOLVIMENTO:
DEFINIÇÕES, CLASSIFICAÇÕES E IMPLICAÇÕES
NOS PROCESSOS DE APRENDIZAGEM 167
Maria de Lourdes Oliveira

A IMPORTÂNCIA DA LUDICIDADE PARA A AQUISIÇÃO DA CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA NA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO 188
Helena Francisca Vieira de Sousa Silva

FORMAÇÃO CONTINUADA:
ESTRATÉGIAS PARA INOVAÇÃO E RENOVAÇÃO
METODOLÓGICA NA PRÁTICA DOCENTE 219
Zeneida Martins da Silva

METODOLOGIAS ATIVAS PARA ALUNOS DA EJA:
MOTIVAÇÃO E APRENDIZAGEM 232
Célia Maria da Silva

A FINALIDADE E A RELEVÂNCIA DA AVALIAÇÃO NO CONTEXTO EDUCACIONAL 254
Anderson do Vale Sousa

A CAPACITAÇÃO DO GESTOR ESCOLAR E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS ESCOLAS PUBLICAS DO ENSINO BÁSICO 286
Edinamara Maria Luz

EFETIVIDADE DO PROGRAMA DEMANDA SOCIAL DA CAPES NO PPGED/UFPI: AVANÇOS, LIMITES E PERSPECTIVAS 308
Mirvênia Paula Melo de Sousa

O ORGANIZADOR

REGINALDO DE SOUSA ANDRADE

Piauiense, natural de Picos, é professor, gestor, técnico administrativo (UFPI) e um homem devoto à missão de Educar. Bacharel em Administração (UFPI), Bacharel em Ciências Econômicas (UNINTA) e Licenciado em Pedagogia (FLATED) é Especialista em Gestão de Recursos Humanos (FIJ), Docência do Ensino Supeior (FLATED), Educação Global (UNIFUTURO), Finanças Corporativas (UNINTA), Gestão Pública (UESPI) além de Mestre em Educação (FCU). Na carreira construída ao longo de décadas, Educar sempre esteve no centro de suas práticas e reflexões, ponto do qual nasce a motivação para este livro, onde diferentes dimensões do processo educativo entram em contato através de seus atores.

OS AUTORES

ANA FERNANDA VIEIRA DA SILVA

Licenciada em Letras Português pela UESPI; Graduada em Administração e Contabilidade pela UFPI. Possui especialização em diversas áreas, como: Metodologia da Língua Portuguesa, Metodologia Científica, Educação Global e Cidadania, Gestão Pública, Ensino de LIBRAS e Auditoria. Mestra em Ciências da Educação pela Florida Christian University de Orlando (EUA) e Doutoranda em Ciências da Educação. Atualmente atua como Formadora Regional do Ciclo de Alfabetização na 12ª GRE pela SEDUC. É professora de Alfabetização no município de Canto do Buriti; tutora do curso de Administração na Educação a Distância pela UAPI3; professora coordenadora de projetos de extensão no Instituto Superior de Educação do Sul do Piauí; pesquisadora e orientadora de grupos de estudo pelo Atelier Viesil.

ANDERSON DO VALE SOUSA

Anderson Sousa é Graduado em Pedagogia pela Faculdade Evangélica do Piauí - FAEPI, Especialista em Educação Global, Inteligências Humanas e Construção da Cidadania - pela UNIFUTURO, Especialista em Educação Especial/Inclusiva pela Universidade Estadual do

Maranhão – UEMA, Especialista em Metodologia Científica e Inovação em Pesquisa pela UNIFUTURO, Mestre em Ciências da Educação na linha de pesquisa de Formação de Professores pela Florida Christian University – FCU, pelo Programa sem Fronteiras com título reconhecido pela UNAMA, Doutorando em Educação pela Florida Christian University – FCU, professor, pesquisador e orientador em pesquisas científicas.

CELIA MARIA DA SILVA

Célia Silva, nasceu em Palmares (PE), licenciada em História e Pós-Graduada em História do Nordeste, pela FAMASUL, Faculdade de Professores da Mata Sul- Palmares /PE. Especialização em Gestão Escolar pelo programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco. Especialização em Educação Global, Inteligências Humanas e Construção da Cidadania, pela Faculdade de Ensino Superior do Nordeste em João Pessoa/PB. Especialização em Gestão Pública, pelo IFPE POLO UAB Palmares /PE. Mestre em Educação pela FLORIDA CHRISTIAN UNIVERSITY. Professora concursada da rede pública municipal, atou como gestora e coordenadora pedagógica na mesma rede. É Professora efetiva também da rede estadual de ensino e atuou como gestora escolar por um período de seis anos. Atualmente desempenha a função de apoio pedagógico na EREM Dom Acácio Rodrigues Alves. É autora do artigo: *O Vínculo Afetivo entre Professor e Aluno no Processo de Ensino Aprendizagem de Turmas do Terceiro Ano de Escolas da Rede Pública Estadual de Palmares/PE*, publicado pela Revista Educere em 2022.

CLEÔNIA DE SOUSA PIRES

A autora é licenciada em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, mestra em Educação pela Flórida Christian University/FCU, Especialista em Educação Global, Inteligências Humanas e Construção da Cidadania, pela Faculdade de Ensino Superior do Nordeste, Graduada em Pedagogia pela Faculdade Evangélica do Piauí – FAEPI, Especialista em Psicopedagogia, pela Universidade Castelo Branco.

EDINAMARA MARIA LUZ

Graduação em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade Estadual do Piauí (1998); Especialização em Gestão Educacional com Aplicação Tecnológica Lato Sensu pela UNICESPI (2008); Especialização em Educação Global, Inteligências Humanas e Construção da Cidadania pela Faculdade de Ensino Superior do Nordeste (2016); Mestra em Educação pela Flórida Christian University (2019), Professora da rede Estadual de Ensino do Piauí desde 1997.

GUSTAVO SAMPAIO DIAS

45 anos, nasceu em São Paulo, é mestre em Ciências da Educação pela Flórida Christian University, especialista em Educação Global, Construção da Cidadania e Inteligência Humana pela Faculdade de Desenvolvimento e Integração Regional (FADIRE) e licenciado em Matemática pela Universidade Federal do Ceará (UFC). É professor efetivo da Secretaria de Educação do município de Caucaia, atuando na escola DONA LAVINIA DE MEDEIROS EEIEF. Casado com a Enfermeira Morgana Dias, tendo dois filhos: Gustavo Filho e Melissa. E-mail gsampaiodias@bol.com.br.

HELENA FRANCISCA VIEIRA DE SOUSA SILVA

Nasceu na cidade de São João da Serra, no Piauí. Graduou-se em Letras, Pedagogia; Pós-Graduação em Língua Portuguesa; Mestre em educação; Doutoranda em Educação com ênfase na ludicidade, desenvolvimento da Consciência Fonológica. Coordenadora, Projeto Jovem de Futuro- Unibanco- SP; Supervisora da EJA- PI. Com artigos publicados em congressos. Palestrante de projetos Sociais, visando a retirada de cidadãos em situações de vulnerabilidade social. Possui cursos de Extensão na área de Neurociência- O Cérebro da Criança- UESPI. Ministra aula com crianças atípicas na rede municipal de Teresina-PI. Busca, insistentemente fazer constância de boas

ferramentas além da superfície. Pretendendo ser arqueóloga de si mesma dentro de sua profissão. Entende que o ser humano está na sua frente ele está além do diagnóstico, ele está muito mais profundo nas questões que envolvem conceitos de habilidades de comunicação, de entendimento, de empatia, de crenças, de valores. Com livro publicado, "CONSCIÊNCIA FONOLOGICANA ALFABETIZACAO E LETRAMENTO: UM ESTUDO NA PRÉ -ESCOLA". Busca mexer o ritmo das coisas do mudo, o rumo na verdade da história, fazendo com que cada Cidadão seja Protagonista da sua construção, de suas memórias.

MARIA DE LOURDES OLIVEIRA

Doutoranda em educação e Mestre em Ciências da Educação com imersão internacional (Flórida Christian University- FCU), Especialista em Gestão Escolar (FAPESP), Especialista em Atendimento Educacional Especializado (Faculdade Dom Alberto), graduada em Pedagogia (Faculdade Anhanguera de Osasco) graduada em Letras Português e espanhol (FAVENI), professora da Educação Infantil e Ensino Fundamental da rede pública do estado São Paulo. E-mail: maluoliveirapedagoga@gmail.com

MARIA ELISETE RIBEIRO PINTO VIANA

Nasceu na cidade de Canindé, no Ceará. Graduou-se em Pedagogia; é graduanda em Psicologia; especialista em Neuropsicopedagogia, Psicopedagogia, Neuropsicologia e Educação Especial, possui mestrado em Ciência da Educação. Atua como palestrante, orientadora profissional e de carreira baseada na abordagem da Terapia Cognitivo Comportamental. Atualmente também é gestora escolar da rede pública de ensino, na educação básica no Ceará. Publicou o livro Transcendendo os desafios da vida e vivendo com mais ousadia. Em coautoria publicou o livro Os enredos prospectivos das tecnologias na educação, além de ter diversos artigos publicados em revistas eletrônicas, nos quais abordou temas, como: educação, saúde e bem-estar.

MIRVÊNIA PAULA MELO DE SOUSA

Doutoranda em Educação na Flórida Christian University - FCU. Possui Mestrado Profissional em Gestão Pública pela Universidade Federal do Piauí - UFPI (2021), Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal do Maranhão - IFMA (2024), Especialização em Gestão Pública Municipal pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI (2018), Especialização em Gestão Pública pela Faculdades Integradas de Jacarepaguá - FIJ (2009) e Graduação em Administração pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI (2007).

Atualmente é técnica-administrativa da Universidade Federal do Piauí lotada na secretaria do Programa de Pós-graduação em Educação - PPGEd, Campus de Teresina - PI e professora tutora do Curso de Especialização em Empreendedorismo e Inovação do Instituto Federal do Piauí – IFPI, Campus de José de Freitas - PI. Participa como membra técnica do Grupo de Pesquisa Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em Educação e Epistemologia da Prática Profissional – NIPEEPP. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Gestão Pública, Educação e Sociedade. E-mail: mirvenia@ufpi.edu.br.

SILVANIRA HIPÓLITO DA CONCEIÇÃO CASTRO

Socióloga, advogada Inclusiva, palestrante, escritora, também é autista e mãe de dois autistas. É doutoranda em Educação e tem mestrado em Sociologia pela Universidade de Faro em Portugal. Traz em sua carreira as graduações de Sociologia pela Universidade Estadual do Ceará, Graduação em Direito pela Universidade Estácio de Sá em Fortaleza, além das pós-graduações em Avaliação Educacional pela UECE em Fortaleza, em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho pela Faculdade de Tecnologia Darcy Ribeiro em Fortaleza, em Direito Penal e Processo Penal pela Faculdade R.SÁ em Picos-PI , em Direito Previdenciário pela ESA Maranhão. Os desafios de educar e incluir sob todos os prismas, serão alguns dos grandes desafios do futuro, sobretudo o processo da educação inclusiva, assim como o respeito e a inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho e na sociedade. Esses certamente serão grandes desafios para o futuro, que nortearam o presente livro, que, esperamos, possa ajudar a refletir e enriquecer os conhecimentos sobre essa temática.

ZENEIDA MARTINS DA SILVA,

Nascida em 16 de novembro de 1976 em Fortaleza - CE. Filha de Antônio Nogueira da Silva e Maria Martins da Silva (Em memória), mais nova de onze irmãos de uma família trabalhadora que sempre presou pelos princípios e valores descritos na Palavra de Deus. Doutoranda, Mestre em Ciência em Educação, licenciada em Pedagogia, Educação Especial e Artes visuais. Atualmente atuo como professora na rede estadual de Educação como professora da Educação Básica e Formadora no Município de Ananindeua no Estado do Pará. Gosto muito de pesquisar e explorar o desconhecido, pois acredito que o mundo sofre constante e acelerada transformação e todo indivíduo precisa conhecer seu contexto para melhor se relacionar e contribuir com esse meio. Acredito que o ato pesquisar e inovar não pode ser visto como obrigação, mas sim como contribuição para uma qualidade de vida. Nos momentos livres gosto de estar com minha família e viajar, conhecer lugares novos.

TECNOLOGIAS DIGITAIS INOVADORAS NO ENSINO SUPERIOR:
A UTILIZAÇÃO DO GOOGLE MEET

Reginaldo de Sousa Andrade

RESUMO: As tecnologias digitais inovadoras no ensino superior, como o Google Meet, são usadas para melhorar a qualidade do ensino e facilitar a aprendizagem. A pandemia de Covid-19 impulsionou o uso dessas ferramentas, permitindo a continuidade das aulas síncronas mesmo durante o distanciamento social. O estudo tem como objetivo analisar como essas tecnologias contribuem para aprimorar as práticas pedagógicas. Conclui-se que o Google Meet funciona como uma sala de aula virtual e potencializa o ensino superior, mas existem desafios, como a necessidade de capacitação dos professores e o acesso desigual aos recursos digitais devido a desigualdades sociais e regionais.

Palavras-Chave: *Google Meet*. Tecnologias digitais inovadoras. Potencialidades. Desafios.

INTRODUÇÃO

As tecnologias digitais inovadoras no ensino superior, incluindo a utilização do *Google Meet,* ocorrem em diversos contextos para aprimorar a qualidade do ensino e facilitar a aprendizagem. Existem alguns contextos nos quais o *Google Meet* e tecnologias semelhantes são utilizados, como aulas síncronas, onde *Google Meet* é frequentemente usado para realizar aulas síncronas, onde professores e alunos se conectam em tempo real.

Isso é especialmente útil quando as aulas presenciais não são possíveis devido a circunstâncias como a pandemia da Covid-19. Os professores podem ministrar palestras, realizar discussões em grupo e interagir com os alunos por meio de videoconferência. Pode se verificar também utilização significativa do *Google Meet* em sessões de tutoria e orientação, defesas de trabalho de conclusão de curso (TCC) e dissertações de mestrado, seminários e conferências acadêmicas, atendimento ao aluno etc.

O *Google Meet* e outras tecnologias de videoconferência desempenham um papel importante na promoção da educação a distância e na ampliação das oportunidades de ensino e aprendizado no ensino superior, tornando o ensino mais flexível e acessível. Essas ferramentas permitem a interação em tempo real, a colaboração e a partilha de conhecimento em um ambiente virtual, ajudando as instituições de ensino a se adaptarem às necessidades em constante evolução dos alunos e professores.

Embora as tecnologias digitais tenham se tornado uma parte fundamental do ensino superior, existe uma disparidade no acesso a essas ferramentas entre os alunos. Verifica-se a falta de acesso confiável à internet, dispositivos adequados e habilidades

tecnológicas, que afetam a participação e o desempenho dos alunos em atividades de ensino online que utilizam o Google Meet. Além disso, pode-se evidenciar estratégias eficazes para mitigar essas desigualdades e garantir uma experiência de aprendizagem mais equitativa. Diante disso, foi selecionado o **seguinte problema de pesquisa: como as tecnologias digitais – *Google Meet* - vem sendo utilizadas nas práticas pedagógicas desenvolvidas na educação superior?**

O **objetivo geral** do trabalho é analisar como as tecnologias digitais podem contribuir para o aprimoramento das práticas pedagógicas na educação superior. **Objetivos específicos**: investigar o uso do *Google Meet* e outras tecnologias digitais nas práticas pedagógicas da educação superior; verificar os padrões de utilização, os benefícios percebidos pelos educadores e estudantes, os desafios enfrentados e as implicações para o processo de ensino-aprendizagem; destacar as principais dificuldades enfrentadas na utilização de dispositivos digitais no processo educativo do ensino superior.

A pesquisa sobre o uso de tecnologias digitais, como o *Google Meet*, no ensino superior é **relevante** porque pode melhorar o acesso, a qualidade e a eficácia do ensino, além de preparar os alunos para um mundo cada vez mais digital. Ela também desempenha um papel importante na adaptação das instituições de ensino às mudanças tecnológicas e nas necessidades educacionais em constante evolução. É relevante para todas as partes interessadas envolvidas no processo educacional, e pode contribuir para o aprimoramento contínuo da educação superior.

O estudo se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica, explorando a temática do uso de tecnologias digitais no ensino

superior. A pesquisa bibliográfica se configura como um procedimento que significa muito mais do que somente a busca por verdade, mas descobrir respostas para perguntas ou soluções para os problemas levantados através do emprego de métodos científicos.

DESENVOLVIMENTO
Metodologia

O estudo se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica, explorando a temática do uso de tecnologias digitais no ensino superior. Segundo Lakatos e Marconi (2007) pode ser considerada como "um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais." Ou seja, a pesquisa configura-se como um procedimento que significa muito mais do que somente a busca por verdade, mas descobrir respostas para perguntas ou soluções para os problemas levantados através do emprego de métodos científicos.

Dessa forma, em uma pesquisa é preciso traçar um percurso a ser seguido, apresentar suas etapas para que os objetivos sejam alcançados. A referente pesquisa adotou como metodologia uma revisão de literatura. Trata-se de pesquisa bibliográfica, sintética e explicativa, uma vez que procurou identificar os fatores que determinam um fenômeno.

A pesquisa é de natureza básica, pois tem como foco em compreender um assunto sem, contudo, interferir no fenômeno. De modo, que sua intenção é aumentar a base de conhecimento científico. Se define como básica porque o seu objetivo é gerar

novos conhecimentos que são uteis para o avanço da ciência, porém, sem aplicação previa (Gerhardt; Silveira, 2009).

Assim, trata-se da análise de material bibliográfico, como livros, revistas, artigos científicos, teses de mestrado e doutorado, dentre outros. Conforme verifica Gil (2002, p. 44):

> A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas (Gil, 2002, p.44).

A revisão de literatura refere-se ao estudo do material bibliográfico no que diz respeito ao tema desta pesquisa, buscando alcançar os objetivos constantes, assim como solucionar o problema de pesquisa lançado. A abordagem da pesquisa é qualitativa, que consiste em um método de investigação que busca compreender e interpretar fenômenos sociais e humanos com base na subjetividade e na complexidade das experiências vividas pelos indivíduos. Ela se concentra na compreensão dos significados, das percepções e das interações sociais, buscando explorar a profundidade e a riqueza das informações coletadas (Gil, 2002). Na pesquisa qualitativa é de grande importância a interpretação, a reflexão e a crítica.

As tecnologias digitais inovadoras estão presentes nos mais diversos âmbitos da sociedade, transformando de maneira profunda suas estruturas e seu funcionamento, colaborado para que haja avance nas mais diferentes áreas. Assim, a educação não fica de fora deste processo e para o seu desenvolvimento e processo de ensino aprendizagem as tecnologias digitais inovadoras tem sido cada vez mais utilizadas, exploradas as suas potencialidades.

Dentre as tecnologias digitais inovadoras a inteligência artificial tem provocado uma verdadeira revolução e automação em diferentes âmbitos sociais. Utilizada das mais diversas formas nos mais diversos contextos.

A inteligência artificial, IA, corresponde a uma área da ciência da computação que busca criar sistemas capazes de realizar tarefas que normalmente exigem inteligência humana, como aprendizado, raciocínio, percepção e tomada de decisões. A IA envolve o uso de algoritmos e modelos matemáticos para processar grandes quantidades de dados e, a partir desses dados, criar sistemas capazes de tomar decisões e realizar tarefas automaticamente.

A IA é muito utilizada em negócios e indústrias em todo o mundo. Ela pode ser aplicada em várias áreas, como análise de dados, atendimento ao cliente, marketing, manufatura, logística e finanças. A inteligência artificial é usada para automatizar tarefas repetitivas, identificar padrões em grandes conjuntos de dados e fornecer insights para ajudar as empresas a tomar decisões mais informadas (Ruaro; Reis, 2020).

Na IA é importante conhecer diferentes técnicas, como o processamento de linguagem natural (NLP) e aprendizado de máquina (ML) que são duas áreas importantes da inteligência artificial (IA). O NLP envolve o uso de algoritmos para analisar, entender e gerar linguagem natural, permitindo que os computadores possam interpretar a fala humana e gerar respostas adequadas. Já o ML é uma técnica de IA que permite que os sistemas aprendam e melhorem a partir de dados, sem serem explicitamente programados. O ML pode ser usado para desenvolver modelos que possam prever eventos futuros ou reconhecer padrões em dados, como imagens ou textos, tornando as tarefas mais automatizadas e eficientes. Em conjunto, NLP e ML podem ser aplicados em várias áreas, incluindo análise de sentimento, chatbots, tradução automática, reconhecimento de fala e muito mais (Ruaro; Reis, 2020).

Em face a relevância da IA no contexto atual muitas discussões vêm surgindo a respeito de como ela pode interferir na aprendizagem, de como pode contribuir para tomar decisões erradas e discriminatórias. Contudo, essa tecnologia tem cada vez mais edificado seu espaço na sociedade, levando seus membros a adaptarem se a ela.

Assim, tecnologias emergentes vêm ganhando espaço cada vez mais nas organizações e aplicadas nos setores de diferentes negócios, como é o caso da computação em nuvem que se torna cada vez mais popular oferecendo uma série de benefícios relacionados a tecnologias de informação, já que tem grande potencial para armazenamento de dados de forma segura e acessível, bem como backup e recuperação de dados, sendo uma solução confiável nesse sentido (Cicco; Drumond; Méxas, 2019).

Novas tendências vêm surgindo no âmbito da tecnologia de informação, pois este é um campo em constante evolução e inovação. A inteligência artificial ganha no cenário atual cada vez mais destaque, posto que vem sendo cada vez mais aprimorada, de maneira tal que interage com os seres humanos, através de linguagens de processamento. Destaca-se, também, a internet das coisas, IoT, uma tendência rápida expansão de TI com dispositivos conectados e controlados pela internet para que se obtenha *insights* em tempo real sobre o desempenho de dispositivo e a eficiência operacional (Cicco; Drumond; Méxas, 2019).

As mudanças tecnológicas estão atingindo os mais diversos âmbitos e os profissionais inseridos nestes contextos necessitam de adaptação a essas mudanças, desse modo é importante que sejam flexíveis e colaborativas, que busquem uma formação continuada para que possam continuar contribuindo positivamente com o desenvolvimento das tecnologias e sua ascensão no âmbito em que atuam.

No âmbito das tecnologias digitais inovadoras destaca-se também a educação *online* e o aprendizado automatizado, que personalizam a educação e tornam o conhecimento acessível a todos. As tecnologias inovadoras têm potencial de resolver desafios complexos, colaborando para criar novas oportunidades mas, também, remetem a questões éticas de segurança, devendo serem utilizadas de maneira responsável (Carneiro, Figueiredo, Ladeira, 2020).

O que se pode concluir é que as tecnologias digitais inovadoras evoluem constantemente de maneira que tendem a se tornar cada vez mais marcantes em todos os âmbitos sociais, apresentando potencialidades e questões desafiadoras.

Tecnologias digitais inovadoras e o processo de ensino e aprendizagem no ensino superior

As tecnologias digitais inovadoras estão cada vez mais presentes no âmbito educacional, elas têm proporcionado aos educadores novas possibilidades de ensinar, assim como aos alunos novas formas de aprender, transformando como os educadores abordam a instrução e como os alunos adquirem os conhecimentos.

Moran (2017) acredita que existam muitos questionamentos a respeito das tecnologias digitais inovadoras e o processo de ensino e aprendizagem, como a maneira como podem ajudar os alunos a aprender, como utilizá-las de maneira ativa e em modelos híbridos, como fazer o aluno ser protagonista diante dessas tecnologias. São questões que vêm se alastrando ao longo do tempo e moldando o processo de ensino, em que cada vez mais tenta-se extrair o potencial das tecnologias digitais inovadoras na educação superior.

> As tecnologias digitais hoje são muitas, acessíveis, instantâneas e podem ser utilizadas para aprender em qualquer lugar, tempo e de múltiplas formas. O que faz a diferença não são os aplicativos, mas estarem nas mãos de educadores, gestores (e estudantes) com uma mente aberta e criativa, capaz de encantar, de fazer sonhar, de inspirar. Professores interessantes desenham atividades interessantes, gravam vídeos atraentes. Professores afetivos conseguem comunicar-se de forma acolhedora com seus estudantes através de qualquer aplicativo, plataforma ou rede social (Moran, 2017, p. 1).

Dessa forma, as tecnologias digitais têm se feito cada vez mais presente nos mais variados lugares, de maneira que sua utilização no contexto educacional deve ser aproveitada pelos professores. O ensino tradicional já não é o suficiente para suprir as demandas da atualidade, por isso os professores devem saber como extrair o potencial das tecnologias digitais e utilizá-las de maneira criativa e como uma forma de estar mais próximo aos alunos.

O acesso à informação é uma das maiores possibilidades trazidas pelas tecnologias digitais inovadoras ao ensino superior, por meio da internet os alunos realizam cada vez mais pesquisas, tem contato com diferentes fontes de conhecimento, plataformas e recursos educacionais diversos. De maneira que o ensino na atualidade apresenta cada vez mais possibilidades e tem permitido o contato dos alunos com fontes de pesquisas cada vez mais extensas (Jang; Kim, 2017).

O ensino superior tem também feito bastante uso das plataformas de ensino à distância, os cursos *online* e as aulas gravadas permitem que os alunos escolham quando e onde estudar, de maneira que o ensino superior tem se tornado cada vez mais flexível e cada vez mais pessoas têm acesso a este, à medida que o aprendizado *online* supera barreiras geográficas, dificuldades de tempo e locomoção, colaborando para que a formação superior seja uma realidade para cada vez mais pessoas (Bálcazar, 2019).

É importante, nesse contexto, citar os Ambientes Virtuais de Aprendizagem, AVAs, como por exemplo o *Moodle* e o *Blackboard*, que possibilitam a criação de salas de aulas virtuais, nestas os docentes podem disponibilizar conteúdos e realizar discussões, assim como avaliar o progresso dos seus alunos.

A gamificação é outra tecnologia digital inovadora que tem se feito presente no ensino superior, em que utiliza elementos de jogos para engajamento dos alunos, de maneira que torna o aprendizado mais motivador, à medida que este se torna mais dinâmico e possibilita a aprendizagem de uma forma divertida.

Pires *et al.*, (2019) considera a Gamificação como uma estratégia para motivar e incentivar mudanças no comportamento dos alunos, usando elementos e técnica de design de jogos em contextos diversos aos ambientes de jogos. Ela é capaz de obter êxito desde que seja bem planejada, utilizando metodologias adequadas.

Os recursos multimídia, como vídeos, *podcast*, também tem um grande potencial para ser utilizado como meio de aprendizagem no ensino superior, sendo que, particularmente, o podcast vem se tornando uma ferramenta popular entre jovens e adultos na atualidade. (Lu, *et al.*, 2020).

Bodart e Silva (2021, p. 24) concebem uma série de benefícios em relação a utilização do *podcast* como ferramenta do processo de ensino e aprendizagem:

> [...] a possibilidade de promover processo de ensino-aprendizagem significativo e satisfatório; permitir que espaços públicos sejam espaços de ensino; possibilitar a interconexão entre o espaço escolar e o ciberespaço, o que amplia a divulgação do conhecimento; propiciar o desenvolvimento de diversas outras habilidades e competências para além do daquelas diretamente relacionadas ao conteúdo estudado; poder vir a ser estratégia de redução da timidez do corpo discente; ser uma oportunidade destes aprenderem a trabalhar de forma colaborativa; ser meio de valorização dos conhecimentos que o corpo discente já possuía; abrir espaço para diferentes

> formas de se construir o pensamento; proporcionar satisfação e orgulho dos(as) estudantes em relação às suas produções e; tornar os(as) estudantes como agentes produtores de conhecimento.

Evidencia-se as potencialidades do *podcast*, enquanto uma tecnologia digital inovadora, trazendo diversas possibilidades ao ser utilizado de maneira coerente. Possibilitando a interconexão entre o espaço escolar e o ciberespaço, ajudando na divulgação do conhecimento, a oportunidade de trabalho colaborativo. Compreendendo que as tecnologias digitais inovadoras trazem novas possibilidades de aprendizagem no século XXI, nas quais requerem habilidades e competências dos docentes.

Compreendendo, dessa forma, que as tecnologias digitais inovadoras devem ser aliadas do processo ensino e aprendizagem, já que oferecem muitas vantagens e permitem novas estratégias e metodologias de ensino. Contudo, as tecnologias desafiam os docentes, pois estes precisam estar preparados para utilizá-las de maneira tal que realmente provoquem a aprendizagem dos alunos. Compreendendo, ainda, que o acesso igualitário às tecnologias não é uma realidade do Brasil contemporâneo, em que muitos alunos, devido a desigualdades sociais ou até mesmo a questões regionais, não vivenciam todas as dimensões do mundo digital (Carneiro, *et al.*, 2020).

Afirma-se que as tecnologias digitais inovadoras remodelaram o ensino superior e atualmente oferecem oportunidades para melhorar as práticas de ensino e provocar aprendizagem dos alunos são uma realidade na educação do século XXI, que é permeado de perspectivas quanto ao uso destas tecnologias digitais, mas que também enfrenta desafios quanto a

capacitação dos docentes para que possam utilizá-las e do acesso dos alunos de maneira igualitária a tais recursos (Almeida, 2020).

Dentre tantas possibilidades de tecnologias digitais inovadoras para serem utilizadas no ensino superior, o estudo se delimita a observar especificamente o *Google Meet*, uma plataforma de videoconferência desenvolvida pela *Google*, o que será explorada quanto às suas possibilidades de utilização no ensino superior, a seguir.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Google Meet

O *Google Meet* é uma plataforma desenvolvida pela *Google*, que oferece recursos de comunicação por vídeo e áudio, permitindo a realização de reuniões, conferências e aulas *online*. Podendo ser realizadas reuniões com grande número de participantes, sendo estas possíveis de serem adequadas para fins profissionais e educacionais (Malta, 2020).

O *Google Meet* tem a característica de se integrar com outras ferramentas da *Google*, como o *Google Worspace*, o *Gmail* e o *Google Agenda*. Permite compartilhamento de telas para que se apresentem documentos, slides, aplicativos, ou outro conteúdo que se deseje apresentar. Também permite gravar as aulas e aqueles que não puderem participar podem assistir em outro momento. *Google Meet* facilita o agendamento de aulas, podendo incluir convites e lembretes, de maneira que já deixa salvo

A plataforma conta com recursos de segurança ou senhas de reuniões, salas de esperas, oferece um suporte de legendas em tempo real, sendo relevante para aqueles que apresentam

deficiência auditiva. A qualidade da plataforma é confiável, áudio e vídeo são serviços que apresentam excelência e que pode estar disponível em aplicativos para dispositivos móveis e com uma versão *web*, possibilitando flexibilidade para os seus usuários. O *Google Meet* conta com uma versão gratuita e uma versão paga, em que a gratuita conta com recursos básicos e a versão paga com recursos mais avançados (Valinor, 2022).

Pelas possibilidades que apresenta quanto a realização de aulas, a plataforma *Google Meet* tem sido cada vez mais utilizada no contexto do ensino superior, de maneira que esta tecnologia inovadora tem feito parte da vida de docentes e discentes no contexto atual.

A utilização do Google Meet no Ensino Superior: possibilidades das tecnologias digitais inovadoras

A introdução do *Google Meet* no ensino superior tem respaldo em diversos estudos e teorias educacionais. O uso de tecnologias digitais no processo de ensino-aprendizagem tem sido discutido no contexto da aprendizagem colaborativa, da teoria da carga cognitiva e do construtivismo.

A aprendizagem colaborativa é um modelo pedagógico que enfatiza a interação entre os alunos para a construção conjunta do conhecimento. O *Google Meet*, por meio de recursos como videoconferências e compartilhamento de tela, permite que os alunos trabalhem em conjunto, troquem ideias e construam saberes de forma colaborativa. A teoria da carga cognitiva sugere que o aprendizado é mais efetivo quando a carga mental exigida é equilibrada.

O *Google Meet* pode auxiliar nesse equilíbrio, pois possibilita uma interação mais próxima entre professores e alunos, facilitando a compreensão e o processamento de informações. O construtivismo enfatiza a importância da construção ativa do conhecimento pelo aluno. O Google Meet permite que os alunos se engajem em atividades práticas, criando um ambiente propício para a construção de seu próprio aprendizado.

Diversos estudos mostram os benefícios da utilização do Google Meet no ensino superior. O uso dessa plataforma tem possibilitado uma maior interação entre professores e alunos, bem como entre os próprios alunos, promovendo a colaboração e a troca de conhecimento. Além disso, o *Google Meet* tem se mostrado eficiente na flexibilização do tempo e do espaço de aprendizagem. Com o uso dessa ferramenta, é possível realizar aulas síncronas e assíncronas, bem como gravar as aulas para posterior revisão pelos alunos. A utilização do *Google Meet* no ensino superior também tem sido destacada pela possibilidade de realizar defesas de dissertações e teses remotamente. Isso amplia o alcance e a visibilidade dos trabalhos de pesquisa, permitindo a participação de professores e pesquisadores de diferentes regiões e até mesmo de outros países (Rodrigues; Torres; Andrade, 2017).

Nos últimos anos, a educação tem sido revolucionada pela introdução de tecnologias digitais inovadoras no processo de ensino e aprendizagem. Com o avanço da internet e o desenvolvimento de plataformas de comunicação, como o Google Meet, as instituições de ensino superior têm explorado novas possibilidades para promover interações e facilitar o compartilhamento de conhecimento. Neste contexto, este artigo destaca a importância da utilização do *Google Meet* no ensino

superior, abordando sua relevância metodológica, seu embasamento teórico e os resultados e discussões relacionados a essa prática.

Para Berwanger (2018) no contexto da educação superior é necessário dispor de tecnologias digitais, o professor necessita estar sempre com seu kit multimídia, computador e projetor. O *smartphone* tem sido uma ferramenta fundamental de ensino, em que as tecnologias digitais móveis estão presentes na rotina pessoal e profissional e devem ser aproveitadas quanto ao seu potencial para educação. Constitui-se uma verdadeira tendência o uso das tecnologias digitais no contexto educacional em que os professores devem preparar-se para explorar suas potencialidades e vencer seus desafios, encarando as tecnologias digitais inovadoras como grande aliada no processo ensino e aprendizagem.

De acordo com Bonorino (2021) o *Google Meet* é um recurso disponibilizado pela *Google* para a comunicação por videoconferência, este recurso tem sido cada vez mais utilizado em aulas que são viabilizadas por meio dessa tecnologia digital. O *Google Meet* se potencializou como ferramenta com fins educativos, sobretudo, com a necessidade de ensino remoto imposta pela pandemia de Covi-19, em que essa ferramenta foi essencial para que se continuasse a prestar a educação. Assim, o *Google Meet* colaborou para que o ensino pudesse prosseguir mesmo diante da necessidade e distanciamento social e a partir de então vem aumentando a sua relevância ao ensino superior

A utilização do *Google Meet* no contexto do ensino superior foi potencializado, conforme entendem Spalding *et al.*, (2020) pela pandemia de Covid, em que as instituições de ensino superior se viram forçadas a desenvolver metodologias de ensino e estratégias

pedagógicas para prosseguir durante a pandemia e a necessidade de isolamento social. Foi nesse contexto que o *Google Meet*, enquanto plataforma de comunicação, que permite realização de reuniões de vídeo com até 250 pessoas, foi implementada, mostrando um grande potencial as universidades para que os professores pudessem ensinar *online* e prosseguir com o ensino.

Passada a pandemia o Google Meet continua a ser uma ferramenta utilizada em sala de aula, muitas vezes o docente não pode se fazer presente na instituição e ao invés de que a aula seja perdida é possível reunir todos **os** alunos em uma sala de aula virtual e o Google Meet cumpre a função de tornar-se espaço de interação e aprendizagem.

Almeida (2020) ressalta a importância do Google Meet para ministrar aulas que não podem acontecer de forma presencial, com espaço de interação, instrumento de avaliação, repassar material complementar, ajudando a cumprir a carga horaria.

> Vale ressaltar que a acelerada expansão tecnológica proporciona inúmeras plataformas digitais para diversos campos do conhecimento. Têm-se plataformas voltadas para educação de iniciativa pública e/ou privada disponíveis nas instituições de ensino, nos centros universitários e nas faculdades; e plataformas utilizadas pelos estudantes e professores nas suas relações interpessoais. Assim, existem as plataformas oficiais adquiridas e geridas pelas instituições de ensino e as plataformas de uso social. Ambas oferecem suportes aos professores e discentes com as aprendizagens, principalmente no ensino superior, já que os estudantes são mais autônomos (Almeida, 2020, p.5).

Assim, plataformas digitais como *Google Meet* tem potencializado o ensino e ajudado os estudantes a serem mais

autônomos, diante da expansão tecnológica que se vivencia na atualidade é preciso aproveitar potencial destas tecnologias, favorecendo a disseminação do conteúdo, favorecendo também que professores e alunos possam interagir com maior frequência, mesmo diante de distância.

A utilização do *Google Meet* no ensino superior requer uma metodologia adequada que proporcione interações efetivas entre professores e alunos. Ao planejar uma aula via *Google Meet*, é importante estabelecer objetivos claros e selecionar estratégias que promovam a participação ativa dos alunos. Isso pode incluir o compartilhamento de materiais, trabalhos em grupo e discussões em tempo real. Além disso, é fundamental garantir a acessibilidade e a inclusão de todos os participantes, considerando a diversidade de habilidades e recursos disponíveis. A avaliação também deve ser adaptada para o ambiente digital, por meio de atividades diferenciadas que possibilitem a mensuração do aprendizado dos alunos.

Contudo, é necessário que os professores compreendam a importância dessa tecnologia digital inovadora e possam vir a utilizar de sua potencialidade no âmbito de ensino, buscando, também conhecimento para utilização adequada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos avanços tecnológicos e da necessidade de adaptação ao ensino online, a utilização do *Google Meet* no ensino superior mostra-se como uma opção viável e eficaz. Essa plataforma proporciona interações mais próximas entre professores e alunos, promove a colaboração e a construção

conjunta do conhecimento. Ademais, o uso do *Google Meet* permite a flexibilização do tempo e do espaço de aprendizagem, facilitando a participação de alunos que possuem dificuldades em frequentar aulas presenciais. Além disso, possibilita a comunicação remota e a realização de defesas de dissertações e teses de forma mais ampla e acessível. Portanto, ao considerar as tecnologias digitais inovadoras no ensino superior, o *Google Meet* destaca-se como uma ferramenta que auxilia no aprimoramento do ensino, proporcionando uma aprendizagem mais interativa, colaborativa, prática e flexível.

Assim, o estudo mostrou que o *Google Meet* se torna uma verdadeira sala de aula e potencializa as práticas pedagógicas na educação superior, passou a ser utilizado no âmbito do ensino superior, principalmente, com a pandemia de Covid-19 em que foi uma excelente ferramenta para que o ensino pudesse prosseguir, mesmo diante na necessidade de distanciamento social. Existem dificuldades e desafios para que sejam utilizadas as plataformas digitais no processo ensino aprendizagem do ensino superior, como a necessidade de capacitação dos professores para que venha utilizar essas plataformas, bem como o acesso desigual aos recursos digitais por parte dos alunos, fruto de desigualdades sociais da sociedade e também de diferenças regionais.

REFERÊNCIAS

Almeida, A. C.; Machado, A. O. A educação superior e os novos recursos tecnológicos: uma revisão sistemática. Raising Talent, 10(1), 17-25. 2020.

Almeida, M. C. R. Práticas pedagógicas mediadas por tecnologias digitais em período de pandemia. Revista Docência do Ensino Superior, Belo Horizonte,

v. 10, p. 1–20, 2020. Disponível em:
https://periodicos.ufmg.br/index.php/rdes/article/view/24827. Acesso em: 27 out. 2023.

Balcázar, F.; Espin, N. **Videoconferência online e ensino inovador**. Capital Intangível, 15(1), 197-207. 2019.

Berwanger, Perla Maria. Aprender e ensinar na era digital: um estudo sobre Mobile Learnin em experiências de avaliação de aprendizagem na Educação Superior. 2018. 194 fls. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Maranhão. São Luís. 2018.

Bodart, Cristiano das Neves; Silva, Zaine Paula dos Santos. Podcast como potencial recurso didático para prática e a formação docente. Ensino Em Re-Vista, Uberlândia, MG, v.28, p. 1-26, e042, 2021.

Bonorino, Liliane Silveira. Tecnologias digitais emergentes na educação superior: contribuições e implicações aos recusros formativos dialógicos e auto (trans)formativos. 2021. 485 fls. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria. 2021.

Carneiro, Auner Pereira; Figueiredo, Ismérie Salles de Souza; Ladeira, Thalles Azevedo. A importância das tecnologias digitais na Educação e seus desafios. Revista Educação Pública, v. 20, nº 35, 15 de setembro de 2020. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/35/joseph-a-importancia-das-tecnologias-digitais-na-educacao-e-seus-desafios-a-educacao-na-era-da-informacao-e-da-cibercultura. Acesso em: 23.out.2023.

Cicco, Leandro Ribeiro De; Drumond, Geisa Meirelles; Méxas, Mirian Picinini. Fatores críticos de sucesso na implantação de Electronic Document Management System:estudo em uma universidade pública. Ciência Informação. Brasília, DF, v.48 n.3, p.184-202, set./dez. 2019.

Gerhardt, Tatiana Engel; silveira, Denise Tolfo. Métodos de Pesquisa. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

Gil, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.

Jang, S. S.; Kim, Y. J. **A relação estrutural entre as características dos sistemas de videoconferência** online **e a efetividade da educação online**.

Revista Internacional de Tecnologias de Educação a Distância (IJDET), 15(3), 59-80. 2017.

Lu, H.; Lai, Y.; Wu; S.; Hu; Y.; Wang, Q. **Aceitação do sistema** de **videoconferência no ensino superior durante a pandemia** de **COVID-19**: uma perspectiva de modelo de aceitação de tecnologia. Fronteiras da Psicologia, 11, 568893. 2020.

Malta, Márcio Telles Souza. Planejando e executando aulas síncronas utilizando as novas tecnologias. **Revista tecnologias educacionais em rede,** Santa Maria, v.2, n.4, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/reter/article/view/66893/45450. Acesso em: 25.out.2023.

Marconi, Marina de Andrade; Lakatos, Eva Maria. Metodologia do trabalho cientifico procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 226 p.

Moran, José. **Tecnologias digitais para uma aprendizagem ativa e inovadora.** 2017. Disponível em: https://www.manoelviana.rs.gov.br/VForum/Tecnologias_Moran.pdf. Acesso em: 26. Out.2023.

Pires, Glice Rocha. *et al*. Gamificação no ensino de Ciências: um relato de experiência. **VIII Congresso Brasileiro de Informática na Educação-CBIE.** 2019.

Rodrigues, R.; Torres, A.; Andrade, J. **Uma revisão das ferramentas online síncronas para o ensino** híbrido **no ensino superior.** Revista Internacional de Tecnologias Emergentes na Aprendizagem (iJET), 12(01), 149-166. 2017.

Ruaro, R. L.; Reis, L. C. C. G. Os desafios do desenvolvimento ético da Inteligência Artificial. Veritas (Porto Alegre), 65(3)2020.

Spalding, M.; *et al*. Higher education challenges and possibilities: a Brazilian experience in times of COVID-19. Research, Society and Development, [S. l.], v. 9, n. 8, p. e534985970, 2020. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/5970. Acesso em: 27. out. 2023.

Teng, C. L.; Chang, M. C.; Ahmadi, A. **A percepção** da **videoconferência na aprendizagem baseada em projetos:** efeitos sobre a presença social, eficácia

da equipe e satisfação do aluno. Ambientes Interativos de Aprendizagem, 24(5), 1019-1031. 2016.

Valinor, Rodrigo. O que é Google Meet: descubra como funciona e como usar. 2022. Disponível em: https://www.remessaonline.com.br/blog/google-meet/. Acesso em: 26. out.2023.

INOVAÇÃO E TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA COMO FATORES FUNDAMENTAIS NO PROCESSO EDUCATIVO CONTEMPORÂNEO

Ana Fernanda Vieira da Silva

RESUMO: O estudo analisa a importância das tecnologias no ensino da educação infantil, entendendo-as como ferramentas essenciais para o aprendizado. Atualmente, o uso de recursos tecnológicos é parte do cotidiano escolar, tornando fundamental que professores dominem essas ferramentas para instruir os alunos. A pesquisa investigou as dificuldades que afetam a integração das tecnologias na educação infantil e seu impacto sobre alunos e professores. Utilizou-se uma metodologia bibliográfica, qualitativa e exploratória, que demonstrou que essas ferramentas tornam a aprendizagem mais prazerosa e estimulante. Também constatou-se que existe uma relação entre docentes e recursos tecnológicos no ensino infantil, mas a falta de infraestrutura em algumas escolas compromete o desenvolvimento pedagógico.

Palavras-chave: Educação. Infantil. Tecnologia. Recurso.

INTRODUÇÃO

A prática docente no ensino da educação infantil no contexto atual permite constatar a existência de uma adjunção entre os educadores e os recursos tecnológicos disponíveis, especialmente no processo de ensino aprendizagem. Esta situação causa incômodo por causa dos prejuízos que traz para a formação e o desenvolvimento do aluno. Neste sentido, se destaca a indagação sobre a apropriação adequada pelas escolas brasileiras sobre as tecnologias disponíveis para aperfeiçoar o processo pedagógico, pois, percebe-se que nem sempre os recursos necessários estão disponíveis.

Seguindo essa linha de pensamento, a questão que dará norte a pesquisa é: as dificuldades que hoje existe para a inserção dos recursos tecnológicos na educação infantil prejudicam a atuação de alunos e professores? O que se sabe, é que a tecnologia no contexto da educação é uma ferramenta aliada que pode incentivar a busca por conhecimento e desenvolver habilidades.

Desta forma, o presente estudo objetiva esclarecer a importância do uso da tecnologia no contexto escolar, para tal, partiu de três particularidades: identificar as dificuldades que hoje existe para a inserção dos recursos tecnológicos na educação infantil; citar a importância e benefícios das tecnologias incorporada ao processo de ensino e aprendizagem; exemplificar o uso da tecnologia e recursos para ajudar a melhorar a qualidade do processo de ensino.

DESENVOLVIMENTO
Metodologia

Trata-se de uma pesquisa do tipo qualitativa. Segundo Lüdke e André (1986, p. 11), "a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento". Consiste em uma pesquisa bibliográfica, que entrou em contato com diferentes estudos acerca da temática Este aspecto coincide com os objetivos da investigação por buscar a compreensão do universo da educação infantil.

Referencial Teórico
Recursos tecnológicos na educação infantil: importância para aprendizagem

A tecnologia se tornou um fenômeno comum na vida diária das crianças. Seja para diversão, entretenimento ou comunicação, os computadores e dispositivos móveis estão sendo usados cada vez mais cedo. Os alunos de hoje fazem parte de uma geração conectada ao mundo digital. Nesse caso, a inserção de ferramentas técnicas no ambiente escolar pode potencializar o processo de ensino, garantindo uma prática pedagógica mais interativa e dinâmica.

Na educação infantil, isso não é diferente. Usar a tecnologia como aliada no processo educacional pode estimular habilidades importantes que as crianças precisam para crescer. Com o uso da tecnologia o educador pode beneficiar o processo de ensino. A nova geração de alunos está imersa em um ambiente social no qual os

recursos técnicos passam a fazer parte do dia a dia de forma muito natural.

Observando essa realidade, o fato é que as escolas também precisam considerar a integração da tecnologia na dinâmica escolar. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) incentiva a modernização do processo educacional e da prática docente de forma a formar as competências e habilidades exigidas no século XXI. Duas das dez habilidades gerais determinadas pelo BNCC (devem ser desenvolvidas pelos alunos em todos os anos da educação básica) estão relacionadas ao uso da tecnologia. Os objetos digitais também encontraram espaço na educação infantil. Se considerarmos que antes mesmo de saberem ler e escrever no mundo digital, eles ganharam espaço e praticidade na primeira fase da educação básica.

Na educação infantil, os educadores devem desenvolver habilidades (como fazer em relação à cognição), habilidades (que são parte integrante de seu conhecimento) e atitudes (envolvendo princípios morais, solidariedade e cooperatividade). Segundo Oliveira-Formosinho (apud GOMES, 2010, p. 20), "[...] o ensino na educação infantil apresenta aspectos semelhantes e diferentes dos demais níveis de ensino". Além de matemática, música, esportes, artes visuais, linguagem oral e escrita, natureza e sociedade.

Eles se referem à tecnologia digital, que é tanto a tecnologia de comunicação quanto o meio de processamento de informações, incluindo mídia básica, como revistas, jornais, livros, telefones, computadores, tablets, notebook, vídeo e a Internet; a tecnologia da informação, usada para processar a transmissão de informações como formas de registrar, armazenar, copiar e processar informações através de câmeras, HD, CD, xerocopiadoras.

Apesar das dificuldades encontradas para inserir esses artefatos na prática docente, é inegável que repensar as escolas pode trazer seus recursos ambientais à importância de prover métodos de aprendizagem mais criativos.

A escola de hoje faz parte deste momento tecnológico revolucionário. Para cumprir as suas funções sociais, deve estar atenta e aberta para encarnar estes novos parâmetros comportamentais, hábitos e exigências, e participar ativamente na transformação e construção da sociedade. Portanto, é necessário que os alunos desenvolvam as habilidades de utilização dos recursos tecnológicos para que a escola possa integrar a cultura tecnológica ao cotidiano.

O uso de tecnologias no processo de ensino-aprendizagem representa um fator de inovação pedagógica e possibilita novas formas de trabalhar nas escolas que devem caminhar lado a lado com as transformações sociais. A escola deve se tornar mais acessível e estreitar a linha com o mundo externo, onde o aluno recebe grande parte das informações. A escola deve transformar-se de simples mediadora do sabre em organizadora da aprendizagem e reconhecer que não possui mais a mediação do sabre.

A preocupação com o impacto que as mudanças tecnológicas podem causar no processo de ensino-aprendizagem impõe a área da educação a tomada de posição entre tentar compreender as transformações do mundo, produzir o conhecimento pedagógico sobre ele auxiliar o homem a ser sujeito da tecnologia, ou simplesmente dar as costas para a atual realidade da nossa sociedade baseada na informação (PREDIGER, 2015).

Desde a década de 1940, ano em que definida como grandes mudanças tecnológicas, uma sociedade atribuiu às escolas e

instituições de ensino a responsabilidade de moldar como personalidades individuais antes que o conhecimento acumulado na história seja difundido na cultura. Nas escolas, a tecnologia sempre existiu na educação formal. As instituições educacionais devem formar um papel na educação de cidadãos importantes e criativos sobre o uso dessas tecnologias para que o educando não faça uso inadequado dessas ferramentas.

Dessa forma, sabendo da importância, das contribuições e das potencialidades das tecnologias, é possível utilizá-las de acordo com a necessidades e em momentos em que realmente ela irá contribuir para o processo de ensino aprendizagem, o qual acontecerá de forma diferente e inovadora alcançando assim resultados eficientes. Portanto, esperamos reduzir as diferenças e desigualdades na educação. Nesse sentido, a escola deve oferecer uma formação que inclui os seguintes aspectos: informação técnica, desenvolvimento de aptidões e atitudes e formação de critérios obrigatórios e reflexivos. Além disso, é fundamental que o aluno compreenda a tecnologia e aprenda a utilizá-la (PEREIRA, 2007, p. 19).

Os vários usos da tecnologia complementar na educação e a classificação da aprendizagem e da tecnologia, Sancho e Hernándes et al (2006, p. 88) abordam que, "[...] o uso das tecnologias é visto como um meio para fortalecer um estilo mais pessoal de aprender em que os estudantes estejam ativamente envolvidos na construção do conhecimento e na busca de respostas para seus problemas específicos". Dessa forma, os alunos podem usar suas habilidades para aprender tecnologias e como elas aparecem.

Para Mainart e Santos (2010), o uso da tecnologia no ambiente escolar é fundamental, pois é um local de construção do

conhecimento, a socialização do conhecimento, a discussão, a troca de experiências e o desenvolvimento de uma nova sociedade.

Outro ponto importante a se considerar é que as tecnologias favorecem uma reorganização de padrões ao longo da história, levando a uma evolução crescente, sendo o agente principal o ser humano e não a máquina, pois "[...] o mito do domínio das tecnologias nos persegue há séculos, mas tende a ser superado a cada nova tecnologia alcançada" (BRIGNOL, 2004, p. 28). A tecnologia sempre existe e continuará existindo como um suporte para os professores e nunca como um substituto para eles.

A educação por si só não consegue atender às demandas da sociedade atual sem se aliar às tecnologias e a realidade de acesso às tecnologias não resolve os desafios atuais neste campo. É necessário saber aplicar tecnologias no processo de ensino-aprendizagem para que sejam alcançados resultados que garantam a qualidade do ensino (KENSKI, 2007).

Utilizando o computador, o professor explorará diversas possibilidades da tecnologia digital com o objetivo de adquirir e ampliar conhecimentos, criar ambientes de aprendizagem podendo assim incrementar sua ação pedagógica e facilitar o processo de desenvolvimento intelectual do aluno na sala de aula.

O termo "multimídia" é usado para nomear documentos de computador compostos por elementos de várias mídias (como áudio, vídeo, ilustrações e texto). Esses documentos são interativos, o que significa que é importante permitir a participação dos usuários. Para obter mais precisão, o analisador também usa o termo "multimídia interativa". Como todos sabemos, o uso de tecnologias relacionadas à construção do conhecimento por meio de novas formas de comunicação e

linguagem amplia e significa o espaço escolar, tornando-o mais agradável e motivado, buscando interesse e eficiência de alunos e professores.

As tecnologias devem ser utilizadas para valorizar a aprendizagem, incentivar a formação permanente, a pesquisa de informação básica e novas informações, o debate, a discussão, o diálogo, o registro de documentos, a elaboração de trabalhos, a construção da reflexão pessoal, a construção de artigos e textos (MASETTO, 2006, p.153).

O uso da tecnologia da informação na educação envolve novas formas de comunicar, pensar, ensinar / aprender e ajudar quem aprende muito menos do que o esperado. A ciência da computação nas escolas não deve ser inventada ou resumida no currículo, mas deve ser vista e usada como um meio de apoiar o professor na integração do currículo. A sua finalidade não se limita a técnicas de escrita e conceitos básicos do funcionamento do computador, por todo o leque de possibilidades que alunos e professores devem explorar.

Valente (1999) destaca duas formas de utilização do computador: a primeira é que o professor deve ensiná-lo aos alunos, e a segunda que o professor deve criar condições nas quais os alunos descrevam seus pensamentos e os reconstruam e possam realizar com novas linguagens, no processo o aluno é solicitado a converter informações em conhecimentos práticos para a vida.

Deve-se avaliar o papel das novas tecnologias na educação e acreditar que o uso das tecnologias de informação e comunicação (principalmente a Internet) para a educação é um grande desafio, até o momento, na superfície, há apenas adaptações e poucas mudanças superior.

Cada vez mais as crianças usam a tecnologia, o que é uma característica da introdução de softwares educacionais na educação infantil. As crianças de dois ou três anos utilizam em casa diversos equipamentos tecnológicos, inclusive os mais avançados, como computadores, tablets, celulares e laptops. Estes, por sua vez, por serem recursos que permitem a interação entre os usuários e a tecnologia, podem ser utilizados como auxiliares de ensino, pois as crianças também se divertem brincando, e também podem aprender, auxiliando no processo de aprendizagem das crianças.

A principal consideração é a utilização de um computador / laptop, e o software educacional tornou-se uma ferramenta necessária e básica para o aprendizado das crianças. Atualmente, a busca por softwares educacionais que atendam plenamente as necessidades dos alunos é cada vez maior, faz- se necessário a utilização de softwares para atender necessidades específicas. O próprio software educacional (principalmente jogos) já é uma ferramenta para atrair as crianças, pois pode ajudá-las a introduzir o ambiente da sala de aula, pois além de serem criativas, as crianças também têm curiosidade, entusiasmo e gosto de ser. Em termos de controle de jogo, o software educacional permite que as crianças tenham essa independência ao jogar certos jogos.

Segundo Cruz (2011, p.1),

> O uso de softwares como recurso na educação infantil possibilita de forma dinâmica e interativa que a criança observe os elementos apresentados, explore e busque entender o funcionamento com a vantagem de ter implícito, uma sequência de passos que vão desenvolver diferentes habilidades como: a coordenação motora, atenção, memória e raciocínio lógico. Para tal, os softwares devem ser interessantes, motivadores e desafiadores. É preciso

> também que o professor domine as ferramentas necessárias e conheça bem os softwares aplicados levando em consideração as limitações de cada criança e faixa etária.

Mais uma vez enfatizou o papel do professor como mediador, ao escolher o software educacional como recurso para promover a aprendizagem, ele deve primeiro determinar seus objetivos e saber o que espera alcançar com a aplicação do software. Assim, ao observar atentamente os alunos durante a utilização do software, os professores poderão verificar o desempenho dos alunos como forma de avaliação e diagnóstico, contribuindo para o planejamento da próxima aula, promovendo o desenvolvimento dos alunos.

As habilidades necessárias dos professores são insuficientes. Diretrizes Curriculares, no entanto, professores da educação básica em todo o país disseram conhecimento e habilidades devem ser garantidos na formação de iniciantes.

Formação inicial e continuada do docente no âmbito TIC

Os benefícios da tecnologia na educação são óbvios, mas ainda há muita discussão entre os professores sobre o uso dessas tecnologias. Está dividido em duas partes: professores que se interessam pelo uso da tecnologia, que se preparam, buscam utilizar os conhecimentos desses recursos e os aplicam em sala de aula, fornecem novas metodologias de ensino, auxiliam no processo ensinando e aqueles que estão incertos. Inseguros, hesitantes sobre este novo método, principalmente porque pensam que os recursos irão substituí-los, essa é uma maneira errada de pensar, porque é a raiz, ela nunca será substituída.

Neste cenário, para que os recursos tecnológicos façam parte da vida escolar, os alunos e os professores devem utilizá-los corretamente. Um componente fundamental é a formação e atualização dos professores para que a tecnologia seja integrada no currículo escolar, em vez de ser vista apenas como um acessório ou periférico. Temos que pensar em como isso pode ser definitivamente integrado na vida escolar cotidiana. Então, é necessário considerar a construção de conteúdos inovadores que explorem todo o potencial dessas tecnologias.

Se a educação é neutra, significa que não há comportamento moral e democrático. Não podemos nem dizer que educadores e alunos têm ideias diferentes, ou seja, se não há ideologia, política ou classe social. Falaremos apenas sobre equívocos, erros, deficiências e "objetivos epistemológicos" no processo de ensino e aprendizagem do conhecimento. O aspecto moral limitar-se-á à capacidade, à formação do educador e ao grau de cumprimento dos seus deveres docentes, os quais se estenderão ao respeito. A personalidade do aluno (TIJIBOY 2001).

A escola é o lugar onde o aluno se liberta, o cidadão consciente de suas responsabilidades socioambientais se forma desde cedo, formando negócios empreendedores do conhecimento e aprimorando suas carreiras. Portanto, o ambiente educacional deve ser um lugar onde as crianças e os jovens podem explorar o conhecimento estabelecido, desenvolver novas soluções e aplicá-las com responsabilidade para promover o bem-estar social.

Nesse processo interativo e colaborativo, o educador deve desenvolver um novo papel no processo educacional, deixando de lado a posição de provedor do conhecimento e atuar como intermediário. Isso não só porque, dado o rápido desenvolvimento

de sua área, há apenas um aproveitamento profissional e capaz de se adaptar ao progresso tecnológico sobreviverá neste mercado. O professor deve se tornar um intermediário, principalmente como um tutor orientado pelas novas tecnologias, pois esse é o seu papel na criação de novas oportunidades de ensino e aprendizagem.

Recomenda-se fortemente que seja realizada uma revisão do papel do professor no ambiente escolar e de suas práticas educacionais e pedagógicas, a fim de torná-los conscientes da necessidade de desenvolver e aprimorar as práticas profissionais e se tornarem agentes de mudança, ainda que tal adaptação possa gerar insegurança.

À medida que as TIC ganham espaço na escola, o professor se depara com novas e possibilidades de acesso à informação e conteúdo, podendo eliminar tarefas repetitivas e focar nos aspectos mais importantes da aprendizagem, porém torna-se necessário que o professor desenvolva novas habilidades para se mover. Este mundo, poder analisar os recursos ao seu e dispor as suas escolhas, tendo como referência algo mais do que prudência.

Hoje, vários problemas afetam a carreira de professores de escolas públicas no exercício de sua função de educadores. Um desses problemas pode estar relacionado ao ensino e aplicação das TIC. Compreender os novos requisitos atuais para o uso de computadores na educação é a premissa básica para os professores. Valente (1999) destacou que preparar os professores para o uso das novas tecnologias significa não só fornecer conhecimentos sobre computadores, mas também um processo de ensino que criar condições para o uso ativo de conceitos, habilidades e materiais e atitudes, ganhando significado. Os conteúdos individuais estão

vinculados aos objetivos educacionais e à trajetória social, cultural e profissional dos alunos.

No entanto, mudança na escola é um grande desafio. A sua complexidade estende-se aos diferentes papéis de todos os elementos envolvidos na atividade educativa, seja o professor, a escola, o aluno, os pais, a comunidade, bem como ao papel das novas tecnologias.

A introdução do computador na educação mobiliza pais, alunos e educadores e pode levar a uma mudança na nossa percepção de ensino e aprendizagem e a uma mudança de paradigma, embora este caminho se deva às dificuldades a escola e principalmente os educadores, como explica Tajra (2008), é longa e difícil. Para sublinhar que infelizmente a nossa escola está 'bloqueada no tempo". Ele frequentemente nos apresenta um ensino desatualizado, desanimador e até desatualizado. Nesse sentido, o papel que os professores podem e devem desempenhar no contexto escolar é fundamental para estimular e contrariar novas atitudes, atitudes e práticas consagradas como a aquisição e utilização das TIC no processo de ensino e desenvolvimento na aprendizagem para desenvolver eficazmente o seu trabalho.

A utilização das tecnologias, no âmbito escolar, contribui para ampliar as opções de ações didáticas, com o objetivo de criar situações de ensino e aprendizagem, que favoreçam um olhar de criticidade, curiosidade, observação, análise, troca de ideias, buscando e ampliando os conhecimentos dos alunos. Desse modo, o distanciamento do professor referente às tecnologias seria minimizado, e ele teria as tecnologias como aliadas no desenvolvimento do saber, tendo como desafio não apenas a

inserção das novas práticas, mas também maneiras de transpô-las para além da prática pedagógica (LEÃO JÚNIOR, 2015, p. 33).

Atualmente, o professor não é apenas um mediador do conhecimento, mas ambos (aluno e professor) são parceiros no ensino e na aprendizagem. É função do professor planeja aulas de acordo com as necessidades de seus alunos e também fazê-lo. É contribuir com o que se quer aprender, por exemplo com o tema a tratar, em que sejam tidas em consideração dúvidas, curiosidades, questionamentos, conhecimentos prévios, valores, descobertas, interesses. O professor é convidado a conhecer seu aluno, ele não é mais apenas um aluno satisfeito, mas um indivíduo para que possa respeitar os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem. Temos uma situação de o professor não ser mais o único a planejar como aulas para os alunos.

Os alunos atuam, mas ambos trabalham em busca do aprendizado, cada um agindo de acordo com seu papel e nível de desenvolvimento. Observe que alunos e professores vão com respeito e confiança para uma escola nova e avançada, onde existe a preocupação com as sugestões que o aluno deve ler, pois uma leitura agradável despertará outras leituras e uma escrita criativa. Temas interessantes levam a questionamentos, participação efetiva, espírito de colaboração e apoio no ambiente escolar.

A mudança na escola começa com uma mudança pessoal e profissional capaz de criar uma escola que estimule a imaginação, a leitura prazerosa, a escrita criativa, estimule a iniciativa, a espontaneidade e o questionamento, e se torne um ambiente para encorajar e encorajar você estimula a vivência da cooperação, do diálogo, do intercâmbio e da solidariedade. Em qualquer caso, é necessário que professores e alunos caminhem juntos, trabalhem

no mesmo ritmo de cooperação e, principalmente, falem a mesma linguagem que é a era da informação, para que todo esse leque de possibilidades seja satisfeito e vivenciado como somente os interesses dos jovens são possíveis, são uma aprendizagem gratificante e positiva para aqueles que estão envolvidos no ensino e aprendizagem.

RESULTADOS E DISCUSSÃO
Tecnologia e educação infantil na contemporaneidade

Na nova ordem mundial, devido ao processo de globalização, a nova configuração marca a educação geral, a política educacional, a escola e o trabalho docente. Como toda palavra na moda, a globalização é caracterizada pela ambiguidade e se tornada cada vez mais opaca à medida que é usada para explicar experiências múltiplas (BAUMAN, 2001). Portanto, é necessário esclarecer suas ideias para estudar as mudanças ocasionadas na situação educacional.

Essa expressão se faz referência à existência em larga escala de instituições multinacionais no mundo de hoje, as decisões interferem nas escolhas feitas em qualquer estado-nação. Ele também especifica a influência dos setores econômicos, incluindo os processos de produção, consumo, comércio, fluxos de capital e interdependência monetária.

Em outros momentos, está relacionado ao surgimento de novas tecnologias de informação e comunicação que socializam o conhecimento e, em certa medida, padronizam o sentido atribuído ao mundo, à vida, à sociedade e à natureza. Finalmente, em muitos casos, o termo corresponde a mudanças causadas por regras

globais comuns por associações como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BURBULES & TORRES, 2004).

O uso da tecnologia na educação já é uma realidade bastante expressiva. Permite que as atividades tradicionais interajam com as tecnologias de comunicação e informação em sala de aula. Com base no conhecimento e no conhecimento técnico, os professores proporcionam aos alunos uma aprendizagem mais ampla e adequada. Juntos, novas tecnologias e conselhos de ensino podem promover a aprendizagem e permitir que os alunos construam seu próprio e conhecimento, assim, desempenhem um papel ativo dentro e fora da sala de aula.

Crianças de 2 a 3 anos ainda não sabem as letras, os números e as belas fotos. Eles estão traçando contornos e entendendo o mundo ao seu redor. Os estímulos recebidos na primeira infância são básicos porque seus cérebros são duas vezes mais capazes de compreender e assimilar o aprendizado do que os adultos. Tudo que lhes é apresentado é novo, mas precisa de um suporte concreto, visual e tátil para promover esse por meio do melhor uso dos conceitos das coisas. Desde muito cedo, na interação com as pessoas, o meio ambiente e a cultura, as crianças demonstram seus esforços para compreender o mundo em que vivem por meio de ações interessantes. Os adultos recuperar a curiosidade sobre o desconhecido e o compartilhamento.

Todas essas transfigurações necessitam de investimento, recursos profissionais, financeiros, materiais e humanos. A educação continuada é muito importante para a melhoria da qualidade da educação infantil. Isso não se dá pelo acúmulo de currículo ou tecnologia, mas pelo trabalho reflexivo dos

educadores, por meio do diálogo, da interação e da capacidade de intervenção para proporcionar mais flexibilidade e investigação e visão.

> Na instituição de educação infantil, pode-se oferecer às crianças condições para as aprendizagens que ocorrem nas brincadeiras e aquelas advindas de situações pedagógicas intencionais ou aprendizagens orientadas pelos adultos. É importante ressaltar, porém, que essas aprendizagens, de natureza diversa, ocorrem de maneira integrada no processo de desenvolvimento infantil. (PASCHOAL; MACHADO, 2009, p. 23).

A partir dessa perspectiva, os educadores infantis precisam: cooperar com as famílias e comunidades para entender as instituições educacionais infantis como um espaço coletivo, assim desempenha um papel fundamental na recepção e recepção das crianças e suas famílias nas instituições, respeitando e valorizando as crianças Os direitos e necessidades na educação e no cuidado relacionados a essa faixa etária, isso faz com que o educador tenha que organizar o trabalho de acordo com a particularidade e necessidade de cada educando, considerar a composição das crianças no seu plano diário que possa está combinando aspectos físicos, cognitivos, emocionais e sociais, históricos e culturais e combinar aspectos; tratar o brincar como a atividade principal da criança e tomar suas múltiplas linguagens (música, gestos, membros inferiores, modelar, falar, escrever, etc.) como seu privilégio de interagir no mundo.

No cenário social de penetração da tecnologia digital, a escola é considerada um centro de ensino certificado na sociedade, e tem reflexão sobre a influência da mesma e faz com que essas

ferramentas no processo educacional enfrentem os desafios dessas mudanças sociais, além de ficar em contato com a situação real da criança / comunidade e ampliar a experiência, o conteúdo a ser processado deve ser sempre relevante para seu nível de desenvolvimento e faixa etária, e sempre dentro da faixa recomendada.

> O processo que permite a construção de aprendizagens significativas pelas crianças requer uma intensa atividade interna por parte delas. Nessa atividade, as crianças podem estabelecer relações entre novos conteúdos e os conhecimentos prévios (conhecimentos que já possuem), usando para isso os recursos de que dispõem. Esse processo possibilitará a elas modificarem seus conhecimentos prévios, matizá-los, ampliá-los ou diferenciá-los em função de novas informações, capacitando-as a realizar novas aprendizagens, tornando-as significativas. (PASCHOAL; MACHADO, 2009, p. 33)

A partir de mudanças na forma de ensinar e com a inserção de tecnologias nesse processo de ensino, mudam-se também as formas de aprendizagem. Os alunos sentem-se mais motivados, pois estas diferem de antigamente, quando não existia diálogo entre professor e aluno; hoje há uma troca de informações em sala de aula, na qual o professor não é mais o detentor de todo o conhecimento, de modo que o aluno passa a ser o principal responsável pela construção do seu conhecimento, tendo um papel mais ativo, na busca de soluções das suas necessidades (GARCIA, 2013, p. 2).

Métodos tradicionais de ensino e suporte de transmissão de informações falando pelo professor, é mais significativo quando a informação é difícil. Hoje em dia, com a ajuda da internet, fica cada

vez mais fácil e existe a flexibilidade para aprender a qualquer hora e em qualquer lugar. A priore, educação formal vem enfrentando tantas mudanças e entrando em um impasse na sociedade em como se desenvolver e se tornar relevante aprendendo como a formação da humanidade aconteceu. E prepare-se para viver nessa época, tendo plena certeza envolvendo legislação, currículo, organização escolar, método, tempo e o espaço precisa ser revisto.

Embora a maioria dos educadores tenha usado ferramentas técnicas que podem se tornar ferramentas educacionais, eles não sabem como usar essas ferramentas ou seu potencial no ambiente escolar. A UNESCO e o Ministério da Educação citados na publicação "Pontos de Conexão para Construir o Futuro do Ensino e da Aprendizagem" (2017), esta é uma das ações para alinhar o sistema de desenvolvimento profissional dos educadores com as capacidades desses profissionais de capacitar os alunos. Esse empoderamento pode ser alcançado encorajando e apoiando os professores a buscarem novos papéis no ambiente escolar (facilitando o aprendizado por meio de novos métodos de ensino).

Quando se trata do uso de computadores como ferramentas auxiliares do processo ensino/aprendizagem, há uma complexidade maior para sua operacionalização pois, para que os recursos oferecidos pelos computadores possam ser amplamente utilizados, faz-se necessário que todo corpo docente seja capacitado e para tanto, deve ter sua resistência ao novo vencida. Além disso, a organização de utilização do(s) laboratório(s) de Informática precisa disponibilizar horários e recursos para o trabalho de diversas disciplinas e não para somente uma disciplina específica (MAINART E SANTOS, 2010, p. 6).

Essas tecnologias requerem principalmente a identificação, o suporte e a utilização de novos recursos, por meio dos quais os alunos podem obter informações e conhecimento por meio da tecnologia e das mídias sociais (Brasil, 2017). Esse incentivo e apoio devem vir do poder público e da própria escola e seus gestores, que devem garantir que, por meio de equipamentos e ambiente técnico adequados, alunos e professores tenham a infraestrutura necessária para promover o desenvolvimento tecnológico.

A escola precisa acompanhar o progresso tecnológico e as novas possibilidades de aquisição de conhecimento e informação. Por meio da Internet, crianças e jovens podem ser expostos a culturas diferentes e desconhecidas, e os educadores precisam usar essas experiências para criar um ambiente escolar mais diverso e colaborativo.

A escola não encerrou devido à tecnologia nós precisamos como Kenski (2008) afirmou, a tecnologia é uma oportunidade para as escolas promoverem educação, de acordo com as necessidades sociais de todos tempo. A tecnologia mudou, mas ainda existem escolas, que precisam mudar suas ações, uma forma de interação entre as pessoas e conteúdo, vale ressaltar que para qualquer sugestão de empresa o método deve seguir o objetivo esperado. Precisa planejar atividades para monitoramento e avaliação, todos os quais podem ser seguidos um suporte dentro da tecnologia digital, estudar um caminho onde existirá um risco não esquecendo que o mais importante é o conhecimento.

Segundo as autoras, o fato de as crianças dominarem essas técnicas não tem sido fácil. Estranhamente, suas habilidades são diferentes das nossas e acho que é os resultados da situação apresentada a eles hoje. Nós também podemos considerar os

acidentes provocados por essas diferenças que são consequências de uma das "ilusões". Faça-nos acreditar que todos os seres humanos são iguais à modernidade" (DORNELLES; "BUJES, 2012").

Nesse contexto, Dornelles (2012) acredita que ainda vivemos em o nascimento da infância moderna e considera a infância como uma ideia única. Se olharmos ao nosso redor, vemos que isso não é real, existem diferentes tipos de infância dependendo do contexto a história e o status socioeconômico das crianças. Homo Zappiens é como Veen e Vrakking (2009, p.30) são chamadas as crianças contemporâneas, "uma espécie de multimídia." Para esses autores, crianças nascidas no final dos anos 1980 recebeu vários nomes devido às características de seu ambiente ou comportamento.

Lévy (2011) entende com otimismo a informática como uma espécie de tecnologia do conhecimento, que traz uma nova forma de pensar, pensar o mundo de uma maneira nova, compreender a aprendizagem e a relação com o mundo (vale ressaltar No entanto, Lévy não questiona seus pressupostos com base no seu desenvolvimento, seu argumento). Bauman (2001) é um dos autores que a pós-modernidade tem potencial libertador e promove a desconstrução da modernidade. Portanto, a pós-modernidade é considerada modernidade, e o papel dos intelectuais é crucial na proteção do espaço público, meios de ação e visões políticas (BAUMAN, 2001).

Esta é considerada a etapa mais importante do desenvolvimento e da aprendizagem humana, portanto, atenção especial deve ser dada. Como todos sabemos, os alunos daquela época são a geração dos nativos digitais. Desde a infância, a tecnologia passou a fazer parte da vida das crianças. Mesmo antes de saberem ler ou escrever, eles dominaram muitas técnicas. Essas

habilidades e habilidades são adquiridas fora do ambiente escolar. A sua utilização no processo de ensino visa atuar como parceiro na educação, torná-la mais moderna, tornar o material didático mais atraente para os alunos e promover a aprendizagem.

Facilitar crianças com deficiências diversas, aproximar a realidade dos alunos do universo que atuamos e promover o desenvolvimento de movimentos sociais, cognitivos, emocionais e até psicológicos são alguns dos benefícios que a tecnologia traz aos alunos. É imprescindível que o aluno fique em contato com a tecnologia desde muito jovem para estimular sua busca pelo conhecimento, portanto, mesmo antes da constituição do ensino médio, quem já conhece sua formação profissional.

No entanto, o uso de meios tecnológicos não é apenas utilizado como disseminador de conhecimento, mas também como ferramenta de promoção da aprendizagem. Existem também muitos problemas relacionados ao uso da tecnologia, muitos dos quais são considerados como afetando e disseminando assuntos maliciosos, que distorcem principalmente o pensamento das crianças em desenvolvimento.

O acesso à Internet na rede para o acesso a programas educativos, muitas vezes não traz conteúdos educativos, jogos ou outras propostas interessantes. Estas propostas podem induzir as crianças a cometer comportamentos violentos ou mesmo de bullying. Este é um problema social comum nas escolas. Portanto, desista do interesse em aprender o que seu treinamento exige.

Outra questão que precisa ser reconsiderada sobre o uso da tecnologia é que as crianças estão acostumadas ao sedentarismo desde a infância e passam a maior parte do tempo na frente do computador, esquecendo que a melhor forma de aprender ou

construir relacionamentos até agora é através da saúde Jogos, passeios ao ar livre, atividades envolvendo família e amigos, desconexão (senão todos) fazem parte da ilusão virtual afetada pela tecnologia de desconexão.

Para tanto, pensar na formação contínua do educador se faz necessário e urgente, possibilitar um espaço em que não aprenda apenas a lidar com as tecnologias, mas que possa refletir e ao mesmo tempo aprender a transpor esta aprendizagem em uma linguagem que possa estar conectada às novas facetas do modo de aprender dos educandos nesta era das conexões (GUERREIRO; BATTINI, 2014, p. 2).

Há uma necessidade urgente de proporcionar aos alunos diversas formas de interação com o conhecimento, e não se pode negar que o uso da tecnologia da informação em sala de aula pode ser utilizado como um complemento à pesquisa. No entanto, os motivos que não podem ser ignorados são o trabalho coletivo, manusear livros antigos, praticar esportes e deixar algum estilo de vida sedentário na frente do computador.

Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo (BRASIL, 2018).

Portanto, um certo equilíbrio deve ser alcançado entre o uso da tecnologia como fonte de conhecimento, sem afetar outras relações, contudo, haverá grande êxito no processo de ensino aprendizagem no meio tecnológico e a escola estará possibilitada de fornecer uma educação melhor educação.

Educadores contratados e totalmente treinados; Valorizar professores e outros profissionais da área; Fornecer materiais e recursos de ensino eficazes; Manter instituições de ensino com reserva. Além disso, os educadores de instituições e instituições privadas precisam educar as crianças de 0 a 6 anos de forma diferente da educação tradicionalista.

Atividades e práticas devem encorajar: Pensamento crítico e contextual; expresse e compartilhe ideias; Trabalho cooperativo autonomia; Responsabilidade social, uma vez que as crianças têm dominado essa habilidade desde tenra idade, elas entendem que uma sociedade em constante mudança é o papel de todos, e que todos fazem parte da sociedade como um todo. Portanto, será o primeiro passo para a construção de um país mais justo, igual e com menos desigualdades.

A inserção de novas tecnologias nas práticas de ensino mudará como rotinas escolares, e os professores devem adquirir conhecimentos para que os alunos possam se beneficiar desses recursos. Além disso, os próprios alunos podem fazer vídeos com a ajuda dos professores e se tornarem protagonistas do processo de ensino. Em outras palavras, a tecnologia pode realmente fazer parte da vida escolar cotidiana, é importante lembrar que os gestores e educadores escolares precisam ser treinados para usar a tecnologia na educação infantil.

Portanto, é necessário abandonar a resistência de muitas pessoas a essas mudanças e começar a ver a tecnologia como aliada e não como inimiga do aprendizado. Tratar professores e gerentes como intelectuais ajuda a repensar a escola, o treinamento e a tecnologia, portanto, construir narrativas de histórias de vida é o

objetivo. Permite que novos conhecimentos (selecionados ou buscados) se enraízem na trajetória de vida.

Com isso, ajuda a tornar a vida clara, compreensível e perceptível em sua dimensão de longo prazo, na qual as pessoas podem reconhecer e reconhecer o outro e, portanto, o sentimento de "nós" é possível. Também induz a tecnologia (a produção humana rompe uma cadeia de transmissão de práticas relacionadas à história do grupo ou das pessoas) e se torna uma ferramenta para narrar e organizar grupos e projetos.

Recursos técnicos fornecem grande suporte e assistência aos educadores, que podem usar os educadores para fazer imagens e filhos para seus alunos com informações de alta qualidade, relevantes ou não. Um educador com materiais adequados pode tornar sua sala de aula mais interessante e diversificada, com conteúdos mais ricos e produtivos, de forma a obter um maior nível de aproveitamento e melhorar o desenvolvimento social, cognitivo e psicológico dos alunos.

A escola auxilia neste trabalho disponibilizando uma sala de recursos onde os educadores podem utilizar materiais e equipamentos digitais e técnicos em um ambiente específico. Como priorizado, como crianças dessa idade aprendem muito com a "visão", mas também precisam ser "concretas" e lúdicas. Elas precisam ser motivadas por atividades gratuitas e direcionadas e contar com seu próprio uso de tecnologia e números Recursos ou meios técnicos tradicionais. Como revistas, livros, lápis, giz, fantoches etc. Este campo de ensino é muito amplo, pois as crianças querem entender tudo ao seu redor, as pessoas, os animais e a natureza são um novo mundo aberto que precisa deles para entrar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se iniciou o trabalho de pesquisa constatou-se que havia dificuldade por parte dos educadores da educação infantil em aplicar o uso da tecnologia agregando aos conteúdos para melhorar a aprendizagem dos alunos. Por essa necessidade foi visto à importância de estudar sobre. "A importância do uso das tecnologias no Processo de Ensino Aprendizagem na Educação Infantil". Assim, pode-se constatar que o objetivo foi atendido porque efetivamente o trabalho conseguiu demonstrar que verificar a importância do uso das tecnologias no processo de ensino aprendizagem que traz um ambiente agradável e prazeroso para o aluno.

O objetivo especifico inicial era identificar as dificuldades que hoje existe para a inserção dos recursos tecnológicos na educação infantil, o segundo objetivo foi citar a importância e benefícios das tecnologias incorporada ao processo de ensino e aprendizagem, no qual proporciona novos métodos de ensino, principalmente métodos de aprendizagem, a inserção da tecnologia em todos os campos, inclusive na educação, área em que os recursos técnicos devem ser plenamente aproveitados e amplamente utilizados, pois hoje a educação é a base da formação do cidadão, da preparação para a vida e da sociedade,

Já o terceiro objetivo específico foi exemplificar o uso da tecnologia e recursos para ajudar a melhorar a qualidade do processo de ensino, sendo necessário, combinar tecnologia com novos métodos e recursos para tornar o processo eficaz e converter em conhecimento os pacotes de informações que os alunos trouxeram para a escola. É nesse momento que os professores

abandonam seus papéis anteriores de detentores de conhecimentos e passam a ser mediadores e facilitadores, para que os alunos possam se tornar sujeitos ativos do ensino atual. Aprenda, explore a informação, socialize o conhecimento e construa o seu conhecimento.

Através do estudo abordado deve-se atentar e entender a necessidade individual que cada aluno carrega em si, assim alavancar e ajudar na aprendizagem e no desenvolvimento dele. Pois, precisa compreender que o educador deve enxergar a tecnologia como uma aliada no processo de ensino, ou seja, um recurso que contribui com o processo. Muitas pesquisas comprovaram seus benefícios e vantagens, não havendo razão para não utilizar recursos técnicos em sala de aula. Mas a capacitação e o treinamento podem ser necessários para que esses professores se sintam seguros ao usar esses recursos que vão aumentar o rendimento escolar e expandir as opções de ensino e aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. E. B. **Tecnologias digitais na educação**: o futuro é hoje. In: ENCONTRO DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, 5, 2007. Anais..., 2007. Disponível em: https://etic2008.files.wordpress.com/2008/11/pucspmariaelizabeth.pdf. Acesso em: dez., 2020.

ANDRADE, P. E.; PRADO, P.S.T. Psicologia e Neurociência Cognitiva: Alguns avanços recentes e implicações para a educação. **Rev. Interação em Psicologia**, (2), 7. 2003.

AREA, Manuel. Vinte anos de políticas institucionais para incorporar as tecnologias da informação e comunicação ao sistema escolar. In: SANCHO,

Juana María et al. **Tecnologias para transformar a educação**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BAUDRILLARD. **Para uma crítica da economia política do signo**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

Bauman, Z. ***Modernidade líquida***. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LDB**. 9394/1996.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018

_____. Ministério da educação. **Conectando os pontos para construir o ensino e a aprendizagem do futuro. UNESCO, 24 P.:illus., 2017. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000259168. Acesso em: mar., 2021.**

_____. Ministério da **Educação**. Secretaria de **Educação** Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília, 1998

_____. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988.

BRIGNOL, S. M. S. **Novas tecnologias de informação e comunicação nas relações de aprendizagem da estatística no ensino médio**. Monografia (Especialização) – Faculdades Jorge Amado, Salvador, 2004.

CRUZ, Audilene M. at al. **Utilização de Softwares educacionais voltadas para a Educação Infantil,** 2011. Disponível em: http://aplicandoeducacao.blogspot.com.br/2011/09/p-marginbottom-0_24.html. Acesso em: dez.,2020.

CRUZ, Dulce Márcia, MORAES, Marialice de. **Tecnologias de comunicação e informação para o ensino a distância na integração universidade/empresa.** Revista Brasileira de Educação a Distância, Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação, ano V, no 28, p. 05-16, mai./jun. 1998.

CYSNEIROS, P. G. **Novas tecnologias na educação** – texto em construção. Recife: [s.n.], 1998. p.205-08.

DANIELS, H. Vygotsky **em foco: pressupostos e desdobramentos**. 2ºed. São

Paulo: Papirus, 1995.

DORNELLES, Leni Vieira; BUJES, Maria Isabel Edelweiss. **Alguns modos de significar a infância**. In:_____ (Orgs.). Educação e infância na era da informação. Porto Alegre: Mediação, 2012. p. 11–28.

FERREIRA, Gêisa de Carvalho Silva. KUMAR, KRISHAN. **DA SOCIEDADE PÓS-INDUSTRIAL À PÓS-MODERNA**. RIO DE JANEIRO: J. ZAHAR, 1997. portal periodicos, v.4, n.1, 1999. Disponível em: http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/72. Acesso em: nov., 2020.

GARCIA, F. W. A importância do uso das tecnologias no processo de ensino-aprendizagem. **Educação a Distância, Batatais**, v. 3, n. 1, p. 25-48, jan./dez. 2013. Disponível em: <claretianostudium.com.br/download?caminho=upload/cms/>. Acesso em: 14 dez. 2020.

GOMES, Juliana Azevedo. Formação e prática docente na Educação Infantil: da escolha profissional à práxis reflexiva em diferentes contextos educacionais, 2010. **Revista da Graduação**, vol.4, no.1, 2011. Disponível em: http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/graduacao/article/view/8566/6073. Acesso em: dez., 2020.

GUERREIRO, Jackeline Rodrigues Gonçalves e BATTINI, Okçana. **Novas Tecnologias na Educação Básica:** Desafios ou Possibilidades. Universidade Estadual de Londrina. III Jornada de Didática. Londrina, julho de 2014. Disponível em: http://www.uel.br/eventos/jornadadidatica/pages/anais-da-iii-jornada-de-didatica-desafios-para-a-docencia-e-ii-seminario-de-pesquisa-do-cemad.php. Acesso em: dez., 2020.

GUIMARÃES, M. **A formação de educadores ambientais**. São Paulo: Papirus, 2011.

KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias**: O novo ritmo da informação. Campinas: Papirus, 2007.

_____. **O papel do professor na sociedade digital**. In: CASTRO, Amélia D. e CARVALHO, Anna P. de (orgs.) Ensinar a ensinar: Didática para a Escola Fundamental e Média. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001. p 95-106.

_____. **Educação e tecnologias**: Um novo ritmo da informação. 8. ed. Campinas: Papirus, 2012. p. 15-25.

_____. **Tecnologias e o ensino presencial e a distância**. 9 ed. Campinas, SP: Papirus, 2010.

_____. **Infância e educação Infantil**: uma abordagem histórica. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

LEÃO JUNIOR, C. M. **Pedagogia dos jogos eletrônicos**: proposta metodológica para o ensino na educação física escolar. Universidade estadual do Paraná. Dissertação (mestrado profissional em Educação). Universidade estadual de Santa Catarina. Paranavaí, 2015.

LÉVY, P. **A inteligência coletiva**: por uma antropologia do ciberespaço. São Paulo: Loyola; 2011.

LYOTARD, Jean-François. **O pós-moderno**. Tradução de R. C. Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

MARON, J. **MUDAR A FORMA DE ENSINAR E DE APRENDER Transformar as aulas em pesquisa e comunicação presencial-virtual**. Publicado inicialmente na Revista Interações, São Paulo, 2000. vol. V, p.57-72. Disponível em: http://www.eca.usp.br/prof/moran/site/textos/tecnologias_eduacacao/uber.pdf. Acesso em: dez., 2020.

MASETTO. M. T. Mediação pedagógica e o uso da tecnologia. In: MORAN, José Manuel., MASETTO, Marcos T.., BEHRENS, Marilda Aparecida. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**.8. ed. Campinas, SP: Papirus, 2006.

MERCADO, Luís Paulo Leopoldo. **Formação continuada de professores** e novas tecnologias. Maceió: EDUFAL, 1999.

MUELLER, L. C. **Uso de recursos computacionais nas aulas de matemática.** Dissertação (Mestrado Profissional em Ciências Exatas). Centro Universitário UNIVATES. Lajeado/RS, 2013.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. **A história da educação infantil no Brasil:** avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. Revista HISTEDBR On-line. Campinas, SP, n.33, p.78-95, 2009. Disponível em:

http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/33/art05_33.pdf. Acesso em: nov., 2020.

PEREIRA, A. H. N. B. **Informática na educação**. Caderno de Referência de Conteúdo. Batatais: Centro Universitário Claretiano, 2007.

PIAGET, Jean. **A Formação do Símbolo na Criança**: imitação, jogo e sonho, imagem e representação. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978

PREDIGER, Joice. **A utilização das tecnologias da informação e comunicação (TIC) na educação infantil**. Porto Alegre, 2015. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/134443/000986811.pdf?sequen. Acesso em: nov., 2020.

SANCHO, J. M.; HERNANDEZ, Fernando. **Tecnologias para Transformar a Educação**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

SANTOS, N. F. A. Tecnologias da informação e comunicação no trabalho docente: reflexões acerca da mediação pedagógica. **CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO.** Lucas do Rio Verde/MT. Ano 01, Nº 01, julho de 2015.

SOARES, M. C. F. **Concepções de professores da educação básica sobre o uso de softwares no processo ensino aprendizagem**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Vale do Sapucaí. Pouso Alegre, 2014.

SOUSA, RP., MIOTA, FMCSC., and CARVALHO, ABG., orgs. **Tecnologias digitais na educação** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. Disponível em: http://books.scielo.org/id/6pdyn/pdf/sousa-9788578791247-02.pdf. Acesso em: nov., 2020.

TAJRA, Sanmya Feitosa. **Informática na Educação**: novas ferramentas pedagógicas para o professor na atualidade. 8. ed. São Paulo: Érica, 2008.

VALENTE, José Armando. **Informática na educação no Brasil**: análise e contextualização histórica. In: VALENTE, José Armando (org.). O Computador na Sociedade do Conhecimento. Campinas : UNICAMP / NIED, 1999, pp. 01-27.

EDUCAÇÃO DO FUTURO: ENTRE UTOPIAS, TRANSFORMAÇÕES E DESAFIOS

Silvanira Hipólito da Conceição Castro

RESUMO: A educação ao longo da história tem sido concebida como um dos pilares fundamentais para que as sociedades se desenvolvam. No entanto, diante das transformações sociotécnicas que ocorrem na contemporaneidade, torna-se urgente refletir sobre qual será, ou qual deveria ser o futuro da educação, sobretudo em países como o Brasil, em que as desigualdades se mostram como uma de suas principais marcas. Assim, este estudo tem como objetivo principal discutir os desafios e as perspectivas para a educação do futuro, considerando questões como exclusão social, limitações estruturais e dependência crescente de tecnologias digitais. O estudo adota como metodologia a pesquisa bibliográfica devido a importância de fundamentar teoricamente a discussão, identificando as contribuições de diferentes pensadores, assim como de dispositivos legais na construção de uma educação voltada para a equidade, para a inclusão, buscando a formação de sujeitos para um mundo em constante transformação. Os resultados dessa pesquisa mostram que há um futuro promissor para a educação brasileira marcado pelas diversas possibilidades advindas com a tecnologia, contudo, é um futuro desafiador, sobretudo, pelas desigualdades que são tão marcantes na sociedade e que inevitavelmente atingem a educação. Muito precisa ser feito para que a educação contemple a todos os brasileiros, trazendo as mesmas oportunidades e oferecendo qualidade, os governantes precisam empreender e efetivar políticas públicas de grande alcance, a sociedade precisa cobrar ativamente, colaborar para que a educação seja contemplada de modo a favorecer toda a sociedade, que seja uma educação justa, igualitária.

Palavras-chave: Educação. Futuro. Perspectivas. Desafios. Utopia.

INTRODUÇÃO

A educação ao longo da história tem sido concebida como um dos pilares fundamentais para que as sociedades se desenvolvam. No entanto, diante das transformações sociotécnicas que ocorrem na contemporaneidade, torna-se urgente refletir sobre qual será, ou qual deveria ser o futuro da educação, sobretudo em países como o Brasil, em que as desigualdades se mostram como uma de suas principais marcas. Assim, a crescente presença da tecnologia, as mudanças no mercado de trabalho, bem como as novas configurações sociais exigem da educação um reposicionamento, com foco na transmissão de conteúdos, mas, principalmente, na formação de sujeitos críticos, autônomos e que estejam preparados para lidar com o mundo atual, que é bastante complexo.

Nesse cenário, autores como Paulo Freire (1987), ao enfatizarem a educação como prática da liberdade, apontam para a necessidade de uma proposta pedagógica que supere o ensino bancário, onde o professor apenas deposita conteúdos para que os alunos os absorvam, passando a promover um diálogo e a construção coletiva do saber e do pensamento crítico. Nesse mesmo sentido, pensadores como Thomas More (2014), ainda que por meio de uma ficção utópica, contribuem para imaginar possibilidades de transformação social a partir de uma educação humanista e justa. Também, tem-se as reflexões filosóficas como a de Heráclito de Éfeso e Jean-Jacques Rousseau que colaboram para o entendimento da educação como um processo dinâmico, que é constantemente influenciado pelas mudanças históricas e políticas.

O estudo procura responder ao seguinte problema de pesquisa: Quais as perspectivas e os desafios para a educação do futuro?

Dessa forma, a presente pesquisa tem como objetivo discutir os desafios e as perspectivas para a educação do futuro, considerando questões como exclusão social, limitações estruturais e dependência crescente de tecnologias digitais. Para cumprir esse objetivo, utiliza-se como base o estudo de obras clássicas e contemporâneas da filosofia e da pedagogia, bem como a análise de legislações pertinentes, como a Constituição Federal de 1988, a Lei Brasileira de Inclusão (Lei n. 13.146/2015).

O estudo adota como metodologia a pesquisa bibliográfica devido a importância de fundamentar teoricamente a discussão, identificando as contribuições de diferentes pensadores, assim como de dispositivos legais na construção de uma educação voltada para a equidade, para a inclusão, buscando a formação de sujeitos para um mundo em constante transformação. Trata-se, portanto, de uma investigação teórica, que busca compreender como a educação pode se tornar um instrumento de transformação social efetiva, respeitando as particularidades dos indivíduos e os desafios do nosso tempo.

DESENVOLVIMENTO
Metodologia

O presente trabalho é baseado na utilização de pesquisa bibliográfica, através de utilização dos acervos disponíveis. O procedimento bibliográfico se vale-se de teses, dissertações, artigos e textos de blogs ou jornais, relevantes para o assunto.

Quanto à pesquisa bibliográfica, como afirma Chiara, "a pesquisa bibliográfica é então feita com o intuito de levantar um conhecimento disponível sobre teorias, a fim de analisar, produzir ou explicar um objeto sendo investigado. A pesquisa bibliográfica visa então analisar as principais teorias de um tema, e pode ser realizada com diferentes finalidades".

Assim, o estudo se enquadra na metodologia bibliográfica, exploratória e qualitativa, e para assegurar a obtenção do objetivo previsto, serão analisados o material encontrado sobre o tema.

Segundo Severino (2016) a pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível decorrente de pesquisa anteriores, em documentos impressos como livros, artigos, teses, ou categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos.

Em relação à natureza da pesquisa, foi utilizada a pesquisa qualitativa, buscando descrever a complexidade de um problema, pois essa modalidade de pesquisa responde a questões muito particulares se preocupando principalmente com as questões sociais.

Em relação aos objetivos caracteriza-se como descritiva, pois, trata justamente de descrever, caracterizando um determinado grupo ou por assim dizer um fenômeno. Para tanto, Gil (2017) explica que as pesquisas desse tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis.

Apresenta ainda características exploratórias. Segundo Richardson (2017), a pesquisa de objetivo exploratório são investigações que partem de uma visão geral do objeto estudado para chegar em uma parte menor deste objeto de pesquisa. A pesquisa de objetivo explicativo tenta esclarecer uma relação entre dois aspectos de uma situação, para o autor, é uma explicação do por que acontecem determinados fatos, analisando a relação causais existentes ou as condições que as produzem. É o tipo da investigação que aprofunda mais nosso conhecimento da realidade.

Referencial teórico

O filósofo Thomas More (2014), em sua obra "Utopia', relata uma sociedade perfeita, a qual é demonstrada pela inexistência de problemas sociais. Porém, ao se analisar a realidade brasileira, vê-se uma contradição ao livro mencionado, uma vez que a Educação que se busca no futuro está longe de ser prefeita, pois se assim o fosse não buscaria o diálogo, não suscitaria a dúvida e não construiria o processo de aprendizado. A educação que se busca no futuro deve estar comprometida e em harmonia com a sociedade na busca de construção de saberes e despertar de conhecimentos, diante de um cenário cada vez mais desafiador, global e interativo, marcado por um mercado de trabalho mais tecnológico, o qual já utiliza mecanismos como: inteligência artificial e realidade virtual. Sendo um dos seus principias pilares a interação das tecnologias que busquem abranger as mudanças e aceitação dos novos padrões socias.

Paulo Freire (2021), um dos grandes educadores e filósofos brasileiros, era adepto da concepção de que ninguém ignora ou sabe de tudo, por isso sempre é possível aprender um com o outro, ensinar um ao outro, pois esse processo conduziria, por fim, à autonomia, quando o oprimido se libertaria por meio do conhecimento e do pensar a se tornar um sujeito crítico. Contudo, como ele mesmo cita: "A educação nunca é neutra, pois sempre deve trazer uma consciência crítica. Diante disso, tem-se um revés incentivado não só pela negligência governamental, mas também pela base educacional lacunar, que muitas vezes não leva o ser humano a pensar, nos vendendo modelos prontos de conhecimento e saberes expostos na internet, na mídia, na sociedade de forma geral, sobretudo com a facilidade que hoje temos de acessar os meios de comunicação em massa com nossos celulares e notebooks.

Porém, como dizia o filósofo Heráclito de Éfeso (2002) ninguém toma banho no mesmo rio duas vezes, porque tudo é constante mudança, tanto em nós como no tempo, nas tecnologias, nos meios de comunicação, mas será que todas as mudanças são boas para a educação dos nossos jovens no futuro, o que de benefício podemos levar para a nossa educação de forma construtiva no futuro essa é apenas uma das indagações a serem feitas.

Nesse sentido, faz-se mister destacar, que grande parcela da nossa população ainda não tem acesso a uma educação de qualidade, ao saber, ao conhecimento, situação que muitas vezes decorrem da inoperância governamental, que pouco faz para tentar mudar esses números. Recentemente como forma de tentar começar a mudar essa realidade, tivemos o sancionamento da Lei

nº 15.100/2025, a qual tem por objetivo dispor sobre a utilização, por estudantes, de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais, inclusive telefones celulares, nos estabelecimentos públicos e privados de ensino da educação básica, com o objetivo de salvaguardar a saúde mental, física e psíquica das crianças e adolescente.

Diante do cenário atual, leis como essa buscam assegurar que limitando o uso dos meios de comunicação e dos eletrônicos, como celulares, tablets, notebooks, redes sociais se contribua para que jovens e adolescentes do nosso país passem a usar com moderação os meios eletrônicos em sala de aula e assim consigam desenvolver outras habilidades como a sociabilização e o gosto pelos estudos, ladeados pela obtenção do conhecimento.

Nesse contexto vale destacar a importância do papel do Estado nas políticas públicas e sociais, o qual vai além de assegurar uma educação de qualidade, pois conforme assegura nossa Constituição Federal de 1988, em seu Art. 6º, também é dever do Estado, assegurar a todos o acesso ao conhecimento, contudo sabemos que muitas vezes isso não ocorre (Brasil, 1988). Como assegura o filósofo Rousseau (2017) em sua obra "Contrato Social", caberia ainda ao Estado viabilizar ações que garantam o bem-estar da população e assegurem educação de qualidade para todos, o que muitas vezes não é observado no Brasil.

A educação com qualidade rompe as defesas da previsão trazida por esse filósofo, uma vez que as políticas públicas hoje existentes são insuficientes para produzirem resultados positivos para a educação, como, por exemplo, uma educação inclusiva e acessível para todos ou ainda uma educação de qualidade voltada para construção de saberes, reflexiva e capaz de questionar e

entender os malefícios de consumir informações com conteúdo negativos e apelativos como os expostos nas redes sociais.

É necessário para mudar essa realidade , devendo o Estado sair da inércia e da impunidade presente na questão da educação lacunar, pois não existe educação sem construção de conhecimento, pois como diria Paulo Freire (2021): "Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda" , ou seja a educação deve propiciar a transformação de uma sociedade, sendo a mola propulsora entre a escuridão e a luz, pois o conhecimento transforma não só mentes como vidas, tendo em vista que uma sociedade que dissemina seu conhecimento, se direcionando para o aprendizado personalizado, capaz de se adaptar as transformações no futuro.

Um olhar atento dos educadores será necessário para que no futuro se entenda melhor as necessidades e estilos de aprendizado de cada aluno, sobretudo das crianças e jovens com necessidades especiais, criando planos de estudo adaptados e provas individualizadas, incluso já existe previsão legal para isso na lei da Inclusão nº: 13.146/2015 (Brasil, 2015). Isso não apenas aumentará a efetividade do aprendizado, mas também melhorará o engajamento dos estudantes.

É perceptível que nenhuma sociedade se constitui bem-sucedida se não favorecer, em todas as áreas de convivência humana, o respeito à diversidade que possui. Nenhum país alcança pleno desenvolvimento se não garantir, a todos os cidadãos, sem qualquer distinção, as condições para uma vida digna, de qualidade física, psicológica, social e econômica em todas as etapas de sua existência.

Neste sentido, a escola possui papel fundamental, sendo o espaço no qual se deve favorecer a todos os cidadãos o acesso ao conhecimento e o desenvolvimento de competências, ou seja, a possibilidade de apreensão do conhecimento historicamente produzido pela humanidade e de sua utilização no exercício efetivo da cidadania.

Afinal, um Estado que não tem processos diferenciados de educação para seus cidadãos, terá certamente como consequência a generalização da injustiça e a prevalência do sentimento de desigualdade educacional inadmissível nas futuras gerações, que se espera sejam educadas para no futuro serem capazes de construir uma sociedade mais justa e igualitária.

Infere-se, portanto, a urgência de ações interventivas com o intuito de amenizar a negligência por parte do Estado e o ensino deficitário, pois a inclusão, o uso da tecnologia, do ensino a distância serão conceitos chaves na educação do futuro. Para isso, é necessário realizar ações que promovam uma Educação igualitária e acessível, por meio de ferramentas que asseguram as pessoas, estarem nas salas de aula e utilizarem de forma eficiente os meios de comunicação para buscar conhecimento , saberes , contribuindo assim na construção de uma sociedade mais justa e democrática, o que só será promovido com a partilha de saberes e a implementação de políticas públicas que busquem favorecer sobretudo as minorais como negros, indígenas, pessoas com deficiência, pessoas baixa renda e todos aqueles que buscarem a educação como um meio de transformação da sua realidade , disseminando conhecimento e adquirindo saberes.

Ademais, incentivar a educação para o futuro é função do Estado, do poder público e de toda a sociedade por intermédio da

criação de mecanismos que disseminem conhecimentos e propaguem uma educação transformadora para todos, com o objetivo de construir uma sociedade com menos desigualdade social e mais acesso ao conhecimento, mais inclusiva, adaptável de centrada no aluno, em seus potenciais e particularidades. Feito isso, o direito a educação será assegurado na prática para todos, educação ressalte-se qualitativa e transformadora capaz de construir bases sólidas para as próximas gerações que herdarão além da tecnologia, um mundo em constante mudança, onde se possa construir sua própria forma de pensar, pois a evolução da educação será, portanto, um reflexo das transformações sociais e tecnológicas na qual vivemos.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Na contemporaneidade percebe-se que muito se espera da educação para o futuro, para que ela possa ser eficaz, em que precisa ultrapassar modelos tradicionais que se encontram baseados na simples transmissão de conhecimentos. De acordo com Freire (2021) o ensino precisa ser libertador e dialógico, de modo que leve a promoção do pensamento crítico, uma concepção que entra em contraste com modelo bancário de educação, que em muitos contextos brasileiros ainda é predominante. Para que ocorra essas mudanças é preciso reformas curriculares e investimentos em formação docente.

Moran (2014) afirma que o uso intensivo das tecnologias está no centro dos debates acerca da educação do futuro. O professor da atualidade precisa dominar as linguagens tecnológicas e mediar os saberes de forma interativa. O uso de recursos pedagógicos como,

por exemplo, a realidade aumentada e a inteligência artificial tem se constituído uma realidade dos países desenvolvidos, contudo, em países com muitas desigualdades estruturais, como no Brasil, estas ainda são incipientes.

A exclusão digital, corresponde a uma das principais barreiras ao avanço educacional no país, configurando-se a um fator crítico. Em conformidade com o TIC Educação (2023), cerca de 28% das escolas públicas brasileiras ainda não possuem acesso à internet com qualidade para que possam ser utilizadas com finalidade pedagógica. Um dado que comprova que o investimento em infraestrutura é indispensável para uma educação equitativa e tecnológica.

Nesse sentido, a legislação é de fundamental importância, para que possa alcançar uma educação mais ampla, que contemple as necessidades dos diferentes perfis de alunos. A promulgação da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) reforça o direito à aprendizagem para todos, incluindo pessoas com deficiência (Brasil, 2015).

A Constituição Federal de 1988, ressalta que o acesso à educação é um direito social (Brasil, 1988). No entanto, Saviani (2016) alerta para a ausência de políticas efetivas de financiamento e valorização da escola pública, isso compromete a realização plena desse direito.

Na perspectiva de Mantoan (2015), a educação inclusiva corresponde a um princípio que deve nortear a construção de políticas públicas, sobretudo quando se trata de planejar o futuro educacional em contextos de diversidade. É necessário fazer com que a escola seja inclusiva, que esteja preparada para que de fato

promova um ensino que seja capaz de dar a todos os alunos iguais oportunidades de aprender.

E para que a inclusão ocorra verdadeiramente e de modo real é necessário que haja um planejamento meticuloso das ações, para que a inclusão não ocorra apenas na teoria, mas que seja colocada em prática e possa alcançar os objetivos traçados de buscar a igualdade social da pessoa com deficiência, oferecendo a ela as mesmas condições de aprendizagem e possibilidades que os demais alunos. A inclusão da pessoa com deficiência é algo que já vem sendo discutido há vários anos, porém agora ela começa a ser colocada em prática aos poucos e em passos curtos, mas que podem ser significativos. A educação do futuro precisa ser inclusiva, essa é uma necessidade básica e algo porque toda sociedade precisa lutar.

Outro ponto a ser considerado é o papel do educador, este está mudando, o docente deixa de ser um mero transmissor de conhecimento, tornando-se um mediador dos processos e sentidos. De acordo com Nóvoa e Alvim (2021) formar professores para esse novo tempo requer um grande investimento na valorização profissional e na formação contínua, com foco na capacidade de lidar com a complexidade das demandas atuais.

Na atualidade, os estudantes precisam desenvolver diversas competências, algo que não é possível apenas com o repasse de conteúdos tradicionais, é preciso um ensino que promova pensamento crítico, colaboração, assim como criatividade e alfabetização digital, competências essenciais no século XXI. Aqui percebe-se a importância de reforçar a necessidade de reformulação curricular com foco em competências socioemocionais e digitais.

Para Dayrell (2014) a educação do futuro requer que os estudantes sejam protagonistas do processo de ensino, sendo que os jovens são sujeitos de direitos e de saberes, não apenas como receptores passivos de conteúdo. É preciso valorizar a cultura dos jovens, a linguagem e formas de expressão, algo que é essencial para construir uma escola que esteja mais conectada à realidade dos estudantes.

Muitos estudiosos vêm afirmando a necessidade de uma educação global para o futuro, um processo de ensino que priorize o todo da sociedade e não apenas o aspecto cognitivo voltado unicamente às finanças. Esse novo formato educativo visa as competências e habilidades mais amplas e diversas da vida do ser humano, e não apenas o foco em uma área do conhecimento.

Nesse sentido, o Guia Prático para a Educação Global (2002, p. 34), define:

> A educação global é uma perspectiva educativa que decorre da constatação de que os povos contemporâneos vivem e interagem num mundo cada vez mais globalizado. Este facto faz com que seja crucial dar aos aprendentes oportunidade e competências para reflectirem e partilharem os seus próprios pontos de vista e papeis numa sociedade global e interligada, bem como compreenderem e discutirem as relações complexas entre questões sociais, ecológicas, políticas e económicas que a todos dizem respeito, permitindo-lhes descobrir novas formas de pensar e de agir. Contudo, a educação global não deverá ser apresentada como uma perspectiva a aceitar universalmente de forma acrítica, pois são bem conhecidos os dilemas, tensões, dúvidas e diferenças de percepção presentes em qualquer processo de educação sempre que se lida com questões globais.

Isso posto, compreende-se que esse formato educativo vislumbra a formação integral do cidadão, formando-o para a plena habilidade de conviver em sociedade, de maneira que não afete negativamente todo o habitat em que se encontra, e mais que isso, que contribua para a construção de um ambiente coletivo cada vez melhor para todos. Volta-se assim para a formação integral do ser humano, focando em amplas frentes de reflexão e atuação humana, o que resulta em benefícios individuais e coletivos.

Entende-se que é de grande importância a personalização do ensino. Horn e Staker (2015), chamam a atenção ao modelo de ensino híbrido, uma discussão que é de grande relevância para promover trajetórias individualizadas, essa modalidade respeita os tempos e estilos de aprendizagem dos estudantes. No Brasil, a abordagem do ensino híbrido ainda é pouco explorada, principalmente, porque as escolas são carentes de recursos tecnológicos e humanos, sem que possa contar, ainda, com sujeitos capacitados para aproveitar o potencial dessa modalidade.

No entendimento de Piketty (2014) a realidade da educação brasileira é marcada por muitas desigualdades, isso porque esta sociedade é desigual e como tal tende a perpetuar as desigualdades através da educação. Desse modo, pensar a educação do futuro exige também uma agenda de justiça distributiva e reparação histórica, principalmente com relação aos grupos marginalizados.

Pensar a educação do futuro, como esta deve ser, é ressaltar a urgência de uma educação intercultural e antirracista. Nessa perspectiva, Candau e Moreira (2011), ressaltam que a escola deve ser um espaço de afirmação das identidades e de combate às opressões. Nesse sentido, o currículo escolar precisa dialogar com as realidades dos povos indígenas, negros e quilombolas, conforme

estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB, (Lei nº 9.394/1996, Art. 26-A).

Nesse ponto, é preciso considerar, que a educação deve oferecer aos cidadãos conhecimento socializado e preparar os cidadãos para a prática social, sendo que esta atuação social precisa alicerçar-se em seus direitos e deveres, sem nenhuma discriminação em relação a gênero, religião e étnica. É nesse contexto, que se destaca a importância de uma educação que reflita sobre direitos sociais e que possa debater a respeito de preconceitos que se estruturam na sociedade brasileira. Uma educação que discuta a respeito dessas questões é preponderante para que os cidadãos compreendam melhor suas raízes históricas e valorizar a cultura, assim como o social. Diante da necessidade de valorizar as diferenças, nossas raízes históricas e cultura têm-se a Lei n o 11.645 de 2008, estabelecendo a inclusão obrigatória da temática História e Cultura-Afro Brasileira e Indígena nos currículos escolares.

A inclusão do ensino de História e Cultura-Afrobrasileira e Indígena tem-se um grande avanço na luta dos direitos sociais e é preciso que os professores possam refletir sobre seu papel diante dessa política e que possam ser colaborante com os direitos sociais. Dessa forma, este estudo destaca a importância de ter um ensino que respeite a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que trabalhe na perspectiva da temática curricular na lei no 11.645/2008. Assim considera-se como situação problema a escola estadual "Machado de Assis" onde é ofertado o Ensino Fundamental e Médio na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e seu trabalho com a herança cultural Afro-Brasileira e Indígena, assim professores e equipes pedagógicas buscaram desenvolver atividades para uma semana trabalhando a temática, assim

trabalhamos o tema importância da cultura afro-brasileira na formação de uma escola democrática.

A inclusão da História e cultura Afro-brasileira e Indígena nos currículos da Educação Básica Brasileira se constitui em uma vitória da diversidade cultural no Brasil, sendo que é de suma importância para que a história e cultura do povo afrodescendente e indígena seja valorizada, essa educação está presente nos currículos da educação básica, mas para que de fato ela aconteça em sala de aula é necessário que os professores estejam dispostos a trabalhar a mesma.

Assim, é preciso considerar que a lei 11.645/2008 é de grande relevância para que sejam garantidos que africanos e afro-brasileiros e indígenas tenham sua história contada e que sua cultura possa ser conhecida, ao passo que traz a valorização em todos os seus aspectos.

Contudo, a implementação dessas leis no ensino básico, trazem consigo desafios ao docente, uma vez que é possível que sua formação acadêmica tenha se dado em momento anterior à implementação e que ele não tenha sido capacitado para trabalhar com a temática em sala de aula.

Contudo, mesmo diante desses desafios a inclusão do ensino de história e cultura Afro-Brasileira e Indígena por lei é um momento de grande valia histórica:

> Trata-se de um momento em que a educação brasileira busca valorizar devidamente a história e a cultura de seu povo afrodescendente e indígena, buscando assim reparar danos, que se repetem há cinco séculos, à sua identidade e a seus direitos. Esta inclusão nos currículos da educação básica amplia o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira.

> Mostraremos que este momento é de relevância não apenas para a população negra, mas também a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica, sendo capazes de construir uma nação democrática (Borges, 2010, p. 72).

Assim, considera-se que a lei que inclui o ensino de história e cultura Afro-Brasileira e Indígena traz uma reparação de danos provocados a esses povos no decorrer da história, sendo que houve uma ampliação a diversidade cultural, racial e social, sendo um momento importante não só para os povos negros ou indígenas, mas um momento relevante para todos os brasileiros, onde a educação tem agora um foco maior sobre a construção de uma nação mais democrática.

Para Libâneo (2018) é essencial engajar a sociedade na construção da educação do futuro, devendo esta ser um projeto social, coletivo e não somente institucional. Nesse ponto, famílias, empresas, movimentos sociais, universidades devem compor uma rede que busque sustentar a educação democrática, transformadora, igualitária e justa.

Em consonância com os ideais utópicos de Thomas More (2014), a educação do futuro é imaginada como promotora da justiça social e do bem comum. Mesmo que seja uma ideia utópica, não é uma concepção inatingível. A proposta de Siqueira (2020) é de que as políticas intersetoriais que articulem educação, assistência social e saúde podem criar um ambiente escolar mais justo e acolhedor.

Percebe-se, assim, um futuro promissor para a educação brasileira marcado pelas diversas possibilidades advindas com a tecnologia, contudo, é um futuro desafiador, sobretudo, pelas

desigualdades que são tão marcantes na sociedade e que inevitavelmente atingem a educação. Muito precisa ser feito para que a educação contemple a todos os brasileiros, trazendo as mesmas oportunidades e oferecendo qualidade, os governantes precisam empreender e efetivar políticas públicas de grande alcance, a sociedade precisa cobrar ativamente, colaborar para que a educação seja contemplada de modo a favorecer toda a sociedade, que seja uma educação justa, igualitária.

A educação constitui-se em um dos principais direitos do ser humano, ela é fundamental para que a sociedade seja mais justa e igualitária, para que seja possível o exercício da cidadania. Nessa perspectiva é de suma relevância que o Estado ofereça educação de qualidade, inclusive a Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como um direito de todos. Assim, é importante que o Estado tome por base o princípio constitucional e possa de fato materializar uma educação de qualidade para todos, onde permitirá que seu povo tenha alcance a uma educação que lhes traga oportunidades de ter acesso ao ensino, de permanecer na escola e de obter sucesso acadêmico.

Ao que tudo indica o futuro da educação será reflexo de escolhas sociais, políticas e econômicas futuras. Como afirma Bauman (2001), vive-se em uma "modernidade líquida", onde a educação deve oferecer estabilidade em meio ao caos. Dessa forma, a construção de um sistema educacional resiliente, inclusivo e inovador mostra-se como o principal desafio da contemporaneidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada nesse estudo mostrou que a educação do futuro não pode ser pensada de forma desarticulada das transformações tecnológicas, sociais, culturais e econômicas que marcam o século XXI, considerando que essas transformações são muito profundas e têm impacto significativo na sociedade.

O estudo tornou evidente que, mesmo diante de avanços tecnológicos e das possibilidades que eles oferecem, os desafios estruturais persistem e isso dificulta a que a educação se concretize como realmente democrática, inclusiva e de qualidade para todos. Nesse cenário é possível perceber que a exclusão digital, a carência de políticas públicas eficazes, a desvalorização docente e a persistência de um modelo pedagógico focado na transmissão de conteúdos, mostram-se como barreiras significativas para o avanço da educação.

Contudo, a pesquisa demonstrou a existência de caminhos possíveis e que se mostram bastante promissores, no entanto eles requerem muito empenho e não só de docentes e de outros membros da escola, mas da comunidade em geral e dos governantes. É preciso valorizar o pensamento crítico, buscar construir práticas pedagógicas libertadoras e dialógicas, adotar metodologias ativas e personalizadas, trazer o aluno para o protagonismo do processo de ensino e aprendizagem, se alinhando as novas demandas educacionais, isso é fundamental para transformar o ensino em um verdadeiro instrumento de emancipação social. Assim, entende-se, que a educação do futuro precisa formar cidadãos éticos, criativos e que sejam capazes de interagir de maneira crítica com a realidade à sua volta.

É preciso destacar que é indispensável que o Estado cumpra seu papel constitucional, ele deve garantir investimentos contínuos em infraestrutura, conectividade, na formação docente e políticas educacionais intersetoriais. Deve estar atento as demandas da atualidade e buscar promover um ensino que favoreça a inclusão. É fundamental que a escola se constitua um espaço vivo de aprendizagem, que seja capaz de acolher as diferenças, de valorizar as múltiplas culturas e promover a equidade. É preciso buscar um futuro educacional sustentável e ele não ocorrerá sem que haja compromisso com a justiça social, a diversidade e a inclusão.

Portanto, a pesquisa conclui que a educação do futuro será o resultado das escolhas feitas no presente, de modo que se essas escolhas forem pautadas por uma visão humanista, democrática e inovadora, será possível transformar a utopia de uma escola para todos em uma realidade concreta. Caso isso não ocorra ciclos de exclusão e desigualdade que comprometem o desenvolvimento social se perpetuarão no país e não é possível vencê-los. É primordial que a educação acompanhe as mudanças da sociedade e que seja protagonista delas.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Retrotopia.** Tradução de Renato Aguiar. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BORGES, Elisabeth Maria de Fátima. A Inclusão da História e da Cultura Afro-brasileira e Indígena nos Currículos da Educação Básica. **R. Mest. Hist.,** Vassouras, v. 12, n. 1, p. 71-84, jan./jun., 2010.

BRASIL. **LEI Nº 11.645 DE 10 DE MARÇO DE 2008.** Disponível em: https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=11645&ano=2

008&ato=dc6QTS61UNRpWTcd2. Acesso em: 12. Out. 2020.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília-DF. Outubro. 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 abr. 2025.

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 14 abr. 2025.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos. **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 118, p. 235–250, jan./mar. 2012. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000100015. Acesso em: 14 abr. 2025.

CHRISTENSEN, Clayton M.; HORN, Michael B.; STAKER, Heather. **Ensino híbrido: uma inovação disruptiva – Uma introdução à teoria dos híbridos**. [S.l.: Clayton Christensen Institute], 2013. Disponível em: http://porvir.org/wp-content/uploads/2014/08/PT_Is-K-12-blended-learning-disruptive-Final.pdf. Acesso em: 14 abr. 2025.

DAYRELL, Juarez. A escola "faz" as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação & Sociedade,** v. 28, n. 100, p. 1105–1128, out. 2007. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300022. Acesso em: 14 abr. 2025.
GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ed. São Paulo: Atlas. 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** 34. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

HERÁCLITO. **Fragmentos.** Tradução de Huberto Rohden. São Paulo: Martin Claret, 2002.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. 8. ed. Campinas: Papirus, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

MORAN, José Manuel. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá.** 5. ed. Campinas: Papirus, 2014.

MORE, Thomas. **Utopia.** Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Penguin-Companhia das Letras, 2014.

NÓVOA, António; ALVIM, Yara. Covid-19 e o fim da educação: 1870–1920–1970–2020. **História da Educação,** v. 25, e110616, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2236-3459/110616. Acesso em: 14 abr. 2025.

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR (NIC.br). **TIC Educação 2018: pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nas escolas brasileiras.** São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2019. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/216410120191105/tic_edu_2018_livro_eletronico.pdf. Acesso em: 14 abr. 2025.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI.** Tradução de Mônica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social.** Tradução de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Martin Claret, 2017.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio, ou Da educação.** Tradução de Sérgio Milliet. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas. 2017.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia.** Edição comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008.

MOTIVAÇÃO E ENGAJAMENTO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:
OBSTÁCULOS E POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÕES PEDAGÓGICAS TRANSFORMADORAS

Cleônia De Sousa Pires

RESUMO: A Educação de Jovens e Adultos (EJA) atende alunos que não concluíram seus estudos no tempo certo. Muitos abandonam a escola devido a responsabilidades familiares, trabalho e insegurança sobre o retorno aos estudos. Este estudo visa analisar os obstáculos para motivação e engajamento desses alunos, propondo intervenções pedagógicas transformadoras baseadas na Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP) para tornar o ensino mais eficaz. Utilizou-se pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa. Constatou-se que a falta de infraestrutura, materiais didáticos, formação de professores e políticas públicas agrava a evasão escolar, principalmente pela desmotivação dos estudantes. A ABP surge como alternativa eficaz, pois valoriza o protagonismo do aluno, suas experiências prévias e promove uma aprendizagem significativa. Sua adoção requer capacitação docente e investimentos em recursos e ambientes de aprendizagem inclusivos.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Aprendizagem Baseada em Problemas. Motivação. Engajamento.

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é um campo de educação muito importante no cenário atual, atendendo a uma diversidade de alunos que, por diferentes razões, não concluíram os estudos na idade correta. Os estudos desses alunos é um campo desafiador, pois é comum a evasão escolar. Iniciam seus estudos, mas, diante das adversidades, muitos precisam cuidar da família e dos filhos, além de conciliarem os estudos com o trabalho. Isso leva muitos a desistirem, devido à insegurança por estarem estudando tardiamente, o que os desmotiva. Portanto, a motivação e o engajamento desses estudantes são essenciais para que possam continuar seus estudos e concluí-los. Assim, é preciso que os docentes possam entender e promover a motivação e o engajamento dos alunos da EJA, o que é fundamental para garantir que haja inclusão e possibilidades de aprendizagem.

Todavia, para alcançar essa motivação e engajamento, apresentam-se questões complexas, pois isso depende de diversos fatores, tanto externos, como questões familiares e de trabalho, quanto internos, como a falta de apoio institucional, infraestrutura adequada e capacitação docente. Nesse cenário, ganham destaque as intervenções pedagógicas, que precisam ser eficazes para fortalecer a motivação e o engajamento na EJA.

Essas intervenções dizem respeito a metodologias ativas de ensino, que colocam o aluno em foco, assumindo o protagonismo do processo de ensino e aprendizagem. Elas promovem uma aprendizagem contextualizada e prática, estimulando a autonomia e a autoestima do discente. Nesse sentido, podem ser utilizadas com os alunos da EJA práticas como a gamificação, a sala de aula

invertida, Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP), as tecnologias digitais, dentre outras.

Nas metodologias ativas de ensino, os professores não se posicionam como transmissores de conhecimentos, mas envolvem os alunos nas atividades, fazendo com que assumam o protagonismo do processo de ensino e aprendizagem, participando de forma ativa deste. É relevante ainda o desenvolvimento de currículos flexíveis e contextualizados, que estejam de acordo com as necessidades dos alunos. Dessa forma, é preciso considerar o uso de recursos que possam ajudar os alunos em sua aprendizagem, facilitando esse processo. É importante que haja espaços de colaboração e suporte para esses alunos, auxiliando-os na superação de desafios. Outro ponto primordial é a formação continuada de professores, para que estejam conectadas às especificidades da EJA, assim como políticas públicas que visem atender a este público.

Dessa forma, o **tema** desse estudo consiste na motivação e engajamento dos alunos da modalidade EJA de ensino, considerando as intervenções pedagógicas e fatores determinantes. O **objeto de estudo** dessa pesquisa são fatores que influenciam negativamente a motivação e o engajamento dos estudantes na Educação de Jovens e Adultos e as intervenções pedagógicas que podem ser inovadoras para superar os aspectos negativos. Diante disso, a pesquisa visa identificar a eficácia da ABP como uma metodologia inovadora e avaliar sua eficácia e propor soluções para aumentar a adesão, permanência e sucesso na aprendizagem dos estudantes da EJA.

O **pressuposto** desse estudo é de que as intervenções pedagógicas são fatores determinantes para a motivação e o

engajamento dos alunos da EJA. Estes são influenciados por diversos fatores, os intrínsecos, como autoconfiança e relevância percebida do conteúdo, e extrínsecos, como o ambiente de sala de aula e apoio do professor. Intervenções pedagógicas adequadas podem aumentar significativamente esses aspectos, levando a melhores resultados educacionais.

Diante desse pressuposto, o estudo busca responder ao seguinte **problema de pesquisa**: Como as experiências de vida anteriores dos alunos influenciam negativamente a motivação e o engajamento na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e de que maneira a implementação de metodologias inovadoras, baseadas na Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP), pode superar esses desafios, promovendo uma educação mais eficaz e inclusiva?

O **objetivo** desse estudo consiste em analisar os obstáculos para a motivação e engajamento dos alunos na EJA e propor intervenções pedagógicas transformadoras, baseadas na Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP) que contribuam para a superação desses obstáculos, tornando o processo de ensino e aprendizagem mais eficaz.

A **justificativa** para esse estudo está no fato de que existe uma necessidade urgente de abordar os desafios enfrentados pelos estudantes da EJA, os quais, geralmente, passaram por experiências negativas na vida que impactam negativamente em suas aprendizagens. Por conta de diversos fatores, a taxa de adesão e permanecia desses estudantes é baixa. Diante disso, ao identificar e implementar intervenções pedagógicas inovadoras, como a ABP, pode transformar significativamente a experiência educacional desses estudantes. Isso é algo relevante à medida que a Educação de Jovens e Adultos é muito importante para a inclusão

social e o desenvolvimento contínuo da aprendizagem ao longo da vida. Dessa maneira, é essencial entender os fatores que promovem a motivação e o engajamento desses estudantes, pois isso pode contribuir para a criação de estratégias pedagógicas mais eficazes, melhorando a manutenção e o desempenho escolar, e, consequentemente, ampliando as oportunidades educacionais e de emprego para essa população. Ademais, é essencial conseguir meios de motivar esses alunos, para que não desistam e consigam concluir seus estudos.

A metodologia aplicada nesse estudo foi a pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, entrando em contato com diferentes estudos sobre o tema, trazendo diferentes percepções de autores sobre o assunto.

DESENVOLVIMENTO

Metodologia

A presente pesquisa é de natureza básica, ou seja, não visa aplicação imediata de modo que gera conhecimento. É uma pesquisa exploratória, permitindo conhecer o objeto de estudo escolhido, construindo conhecimento, respondendo ao problema de pesquisa. Esse estudo é descritivo, que na perspectiva de Diehl (2004), a pesquisa descritiva é relevante em um estudo, pois possibilita descrever a complexidade de determinado problema, sendo necessário compreender os processos dinâmicos vividos nos grupos e contribuir no processo de mudança, possibilitando o entendimento das mais variadas particularidades dos indivíduos.

A pesquisa bibliográfica, de acordo com Marconi e Lakatos (1999) é aquela que se desenvolve a partir de material já publicado,

sobretudo, livros, artigos de periódicos e material disponibilizado na internet. Dessa forma, ela possibilita analisar e discutir diferentes interpretações, teorias e contribuições já existentes sobre um determinado tema.

Já a pesquisa qualitativa não envolve quantificação, e sim, descreve a complexidade de determinado problema, reconhecendo situações particulares nos processos dinâmicos vividos nos grupos. Nessa análise, o pesquisador pode contribuir nos processos de mudança (Creswell, 2014).

Referencial Teórico

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) desempenha um papel essencial na promoção da inclusão social, desenvolvimento pessoal e qualificação profissional de indivíduos que não completaram a educação básica na idade apropriada. Contudo, a eficácia da EJA depende fundamentalmente de como a motivação e o engajamento dos alunos são estimulados e mantidos ao longo do processo educativo (Torquato; Silva, 2024). Por isso, a discussão aqui empreendida é tão relevante.

Sobre A Educação de Jovens e Adultos Nascimento (2013) cita Paulo Freire, pontuando que na visão desse educador, a EJA é uma iniciativa transformadora que busca não apenas a alfabetização, mas a conscientização de seus participantes, promovendo a cidadania ativa." Em outras palavras, não é apenas um meio de alfabetização, mas um instrumento de transformação social e política, que promove a autonomia e a participação cidadã.

A EJA é essencialmente transformadora porque visa empoderar os participantes, tornando-os cidadãos ativos e

conscientes, significando que os alunos da EJA não adquirem apenas habilidades básicas de alfabetização, eles também são incentivados a questionar, refletir, e agir sobre suas próprias condições de vida e sobre a sociedade em geral, ou seja, são seres ativos, criativos e críticos capazes de irem em busca do que almeja, assim, a educação da EJA jamais poderá ser vista apenas como iniciativa alfabetizadora.

Santos (2020) comenta que os pressupostos históricos, teóricos e legais da EJA no Brasil revelam a importância dessa modalidade de ensino como política essencial para a democratização do acesso à educação. O autor em questão traz na sua fala a importância da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, quando aponta que seus pressupostos históricos, teórico e legais torna- a como essencial a democratização do acesso à educação. A fala do autor, nos leva a lembrar que essa modalidade é voltada para pessoas que, por diferentes motivos, não tiveram a oportunidade de estudar na juventude assim como para jovens maiores de idade que não concluíram o ensino regular e que por alguma razão necessitam trabalhar durante o dia, por isso, a prerrogativa de que essa modalidade é mais uma oportunidade de acesso à educação.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) ao oferecer flexibilidade para os que trabalham ela promove ainda a inclusão educacional e também social, considerando que possibilita que mais pessoas concluam seus estudos e exerçam sua cidadania plena, e no mais, a educação é um direito de todos em qualquer idade. No mais, ela não só beneficia diretamente aquelas que retomam seus estudos, como também contribui para uma sociedade mais igualitária, no momento que garante que todas tenham chance de acesso à

educação, independentemente de suas circunstâncias pessoais ou econômicas.

De acordo com Nunes (2024), a EJA é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis da educação brasileira, se destina a jovens e adultos que não prosseguiram seus estudos no período adequado, de maneira que se comprometem nessa modalidade de ensino a terminar seus estudos, entendendo a relevância da educação em suas vidas. Muitos dos alunos da EJA formam-se e potencializam seu sucesso no mercado de trabalho, muitos seguem para o Ensino Superior. No entanto, é comum a evasão de jovens e adultos dessa modalidade de ensino, diante do contexto que têm de conciliar seus estudos com outras obrigações, como o trabalho, sendo preponderante buscar meios de superar essa realidade.

Ainda, segundo Nunes (2024, p. 19):

> [...] as dificuldades presentes no processo de aprendizagem, muitas vezes, são provocadas pela falta de estrutura física, a falta de material adequado, a ausência de motivação de alguns professores em relação ao salário e o cansaço físico. Também podemos considerar a exaustão da condição de jovens e adultos que, muitas vezes, passam o dia trabalhando ou fazendo tarefas domésticas para ajudar nas despesas familiares. São situações externas que acabam influenciando o espaço pedagógico. Portanto, dificuldades cotidianas são um dos fatores que podem levar à interferência na permanência de alguns alunos na EJA.

As considerações de Nunes trazem diversos fatores que devem ser considerados e que acabam afetando de forma negativa o processo de aprendizagem na modalidade EJA. Alguns desses fatores são: falta de materiais necessários para um ensino eficaz,

esse sem dúvida é dos obstáculos bastante discutido, levando em conta que existe a modalidade EJA, mas que a oferta de materiais pedagógicos é limitada, corroborando assim com a desmotivação do aluno e do professor, sem mencionar o fator estigma que infelizmente ainda existe sobre quem estuda nessa modalidade.

A ausência de motivação de alguns professores também é sublinhada, muitas vezes ligada à insatisfação com os salários e ao cansaço físico. Professores desmotivados têm menos capacidade de engajar os alunos e de criar estratégias pedagógicas inovadoras que possam compensar as deficiências estruturais. A precariedade na remuneração e a sobrecarga de trabalho dos professores refletem diretamente no seu desempenho e no clima escolar, impactando a qualidade do ensino oferecido

Portanto, para melhorar a EJA, é crucial abordar esses desafios de forma integrada. Investir em infraestrutura, recursos pedagógicos, melhor remuneração e condições de trabalho para os professores, além de oferecer suporte específico para os alunos da EJA, são passos essenciais. Essas ações não apenas aumentariam a motivação e o engajamento, mas também promoveriam um ambiente educativo mais inclusivo e eficaz.

Um ponto a ser discutido sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA), é a questão da estigmatização, visto que infelizmente muitas vezes o público dessa modalidade sofre estigmas, acarretando mais um dos pontos a ser discutido na literatura correspondente a temática. Para Silva (2021) A estigmatização dos alunos da EJA é uma barreira significativa que impede muitos de buscar a educação devido ao preconceito social e à falta de reconhecimento do valor dessa modalidade. Este estigma se manifesta de diversas formas, que vai desde o preconceito social até a falta de reconhecimento do

valor intrínseco da EJA. Os alunos que por alguma razão optam por essa modalidade, muitas vezes carregam o peso de julgamentos negativos, as vezes, até mesmo de amigos que estudam em outra modalidade, e por vez de se próprio.

O estigma sobre a modalidade EJA se perpetua na ideia de uma "segunda chance" colaborando com o pensamento de que os alunos falharam na primeira tentativa, que só estão lá porque não conseguiram alcançar êxito do ensino regular. Esse é um julgamento que pode desmotivar potenciais estudantes. A bem dizer, essa visão estigmatizadora acaba por ignorar os diversos contextos que levam os indivíduos a buscarem a EJA, tais como necessidade de trabalhar em idade escolar ou responsabilidade familiares, fatores esse que podem ter sido impedimento para dar continuidade aos estudos.

Os alunos da EJA frequentemente enfrentam estigmas sociais que questionam sua capacidade e comprometimento, o que pode afetar negativamente sua motivação e desempenho acadêmico (Oliveira, 2022). Os estigmas sociais que esses alunos enfrentam muitas vezes questionam sua capacidade e comprometimento, impactando negativamente sua motivação e desempenho acadêmico. Este preconceito pode se manifestar de várias formas, desde o julgamento pessoal até as expectativas reduzidas por parte de professores e colegas.

Além disso, a falta de reconhecimento do valor da EJA prejudica sua efetividade. Quando a sociedade, incluindo potenciais empregadores, não valoriza o diploma obtido por meio dessa modalidade, os alunos podem questionar o investimento de tempo e esforço. Sem o reconhecimento adequado, o incentivo

para buscar ou concluir a EJA diminui, perpetuando ciclos de exclusão educacional e socioeconômica.

Dessa forma, os jovens e adultos acabam se desmotivando na EJA por diferentes motivos, como a estrutura física, ausência de motivação por parte dos professores e cansaço, assim como pelas suas próprias condições, muitos trabalham ou precisam realizar atividades domésticas. Passam por situações além do ambiente escolar que influenciam o seu desempenho e podem levá-los à desistência. Então, torna-se essencial que sejam viabilizadas formas de manter a motivação e o engajamento desses alunos.

Para Larruscain (2015), as práticas pedagógicas direcionadas ao público do EJA não observam as questões que envolvem a vida pessoal dos alunos, questões como trabalho, dentre outras, nem de culpar os professores, mas de ressaltar que mudanças nas práticas pedagógicas, indo além do tradicional poder de despertar nos alunos o desejo de permanecer na escola, evitando a evasão.

Carvalho (2009) chama a atenção para o fato de que a escola precisa ser democrática e participativa e que a Educação de Jovens e Adultos possa considerar a realidade dos alunos, em que é preciso um movimento em busca de uma escola mais presente e transformadora, em que a EJA deve ser vista como uma solução viável para o desenvolvimento e mobilidade social, não apenas como consolação para pessoas que não conseguiram prosseguir seus estudos na idade correta.

É preciso práticas pedagógicas na EJA que considerem a situação real de seus alunos. Tanto professores quanto alunos precisam entender adequadamente o mundo ao seu redor, podendo empreender práticas que motivem os alunos e garantam seu engajamento, com objetivos eficazes, que garantam não só o

acesso à educação, mas a sua aprendizagem. Assim, é essencial a elaboração de um currículo para o aluno que também é um trabalhador, fazendo com que a educação se torne mais participativa (Carvalho, 2009).

Considera-se que é dever do educador contextualizar o ensino com a realidade dos alunos, de modo que seja possível levar a uma aprendizagem concreta e contextualizada.

> [...] sucesso e fracasso escolar dependem da dinâmica adotada na escola em razão quanto a orientação do processo de ensino e aprendizagem. Claramente a autora reforça a atuação docente refletindo nos resultados finais obtidos pelos alunos, o que merece reflexão em vista da metodologia apropriada a cada público atendido, em especial os jovens e adultosque já trazem consigo uma trajetória estudantil e pessoal, incluindo os que já atuam no mercado de trabalho. O sentimento de pertencimento ao meio escolar, o gosto pelos estudos, reconhecendo sua importância para a vida, metodologia direcionada ao ensino de jovens e adultos e o compromisso do educador com essa clientela, são aspectos relevantes na discussão em torno do abandono e o fracasso escolar (Larruscain, 2015, p.14).

Dessa forma, é preciso considerar que os professores têm papel relevante na motivação e engajamento de alunos da EJA, em sua permanência nos estudos, pois as metodologias que adotam colaboram para que estes tenham interesse em prosseguir estudando. A atuação do docente é muito importante para os resultados dos alunos, de modo que a capacitação desses profissionais é um fator preponderante para que haja resultados positivos na EJA.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

A Educação de Jovens e Adultos tem um papel muito importante na promoção da equidade educacional, pois ela oferece oportunidades de aprendizagem a indivíduos que, por diversos motivos, não concluíram sua formação básica na idade apropriada. No entanto, é preciso observar que a EJA enfrenta grandes desafios para que seus alunos se mantenham estudado e possam estarem engajados e motivados, de modo frequente esses desafios relacionam-se à experiências de vida anteriores marcadas por exclusão social, fracasso escolar e condições socioeconômicas adversas. Nesse contexto, é mostra-se indispensável considerar metodologias pedagógicas que sejam capazes de reverter esse cenário e promover uma educação mais inclusiva e eficaz.

Experiências de vida anteriores dos alunos da EJA tendem a trazer impactos negativos a sua motivação e engajamento, muitos alunos trazem consigo traumas educacionais, como, por exemplo, como repetência, evasão escolar e desvalorização de suas capacidades, isso acaba resultando em baixa autoestima e resistência ao ambiente escolar. Destaca-se, ainda, a necessidade de conciliarem estudos com responsabilidades familiares e com trabalho, o que acaba trazendo desafios adicionais para que possam permanecer estudando, bem como participem ativamente das atividades educacionais (Costa, 2023).

Ainda, segundo Costa (2023) considera-se como fator crítico a formação dos educadores da EJA, em que muitos deles não tem uma formação específica para que possam lidar com as particularidades desse público, isso acaba levando à reprodução de práticas pedagógicas tradicionais, inadequadas às necessidades e

realidades dos alunos adultos. A lacuna na formação docente acaba comprometendo a eficácia do ensino, bem como contribui para o desinteresse dos estudantes.

De acordo com Silva, Bonamino e Ribeiro (2012) na EJA o foco tem recaído na maioria das vezes em trabalhar apenas leitura e escrita com os alunos, esperando que ele aprenda, mas isso não é capaz de fazer com que os alunos aprendam significativamente, que as escolas tenham bons resultados, é essencial criar condições de estímulo, indispensável a adequada formação de professores, de gestores educacionais para que seja possível alcançar resultados positivos, conseguindo chegar mais e mais perto dos objetivos educacionais.

Na perspectiva de Silva, Lima e Araújo (2010) algumas ações podem determinar ou não a continuação dos alunos na EJA, esses precisam de práticas motivadoras, pois em sua vida precisam, geralmente trabalhar, tem responsabilidades familiares que dificultam na continuação de seus estudos. Muitos deles ainda vivem situações de angústias pessoais e dificuldades socioeconômicas que competem para que acabem desistindo dos seus estudos. É preciso considerar a história de vida de cada um dos alunos matriculados na EJA.

> Os alunos da EJA, em sua maioria trabalhadores ou donas de casa, querem e precisam melhorar suas vidas e buscam na escola a solução, se não para todos, ao menos para uma boa parte de seus problemas. Contudo o cansaço, as dificuldades financeiras e até mesmo afetivas, a fome e principalmente a falta de melhores perspectivas, dificultam seu aprendizado escolar, deixando transparecer sua baixa auto-estima, fator tão importante e escasso na maioria desses alunos trabalhadores. Grande parte dos alunos de

> EJA, sujeitos trabalhadores e com grande diversidade cultural e social tendem ao abandono e desmotivação pelos estudos por não acreditarem em conquistas futuras decorrentes dos estudos (Silva; Lima; Araújo, 2010).

Dessa forma, não se pode construir um ensino para jovens e adultos que não seja pautado em sua realidade, que não respeite sua história de vida, que não dê importância aos seus valores pessoais. Os docentes precisam estar preparados para que possam ofertar um ensino motivador, colaborando para que esses alunos permaneçam nos estudos e possam chegar a sua conclusão.

Motivar e engajar os alunos da EJA não é tarefa fácil, pois estes têm suas próprias perspectivas diante de suas histórias de vida, o que requer grande empenho dos professores, para que possam vencer os desafios que se apresentam a motivação e engajamento dos alunos na EJA.

Em conformidade com Reis (2023) a educação de jovens e adultos é bastante complexa, se manifestando em diversas dimensões, que envolvem questões pedagógicas e até mesmo implicações sociais e econômicas. Esses alunos enfrentam desafios muito particulares como, por exemplo, a conciliação entre trabalho e estudo, lacunas educacionais prévias e a adaptação em ambientes formais de ensino falha, o que requer estratégias educacionais bem elaboradas e direcionadas a superar esses problemas, que muitas vezes são negligenciados, mas que precisam ser compreendidos e tomadas medidas que possam ajudar a enfrentar as complexidades específicas que permeiam o processo educativo.

Sobre os desafios da educação de jovens e adultos, observa-se:

> Um dos principais entraves está na historicamente baixa oferta de recursos e investimentos nesta modalidade [...] A escassez de recursos compromete a qualidade do ensino oferecido, impactando diretamente a motivação e o engajamento dos aprendizes adultos. Este desafio estrutural reflete-se também nas taxas de evasão, tornando-se uma barreira significativa para a efetivação do direito à educação. Outro desafio intrínseco à EJA é a complexidade das realidades socioeconômicas dos aprendizes adultos. A destaca a necessidade de uma abordagem que considere as múltiplas dimensões da vida desses indivíduos, muitas vezes conciliando trabalho, família e estudo [...] Existe ainda um distanciamento entre educando e educado (Reis, 2023, p. 6).

Dessa forma, jovens e adultos enfrentam desafios significativos para que possam estudar, o que impacta de forma direta em sua motivação e engajamento, desafios que muitas vezes competem para evasão, desafios que se referem a suas realidades socioeconômicas, a necessidade de conciliar trabalho, estudos e famílias e ainda a falta de proximidade do educador, questões que comprometem o processo de ensino e aprendizado.

Nesse cenário, surge a Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP) apresentando-se como uma metodologia promissora para que os desafios da EJA sejam enfrentados. Consistem em uma abordagem pedagógica centrada na resolução de problemas reais e significativos, visando a promoção do desenvolvimento de competências como, por exemplo, o pensamento crítico, a autonomia e trabalho colaborativo. A ABP envolve os alunos em situações-problema que se encontram relacionadas ao seu cotidiano, essa abordagem estimula a motivação intrínseca e o

engajamento ativo no processo de aprendizagem (Borochovicius; Tassoni, 2021).

Convém destacar que a implementação da ABP na EJA requer uma mudança no papel do educador, ele deve deixar de ser apenas um transmissor de conhecimento para se tornar um facilitador da aprendizagem. A transição em questão demanda uma formação docente que capacite os professores a planejar, mediar e avaliar atividades baseadas em problemas, considerando as especificidades dos alunos adultos. É indispensável que se crie um ambiente de aprendizagem responsável por valorizar as experiências prévias dos estudantes, promovendo a construção coletiva do conhecimento (Borochovicius; Tassoni, 2021).

> O método da Aprendizagem Baseada em Problemas tem como propósito tornar o aluno capaz de construir o aprendizado conceitual, procedimental e atitudinal por meio de problemas propostos que o expõe a situações motivadoras e o prepara para o mundo do trabalho. [...]. Trata-se de uma metodologia que visa atender não apenas às necessidades dos discentes, mas também dos docentes e da sociedade. Dos discentes, pois o método permite que os alunos resolvam problemas relacionados as suas futuras profissões e os estimulam a pesquisar tornando-os capazes de aprender a aprender, serem críticos e tomarem decisões. Dos docentes porque os estimulam a pesquisarem e buscarem a interdisciplinaridade, fazendo conexão daquilo que estão ensinando com uma gama de informações necessárias aos futuros profissionais. Da sociedade, pois em função da alta competitividade, concorrência e um cenário globalizado e repleto de rápidas mudanças no mundo do trabalho, recebe um profissional apto a buscar soluções condizentes com a realidade e suas necessidades (Borochovicius; Tortella, 2014, p.1).

Dessa forma, a ABP na EJA, pode ajudar o aluno a motivar-se em prosseguir seus estudos, de modo que a metodologia tanto traz implicações para os alunos, quanto para os professores, colaborando com uma aprendizagem mais significativa e estimulante, os alunos estarão mais atentos as necessidades de seu tempo, a importância dos estudos e de prosseguir buscando sua formação.

Para efetivar a ABP na EJA, mostra-se necessário desenvolver intervenções pedagógicas que considerem as características e necessidades dos alunos. Uma dessas estratégias é a contextualização do conteúdo, em que se relacionam temas abordados em sala de aula com situações do cotidiano dos estudantes, tornando o aprendizado mais significativo.

O trabalho em grupo é outra estratégia importante, pois estimula a colaboração entre os alunos na resolução de problemas, de modo que promove a troca de experiências e o desenvolvimento de habilidades sociais. Também é importante, utilizar recursos diversificados, integrando diferentes mídias e tecnologias no processo de ensino, o que facilita o acesso à informação e a construção do conhecimento.

Também é importante a avaliação formativa, adotando práticas avaliativas que acompanhem o progresso dos alunos, fornecendo *feedback* contínuo e incentivando a autorreflexão.

Alinhadas à metodologia da ABP essas intervenções têm o potencial para transformar a prática pedagógica na EJA, de modo que se promova uma educação mais inclusiva e eficaz, sendo capaz de motivar os alunos, engajá-los para que prossigam estudando,

consigam terminar seus estudos e tenham melhores possibilidades de trabalho e vida no futuro.

Percebe-se que a motivação e o engajamento dos alunos da EJA são influenciados por diversos fatores, nos quais estão inclusos as experiências educacionais anteriores e condições socioeconômicas. Dessa forma, entende-se que a adoção de metodologias pedagógicas inovadoras, com, por exemplo, a ABP, apresenta caminhos promissores para superar esses desafios, visando alcançar uma educação que reconheça e valoriza as trajetórias dos estudantes. Isso requer investimento, tanto na formação dos educadores, quanto no desenvolvimento de práticas pedagógicas contextualizadas, mostrando que é preciso ainda criar ambientes de aprendizagem que favoreçam a participação ativa e significativa dos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado trouxe uma análise dos obstáculos e as possibilidades de intervenção pedagógica para promover a motivação e o engajamento dos alunos da Educação de Jovens e Adultos. O estudo aconteceu tomando por base uma revisão bibliográfica que trouxe a evidencia da trajetória educacional dos estudantes da EJA, mostrando que está é marcada por múltiplos desafios, como, por exemplo, as dificuldades socioeconômicas, o cansaço físico decorrente da jornada dupla de trabalho e estudo, até experiências escolares prévias traumáticas e a estigmatização social.

Na EJA foi observada fatores como a carência de infraestrutura adequada, a ausência de materiais didáticos, a formação

insuficiente dos docentes e a falta de políticas públicas específicas, isso acaba contribuindo para a evasão escolar, principalmente, por conta da baixa motivação dos estudantes. Observou-se, ainda, o distanciamento entre o currículo tradicional e a realidade vivida pelos alunos da EJA demonstra a necessidade urgente de práticas pedagógicas contextualizadas e inovadoras.

Nesse sentido, a Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP), vem se mostrando como uma metodologia eficaz para que esses obstáculos sejam superados. A ABP leva o aluno ao protagonismo, a uma construção coletiva do conhecimento e a valorização de suas experiências prévias, o que torna possível uma aprendizagem significativa e contextualizada. Sua implementação na EJA exige, mudanças estruturais e formativas, como, por exemplo, a capacitação dos docentes para que atuem como mediadores e facilitadores da aprendizagem, além de investimentos em recursos pedagógicos e ambientes de aprendizagem inclusivos.

Dessa forma, reafirma-se que a motivação e o engajamento dos alunos da EJA não podem ser compreendidos de forma isolada, eles devem ser vistos como resultado da interação de fatores individuais, pedagógicos e sociais. Assim, estratégias de intervenção pedagógica transformadoras, como é o caso do uso da ABP, são fundamentais para que a lógica tradicional da educação bancária e construir práticas educativas mais emancipadoras, alinhadas às necessidades, interesses e realidades dos estudantes da EJA.

Ressalta-se, que é essencial que políticas públicas específicas sejam formuladas e implementadas para garantir o direito à educação de qualidade para jovens e adultos, assegurando a permanência, a aprendizagem significativa e a inclusão social. A

educação para esse público não pode ser unicamente um espaço de reforço de exclusões, devendo ser um ambiente transformador de possibilidades e de construção cidadã.

REFERÊNCIAS

BOROCHOVICIUS, Eli. TASSONI, Elvira Cristina. Evasão escolar, identificação, causas e características: uma revisão bibliográfica. **Educação & Realidade,** v. 37, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0102-469820706. Acesso em: 27 abr. 2025.

BOROCHOVICIUS, Eli; TORTELLA, Jussara Cristina Barboza. Aprendizagem baseada em problemas: um método de ensino-aprendizagem e suas práticas educativas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação,** v. 22, n. 83, p. 99-118, jun. 2014. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-40362014000200002. Acesso em: 27 abr. 2025.

CARVALHO, Pedro Leite. **Afastamento por abandono na educação de jovens e adultos: fatores relevantes.** 2009. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2009.

COSTA, Otávio Barduzzi Rodrigues da. Evasão escolar, identificação, causas e características: uma revisão bibliográfica. **Revista Educação Pública**, v. 23, nº 41, 24 de outubro de 2023. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/23/41/evasao-escolar-identificacao-causas-e-caracteristicas-uma-revisao-bibliografica. Acesso em: 23.abr.2025.

DIEHL, Astor Antônio. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas:** métodos e técnicas. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. **Cidades e Estados: Natal.** 2022. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rn/natal.html. Acesso em: 15.nov.2024.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia científica.** São Paulo: 5. ed. 1999.

LARRUSCAIN, Ida Ourica dos Santos.**Práticas pedagógicas na educação de jovens e adultos a partir do estudo da evasão em escolas de Sant'Ana do Livramento/RS.** 2015. 106f.Relatório crítico-reflexivo (Pós- graduação Stricto Sensu Mestrado Profissional em Educação. Universidade Federal do Pampa. Jaguarão. 2015.

NUNES, Fernanda Alves. **Educação e aprendizagem: uma análise da aprendizagem baseada em projetos na educação de jovens e adultos.** 2024. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) – Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2024.

REIS, Gilson Soares dos. Educação de jovens e adultos: desafios e oportunidades na atualidade. **Revista Educação de Jovens e Adultos,** v. 1, n. 1, jan./jun. 2023.
SILVA, J. L., BONAMINO, A. M. C., & RIBEIRO, V. M. Escolas eficazes na educação de jovens e adultos: estudo de casos na rede municipal do Rio de Janeiro. **Educação & Realidade,** 37(3), 867-884. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edur/a/XS3ZmDtDk6cDsCJ6jbjpTJg/?format=pdf&lang=p. Acesso em: 23.abr.2025.

SILVA, Isabel Pereira dos Santos; LIMA, Itamí Luiz de; ARAÚJO, Roberto dos Santos. **Permanência dos alunos na Educação de Jovens e Adultos – EJA – Propostas de Ações Motivadoras.** 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania, com Ênfase em EJA) – Universidade de Brasília, Faculdade de Educação – UAB/UnB/MEC/SECAD, Brasília, 2010.

SILVA, Mário Luiz Amorim da; VALE, Ricardo Ferreira; SANTANA, Leonardo Sampaio Baleeiro. O impacto das metodologias ativas no engajamento e desempenho dos alunos. In: **O impacto das metodologias ativas no engajamento e desempenho dos alunos.** Editora Research, nov. p. 170-176. 2024.

TORQUATO, Uanderson Rosário; SILVA, Flaviana dos Santos. Ensino da matemática na EJA: estudo bibliográfico à luz da aprendizagem significativa. **REAMEC – Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática**. Cuiabá, v. 12, *e*24057, jan./dez., 2024.

DESINTERESSE DISCENTE NA DISCIPLINA DE MATEMÁTICA NA EXPECTATIVA DAS PRÁTICAS DOCENTES NA ESCOLA DE CAUCAIA - CE

Gustavo Sampaio Dias

RESUMO: A matemática é aplicada nas inúmeras situações que circundam o mundo, visto que ela desenvolve o raciocínio. Este artigo buscou diagnosticar as principais dificuldades encontradas no processo ensino-aprendizagem na disciplina de Matemática, mostrando que os professores enfrentam a falta de motivação dos alunos por esse componente e os desafios por uma aprendizagem participativa. A pesquisa é dos tipos qualitativa e exploratória. Nos resultados foi visto que os professores precisam mudar as suas práticas para poder melhorar o ensino e aprendizagem de Matemática, e que a maioria dos alunos rejeita esse componente por não compreender o ensinamento dos professores. Nas conclusões mostram que na maioria dos alunos apresenta pouquíssimo nível de aprendizagem e devendo se proporcionar mecanismos para que os professores possam motivar os alunos e poder reverter o quadro de aprendizagem que se apresenta na instituição do município de Caucaia.

Palavras-chave: Dificuldades. Participação. Motivação.

INTRODUÇÃO

A Matemática é um componente curricular que traz aos alunos ensinamentos que podem ser compreendidos abstratamente, apesar de estarem presentes, direta ou indiretamente, na vida cotidiana. A percepção dessa presença diária para o corpo discente nas escolas, de modo instigante e prazeroso, torna-se um desafio para os professores, que muitas vezes se deparam com dilemas relacionados à aprendizagem de cálculos e teorias matemáticas diversas.

Seguindo tal análise, este artigo discorreu a respeito de teorias e práticas pedagógicas que possibilitem compreender as formas de uma constituição de aprendizagem participativa dos alunos na aprendizagem do ensino de matemática em aulas de educação básica do nível fundamental.

O presente estudo tem como **tema** as práticas docentes dos professores de matemática e o desinteresse do alunado por essa disciplina. De modo, que o **objeto de estudo** dessa pesquisa consiste na relação entre a maneira como os professores ensinam matemática e o desinteresse dos alunos pela disciplina.

Esse tema torna-se **relevante** no sentido de se identificar algumas causas que venham a ocasionar a falta de desejo em aprender, por parte dos discentes, na disciplina de matemática, pontuando ainda suas próprias percepções nos processos educacionais, colocando o aluno como protagonista desse processo. Vale salientar, ainda, os laços de ensino e aprendizagem que são gerados entre professor e aluno para que cálculos e teorias ganhem novas significações no processo de aprendizado de novos conhecimentos.

Acredita-se que métodos de ensino, estratégias e abordagens utilizadas pelos docentes podem influenciar o envolvimento do aluno com a matemática, seu interesse pela disciplina, contudo, é precioso considerar que não são apenas as práticas docentes que podem provocar o desinteresse dos alunos, essa situação pode ser provocada por fatores externos, próprios da vivência dos alunos.

Nesse contexto, busca-se indícios por meio da seguinte **investigação: as práticas pedagógicas utilizadas pelos professores de matemática no ensino fundamental estão relacionadas ao desinteresse dos alunos?**

Diante desse problema de pesquisa o estudo define como **objetivo** analisar as práticas pedagógicas dos professores de matemática, no nível fundamental, e a correlação com desinteresse dos alunos.

A **metodologia** utilizada nesse estudo foi a pesquisa de campo, que realiza a coleta de dados diretamente no ambiente em que ocorre o fenômeno observado, o pesquisador vai até o local em que o fenômeno ocorre. Assim, a pesquisa aconteceu na Escola E.E.I.E.F. Dom António de Almeida Lustosa, de Caucaia-Ceará. Foram realizadas entrevistas com docentes a fim de conhecer as práticas do ensino de matemática que empreendem e sua relação com a falta de interesse dos alunos.

UM OLHAR SOBRE O ENSINO DE MATEMÁTICA E EDUCAÇÃO

A importância do ensino de Matemática na educação

Em cada ocasião histórica, a matemática, bem como outra matéria escolar qualquer, está envolta por fatores externos – as condições sociais, políticas, culturais e econômicas que compõem

a escola e o ensino – e internos, que são aqueles referentes à natureza dos conhecimentos de uma área específica.

Para a matemática, como também acontece em outras áreas, os resultados internos têm se constituído, cada vez mais, não apenas com base em conteúdo específico, já que conhecimentos sobre a natureza dos processos de ensino e aprendizagem e a formação dos profissionais da área da educação matemática têm repercutido com força nas propostas e nos recursos curriculares e didático-pedagógicos. A grande missão do momento para o avanço do ensino da matemática é a concepção de professores para beneficiar uma enorme e diferente população. Por isso também se têm expandido admiravelmente, nos derradeiros anos, os cursos de preparação de educadores, na graduação e na pós-graduação.

Segundo Dias (2004 p.393), o indivíduo é o autor do seu conhecimento e concebe a aprendizagem como:

> A capacidade e a possibilidade que o indivíduo tem de selecionar e perceber informações, conhecer, experienciar, compreender, interpretar, associar, armazenar e utilizar essas informações oriundas do meio. Essas capacidades proporcionam a associação e a integração dessas informações dos conhecimentos que o indivíduo possui, garantindo relacionamentos afetivos, e melhor qualidade de vida no meio em que vive (Dias, 2004, p.393).

O ensino da matemática possui uma extensão na concepção cidadã do estudante, visto que tal conhecimento não deve ser tratado como um instrumento utilizado para crescer isoladamente o raciocínio e as agilidades cognitivas. O valor do estudo está na esperança de redirecionar o olhar para a matemática, aproximar os

benefícios, os valores, enfim, abordar um ensino voltado para a construção de uma formação de qualidade.

Por diferentes lados se trabalham os contextos matemáticos – na maior parte das vezes, de uma forma abstrata provocando distância dos alunos, induzindo-os à falsa compreensão de que, para estudar e apreender a matemática, é preciso capacidade de memorização. Zatti et al (2010, p.117) afirma que:

> As representações negativas, associadas às dificuldades que se manifestam no contexto do "ensino e aprendizagem da matemática, podem dificultar ainda mais a apropriação dos conceitos matemáticos, pois os fatores emocionais podem exercer significativa influência na aprendizagem, diminuir o desempenho cognitivo e impossibilitar a reflexão objetiva".

Para o desenvolvimento de qualquer pessoa, aborda-se a educação como um meio crucial, que apronta para o exercício da cidadania, pois se confia que é através da educação que o educando se faz capaz de desenvolver padrões de conduta. Dos estudos, conclui-se que o ensino da matemática é um dos elementos fundamentais para a formação social e intelectual do aluno, fazendo deste um ser compassivo dotado de informação, possuidor da competência de evoluir culturalmente, sendo um cidadão apto e distinto para lidar com as transformações da sociedade. Sendo indispensável o desenvolvimento da autonomia, da criticidade, da criatividade e da capacidade de argumentação como componente curricular, assim se confirma a seriedade do ensino da matemática.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais de Matemática para o ensino fundamental,

> As necessidades cotidianas fazem com que alunos desenvolvam capacidades de natureza prática para lidar com atividade matemática, o que lhes permite reconhecer problemas, buscar e selecionar informações, tomar decisões. Quando essa capacidade é potencializada pela escola, a aprendizagem apresenta melhor resultado (Brasil, 2001, p.37).

A matemática é um instrumento eficaz para o aluno porque pode ajudar a resolver problemas também na construção de conceitos, tirar dúvidas, supor soluções, auxiliar na construção de ideias próprias, incorporar soluções alternativas, reestruturar e ampliar a compreensão acerca dos conceitos envolvidos nas situações e, desse modo, ajudar no aprendizado. É importante que o aluno compreenda efetivamente os conteúdos matemáticos e que a escola estimule seu desenvolvimento individual. A educação de Caucaia tem que utilizar a matemática como um instrumento fundamental para o desenvolvimento do aluno, que servirá para o desenvolvimento econômico, social, cultural e político do município, de seu povo e da sua liberdade pessoal.

A matemática é importante porque está presente e é aplicada nas inúmeras situações que circundam o mundo, visto que ela desenvolve o raciocínio que garante uma forma de pensamento; possibilita a criação e o amadurecimento de ideias, o que traduz uma liberdade, fatores esses que estão intimamente ligados à sociedade. O trabalho do docente tem que buscar cada vez mais, até por uma questão de necessidade, minimizar a distância entre a realidade e o conhecimento matemático. A matemática tem uma contribuição significativa na área das ciências exatas (física e química), assim como contribui em outros campos do ambiente

real (contexto sociocultural, política, medicina, questões ambientais, etc.).

O aluno, ao aprofundar o seu conhecimento matemático acerca do problema em estudo e interagir com os conhecimentos construídos, desenvolve sua competência profissional futura. Percebe-se que os recursos didáticos em um ambiente de aprendizagem terão valorização no processo de construção do conhecimento do aluno e nas interações no meio em que vive e que também servem como motivação para o aprendizado das técnicas e dos conteúdos da própria matemática. Nas atividades desenvolvidas com os alunos, na avaliação feita pelo professor, atividades realizadas expondo sua opinião sobre o que foi trabalhado servirão de reflexões e análise dos resultados sobre a implementação da proposta na escola.

Possibilidades do ensino de matemática

A matemática admite um extenso campo de relações, regularidades e coesões que acordam a curiosidade e estimulam a competência de generalizar, projetar, antecipar e abstrair, beneficiando a estruturação do pensamento e o alargamento lógico da inteligência. Faz parte da história de todas as pessoas nas experiências mais infantis, como contar, comparar e atuar sobre quantidades. Nos cálculos referentes a salários, prestações e gastos, na coordenação de atividades como agricultura e pesca, a matemática se exibe como uma ciência de muita aplicabilidade. Também é um instrumental respeitável para distintas áreas do conhecimento, por ser aproveitada em disciplina tanto unida às ciências da natureza como às ciências sociais e ainda por estar

presente na composição musical, na coreografia, na arte e nos esportes. Essa potencialidade da informação matemática deve ser descoberta, da forma mais ampla possível, no ensino básico.

A matemática, quando lecionada com posições e problemas pautados em situações da vida prática do aluno, vira algo prazeroso e permite a abrangência de aprendizagens mais significativas. Para Lupinacci e Botin,

> A resolução de problemas é um método eficaz para desenvolver o raciocínio e para motivar os alunos para o estudo da matemática. O processo de ensino e aprendizagem pode ser desenvolvido através de desafios, problemas interessantes que possam ser explorados, e não apenas resolvidos (Lupinacci; Botin, 2004, p.1).

É importante mostrar a relevância da resolução de problemas como estratégia didática para o ensino da matemática. Ela também mostra que não se pode mecanizar o ensino da resolução de problemas porque a aprendizagem só será significativa se alunos e professores se empenharem na construção dos seus conhecimentos e os estudantes despertarem o gosto pela matemática.

Aprendendo através das experiências que vivenciam em seu grupo sociocultural, os estudantes apresentam para a escola informações, opiniões e entendimentos. Eles chegam à sala de aula com diferentes ferramentas básicas para classificar, ordenar, quantificar e medir. Além disso, estudam para agir de acordo com os recursos, atrelamentos e observações de seu meio.

Fiorentini e Lorenzato (2006) afirmam que o uso de tecnologias no ensino da matemática pode solicitar uma transformação no aprendizado pedagógico e no estilo de ver e constituir afinidade com ela e seu ensino. E Magela (2008)

apresenta o uso de novas tecnologias no campo educacional como um apoio para auxiliar na educação, fazendo com que o aluno apresente empenho e motivação para ir à procura do conhecimento esperado.

A maioria dos professores matemáticos busca inovações metodológicas para induzir o aprendizado diário da turma. Há os conceitos-chave de edificação e de compreensão do conhecimento, no meio dos quais sobressaem: etnomatemática, resolução de problemas, história no ensino da matemática, leitura e caligrafia na matemática, educação matemática crítica e uso das tecnologias da informação e mídias.

De acordo com Borba e Penteado,

> [...] À medida que a tecnologia informática se desenvolve, nos deparamos com a necessidade de atualização de nossos conhecimentos sobre o conteúdo ao qual ela está sendo integrada. Ao utilizar uma calculadora ou um computador, um professor de matemática pode se deparar com a necessidade de expandir muitas de suas ideias matemáticas e também buscar novas opções de trabalho com os alunos. Além disso, a inserção de TI no ambiente escolar tem sido vista como um potencializador das ideias de se quebrar a hegemonia das disciplinas e impulsionar a interdisciplinaridade (Borba; Penteado, 2003, p. 64-65).

É evidente certificar que a informática se tornou um elemento eficaz para a educação e para quem busca espaço na sociedade moderna em que convive. É inegável a introdução de computadores nos estabelecimentos de ensino onde os alunos, desde os estudos iniciais, são colocados em frequentação com os aparelhos computadorizados.

Na apresentação desse assunto, o computador se harmoniza como ferramenta modernizada na produção de imagens, conferindo a obrigação de modernização das imagens matemáticas, de ajuste com as instalações tecnológicas e artísticas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES
O professor de matemática

Nesta categoria será analisado o ofício do professor de matemática na Escola E.E.I.E.F. Dom António de Almeida Lustosa, de Caucaia-Ceará. Sabe-se que o magistério é uma profissão árdua, com várias tarefas na escola e na sala de aula todos os dias.

Analisando a fala do Professor 1, ele diz que a profissão está em primeiro lugar, ou seja, alega que gosta do que faz. Ele acredita que a sua motivação na profissão é a retribuição de seus alunos na aprendizagem e conta que gosta de ensinar. Durante a entrevista, foi possível perceber que ele está motivado com sua profissão, não apenas pelo salário que ele recebe, mas também pelo retorno que tem de seus alunos. Questionado sobre uma possível desistência de seu serviço em sala de aula, ele respondeu da seguinte forma:

> "Não, na verdade, nunca pensei, até porque, como falei logo no início, tenho uma formação de Bacharel e a de professor, algo que vem de dentro de mim, essa vontade de transmitir algo que eu compreenda e que me traz uma satisfação muito grande, então, para mim, é um desafio sem buscar meios que permitam que esse conhecimento seja dividido, que ele seja distribuído para os alunos da mesma forma que permito compreender para mim. É um desafio gostoso, né, permitir que o aluno também se faça, né, a compreensão de todos os conteúdos. O mais determinante de tudo é isso; é a

> satisfação que dá ser professor, é ver que o aluno é capaz de aprender aquilo, é capacidade de passar conhecimento" (Professor 1).

Pode-se ver, como ponto contrário, a fala do Professor 2, que vai mostrar o seu desinteresse pela profissão, bem como o aconselhamento que ele dá para os professores mais jovens, citando problemas no sistema de ensino local, como, por exemplo, o menor valor no auxílio-alimentação, o vale-transporte, que não é suficiente para o mês todo, e a perda da licença-prêmio que a Secretaria de Educação de Caucaia nos repassa. Isso gera desvalorização do professor, com a falta de premiação profissional, a falta de reconhecimento e a má remuneração. Essa desmotivação pelo trabalho é o que ocorre com o professor, segundo Pozo (2002, p.145), uma vez que professores desmotivados não conseguirão interferir no processo de aprendizagem. Além disso, o pesquisador se depara com o fator financeiro, que influencia muito nas considerações de um professor sobre o estímulo que tem na sua profissão, como se vê na fala do Professor 2, a seguir:

> "Na realidade, eu já estou na área há mais de 30 anos. Nem que eu queira desistir não dava mais. De uma maneira geral, o que eu digo para os meus amigos professores mais jovens é que é uma profissão espinhosa e que nós não somos valorizados como merecemos mais. É o tipo da coisa: existe um pouco ainda do querer, da vontade de transmitir um pouco do que sabe, agora, infelizmente, nós vivemos uma época que, cada dia que se passa, mais nos decepcionamos com os nossos dirigentes, nossos governantes, e você vê que agora algumas conquistas que os professores tinham adquirido no decorrer do tempo estão tirando, então, fica difícil a gente até continuar e vejo muitos professores jovens

> aqui desistindo. E até entendo a posição deles, porque é realmente muito difícil" (Professor 7).

Apesar do que se observa sobre professores motivados e desmotivados, precisa-se acreditar na "educação que trate de ajudar o homem brasileiro em sua emersão e o inspira criticamente no seu processo histórico" (FREIRE,1997, p.38). Ou seja, Freira alerta para a necessidade de o homem ter sucesso na sua vida e de, na condição de modificador da sociedade em que vive, ter que seguir o caminho da educação.

Freire (1992, p.42) afirma que ensinar não é simples transmissão de conhecimento; ensinar só é válido quando os educandos se apropriam da significação profunda do conteúdo ensinado. Complementa Freire (1992, p.42-43), no livro Pedagogia da Esperança, que o educador é o ser da esperança que ensina os educandos a se desafiarem com relação ao que lhes parece seu acerto. O que não é lícito fazer é esconder verdades, negar informações, impor princípios, castrar a liberdade do educando ou puni-la, por isso ensinar é um ato criador, um ato crítico, e não mecânico.

Interesse dos alunos pelo ensino de matemática

O aluno interessado pela disciplina de matemática torna-a uma matéria prazerosa para aprender, descobrir, construir e acertar. O professor, como também a escola, tem a possibilidade de estimular mais o aluno a ter interesse pela matemática. Os estudantes que gostam da disciplina expressam prazer, alegria, atração, importância e bons resultados nela. A matemática é importante para o aluno, para sua valorização social na

aprendizagem, bem como na sua formação cidadã, preparando-o para o mercado de trabalho.

Como reflexo do desinteresse dos alunos na sala de aula, os professores relatam nesta categoria suas aflições. Para que se faça a análise desta categoria, irá subdividi-la com enfoque em: Ensino e Aprendizagem.

O Ensino

O ensino da matemática em Caucaia está sendo apenas mera transmissão de matéria do tipo de cópia de exercício resolvido pelo professor na lousa. Nesse contexto surgem dificuldades de aprendizagem, os resultados são imediatos, e aí vem o fracasso do ensino da matemática na E.E.I.E.F. Dom António de Almeida Lustosa. Na respectiva de Guimarães (2004, p.147), a motivação intrínseca do aluno não resulta de treino ou de instrução, mas pode ser influenciada principalmente pelas ações do professor. Conforme o Professor 1, o ensino de matemática não está favorável e ele reconhece que o interesse do aluno é outro. Ele diz que está à procura de novos caminhos, estratégias e alternativas metodológicas para mudar o seu estilo de aula, de forma a motivar e facilitar a compreensão dos conteúdos para os alunos, e só assim melhorar o ensino da matemática.

> "O ensino de matemática não é o ensino dos nossos sonhos. Há uma grande vala entre o interesse do aluno, certo, e a capacidade que a gente tem como professor em transmitir o conhecimento. Hoje os tempos são outros, o interesse dos nossos alunos é outro, e por isso acredito que nós, como professores de matemática, temos que nos atualizar e nos colocar na frente do mundo moderno, a fim de buscar novos

> caminhos para melhorar, o caso aí, o ensino de matemática" (Professor 1).

O Professor 2 também comenta que o ensino da matéria não está muito bom, mas, para melhorá-lo, deve-se ter ajuda da comunidade, principalmente dos pais que não estão acompanhando os estudos dos seus filhos. Ele destaca também a falta de apoio dos governantes, que afirma não estão valorizando a educação, algo que deveria ser prioritário, como ocorre nos grandes países desenvolvidos. E, assim, deixa de ocupar seu papel diante da sala de aula e do que ele pode fazer para que o ensino venha a funcionar.

> "Bom, Gustavo, não só Caucaia de modo geral, como já falei. Eu acho que, no ensino da matemática, a tendência não é vislumbrar muita coisa boa, não, porque nós sabemos que, para que isso ocorra, tem que ter participação mais efetiva, principalmente da comunidade – pais, escola, professor e tal. Esse futuro vai depender exatamente, o que já falei de respostas anteriores... Isso é uma coisa que... Nossos governantes, de modo geral, têm que ver a educação não só como uma atividade. Educação é prioritária em qualquer área do conhecimento humano. Os grandes países desenvolvidos do mundo só chegaram aonde estão com aprendizado de uma maneira geral e principalmente da matemática, então, como vemos, é o seguinte: o futuro do ensino da matemática na Caucaia ou em qualquer cidade do Brasil vai depender do posicionamento não só da comunidade, como principalmente dos pais no acompanhamento dos seus filhos, o que é muito importante, dos professores se dedicarem o melhor possível, *dar* mais de si, tendo como apoio a direção da escola, com acompanhamento dos pais com os seus filhos, e que nos deem condições de trabalhar também, os

> governantes nos deem essas condições, então, é uma coisa que é intercalada; uma coisa depende da outra, se o ensino poderá crescer como poderá regredir" (Professor 2).

Percebe-se que, para que o ensino de matemática possa mudar em Caucaia, é preciso que os professores busquem novos caminhos, como a ajuda dos pais no acompanhamento dos filhos, a participação da comunidade escolar como apoio e com o governo respeitando e priorizando a educação como o todo. Só assim os alunos terão o interesse pela matemática. Conforme Fita (2003, p.109), é importante que todo o conjunto de decisões que esses processos supõem seja produtivo para as escolas e contribua para melhorar a qualidade da educação que se almeja.

Contudo, os professores não devem apenas esperar atitudes de seus governantes, recursos vindos destes, é preciso que sejam dinâmicos em seu processo de ensino, que consigam inovar com os recursos que possam dispor, utilizando o lúdico, jogos e brincadeiras, é possível melhorar a qualidade do ensino e motivar os alunos.

Aprendizagem

O que se vê aqui é a aprendizagem da disciplina matemática. É a parte em que se encontra professores falando dos alunos desinteressados na aprendizagem dessa matéria considerada árdua e preocupados com seus alunos. Segundo eles, os alunos demonstram que não sabem nada do que foi explicado em sala de aula.

Os professores comentam sobre as avaliações externas que os alunos não atingem os índices desejados, que os índices

demonstram um diagnóstico sobre como está a aprendizagem da matemática em Caucaia, e eles não são muito satisfatórios. O professor 1 relata que a aprendizagem dos alunos não é muito boa e os efeitos ecoam no índice do IDEB, que é muito baixo. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais de Matemática (Brasil, 2001, p.16), alguns critérios de avaliação que são considerados como indicadores das expectativas de aprendizagem possíveis permitem detectar problemas e corrigir rumos. O Professor 1 comenta dos índices:

> "Infelizmente, não *é* satisfatório os índices não; não se consegue atingir, mesmo com a nossa meta sendo baixa. O que se espera é um bom rendimento para as escolas públicas. Nossos índices lá *é* muito baixo, *está* muito a desejar" (Professor 1).

Já o Professor 2 fala que as dificuldades de aprendizagem são rotineiras para os matemáticos e eles vão fazendo o melhor possível para superá-las. As avaliações só confirmam que os alunos não estão indo bem na matéria. Pozo (2002, p.145) salienta que a possibilidade que um professor tem de mover seus alunos para a aprendizagem depende em grande parte de como ele mesmo enfrenta sua tarefa de ensinar.

> "Bom, como todo matemático, temos uma certa dificuldade, né, mas a gente vai na medida do possível vendo o que pode fazer para melhorar. A avaliação infelizmente não é boa, nós temos uma certa deficiência, nossos alunos têm uma certa dificuldade. A gente tenta suprir isso na melhor maneira possível" (Professor 2).

Com a preocupação em relação à aprendizagem dos alunos, o Professor 1 procura fazer aulas dinâmicas, visando à deficiência deles. Conforme os Parâmetros Curriculares (Brasil, 2001, p.33), isso pode levar o professor a uma melhor compreensão e a uma aceitação das dificuldades enfrentadas pelos alunos e a pensar em estratégias mais adequadas para favorecer a aprendizagem de conceitos e procedimentos matemáticos. O seu foco maior nas aulas dinâmicas é a motivação dos alunos e, quando percebe que eles tiveram uma aprendizagem de sucesso, ele conserva o seu dinamismo da aula e, quando percebe que os alunos não tiveram estímulos, desmonta e remonta uma aula para que eles aprendam. Pozo (2002, p.146) defende que a motivação pode ser considerada como um requisito, uma condição prévia da aprendizagem; sem motivação não há aprendizagem.

> "Essa pergunta é uma pergunta interessante. Eu acredito até que não seja difícil de responder, não, porque, na verdade, a gente não tem que acreditar que esse processo ensino e aprendizagem é um processo dinâmico. Você pode montar uma aula, é... Imaginar uma aula no espaçozinho que você está, só verificar canal de aprendizado, mas na sala de aula você só vai saber se essa ideia realmente chega aos resultados que se *pretendia* ou não na hora, na prática. Vou comparar com o jogo de futebol: você pode preparar, mas, se você vai ganhar ou não, só se *ver* no tempo de futebol nos noventa minutos, a mesma coisa na sala de aula. Você prepara a aula, mas é dentro da sala de aula que você vai ver se deu certo ou errado. O dinamismo da aula tá nisso, se aquilo não deu certo, né. Vamos buscar meios de tirar o quê, o que permitiu o fracasso daquela empreitada, né, vamos trocar por elementos que possam ter sucesso, aquele objetivo principal, aquele aprendizado, e essa coisa de desmontar e para remontar... Esse dinamismo é que vai

> criar realmente uma aula de sucesso, uma aula onde o aluno aprende, se sinta estimulado, então, isso é uma coisa da prática da vivência. Uma hora faz uma coisa e não deu certo, você desmonta e monta novamente e verifica se dá certo. O que dá certo a gente tem o cuidado para manter, apenas atualizando para que também aquilo não possa vir a fracassar. O que deu errado a gente... Que acabei de dizer: a gente desmonta e monta novamente de outra forma" (Professor 1).

Quando os alunos não aprendem, o Professor 2 comenta que essa deficiência vem de anos anteriores, nas séries iniciais, em que se aprovam os alunos para séries seguintes sem nenhum conhecimento e, quando o aluno chega no Fundamental II, o nível de conhecimento dos alunos naquela turma é muito baixo para poder acompanhar o nível da matéria. Como ordena o MEC (2010 p.26), o princípio da continuidade não deve ser traduzido como "promoção automática" de alunos de um ano, série ou ciclo para o seguinte, bem como o combate à repetência não pode se transformar em descompromisso com o ensino e a aprendizagem.

> "É tal história, como já havia falado: nosso aluno normalmente tem certa... Na questão da base, nossos alunos não têm base e às vezes fica difícil de avançar um pouco por conta das deficiências que vêm com eles, vêm dos anos anteriores, então, é aquela história: a gente vai aprovando e os alunos muitas vezes não têm conhecimento necessário para que sejam promovidos para a série seguinte" (Professor 2).

Assim, quando o aluno passa de série escolar com deficiências no aprendizado do nível anterior, ele tende a sentir-se desmotivado, pois os conteúdos vão apresentar-se como mais

difíceis para ele. Portanto, é importante que os docentes consigam corrigir falhas no processo de ensino anterior do aluno, de modo que colaborem com metodologias, atividades que colaborem para suprir ausências no aprendizado.

O Professor 2 continua falando que essa dificuldade em aprendizagem está em quase todas as escolas do estado do Ceará e do município de Caucaia. Comenta que o interesse dos alunos é baixo e a falta de cobrança dos pais no que se refere aos estudos faz com que a aprendizagem se torne precária. Perrenoud (2008, p. 120) afirma que nem todos os pais cooperam da mesma forma para o projeto de instruir seu filho. Os pais precisam fazer com que os alunos pensem, com convicção, que os estudos são para o seu bem e que isso justifica que eles passem tantos anos da vida em aula. Comparando a declaração do autor com a do Professor 2, se tem:

> "De maneira geral, não são, aqui é mais uma das unidades dos... Das escolas tanto dos estados quanto dos municípios, então, se tirarmos pelo todo, aqui não difere dos outros, não. Nós temos aquela deficiência de aprendizagem da matemática por conta dos problemas que já tinha falado. Os alunos de hoje em dia.... O interesse não é tanto, a cobrança também não é tanta por parte dos pais, o que se vê hoje em dia é uma total – não diria uma total, é um pouco exagerado – a gente vê uma grande parcela de não contribuição dos pais para a aprendizagem do sujeito" (Professor 2).

Para melhorar o aprendizado do aluno em matemática, o Professor 1 sugere que se procurem ferramentas que sirvam de suporte para despertar e promover o interesse do aluno pela matemática, que esses recursos sejam baseados na modernidade e que também sejam do interesse do aluno. Conforme Borba e

Penteado (2005, p. 41), a informática é uma das principais tendências em educação matemática e "deve ser destacada a dinâmica de como um problema pode remeter a outro, bem como a possibilidade de gerar conjecturas e ideias matemáticas a partir da interação entre professores, alunos e tecnologia". Dessa forma, o Professor 1 promovera a aprendizagem.

Assim, a tecnologia tem se feito presente nos mais diversos âmbitos, praticamente todos os alunos têm contato com recursos digitais e demostram interesses por estes, de modo que quando o docente ignora os recursos tecnológicos, não os utiliza em sala de aula, ele perde a oportunidade de despertar o interesse dos alunos, pois estes recursos podem oferecer diversas possibilidades de se trabalhar conteúdos de forma dinâmica, divertida e mais próxima da realidade dos alunos.

> "Bem, é... Acredito que, para melhorar o aprendizado do aluno, temos que procurar suportes para prover o interesse, para despertar o interesse do aluno pele matemática. Eu acho que esse é o desafio maior, procurar esse caminho, baseado na modernidade... *Tá notando* que é de interesse desses meninos e procurar em cima disso. É uma forma de incrementar a matemática" (Professor 1).

Já o Professor 2 persiste que os alunos apoiados pelos pais demonstraram mais interesse pelo aprendizado da matemática. Com esse acompanhamento dos pais, os alunos ficaram sensibilizados e seguros para o processo de aprendizado. De acordo com Guimarães (2004, p.146), alunos seguros em relação a seus pais e professores aceitam de forma mais positiva os fracassos acadêmicos, são mais autônomos, mais envolvidos com a aprendizagem e se sentem melhor a respeito de si mesmos. O

Professor 2 acredita que os pais são ferramentas essenciais para incentivar a aprendizagem.

> "Bom, exatamente isso que já tinha falado... Não só nessa escola, acredito, de uma maneira geral, que os alunos teriam um acompanhamento maior, certo. Não por parte... Não só da escola, mas também a cobrança dos pais, os pais seriam... Poderiam participar mais no sentido de observar se os filhos realmente têm as tarefas, de *estar* sendo *realizada* as dificuldades que *acontece*, como eles poderiam tirar essas dúvidas, mas é tal história: a escola só funciona com a participação da comunidade do modo geral – família e escola" (Professor 2).

Para melhorar o aprendizado da matemática, os professores sugerem estratégias para que os alunos possam ter interesse pela disciplina. Com a ajuda da informática e com apoio dos pais, ocorrerão novos estímulos e, em seguida, haverá um desenvolvimento na aprendizagem.

Assim, não são apenas as práticas docentes que competem para o desinteresse dos alunos, fatores externos, como já mencionado, podem provocar o desinteresse dos alunos. É o caso da falta de acompanhamento dos pais, pois sem o incentivo, sem que se busque acompanhar o desenvolvimento dos filhos, estes podem sentirem-se desmotivados nos estudos, pois o apoio da família é fundamental ao processo de ensino e aprendizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que o professor de matemática de hoje tem que oferecer aos alunos uma nova esperança no ensino-aprendizagem

para poder alterar essa realidade tão negativa em que a educação matemática se encontra. O professor, buscando o aperfeiçoamento de sua prática docente, conseguirá transmitir aos educados conhecimentos suficientes para poder mudar a realidade social, política e econômica, como também a importância do amor e o respeito pela educação. Só assim os educadores conduzirão os alunos a uma melhor aprendizagem e ao gosto pela matemática.

O planejamento é um direito conquistado pelo professor por muitas lutas, através do qual organiza suas aulas de acordo com as necessidades dos seus alunos, como também pensa meios para estimular os estudantes no estudo da matemática. Visando nos seus planejamentos às avaliações externas, que são as grandes preocupações dos professores, para que os índices de aprendizagem consigam ter uma elevação satisfatória, é só na prática que seu planejamento pode ser verificado, se deu certo ou errado. Se deu certo, mantém e, se deu errado, ele desmancha e refaz o seu planejamento.

A relação de professor de matemática com os alunos não é satisfatória devido às dificuldades na aprendizagem destes que desprezam os ensinamentos dos professores e, consequentemente, vêm as más condutas de comportamento em sala de aula. Com ajuda da comunidade escolar – diretor, coordenadores, professores, pais e alunos – talvez se possam mudar os comportamentos dos estudantes e motivá-los para uma aprendizagem significativa. Com isso, consequentemente, a relação professor-aluno será a melhor possível.

A matemática deverá ser ensinada de acordo com a realidade dos alunos para que eles consigam entender os conteúdos e para que se dê espaço para discussões de interação entre professor e

aluno para favorecer a aprendizagem e o interesse pela matemática. Com o apoio dos meios tecnológicos, os professores conseguirão ter aulas dinâmicas que fortalecem o processo de ensino-aprendizagem e os alunos passarão a dar importância aos conteúdos por terem compreendido. O professor dará conta de um bom aprendizado de matemática quando o aluno sentir interesse pela resolução de problema.

No estudo foi evidenciado que os docentes culpam muito os governantes pelas condições de ensino e desinteresse dos alunos, não buscam empreender um ensino diversificado com os recursos que dispõem, de maneira que as aulas com metodologias tradicionais de ensino, utilizando livro didático, atividades escritas, predominam na sala de aula e, assim, é difícil conseguir o interesse dos alunos. A isso soma-se fatores externos que desmotivam os alunos, como ausência do acompanhamento da família, dificultando sua evolução na disciplina de matemática.

REFERÊNCIAS

Borba, Marcelo de Carvalho. Penteado, Mirian Godoy. *Informática e Educação Matemática*. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

Brasil. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 2001 .

D'Ambrósio, Ubiratan. *Educação Matemática: da teoria à prática*. 23 ed. Campinas: Papirus, 2012. Coleção Perspectivas em Educação Matemática.

Dias, R.S. *Bases Neuropsicológicas da Aprendizagem*. In: VALLE, Luiza E.LR. (Org) b.SBNP. Robe Editorial, 2004.

Fiorentini, Dario; Lorenzato, Sergio. *Investigação em Educação Matemática: percursos teóricos e metodológicos*. Campinas – SP: Autores Associados, 2006.

Fita, E.C. *O professor e a motivação dos alunos*. In: Tapia, J.A; Fita, E.C. A motivação em sala de aula: O que é, como se faz. 11 ed. São Paulo: Loyola, Abril 2015. P. 65-135.

Freire, Paulo. *Educação e Mudança*. 12ª Edição. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1979.

Freire, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1992.
Guimarães, S. E. R. & Boruchovitch, E. 2004. *O estilo motivacional do professor e a motivação intrínseca dos estudantes: uma perspectiva da teoria da autodeterminação*. Psicologia: Reflexão e Crítica, 17,143-150.

Lupinacci, M.L.V. E Botin, M.L.M. *Resolução de problemas no ensino de matemática*. Anais do VIII Encontro Nacional de Educação Matemática, Recife, p. 1-5.

Magela, Geraldo. *O uso do computador na educação como uma ferramenta, aliada aos softwares educativos no auxílio ao ensino e aprendizagem*.

Perrenoud, P. *Dez novas competências para ensinar.* Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2008.

Pozo, J.I. *Motivação e desmotivação: desafio para as professoras*... Disponível em: <http//calvados3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/educar/ n.27>.

Zatti, F. Agranionih, N.T. Enricone, J.R.B. *Aprendizagem Matemática: Desvendando Dificuldades de Cálculo dos Alunos*. Perspectiva, Erechim. V.34, n.128. p 115-132, dezembro/1010.

A SÍNDROME DE BURNOUT E O CONTEXTO ESCOLAR NA CONTEMPORANEIDADE

Maria Elisete Ribeiro Pinto Viana

RESUMO: A docência é uma das profissões mais importantes e mais desafiadoras da atualidade. Desafios e responsabilidades que nos últimos anos tem aumentado e causado prejuízos na qualidade de vida e bem-estar aos profissionais dessa categoria. A saúde mental dos profissionais da educação é um tema que adquire crescente relevância científica, visto que, esta profissão é considerada como uma das mais estressantes. A síndrome de burnout tem se tornado cada vez mais frequente nos processos laborais. Trata-se de uma patologia que provoca angústia emocional e estresse nos indivíduos, acarretando o cansaço físico e psíquico, que por sua vez afeta a execução do trabalho. As condições de trabalho às quais os professores são submetidos muitas vezes, pode levar ao desgaste físico e mental. Uma consequência desse desgaste é o número crescente de casos da síndrome de burnout entre esses profissionais. Esse crescente índice, impacta diretamente na qualidade de vida e bem estar do trabalhador bem como eleva os dados estatísticos do Brasil ranqueando o país como um dos que mais contabiliza diagnósticos da síndrome de burnout no contexto laboral educacional. Dessa forma, com a aprovação da Norma Regulamentadora NR-01, fica evidente a necessidade de intervenções para atenuar essa problemática, compreendendo-se a necessidade do fortalecimento de políticas públicas como uma estratégia resolutiva, que leve em consideração a importância da saúde mental dos professores.

Palavras-chaves: Síndrome de Burnout. Ambiente de trabalho. Políticas Públicas.

CONTEXTO HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DO CONCEITO DA SÍNDROME DE BURNOUT

A crise econômica e social dos anos 1970 levou a uma nova lógica de gestão, que acelerou o ritmo de trabalho e rompeu laços sociais. Essa aceleração, fez com que na década seguinte, países desenvolvidos passassem a se preocupar mais com o estresse no trabalho.

Em 1974, o termo Burnout foi cunhado pelo psicanalista Herbert Freudenberger. Ele o utilizou em suas pesquisas para estudar a doença que havia esgotado profissionais de saúde que atendiam usuários de drogas de uma clínica de terapia gratuita. A síndrome de Burnout (Síndrome do Esgotamento Profissional) é um distúrbio emocional caracterizada pela exaustão, estresse e esgotamento físico, consequência de uma jornada desgastante baseada na competitividade e muita responsabilidade (MEIRA, 2022).

Em 1990, a Organização Mundial da Saúde (OMS) através da 43a Assembleia Mundial da Saúde, aprovou a Classificação Internacional de Doenças, CID-10, na sua 10ª Revisão e incluiu a exaustão relacionada ao trabalho.

Este documento referencial em saúde, baliza o sistema de codificação médica para catalogar condições de saúde por doenças semelhantes que tenham condições mais específicas listadas, mapeando doenças complexas para morbidades mais amplas.

Esta importante classificação internacional desde a sua aprovação, vem sendo periodicamente revista e atualmente já na 11a revisão da Classificação Internacional de Doenças, substitui a

CID-10 como padrão global e inclui a Síndrome de Burnout como uma doença ocupacional, reconhecida pelo código QD85.

Por conta do reconhecimento da síndrome de Burnout como um dos fatores de adoecimento dos trabalhadores, a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) apresentou a síndrome na 11ª Revisão Internacional da Classificação de Doenças CID-11 como um distúrbio que influencia o estado de saúde dos trabalhadores, sendo considerada como um fenômeno ocupacional, mas, foi somente em janeiro de 2022 que a Organização Mundial de Saúde incluiu a síndrome no rol de outras doenças ocupacional (LOPES; SANTOS; SÁ, 2022).

A Síndrome de Burnout não está relacionada entre as doenças de transtornos mentais no Manual Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais (DSM-5-TR), mesmo com o reconhecimento da Organização Mundial da Saúde na CID-11. Dessa forma, a síndrome não se trata de transtorno mental, mesmo com a presença de sintomas relacionados a depressão estarem presentes no quadro de esgotamento profissional, Meira (2022, p. 27).

O Burnout é considerado como uma doença ocupacional, ou seja, relacionada ao trabalho. É caracterizado por um esgotamento físico e mental crônico, que pode ser causado por um estresse no trabalho não administrado de forma adequada. Os trabalhadores diagnosticados com a Síndrome de Burnout têm os mesmos direitos trabalhistas e previdenciários previstos para outras doenças relacionadas ao trabalho, desde que comprovado o nexo causal.

O BURNOUT E O AMBIENTE DE TRABALHO

As profundas transformações na educação ao longo das últimas décadas tornaram a profissão de ensinar cada vez mais desafiadora. Os impactos não se restringiram apenas à relação de aprendizagem com os estudantes em sala de aula, mas também alcançaram a relação do professor consigo mesmo diante das novas exigências sociais, levando a um alerta sobre a saúde mental no ambiente de trabalho da categoria.

Na sociedade contemporânea de consumo, o trabalho é visto como um pilar essencial para o desenvolvimento econômico, social e cultural da vida humana. Ele é fundamental para atender às necessidades básicas de multiplicação das riquezas e na produtividade inerente aos processos laborais.

O trabalho, sob uma ótica socioeconômica capitalista, consolidou-se como uma obrigação a partir da Revolução Industrial no século XVII, tornando-se uma condição indispensável para a sobrevivência e o atendimento das diversas demandas humanas, incluindo o trabalho docente (Enriquez, 2014).

Desde a segunda metade do século XX, o crescimento do capitalismo e a intensificação das relações sociais impactaram profundamente o exercício do magistério, moldando um ambiente profissional cada vez mais exigente, hostil e voltado para a produtividade.

No contexto atual, o magistério é marcado por uma revolução nos conceitos de tempo, distância e comunicação, impulsionada pelas novas tecnologias. Essas mudanças exigem que os professores se adaptem constantemente, utilizando ferramentas

tecnológicas para inovar em suas práticas pedagógicas (Murofuse; Abranches; Napoleão, 2005). No entanto, essa demanda por produtividade e inovação muitas vezes ocorre em um ambiente organizacional que não oferece suporte adequado, gerando tensões psicológicas que afetam a saúde do docente.

Metas, prazos, conectividade constante, longas jornadas. Responsabilidades rotineiras da vida profissional podem afetar negativamente o bem-estar mental se os cuidados adequados não forem seguidos.

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular- (2018), a educação tem como objetivo principal ampliar o repertório de experiências, conhecimentos e habilidades das crianças, diversificando e consolidando o aprendizado. Além disso, o cuidado é um aspecto essencial do processo educacional nessa etapa da vida. No entanto, essa profissão de educar também é marcada por desafios e exigências que estão levando ao adoecimento dos profissionais.

A insatisfação, a desmotivação, a fadiga, o estresse, os distúrbios do sono e o cansaço físico são alguns dos sintomas que prejudicam o trabalho docente e podem desencadear a síndrome de Burnout (Pietá, 2000). As doenças ocupacionais dos professores são frequentemente associadas ao estresse crônico, que afeta não apenas a execução das tarefas, mas também a qualidade de vida do trabalhador. Nesse sentido, é fundamental adotar uma abordagem biopsicossocial que integre o bem-estar físico, mental e social do indivíduo, promovendo o bem-estar e a boa saúde organizacional (Maslach; Jackson; Leiter, 2016).

Para Burger (2003) o profissional, quando afetado pelo Burnout, passa a ter resultados insatisfatórios em suas atividades

laborais, haja vista a sua condição de desequilíbrio em sua saúde física, comportamental, emocional e cognitiva. A autora relata que o Burnout acarreta disfunção mental, aumentando a baixa estima e trazendo ansiedade, além de dores musculares, fadiga, falta de sono, diarreia e enxaqueca. Tudo isso devido ao sofrimento psíquico, o que implica numa menor atenção na execução do trabalho, que pode ocasionar numa predisposição a acidentes, visto que se estabelece mudanças na percepção, na atenção e na concentração, assim como há astenia, apatia, anedonia, déficit cognitivo e/ou mnemônico.

Um profissional, quando abalado pelo Burnout, por não conseguir lidar com a pressão do trabalho, tende a afastar-se do emprego e da sua profissão, provocando perdas pessoais, sociais e familiares, afetando a sua qualidade de vida. Além disso, destaca-se a necessidade de saber como lidar com o Burnout, sobretudo no que tange a sua conotação de estresse ocupacional. Isto significa, conforme a autora, estabelecer um olhar para cada oportunidade e respectivas escolhas, ou seja, evitar escolher a raiva, o cinismo e o isolamento, adotando, sim, posturas positivas, abrangendo sentimentos nobres. Para tanto, vale as seguintes recomendações:

- ✓ Fazer uma autoavaliação diária sobre o que é estressor e o que traz felicidade no trabalho;
- ✓ Não abandonar o emprego de súbito, primeiro descobrir o que causou o Burnout e só depois fazer um plano de saída;
- ✓ Estabelecer limites aprendendo a dizer não;
- ✓ Redefinir o trabalho descobrindo maneiras de torná-lo mais agradável;
- ✓ Reservar algum tempo livre para si, seja para lazer, meditar e/ou praticar exercícios

Portanto, compreender as condições laborais do magistério e os fatores que contribuem para o adoecimento é essencial para desenvolver estratégias que promovam a saúde e a qualidade de vida desses profissionais. A síndrome de Burnout, em particular, representa um desafio significativo na carreira educacional exigindo ações que visem não apenas a melhoria das condições organizacionais, mas também o reconhecimento e a valorização do papel do docente na sociedade.

SINTOMAS E TRATAMENTO: COMO A ESCOLA PODE AJUDAR

Os trabalhadores acometidos pelo Burnout, devido à incapacidade de lidar com o estresse ocupacional, tendem a se afastar dos seus empregos e carreiras, o que gera prejuízos pessoais, sociais e familiares. Portanto, o Burnout acaba gerando uma baixa na qualidade de vida dos trabalhadores. Além disso, um trabalhador com Burnout, ainda em exercício, tem sua performance diminuída, o que afeta negativamente a sua produtividade na organização em que trabalha. Ou seja, o Burnout é negativo para os dois lados, funcionários e organizações.

Sendo assim, as organizações, que são o cenário de irrigação do Burnout, devem traçar estratégias administrativas para combatê-lo. Para tanto, podem ser eleitos projetos pautados em medidas como: promoção do bem-estar do trabalhador; incentivos ao engajamento do trabalhador como reconhecimento de valor e/ou colocação em cargo melhorado o incentivo a comunicação organizacional. Além disso, é primordial que existam ações eficientes e inovadoras junto aos trabalhadores e as organizações, como uma medida para manter um ambiente de trabalho sadio.

> Síndrome de Burnout ou Síndrome do Esgotamento Profissional é um distúrbio emocional com sintomas de exaustão extrema, estresse e esgotamento físico resultante de situações de trabalho desgastante, que demandam muita competitividade ou responsabilidade. A principal causa da doença é justamente o excesso de trabalho. Esta síndrome é comum em profissionais que atuam diariamente sob pressão e com responsabilidades constantes, como médicos, enfermeiros, professores, policiais, jornalistas, dentre outros. (Ministério da Saúde, 2023.)

De acordo com o Ministério da Saúde (BRASIL, 2023) a síndrome do esgotamento profissional é um distúrbio emocional que se caracteriza pela exaustão extrema, estresse e esgotamento físico. Segundo Silva (2023, p. 132) o termo técnico criado por Herbert Freudenberger, foi definido em três termos:

- ✓ Exaustão emocional – fadiga causada pelo compromisso excessivo e de longo prazo;
- ✓ Isolamento pessoal – diminuindo, ou diminuindo, empatia, devoção e compaixão;
- ✓ Redução da sensação de realização uma invencível sensação de vazio: uma sensação de realização que faz a diferença.

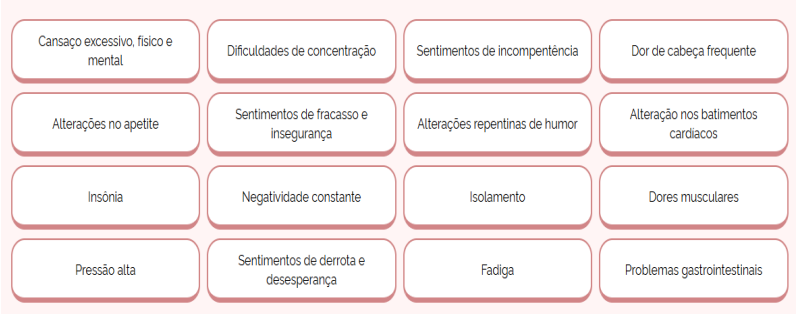
Esse modelo tridimensional da síndrome de Burnout, surge como resposta a um determinado mecanismo de estresse onde o quadro sintomático se instala de forma silenciosa. A sua principal característica é o estado de tensão emocional e estresse crônico provocado por condições de trabalho físicas, emocionais e psicológicas desgastantes.

A síndrome se manifesta especialmente em pessoas cuja profissão exige envolvimento interpessoal direto e intenso. O

estresse emerge como uma reação fisiológica do corpo que responde a situações que exigem mudanças de comportamento. Ou seja, o burnout é o resultado de estresse crônico, profundo.

Ainda, segundo o autor, os profissionais da educação e outros que enfrentam dupla jornada são vulneráveis ao desenvolvimento do transtorno. O esgotamento físico e emocional de quem está acometido pelo distúrbio emocional, são sintomas que impactam diretamente no desenvolvimento profissional, tais como, faltas constantes ao trabalho, isolamento, agressividade, irritabilidade, depressão, pessimismo e baixa autoestima (Idem, 2023).

Essa síndrome pode resultar em estado de depressão profunda e por isso é essencial procurar apoio profissional no surgimento dos primeiros sintomas. O profissional pode ser afetado no âmbito físico, mental e em sua produtividade no trabalho. Os principais sinais e sintomas que podem indicar a Síndrome de Burnout de acordo com o Ministério da Saúde são:



Fonte: Ministério da Saúde

Para Silva (2023), o professor acometido por esta síndrome, perde o prazer no trabalho, encarando como mera obrigação, somente para cumprir a frequência burocrática. Segundo Rômulo

Terminelis da Silva (2023, p. 144) “O Brasil é considerado o 2º país do mundo com a maior carga de estresse perdendo apenas para o Japão. O maior vilão do estresse hoje é o “trabalho”, ele é o que tem causado maior sobrecarga de obrigações e cobranças na carreira profissional”.

De acordo com Women in the Workplace (2021) O público feminino é o mais afetado pela síndrome de burnout. Muito disso está justamente ligado a rotinas excessivas, alta cobrança, busca por resultados e uma suposta perfeição. Entre os principais sintomas estão dor de cabeça, problemas de autoestima, dificuldades de concentração e perda de sono.

A verdade é que os sintomas são variados e muitas vezes o paciente confunde com outras doenças psíquicas, comuns a vida do trabalhador. Porém, na Burnout, os sintomas estão ligados diretamente ao ambiente laboral, sendo um alerta em relação a saúde do profissional que pode apresentar estresse, fadiga, depressão, baixa produtividade e assim o diagnóstico tende a ser difícil para o trabalhador (OLIVEIRA, 2022).

De acordo com o Ministério da Saúde, o diagnóstico da síndrome de burnout é feito por um profissional especialista, como um psiquiatra ou psicólogo. Os sintomas que podem ser físicos ou emocionais podem começar de forma branda e se intensificar com o agravamento do quadro.

Após o diagnóstico e sua compreensão por parte do trabalhador em relação as suas causas e consequências é fundamental a intervenção de um profissional especializado no tratamento da Síndrome de Burnout. “O processo terapêutico é essencial, podendo ocorrer de forma individualizada ou em grupo, onde haverá trocas de experiências e incentivo do convívio social”

(POUBEL; MARTINS; COELHO, 2022, p. 758). O tratamento da Síndrome de Burnout envolve abordagens multidisciplinares que visam à restauração do equilíbrio físico, mental e emocional do indivíduo.

Quanto ao plano de tratamento, antes de tudo, é preciso procurar profissionais que saibam tratar a doença. Do ponto de vista médico, a psiquiatra Ana Beatriz Barbosa Silva diz que é fundamental realizar uma série de exames para detectar o tratamento adequado. Primeiramente, é preciso mapear a saúde física, já que o estresse baixa a imunidade e pode promover alterações cardíacas, respiratórias, digestórias e outras mais. Cada aspecto precisa ser tratado. Após o mapeamento físico, é preciso fazer o psíquico para o médico definir qual medicamento é mais eficiente para o paciente, já que as pessoas têm características mentais próprias. Por exemplo: algumas desenvolvem aspectos suicidas, outras não.

Do ponto de vista da psicoterapia, a psicóloga Sandra Calais diz que, entre outras coisas, é preciso fazer atividades físicas e ocupacionais. Segundo ela, o paciente tem que tirar o foco do trabalho que promove o estresse, para realizar, no tempo que lhe resta, coisas que goste, como jardinagem, artesanato, ou qualquer outro afazer que traga satisfação. A professora da Unesp de Bauru também explica que é interessante a pessoa detectar o que a faz infeliz no trabalho, pois uma mudança de setor, de chefia, de emprego, ou até mesmo de profissão pode melhorar a saúde mental e física. Ainda segundo ela, licença de trabalho costuma não resolver o problema, porque, no retorno ao ambiente laboral, a situação pode piorar. Na Síndrome de Burnout, diz Sandra Calais, não se fala de cura, mas de mudança de ambiente, de forma que

quem é acometido pela doença precisa identificar os espaços em que se sente mais feliz, tranquilo e adaptado.

Para o psicólogo Marcelo Parazzi (2023), no tratamento da síndrome de Burnout, uma das partes mais importantes é a psicoterapia aplicada através da Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC), onde o trabalhador com Burnout consegue ter a compreensão do problema, possibilitando construir mecanismos eficientes para o enfrentamento desta patologia. Entre as diversas técnicas aplicadas na TCC, podem ser utilizados exercícios de relaxamento muscular e respiração principalmente quando há forte indícios de estresse no ambiente de trabalho. Podem ser utilizadas ainda, técnicas de restruturação cognitiva, conforme esclarece o psicólogo.

Conforme menciona a Psicóloga Maria de Abreu (2023), geralmente são adotados dois tipos de estratégias de enfrentamento da Burnout, a primeira estratégia com foco no problema e a segunda focada na emoção. Porém, as mesmas partem de um princípio cognitivo-comportamental, estratégia que direciona o paciente para que entenda sobre a situação do qual está enfrentando e tenha melhores respostas ao seu problema. Essas estratégias são chamadas de coping (recursos internos e externos, que incluem na discussão: saúde, crença, habilidades sociais e recursos materiais). A intervenção é a estratégia de enfrentamento mais utilizada por especialistas que atuam com esse tipo de distúrbio (ABREU, 2023).

De acordo com o Ministério da Saúde (2023), a psicoterapia é a base do tratamento da Síndrome de Burnout, porém em alguns casos pode ser que precise a prescrição de medicamentos como antidepressivos ou ansiolíticos, surtindo efeitos entre um e três

meses, mas dependendo do caso pode perdurar por mais tempo. Conforme o MS, a síndrome pode agravar quando o paciente não segue o tratamento de forma adequada, tendo o agravamento do quadro psicológico, com perda da motivação e em alguns casos distúrbios gastrointestinais. Outros casos, o paciente pode desenvolver a depressão, sendo casos de possíveis internações médicas (BRASIL, 2023).

Porém, na sua maioria, as estratégias de prevenção e tratamento fazem a presunção que a fonte da síndrome de Burnout é o funcionário individual, não um ambiente de trabalho com mau funcionamento, diante disso, é fundamental a inclusão de atividades com vistas a aumentar a autoconsciência dos profissionais, tendo em vista que os sinais desta patologia nem sempre ficam claros no dia a dia, sendo preciso ficar atento a intensidade e a frequência dos sintomas.

Conforme mencionado anteriormente, os professores estão no grupo dos profissionais que são mais acometidos pela síndrome de Burnout e podem causar prejuízos em relação aos objetivos pedagógicos. Esse distúrbio apresenta diversos sintomas como a desumanização, insônia, gastrite, alergias, hipertensão arterial, alienação, apatia, hipocondria e uso abusivo de álcool. Fatores e sintomas que incidem no agravo ocupacional da qualidade de vida do professor e levam a exaustão emocional: os salários, condições de trabalho, burocracia, excessivo número de turmas e alunos, comportamentos inadequados e pressão superior (MELO, 2022).

Bruno Chapadeiro Ribeiro, pesquisador do Laboratório de Pesquisa em Psicologia, Organizações, Saúde, Trabalho e Educação (Laposte) da Universidade Federal Fluminense (UFF), diz que o Brasil enfrenta atualmente uma epidemia não apenas de

burnout, mas também de transtornos mentais relacionados ao trabalho. O INSS contabiliza casos de burnout e de transtornos mentais e comportamentais separadamente.

Assim, a busca pelo tratamento psicológico tem se tornado essencial na vida dos professores, para que através de intervenções clínicas evite que o desgaste no trabalho e os contextos desfavoráveis ao desenvolvimento de desregulações psíquicas, tendo em vista que o docente, na maioria das vezes só procura o profissional da psicologia quando a situação se encontra em um estado crítico (UCHÔA et al, 2021). Esta síndrome pode desenvolver problemas com sérias consequências ao profissional levando a diminuição de sua produtividade, o que pode afetar diretamente o processo ensino-aprendizagem (QUINTILIANO; ANTONIASSI JUNIOR; SILVA, 2022).

AS NOVAS REGRAS NO AMBIENTE ESCOLAR A PARTIR DA NORMA REGULATÓRIA ATUALIZADA

A crescente preocupação com a saúde mental e o bem-estar dos trabalhadores levou à inclusão dos riscos psicossociais na Norma Regulamentadora NR- 01 que foi atualizada pela Portaria MTE nº 1.419/2024, e as empresas têm até 25 de maio de 2025 para implementar as mudanças que trata das disposições gerais e do Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO). Esse avanço representa um marco na prevenção de problemas como estresse, assédio e sobrecarga de trabalho nas empresas brasileiras.

A mudança foi impulsionada pelo recorde de afastamentos por saúde mental no país. Segundo o Ministério da Previdência Social, somente em 2024, quase meio milhão de trabalhadores precisaram

se afastar de suas funções devido a transtornos psicológicos, como depressão, ansiedade e burnout. O número é o maior registrado na última década.

O impacto desses afastamentos não se restringe apenas à produtividade das empresas, mas também gera custos elevados para o governo, que precisa arcar com benefícios previdenciários. Com a nova exigência, todas as empresas que possuam trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou seja, a partir de um funcionário, deverão identificar, avaliar e gerenciar os riscos psicossociais em seus ambientes de trabalho. Isso inclui fatores como estresse ocupacional, assédio moral e sexual, sobrecarga de trabalho e pressão excessiva por resultados.

As empresas precisarão adotar medidas preventivas e realizar avaliações periódicas desses riscos, promovendo um ambiente corporativo mais equilibrado e produtivo. As organizações devem implementar ações como o desenvolvimento de políticas de prevenção ao assédio, promoção do equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, oferta de suporte psicológico e programas de bem-estar, além da capacitação de gestores e colaboradores sobre os riscos psicossociais.

É importante ressaltar que, embora a NR-01 não especifique a obrigatoriedade de acompanhamento psicológico, é recomendável que as empresas ofereçam canais de apoio e suporte para os trabalhadores. Outra iniciativa interessante é a promoção de treinamentos e workshops sobre o tema.

A Norma Regulamentadora Nº 01 (NR-01) estabelece ainda, diretrizes para o gerenciamento de riscos ocupacionais, incluindo a gestão de riscos psicossociais e visa garantir a segurança e o bem-estar dos trabalhadores.

A recente atualização da NR-01, traz mudanças importantes que impactam diretamente a gestão de segurança e saúde nas instituições de ensino. E nesse cenário, a liderança escolar deve assumir um papel ainda mais crucial na gestão de pessoas.

Diretores, coordenadores e toda a equipe gestora são peças-chave para garantir a implementação eficaz do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), que agora é obrigatório. Não se trata apenas de cumprir a lei, mas de zelar pelo bem-estar de toda a comunidade escolar: alunos, professores e colaboradores.

Com a nova atualização NR- 01 fica estabelecido:

- ✓ O cuidado com a saúde mental agora faz parte das diretrizes obrigatórias da NR-01.
- ✓ Empresas precisam adotar estratégias para prevenir riscos psicossociais.
- ✓ O ambiente escolar deve ser seguro e saudável para todos.
- ✓ Que o empregador pode realizar capacitações por meio de ensino a distância ou semipresencial.

DIREITOS ASSEGURADOS AO TRABALHADOR

O trabalhador que sofrer de burnout, é importante entender que essa condição pode ser considerada uma doença ocupacional, ou seja, relacionada diretamente ao ambiente de trabalho. Segundo a legislação brasileira, a síndrome de burnout pode ser enquadrada como acidente de trabalho, desde que comprovada a relação entre o trabalho e o esgotamento.

Quando do diagnóstico de burnout, o trabalhador tem direito ao afastamento de suas atividades profissionais para tratamento

médico. Este por sua vez deve ser justificado por um atestado médico que comprove a necessidade de se ausentar do trabalho para cuidar da saúde.

Se o afastamento for superior a 15 dias, o trabalhador pode solicitar o auxílio-doença junto ao INSS. Para isso, é necessário passar por uma perícia médica que comprove a incapacidade temporária para o trabalho devido à síndrome de burnout. Sendo o afastamento superior a 15 dias e recebimento de auxílio-doença, o trabalhador tem direito à estabilidade no emprego por pelo menos 12 meses após o retorno ao trabalho, conforme a legislação trabalhista. Nos casos em que o burnout foi causado por condições inadequadas de trabalho, como excesso de cobranças, assédio moral ou falta de suporte, o trabalhador pode ter direito a uma indenização por danos morais.

Se for comprovado que a Síndrome de Burnout impossibilitou a pessoa de trabalhar de maneira definitiva, a aposentadoria por invalidez pode ser concedida.

Esse benefício é liberado após a análise médica pelo INSS e visa substituir de forma permanente a renda do trabalhador incapaz de retornar a qualquer atividade laborativa.

Se o profissional do magistério está sofrendo com a Síndrome de Burnout, é fundamental saber que possui direitos garantidos pela legislação previdenciária. O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) reconhece a Síndrome de Burnout como uma doença que pode causar incapacidade para o trabalho, o que torna o segurado elegível para benefícios como o auxílio-doença e, em casos mais graves, a aposentadoria por invalidez.

COMO TRANSFORMAR O AMBIENTE ESCOLAR

Quando falamos no mundo corporativo, um ambiente de trabalho saudável é aquele em que colaboradores e gestores contribuem de forma ativa para a produtividade e também para a promoção da saúde, segurança e bem-estar de todos. Quando pensamos nas escolas, a lógica não é muito diferente.

Em outras palavras, para transformar o ambiente escolar em um lugar de maior acolhimento e promoção da saúde mental é preciso adotar medidas que valorizem o trabalho do professor e seus resultados, bem como, protejam a saúde e o bem-estar de todos.

De acordo com Oliveira (2022) existem algumas medidas de segurança para prevenção desta síndrome, sendo fundamental que as empresas deem início a medidas de prevenção e orientação no dia a dia, e até mesmo ajudando os profissionais que apresentam sinais desta patologia. Entre as medidas, estão atividades físicas laborais que só funcionarão se as organizações se comprometerem em garantir a qualidade de vida e satisfação dos colaboradores. Para a autora, a comunicação não violenta é um dos métodos importantes no ambiente de trabalho, transformando e mantendo as relações em harmonia e são baseadas em quatro princípios fundamentais: evitar julgamentos, estarem cientes do desconforto, identificar as necessidades não atendidas e possibilitar a convivência em harmonia.

Dentro deste contexto e, para além das questões estruturais, é importante promover o bem-estar de quem ensina. O desenvolvimento da aprendizagem ocorre a partir de relações e para a construção e cristalização da relação professor-estudante é

necessário que o professor-pessoa esteja bem. A prática educacional efetiva, ou seja, que visa a liberdade e a emancipação das pessoas, só ocorre por meio do diálogo entre os diversos segmentos que compõem o ambiente escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prevalência da Síndrome de Burnout em professores em todo o Brasil tem apresentados dados estatísticos elevados a cada ano. A exaustão emocional e a despersonalização são as dimensões mais afetadas, de acordo com a maioria dos estudos indicando um grande impacto no sistema educacional brasileiro.

Essa síndrome ocupacional causada por um estresse crônico na vida profissional se caracteriza também, além da exaustão, por um sentimento de negatividade em relação ao trabalho e uma piora do desempenho. Vários fatores ocupacionais, como tempo de emprego, tempo de ensino, número de horas trabalhadas, número de alunos e carga horária excessiva contribuem para o desenvolvimento do distúrbio da Burnout, principalmente em mulheres por conta de muitas vezes ter dupla ou tripla jornada por conta dos afazeres domésticos além do desempenho profissional.

Promover estratégias que reforçam a importância de abordar o aspecto emocional no ensino como uma profissão, para promover um ambiente de trabalho agradável e cultivar relacionamentos interpessoais saudáveis, é fundamental investir no treinamento de habilidades psicológicas e sociais. Tais competências são cruciais para a resolução de situações cotidianas que podem gerar conflitos e estresse no ambiente de trabalho.

Apesar da importância das intervenções relacionadas à síndrome de Burnout, poucos estudos brasileiros foram realizados com esse propósito. Assim, é imperativo criar estratégias de enfrentamento, diagnóstico preciso e tratamento para enfrentar esse problema.

Também é de fundamental importância conhecer os direitos que assistem aos trabalhadores que são acometidos pela Síndrome de burnout para que mediante ao diagnóstico, possam identificar o gatilho que o direcionou ao diagnóstico, e mediante a isso ser assistido pelos direitos legais. melhorando assim a qualidade de vida e o entusiasmo profissional que priorizam a saúde mental.

O adoecimento dos professores pode ter consequências negativas para o profissional, para os alunos e para a sociedade. Para o profissional, o adoecimento pode levar a problemas de saúde física e mental, como estresse, ansiedade e depressão, e a afastamento do trabalho. Para os alunos, o adoecimento dos professores pode levar a uma redução da qualidade do ensino, pois eles podem ficar sem o apoio e a atenção que precisam para aprender e se desenvolver.

Para a sociedade, o adoecimento dos docentes pode levar a um impacto negativo na educação. Quando estão doentes, eles não estão disponíveis para ensinar e orientar os alunos, problema sério e complexo que afeta todos os níveis de ensino.

Para garantir a qualidade da educação e o bem-estar dos educadores, é essencial abordar esses fatores de maneira significativa. Isso inclui a implementação de políticas que promovam ambientes de trabalho saudáveis e valorizem adequadamente os professores. Afinal, educadores saudáveis são essenciais para um sistema educacional forte e resiliente.

As escolas precisam e devem incentivar uma cultura aberta sobre saúde mental, onde professores se sintam confortáveis para compartilhar experiências sem medo de julgamento. Líderes escolares podem modelar esse comportamento, promovendo diálogos e destacando os recursos disponíveis.

REFERÊNCIAS

A McKinsey & Company e a LeanIn.Org. Women in the Workplace 2024. **The 10th Anniversary** Report. Disponível em: https://womenintheworkplace.com/. Acesso em 09 abr.2025.

AJUDA EM AÇÃO. **Escolas resilientes e preparadas para um mundo em crise**. Disponível em: https://ajudaemacao.org/blog/educacao/escolas-resilientes-preparadas-para-mundo-em-crise-covid-19/1. Acesso em: 0 abril de 2025.

BEATRIZ, Ana Barbosa, **Burnout: Causas, Sintomas e Estratégias de Prevenção para uma Vida Saudável. Disponível em:** https://draanabeatriz.com.br/burnout-causas-sintomas-e-estrategias-de-prevencao-para-uma-vida-saudavel/. Acesso em 10 abr. 2025.

BENEVIDES-PEREIRA, Ana Maria Teresa (Org.). **Burnout:** quando o trabalho ameaça o bem-estar do trabalhador. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

BENEVIDES-PEREIRA, Ana Maria Teresa. **Considerações sobre a síndrome de Burnout e seu impacto no ensino**. Bol. psicol, São Paulo, v. 62, n. 137, p. 155-168, dez. 2012. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php>. Acesso em: 10 ago. 2022.

BORSOI, Izabel Cristina Ferreira. Trabalho e produtivismo: **saúde e modo de vida de docentes de instituições públicas de Ensino Superior**. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, v. 15, n. 1, p. 81-100, 2012. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/49623. Acesso em: 11 abr. 2021.

BRANDT, Rita Melania Webler. **Do mal-estar à readaptação**: o que causa o adoecimento e o afastamento da função docente. 223 f. 2013, Tese (Doutorado em Educação), Pelotas da Universidade Federal de Pelotas, 2013.

Disponível em https://guaiaca.ufpel.edu.br Acesso em 19 nov. 2022

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf. Acesso em 08 abr. 2025.

BURGER, M.A.F. **Burnout e trabalho universitário produtivo**. Dissertação de Mestrado em Psicologia Escolar apresentada à Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). Campinas: PUC-Campinas, 2003.

CARLOTTO, Mary Sandra. **Síndrome de Burnou**t - O estresse ocupacional do professor. Porto Alegre: Editora ULBRA. 2010.

ENRIQUEZ, Eugène. **O trabalho, essência do homem?** O que é o trabalho? Cadernos De Psicologia Social Do Trabalho, v.17, (n. 1 esp., p. 163-176, 2014. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/80645. Acesso em: 10 abr. 2025.

MASLACH, Christina; JACKSON, Susan E.; LEITER; Michael P.; SCHAUFELI, Wilmar B.; SCHWAB, Richard L. The Maslach Burnout Inventory –test manual. 4. ed. Menlo Park: Mind Garden, 2016

MUROFUSE, Neide Tiemi; ABRANCHES, Sueli Soldati; NAPOLEÃO, Anamaria Alves **Reflexões sobre stresse e Burnout e a relação com a enfermagem**. Revista Latino-Americana de Enfermagem.Ribeirão Preto, vol. 13, n.º 2, p. 255-261, mar/abr, 2005. http://www.scielo.br. Acesso em: 10 abr. 2025

PIETÁ, Flávia P. **Burnout: um desafio à saúde do trabalhador**. Psi –Revista de PsicologiaSocial e Institucional, vol. 2, n.º 1, jun./2000. http://www2.uel.br/ccb/psicologia/revista/textov2n15.htm. Acesso em: 10 abr. 2025.

Salvagioni, D. A. J., Melanda, F. N., Mesas, A. E., González, A. D., Gabani, F. L., & Andrade, S. M. D. (2017). **Physical, psychological and occupational consequences of job burnout**: A systematic review of prospective studies. PloS one, 12(10), e0185781.

Shanafelt, T. D., & Noseworthy, J. H. (2017). **Executive leadership and physician well-being**: nine organizational strategies to promote engagement and reduce burnout. Mayo Clinic Proceedings, 92(1), 129-146.

TRANSTORNOS DO NEURODESENVOLVIMENTO:
DEFINIÇÕES, CLASSIFICAÇÕES E IMPLICAÇÕES NOS PROCESSOS DE APRENDIZAGEM

Maria de Lourdes Oliveira

RESUMO: As neurociências, a psicologia e a pedagogia avançaram muito nas últimas décadas, aprofundando a compreensão dos transtornos que afetam o desenvolvimento humano e a aprendizagem. Entre eles, destacam-se os transtornos do neurodesenvolvimento, que surgem cedo e comprometem habilidades cognitivas, sociais, motoras e acadêmicas, impactando a trajetória escolar e exigindo intervenções especializadas e políticas inclusivas. Este estudo tem como objetivo analisar esses transtornos, com foco nos transtornos de aprendizagem, suas características, impacto na educação e estratégias de enfrentamento escolar. A pesquisa é bibliográfica, qualitativa e concentra-se nos principais transtornos de aprendizagem: dislexia, discalculia, disgrafia e disortografia. Esses transtornos, embora não relacionados a déficits intelectuais, prejudicam habilidades básicas como leitura, escrita e cálculo, exigindo abordagens pedagógicas diferenciadas, tecnologias assistivas e acompanhamento especializado.

Palavras-chave: Transtornos do Neurodesenvolvimento. Aprendizagem. Educação.

INTRODUÇÃO

As últimas décadas têm vivenciado um avanço nas neurociências, na psicologia e na pedagogia, que proporcionam uma compreensão mais profunda a respeito dos transtornos que afetam o desenvolvimento humano e por consequência o processo de aprendizagem. Dentre esses, os transtornos do neurodesenvolvimento têm um papel de grande relevância, isso porque representarem condições crônicas que se manifestam de modo precoce e acabam por comprometer as habilidades cognitivas, sociais, motoras e acadêmicas. Esses transtornos afetam a trajetória escolar dos indivíduos e requerem intervenções especializadas, assim como políticas educacionais inclusivas.

Identificar esses transtornos é primordial para que seja possível tratá-los adequadamente, de modo que é preciso definir claramente o que eles são e a maneira como e manifestam. Entende-se que a classificação adequada é fundamental para orientar o diagnóstico clínico, a intervenção pedagógica e o acompanhamento interdisciplinar. Entre os diferentes tipos de transtornos do neurodesenvolvimento, os transtornos específicos de aprendizagem, como, por exemplo, a dislexia, a discalculia e a disgrafia, são aqueles observados de maneira mais frequente no contexto escolar, eles exigem atenção redobrada por parte de educadores, psicopedagogos e profissionais da saúde.

Os transtornos que afetam a aprendizagem requerem muita atenção, pois pode comprometer prejudicialmente os resultados acadêmicos dos alunos, levar a desmotivação e a evasão escolar, trazendo problemas de autoestima e convívio social dos alunos.

Mediante o exposto, este estudo tem como objetivo principal apresentar uma análise a respeito dos transtornos de neurodesenvolvimento, com foco em sua definição e classificação, sobretudo, os transtornos de aprendizagem, abordando os mais comuns, com destaque para suas características, o impacto que provocam a educação, possíveis estratégias e enfrentamento no âmbito escolar. Com essa discussão busca-se contribuir para uma atuação mais consciente, assim como eficaz dos profissionais que se encontram envolvidos no processo educacional, levando os estudantes que apresentam esses transtornos a se desenvolverem integralmente.

Assim, esse estudo constitui-se em uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, a respeito dos transtornos do neurodesenvolvimento com foco nos principais transtornos de aprendizagem.

DESENVOLVIMENTO

Metodologia

O estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica, entrando em contato com material que aborda o tema em estudo. Segundo Lakatos e Marconi (2007) pode ser considerada como "um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais." Ou seja, a pesquisa configura-se como um procedimento que significa muito mais do que somente a busca por verdade, mas descobrir respostas para perguntas ou soluções para os problemas levantados através do emprego de métodos científicos.

Dessa forma, em uma pesquisa é preciso traçar um percurso a ser seguido, apresentar suas etapas para que os objetivos sejam alcançados. A referente pesquisa adotou como metodologia uma revisão de literatura. Trata-se de pesquisa bibliográfica, sintética e explicativa, uma vez que procurou identificar os fatores que determinam um fenômeno.

A pesquisa é de natureza básica, pois tem como foco em compreender um assunto sem, contudo, interferir no fenômeno. De modo, que sua intenção é aumentar a base de conhecimento científico. Se define como básica porque o seu objetivo é gerar novos conhecimentos que são uteis para o avanço da ciência, porém, sem aplicação previa (Gerhardt; Silveira, 2009).

Assim, trata-se da análise de material bibliográfico, como livros, revistas, artigos científicos, teses de mestrado e doutorado, dentre outros. Conforme verifica Gil (2002, p.44):

> A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas (Gil, 2002, p.44).

A revisão de literatura refere-se ao estudo do material bibliográfico no que diz respeito ao tema desta pesquisa, buscando alcançar os objetivos constantes, assim como solucionar o problema de pesquisa lançado.

REFERENCIAL TEÓRICO

Os transtornos do neurodesenvolvimento consistem em condições que se desenvolvem precocemente, comumente antes da criança entrar na fase escolar, se caracterizam como déficits que resultam em prejuízos significativos tanto no funcionamento pessoal, como social e acadêmico ou ocupacional.

Em conformidade com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, 5ª edição (DSM-5), os transtornos do neurodesenvolvimento abrangem um grupo de condições com início no período do desenvolvimento, frequentemente antes da criança ingressar na escola.

O quadro abaixo, apresenta os principais transtornos do neurodesenvolvimento e suas características:

Quadro 01: Principais Transtornos do Neurodesenvolvimento

Transtorno	Características
Deficiência Intelectual:	Limitações significativas tanto no funcionamento intelectual quanto no comportamento adaptativo, afetando habilidades conceituais, sociais e práticas.
Transtornos da Comunicação	Incluem dificuldades na linguagem, fala e comunicação social, impactando a capacidade de expressar e compreender informações.
Transtorno do Espectro Autista (TEA)	Envolve déficits persistentes na comunicação e interação social, além de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades.
Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH):	Caracterizado por um padrão persistente de desatenção e/ou hiperatividade-impulsividade que interfere no funcionamento ou desenvolvimento.

Transtornos Específicos de Aprendizagem	Envolvem dificuldades específicas na aprendizagem e uso de habilidades acadêmicas, como leitura, escrita ou matemática, que são significativamente abaixo do esperado para a idade cronológica do indivíduo
Transtornos Motores	Incluem o transtorno do desenvolvimento da coordenação, transtorno de movimentos estereotipados e transtornos de tiques, como a síndrome de Tourette.
Outros Transtornos do Neurodesenvolvimento	Abrangem condições que não se enquadram nas categorias acima, mas que ainda assim causam prejuízos significativos no desenvolvimento e funcionamento do indivíduo.

Fonte: Baseado em Crenitte, 2019.

Compreender esses transtornos e identificá-los de forma precoce é essencial para que sejam implementadas intervenções eficazes com o intuito de minimizar os impactos negativos no desenvolvimento e promover inclusão e qualidade de vida para os sujeitos que são afetados por estes.

Dentre esses transtornos é comum cada vez mais o diagnóstico de TDAH e TEA, trazendo desafios para a saúde e a educação.

Convém destacar que O Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade TDAH, diz respeito a um transtorno e um déficit de atenção que deriva de um funcionamento alterado no sistema neurobiológico cerebral. Podendo ser compreendido como uma disfunção. O transtorno em questão é neuropsiquiátrico e afeta o desenvolvimento cognitivo e comportamental, de crianças e de adultos. O TDAH se caracteriza por dificuldades na atenção sustentada, assim como na concentração, é também caracterizado pela impulsividade e hiperatividade (Lima, 2015).

Decorrentes das características do TDAH, as pessoas que convivem com este transtorno têm dificuldade em prestar atenção aos detalhes, assim como seguir as instruções que lhe são passadas, realizar suas tarefas por completo e manter o seu controle emocional, assim como regularizar o seu comportamento.

De acordo com a Associação Americana de Psiquiatria, o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (2014) os sintomas principais do TDAH são desatenção, hiperatividade e impulsividade. Sendo que esses sintomas podem ou não ocasionar o comprometimento funcional de acordo com o ambiente em que a criança se encontra inserida.

Gesser (2015) acredita que o TDAH é o transtorno mais comum na infância e que seu nível de prevalência está entre 3% e 6% da população infantil. Informa, ainda, que o transtorno é mais comum em meninos do que meninas. Os sintomas surgem cedo, mas são percebidos claramente quando a criança começa a frequentar a escola, já que eles comprometem o seu desenvolvimento.

Gesser (2015, p. 4) prossegue apresentando características que são apontadas em relação a sintomas de TDAH em crianças e adolescentes:

- ✓ Falta de atenção à detalhes;
- ✓ Comete alguns erros em tarefas que poderiam ser evitados;
- ✓ Dificuldade em manter o foco em uma atividade por algum tempo;
- ✓ Não responde de imediato quando questionado;

- ✓ Não consegue terminar algo que começou (algumas atividades requerem esforço mental muito prolongado).

Crianças e adolescentes que convivem com o TDAH, além das características evidenciadas acima, podem apresentar desanimo, apatia, falta de cuidado, mas costumam ser criativos. Suas relações pessoais tendem a apresentarem-se instáveis e tumultuadas, geralmente têm baixo rendimento escolar.

Para Silva *et al.* (2019) o TDAH tem apresentado destaque, principalmente a partir da década de 1980, levando pais e profissionais da saúde e da educação a buscarem conhecimento e capacitação para lidarem com esse transtorno que é muito comum na infância.

Silva *et al.* (2019, p.3) ressaltam as características que são comuns aos indivíduos TDAH:

> [...] o Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH), é definido como um transtorno neurobiológico que afeta o neurodesenvolvimento cerebral e envolve um padrão persistente de desatenção e/ou hiperatividade [...] Estudos revelam que pessoas com o TDAH possuem um nível de agitação, impulsividade e desatenção constante e atípico, prejudicando a criança já desde a primeira infância. Com maior frequência em meninos, o transtorno persiste até a vida adulta em mais da metade dos casos e tem fortes fatores genéticos e ambientais, sendo o primeiro o de maior incidência.

Os autores apresentados neste estudo estão em conformidade quanto ao TDAH seus sintomas e características, ressaltando que se trata de um transtorno neurobiológico, afetando o

neurodesenvolvimento cerebral, causando desatenção e hiperatividade. Sintomas como agitação e impulsividade, são notáveis, associam-se a fatores genéticos e ambientais.

Bombassaro e Tisser (2017) argumentam que o TDAH consiste em um problema do funcionamento de determinadas áreas do cérebro que são responsáveis por comandar o comportamento inibitório, as funções executivas, a memória de trabalho, de autorregulação de motivação e o planejamento.

Desse modo, fica compreendido que o Transtorno de Déficit de Atenção Hiperatividade, TDAH, diz respeito a um transtorno neurocomportamental e multifatorial. O transtorno é caracterizado por padrões persistentes de desatenção, hiperatividade, impulsividade, assim como desorganização. Observa-se, ainda, que o TDAH está presente pelo menos em dois contextos diferentes, comumente casa e escola, interfere substancialmente no funcionamento social e no desenvolvimento do indivíduo. O TDAH é um transtorno desenvolvimental de autocontrole e o seu problema central é a inibição do comportamento. Mediante as características do TDAH, se reconhece que na educação formal os alunos apresentam necessidades educacionais diferenciadas, acabam por exibir padrões sociais escolares prejudicados, o estigma do TDAH pode levar riscos de exclusão dessas crianças, sobretudo, no contexto escolar.

Em um cenário em que se mostra cada vez mais relevante buscar uma educação inclusiva, percebe-se que o caminho para esta é lento e apresenta muitas dificuldades.

Nesse contexto, é relevante que no âmbito escolar as escolas de uma forma geral, sobretudo, os docentes, estejam preparados para lidarem com crianças TDAH e possam de fato promover inclusão

O Transtorno do Espetro Autista, TEA, corresponde a uma condição neurodesenvolvimental complexa, que se caracteriza por déficits persistentes na comunicação e interação social, assim como padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. Os sintomas característicos do TEA geralmente se manifestam nos primeiros anos de vida e podem variar significativamente em termos de gral de suporte e apresentação clínica, lembrando que cada criança é única e os sintomas também são diferentes de criança para criança. (Backes, Zanon; Rosa, 2015).

> O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição neurodesenvolvimental, que se apresenta nos primeiros anos de vida da criança [...]. A etiologia do TEA ainda é desconhecida, mas pesquisas têm encontrado correlatos neurobiológicos e genéticos[...]. Além disso, dados epidemiológicos demonstram uma prevalência de um em cada 68 nascimentos (Centers for Disease Control and Prevention, 2014), sendo que esta tem aumentado nas últimas décadas, o que pode ser explicado pela expansão dos critérios diagnósticos, pelo incremento dos serviços de saúde relacionados ao transtorno e pela mudança na idade do diagnóstico, entre outros fatores [...] O TEA caracteriza-se pela presença de déficits sociocomunicativos e de padrões de comportamentos repetitivos e restritos [...], sendo que o grau de comprometimento dessas áreas varia de forma significativa [...]. Conforme os critérios diagnósticos presentes no DSM-V[...], as alterações na dimensão sociocomunicativa, por exemplo, são encontradas na reciprocidade socioemocional, em comportamentos comunicativos verbais e não verbais e no estabelecimento e manutenção de relacionamentos. Já a

> presença de comportamentos repetitivos e restritos pode se manifestar através de estereotipias e repetições nos movimentos motores, no uso de objetos e na fala, além de interesses restritos, adesão excessiva e rígida a rotinas e hipo ou hipersensibilidade a inputs sensoriais [...] (BAckes, Zanon; Rosa, 2015, p.1).

A intervenção precoce do TEA é essencial para melhorar os resultados a longo prazo para indivíduos com TEA. Abordagens terapêuticas podem incluir terapia comportamental, fonoaudiologia, terapia ocupacional e suporte educacional especializado. Essas intervenções objetivam promover o desenvolvimento de habilidades sociais, comunicativas e adaptativas, facilitando a inclusão e a qualidade de vida.

Paiva Junior (2018) argumenta que a classificação dos transtornos do neurodesenvolvimento é de suma importância para o diagnóstico e para intervenção. Os principais sistemas de classificação utilizados são o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, 5ª edição (DSM-5), tendo sido este elaborado pela Associação Americana de Psiquiatria, e a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, 11ª edição (CID-11), desenvolvida pela Organização Mundial da Saúde.

A classificação DSM-5 traz os grupos descritos anteriormente no quadro 01, quanto a classificação CID-11 que foi implementada oficialmente no ano de 2022 traz uma abordagem atualizada para a classificação dos transtornos do neurodesenvolvimento, alinhando-se às mudanças sociais e científicas recentes. Entre os principais códigos relacionados, destacam-se: 6A00: Transtornos do desenvolvimento intelectual; 6A01: Transtornos do desenvolvimento da fala ou da linguagem, incluindo o transtorno

do som da fala (6A01.0), o transtorno do desenvolvimento da fluência da fala (6A01.1) e o transtorno do desenvolvimento da linguagem (6A01.2). 6A02: Transtorno do Espectro Autista (TEA), que unifica diagnósticos anteriores como autismo infantil, síndrome de Asperger e transtorno desintegrativo da infância. 6A03: Transtorno de aprendizagem do desenvolvimento, abrangendo dificuldades específicas na aquisição de habilidades acadêmicas e 6A04: Transtorno do desenvolvimento da coordenação motora.

A DSM-5 e a CID-11 correspondem a ferramentas de grande valor para que os profissionais de educação e de saúde possam atuar melhor, à medida que compreendem de forma mais precisa a condição da criança e pode melhor encontrar abordagens para trabalhar o seu desenvolvimento.

Quanto aos transtornos de aprendizagem estes correspondem a condições que afetam ou dificultam a aquisição e o uso de habilidades acadêmicas fundamentais, como é o caso da leitura, da escrita e da matemática. As dificuldades em questão não são atribuídas a déficits intelectuais, sensoriais, emocionais ou a instrução inadequada, mas resultam de disfunções específicas no processamento cognitivo (Ribeiro; Silva, 2025).

Assim, os resultados desse estudo, apresentados a seguir, destacam os principais transtornos de aprendizagem, bem como enfatizam a necessidade de buscar formas de fazer com que os alunos possam superar as dificuldades advindas desses transtornos e conseguirem aprender.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

A cada dia estudiosos de diferentes áreas procuram estudar, empreender pesquisas e debates em torno das dificuldades que muitas crianças têm em acompanhar os conteúdos na escola e conseguirem assimilar os mesmos, realmente aprendendo o que lhe é propostoem cada atividade.

Dificuldades de aprendizagem também são denominadas por alguns estudiosos de problema de aprendizagem, transtorno de aprendizagem, distúrbio e durante muito tempo até mesmo de fracasso escolar. Contudo, elas constituem-se em obstáculos em aprender algo o que pode ser ocasionados por fatores patológicos, neurológicos, psicológicos, neurolinguísticos ou psicopedagógicos ou ainda não estar relacionado a nenhum deles, sendo ocasionada por questões familiares, culturais ou econômicas (Leal; Nogueira, 2012).

Assim, pensadores diversos retrataram a questão das dificuldades de aprendizagem usando terminologias diversificas, contudo, o que as definem são os obstáculos que se enfrenta no âmbito escolar para compreender algo e transformá-lo em conhecimento, enquanto as suas causas podem ser váriadas.

Considera-se que as dificuldades no processo de aprendizagem podem ocorrer de um simples problema que o sujeito vivenciou e não foi resolvido, podendo este apresentar-se como um sintoma de dificuldade.

Observando as dificuldades tem-se um pensamento acerca do sujeito como um todo, com dimensões variadas, mas que se relacionam, podendo aprender sobre seu meio, bem como adquirir um conhecimento a respeito dele próprio (Oliveira, 2014).

As dificuldades de aprendizagem vêm sendo debatidas a muito tempo e de maneira intensa em diversos âmbitos, elas estão ligadas a diversos problemas que dificultam a aprendizagem da criança e raramente são atribuídas a uma única causa, onde muitos aspectos diferenciados podem comprometer a aprendizagem das crianças.

Leal e Nogueira (2012) concebem as dificuldades de aprendizagem como um processo bastante complexo e delicado, e que novos conhecimentos acerca delas estão sempre sendo buscados, sendo algo bastante positivo a busca por um maior entendimento deste processo. As dificuldades de aprendizagem requerem uma apuração diagnóstica clínica realizada de maneira profunda por uma equipe de especialistas que vai desde o psicopedagogo, psicólogo, neurologista, fonoaudiólogo, dentre outros.

Desse modo, destaca-se a necessidade de buscar a intervenção junto as dificuldades de aprendizagem, identificar suas causas através de uma equipe multidisciplinar, pois estas podem estar associadas a diversos fatores, sejam eles de ordem patológica, ou psicológicas ligados a questões familiares, dentre outras.

Nessa perspectiva, Capellini e Conrado (2009) entendem as dificuldades de aprendizagem como obstáculos ou barreiras que o aluno encontra em seu período de escolarização e que são referentes a assimilação e acomodação dos conteúdos trabalhados em sala de aula, elas são responsáveis muitas vezes pelo baixo rendimento escolar e o abandono escolar por parte do aluno.

As situações em torno dos problemas em aprender que causam um transtorno na vida escolar da criança à medida que torna difícil o entendimento dos conteúdos que o professor trabalha em sala de

aula, levando muitas vezes a consequências drásticas como o abandono da escola por parte do aluno, mostra que é preciso fazer algo para mudar essa realidade.

As dificuldades de aprendizagem são diversas, dentre as quais o presente estudo destaca algumas, como a dislexia que para Teles (2004) a dislexia é, possivelmente, a causa mais frequente do baixo rendimento e do insucesso escolar. Relacionada a leitura e a escrita que são formas de processamento linguístico, por isso, são competências complexas, assim a dislexia é entendida como uma incapacidade específica de aprendizagem, sendo de origem neurobiológica, uma definição oferecida pela Associação Internacional de Dislexia.

Assim, a dislexia se caracteriza por bloqueios ao ler e escrever, tornando essas tarefas difíceis, onde a criança apresenta baixa competência leitora e possui dificuldades com a ortografia. As dificuldades trazidas pela dislexia são provenientes de um déficit fonológico em relação a outras capacidades cognitivas. Com os problemas enfrentados pelas crianças resultantes da dislexia o seu rendimento escolar tende a ser baixo, o insucesso na escola causa constrangimento, desmotivação e acabam levando a desistência, sendo um grave problema que a escola precisa enfrentar e oferecer ações estratégicas para mudar essa realidade.

Para Massi (2006) a dislexia é vista como um fenômeno que vem centralizando ações no contexto educacional, sendo que nas últimas décadas vem ganhando o status de dificuldade de aprendizagem que mais atinge crianças em fase escolar, levando diversos profissionais de diversas áreas a debaterem a respeito da mesma, conceituando, definindo e demarcando seus fundamentos teóricos. Ela está ligada a leitura e a escrita, sendo uma dificuldade

de adquirir estas competências, devendo ser compreendida em diferentes áreas, como a neurologia, oftalmologia, psicologia, ciências cognitivas, fonoaudiologia, educação, psicopedagogia, dentre outras.

Outro transtorno de aprendizagem importante de ser analisado e entendido é discalculia, que corresponde um transtorno específico de aprendizagem que afeta a capacidade de compreender e manipular números e conceitos matemáticos. As pessoas que têm discalculia comumente apresentam dificuldades em contar, compreender símbolos matemáticos, bem como realizar operações básicas e resolver problemas matemáticos. A discalculia pode ser classificada em diferentes tipos, como discalculia léxica, verbal, gráfica, operacional, practognóstica e ideognóstica, dependendo das áreas específicas de dificuldade (Moraes, 2025).

Já a disgrafia corresponde a um transtorno de aprendizagem específico que afeta a habilidade de escrever de forma legível e coerente, as pessoas com esse transtorno normalmente apresentam dificuldades com coordenação motora fina, assim como na ortografia e na organização de ideias. Dificuldades que se encontram relacionadas a disfunções específicas no processamento motor e linguístico, de modo que não têm relação com déficits intelectuais ou sensoriais (Moraes, 2025).

Entre os transtornos de aprendizagem está a disortografia que afeta a habilidade de aplicar de forma correta as regras ortográficas na escrita. As pessoas com esse transtorno podem apresentar dificuldades em reconhecer padrões ortográficos, assim como em aplicar regras gramaticais e utilizar a pontuação adequada. Essas dificuldades podem ocorrer isoladamente ou em conjunto com

outros transtornos de aprendizagem, como, por exemplo, a dislexia.

Ribeiro e Silva (2025) chamam a atenção para a necessidade de distinguir entre dificuldades de aprendizagem e transtornos de aprendizagem. Em que enfatizam que as dificuldades de aprendizagem são geralmente temporárias, apresentando-se como resultado de fatores externos, como, por exemplo, métodos de ensino inadequados, questões emocionais ou sociais. Enquanto os transtornos de aprendizagem correspondem a condições persistentes, de origem neurobiológica, que requerem intervenções específicas e contínuas.

Ainda de acordo com Silva e Ribeiro (2025) a etiologia dos transtornos de aprendizagem é multifatorial, de modo que envolve fatores genéticos, neurobiológicos e ambientais. Já existem estudos que indicam a existência de relação de fatores ambientais, como, por exemplo, a falta de estimulação cognitiva adequada e a exposição a ambientes desfavoráveis que também podem contribuir para o desenvolvimento desses transtornos.

Nesse contexto, torna-se primordial destacar a relevância do diagnóstico desses transtornos de aprendizagem, pois é preciso intervenções precoces para que seja possível minimizar os efeitos negativos que estes podem trazer sobre os resultados acadêmicos, assim como em relação ao socio-emocional da criança.

A existência dos transtornos de aprendizagem requer profissionais capacitados para lidar com estes fatores, além de estratégias personalizadas de ensino e o uso de tecnologias assistivas, assim como suporte psicopedagógico, dentre outras abordagens que podem auxiliar na aprendizagem dos alunos com transtornos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado possibilitou compreender que os transtornos do neurodesenvolvimento se constituem em condições que afetam significativamente o desenvolvimento integral de crianças e dos adolescentes, sobretudo, no que tange aos aspectos cognitivos, comportamentais, sociais e escolares. Por meio da pesquisa realizada observou-se que é importante definir e classificar de forma adequada esses transtornos, pois compreendê-los favorece o diagnóstico precoce, e, assim, colabora para que sejam elaboradas estratégias de intervenção eficazes, assim como a promoção da inclusão no ambiente escolar.

Dentre os diversos transtornos abordados, estão os transtornos específicos de aprendizagem, como a dislexia, a discalculia, a disgrafia e a disortografia, sendo estes os mais prevalentes no âmbito da educação. Apesar de não estarem necessariamente associados a déficits intelectuais, esses transtornos comprometem habilidades básicas como leitura, escrita e cálculo, o que acaba por exigir abordagens pedagógicas diferenciadas, uso de tecnologias assistivas e acompanhamento especializado.

O estudo ainda destacou a relevância do Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) e do Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente escolar, pois embora o TDAH não seja considerado um transtorno de aprendizagem, ele tem impacto direto na capacidade de concentração e organização dos estudantes, podendo levar a dificuldades educacionais secundárias. Já o TEA, com suas manifestações diversas e complexas, requer abordagens terapêuticas individualizadas, que

envolvam tanto o aspecto educacional quanto o desenvolvimento de competências sociais e comunicativas.

Outro aspecto relevante que foi identificado nesse estudo diz respeito a necessidade de que profissionais da educação sejam capacitados para reconhecer sinais indicativos desses transtornos e atuar em parceria com equipes multidisciplinares, de modo que colaborem com estratégias positivas para que esses alunos sejam incluídos no processo de ensino e aprendizagem e consigam de fato aprender. A atuação integrada entre escola, família e profissionais da saúde é essencial para garantir o acesso à aprendizagem, a permanência escolar e o desenvolvimento pleno dos estudantes.

Dessa forma, conclui-se que o avanço nos estudos acerca dos transtornos do neurodesenvolvimento deve estar atrelado a políticas públicas educacionais inclusivas, assim como a formação continuada de educadores. Essas ações tornam possível promover práticas pedagógicas que respeitem as particularidades dos estudantes e contribuam para uma educação verdadeiramente equitativa, transformadora e humanizada.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5.** 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BACKES, Bárbara; ZANON, Regina Basso; BOSA, Cleonice Alves. Características sintomatológicas de crianças com autismo e regressão da linguagem oral. **Psicologia: Teoria e Pesquisa,** Brasília, v. 33, e3343, p. 1–10, 2017. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/0102.3772e3343. Acesso em: 02 maio 2025.

BOMBASSARO, Patrícia; TISSER, Luciana. Relato de caso: Reabilitação Neuropsicológica do Transtorno de Deficit de Atenção/Hiperatividade. In:

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação.** Porto: Porto, 1994.

CRENITTE, Patrícia Abreu Pinheiro. **Dificuldade e Transtorno de Aprendizagem.** [S.l.]: [s.n.], 2019. Disponível em: https://www.ptr.poli.usp.br/wp-content/uploads/sites/393/2019/07/Disturbios-Especificos-de-Aprendizagem.pdf. Acesso em: 02 maio 2025.

FONTOURA, Denise Ren da. et al. **Teoria e Prática na Reabilitação Neuropsicológica.** São Paulo, Vetor Editora, 2017.

GESSER, Sandra Buss. **A Reabilitação Neuropsicológica no Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH): intervenção psicossocial na escola.** 2015. Disponível em: http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2015/02/Artigo-SANDRA-BUSS-GESSER.pdf. Acesso em: 01. mai.2025.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo. Atlas. 2008.

LEAL, Daniela; NOGUEIRA, Makeliny Oliveira Gomes. **Dificuldades de aprendizagem.** Curitiba. InterSaberes. 2012.

LIMA, Cândida Neta. **Ensinar e aprender: relato de experiência de uma aluna com TDAH no 4º ano do Ensino Fundamental I no contexto escolar.** 2015. 34 f., il. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar. Universidade de Brasília, Universidade Aberta do Brasil, Porto Nacional-TO, 2015.

MASSI, Giselli. **A dislexia em questão.** São Paulo. Plexus Editora. 2006.
OLIVEIRA, Mari Ângela Calderari. **Psicopedagogia:** uma instituição educacional em foco. Curitiba. InterSaberes. 2014.

MORAES, Paula Louredo. Discalculia: sintomas, causas e tratamento. *Brasil Escola*. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/doencas/discalculia.htm. Acesso em: 02 maio 2025.

RIBEIRO, Fabiana Martins; SILVA, Janie Garcia da. **Transtornos de aprendizagem: uma abordagem clínica e educacional sobre as Tecnologias de Informação e Comunicação para alunos do Ensino Fundamental.** 1. ed. Niterói, RJ: Edição da autora

PAIVA JR., Francisco. Nova classificação de doenças, CID-11, unifica Transtorno do Espectro do Autismo: 6A02. **Tismoo**, 19 jun. 2018. Disponível em: https://tismoo.com.br/saude/diagnostico/nova-classificacao-de-doencas-cid-11-unifica-transtorno-do-espectro-do-autismo-6a02/. Acesso em: 02 maio 2025.

TELES, Paula. **Dislexia:** Como identificar? Como intervir? Revista Portuguesa de medicina geral e familiar. vol. 20. nº 6 p. 713-730. 2004.

A IMPORTÂNCIA DA LUDICIDADE PARA A AQUISIÇÃO DA CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA NA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Helena Francisca Vieira de Sousa Silva

RESUMO: Este estudo investiga a importância do lúdico na formação da consciência fonológica durante a alfabetização e letramento. Busca entender como práticas pedagógicas lúdicas tornam o aprendizado mais prazeroso e significativo. Parte-se da ideia de que atividades lúdicas fortalecem a consciência fonológica e as competências de leitura e escrita, por meio de recursos pedagógicos que envolvam o lúdico. O objetivo é analisar a eficácia dessas práticas e propor metodologias inovadoras que usem o lúdico para criar um ambiente de aprendizagem mais envolvente e eficaz. A pesquisa, de abordagem qualitativa e bibliográfica, mostra que o lúdico vai além da recreação, funcionando como ferramenta pedagógica para a construção de conhecimento de forma significativa e afetiva, além de despertar o interesse das crianças para os sons da linguagem.

Palavras-chave: Lúdico. Alfabetização. Letramento. Práticas Pedagógicas. Aprendizado.

INTRODUÇÃO

A alfabetização e o letramento são essenciais para o desenvolvimento cognitivo e social das crianças, marcando o início da jornada educacional que impacta profundamente suas vidas. Inserida nesse contexto, a consciência fonológica se apresenta como um componente de suma importância para a aquisição da leitura e escrita, isto porque ela envolve a capacidade de reconhecer e manipular os sons da língua. A ludicidade, caracterizada pelo uso de atividades lúdicas e jogos, tem sido apontada como uma estratégia eficaz para promover o desenvolvimento dessa habilidade.

No que concerne a alfabetização no Estado do Piauí, os dados do Ministério da Educação e Cultura (MEC) de 2024, apontam que 57% das crianças estão alfabetizadas na idade certa. No entanto, a meta para 2030 é de que 80% ou mais das crianças estejam alfabetizadas. Diante disso, como iniciativas atribuídas ao estado, estão políticas de alfabetização, a criação de um Comitê estratégico, formação de professores e gestores, melhorias na infraestrutura e a implementação de boas práticas. Assim, a presente pesquisa visa contribuir para esse crescimento através da proposta das boas práticas de alfabetização, destacando a ludicidade como ferramenta de apoio no processo de alfabetização e no desenvolvimento da consciência fonológica.

Dessa forma, esse estudo considera a importância que o lúdico possui para que a consciência fonológica seja adquirida no processo de alfabetização e letramento. Portanto, busca investigar como práticas pedagógicas baseadas em abordagens lúdicas podem desenvolver a consciência fonológica, facilitando o processo de

alfabetização e contribuindo para um aprendizado mais significativo e prazeroso. Assim, parte-se do **pressuposto** de as atividades lúdicas têm um papel fundamental na aquisição da consciência fonológica, bem como na competência leitora e escritora das crianças, no processo de alfabetização e letramento.

Desse modo, este estudo tem como **tema** a importância da ludicidade para a aquisição da consciência fonológica na alfabetização e no letramento. A ludicidade engloba atividades como jogos e brincadeiras, tornando o aprendizado mais significativo, o que motiva as crianças e traz novas oportunidades de aprendizagem para estas, colaborando para que aquilo que é estudado possa ser mais bem internalizado, desenvolvendo habilidades, colaborando para a consciência fonológica, essenciais para alfabetização e letramento.

Nessa conjuntura, o **objeto de estudo** dessa pesquisa é a relação entre a Ludicidade e a consciência fonológica na alfabetização e letramento, ou seja, a utilização da ludicidade como uma ferramenta pedagógica para proporcionar o desenvolvimento da consciência fonológica nas crianças, quando elas estão passando pelo processo de alfabetização e letramento. O foco é, primordialmente, em investigar como as práticas lúdicas podem facilitar a aquisição da leitura e da escrita.

Mediante estes apontamentos, o estudo busca responder ao seguinte **problema de pesquisa:** como as práticas pedagógicas baseadas na ludicidade podem ser otimizadas e quais são os elementos essenciais das atividades lúdicas que efetivamente contribuem para o desenvolvimento da consciência fonológica mais eficaz na alfabetização e letramento das crianças? A esse problema de pesquisa, subjazem questões a serem investigadas como a

eficiência das práticas lúdicas, a identificação das melhores práticas, como adaptar essas práticas para diferentes contextos, bem como medir os resultados da implementação dessas práticas. Tendo isso em vista, o estudo procura trazer os elementos essenciais da ludicidade que que contribuem para o desenvolvimento da consciência fonológica, observando como o lúdico ajuda a superar barreiras do processo de alfabetização.

Assim, seu **objetivo geral** consiste em analisar a eficácia da metodologia da ludicidade no desenvolvimento da consciência fonológica durante o processo de alfabetização e letramento, propondo práticas pedagógicas inovadoras que utilizem a ludicidade como ferramenta para promover um ambiente de aprendizagem mais envolvente e eficaz.

A realização desta pesquisa **justifica-se** por sua relevância que pode ser explanada em alguns pontos: primeiramente, é preciso ressaltar a sua contribuição para a educação básica, ao mostrar como a ludicidade é eficaz na promoção da alfabetização e letramento. Ela tem um papel relevante para aquisição da consciência fonológica, principalmente considerando a complexidade da alfabetização e das dificuldades de aprendizagem. Por conseguinte, é primordial buscar estratégias que incorporem atividades lúdicas para superar esses desafios.

DESENVOLVIMENTO

Metodologia

O estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, Gil (1999, p. p.65) explica sobre a pesquisa bibliográfica:

> A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituindo principalmente de livros e artigos científicos. Embora e quase todos os estudos sejam exigidos algum tipo de trabalho, desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

Esta pesquisa permitiu o conhecimento acerca do tema, se aprofundando em estudos que foram realizados a respeito da temática em questão, permitindo a contextualização com diversos autores que discorreram sobre o tema.

Considerando a abordagem do problema, é uma pesquisa de abordagem qualitativa. Assim, a pesquisa qualitativa "se dedica ao estudo de fenômenos em que a quantificação não é apropriada; ou em que não seja conveniente reduzir o objeto estudado a variáveis e padrões de medida, seja por natureza particular ou sua especificidade" (Birochi, 2015, p. 54).

REFERENCIAL TEÓRICO

No que diz respeito a alfabetização e letramento, tem-se que são duas ações com significação diferentes, mas que não devem acontecer de modo separado, ou seja, é importante que o professor alfabetizador tenha em mente que a criança deve ser alfabetizada letrando para que ela consiga melhor se socializar. Segundo Magda Soares, alfabetização é tornar o indivíduo capaz de ler e escrever, é o processo pelo qual a pessoa adquire o domínio de um código e das habilidades de utilizá-lo para ler e escrever, ou seja, domínio de técnicas para exercer a arte e a ciência da escrita, e o desenvolvimento de novas formas de compreensão e interpretação

e uso da linguagem de uma maneira geral. Dessa maneira, admite-se que a alfabetização enquanto meio de se alcançar a escrita propriamente dita, e o letramento como uma dada prática social que envolve essa escrita, são, portanto, modalidades da linguagem que se entrelaçam e se completam durante a fase da alfabetização.

Soares (2004), em seus estudos, apresenta que essa dissociação e entendimento, da alfabetização e do letramento enquanto processos distintos, mas associados. Para ela,

> dissociar alfabetização e letramento é um equívoco porque, no quadro das atuais concepções psicológicas, linguísticas e psicolinguísticas de leitura e escrita, a entrada da criança (e também do adulto analfabeto) no mundo da escrita se dá simultaneamente por esses dois processos: pela aquisição de sistema convencional de escrita – a alfabetização, e pelo desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema em atividades de leitura e escrita, nas práticas sociais que envolvem a linguagem escrita – o letramento. Não são processos independentes, mas interdependentes, e indissociáveis: a alfabetização se desenvolve no contexto de e por meio de práticas sociais de leitura e de escrita, isto é, através de atividades de letramento, e este, por sua vez, só pode desenvolver-se no contexto da e por meio da aprendizagem das relações fonemas grafemas, isto 423 é, em dependência da alfabetização (Soares, 2004, p.14).

Partindo dessa premissa, tem-se a existência de dois elementos necessários e essenciais para a introdução do ser ao mundo da escrita e da leitura. O primeiro seria aquele que se refere ao domínio da técnica da leitura e da escrita. O segundo, seria a própria capacidade de instrumentalizar esse conhecimento e domínio acerca da leitura e escrita.

Morais e Albuquerque (2007, p. 47) destacam que:

> Alfabetizar e letrar são duas ações distintas, mas inseparáveis do contrário: o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja, ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o indivíduo se tornasse ao mesmo tempo alfabetizado e letrado.

Em concordância com tal citação, a alfabetização e o letramento são fenômenos distintos, entretanto, na prática são indissociáveis, tornando-se importante alfabetizar letrando, pois o indivíduo ao efetuar a utilização da leitura e da escrita em seus âmbitos sociais, se torna um ser letrado e alfabetizado, cabendo ao professor, produzir técnicas que auxiliem para esse desenvolvimento do aluno a respeito do desempenho e uso desse ensino. Com isso, tem-se que a alfabetização se resume nessa capacidade de instrumentalizar o domínio da leitura e da escrita, o qual, na sua essência, considera-se parte do processo de aprendizagem, que em regra, tem o seu ápice nos primeiros anos do ensino fundamental.

Para Rios e Libânio (2009), a alfabetização e o letramento são metodologias que se combinam e se harmonizam na prática da leitura e escrita em ambientes sociais, porém têm conceitos diferentes. O procedimento de alfabetização vai mais adiante do que apenas codificar e decodificar a linguagem alfabética, desta maneira, é necessário que o letramento se some com a alfabetização. Para que se tenha uma educação de qualidade atualmente, na qual os indivíduos venham a ser pessoas pensantes e capazes de transformar a sociedade, é necessário que seja praticada o “alfabetizar letrando”.

Ademais, o processo ou progresso da alfabetização nos dias de hoje vai muito além do contexto escolar, não basta apenas o indivíduo dominar a leitura e escrita, é imprescindível implementar o uso considerável da leitura e da escrita, a fim de que, provoque nos indivíduos um pensamento crítico e autônomo, com o propósito de que os mesmos disponham da possibilidade de intervir nas questões sociais, políticas e culturais da sociedade. Dadas as assertivas, é importante discorrer sobre o que significa alfabetizar.

Acerca da alfabetização, Ferreira (1999), em seus estudos, dispõe que não deve ser tida, tão somente, como um estágio a se alcançar, todavia, como um processo constante e gradual, ao qual não se deve resumir apenas nos primeiros anos da educação básica, fazendo com que a dinâmica do alfabetizar se torne flexível, promissora e fácil de acontecer.

Na visão de Mortatti (2011), alfabetização é vista como um instrumento privilegiado de aquisição de saber e traz esclarecimento, sendo um importante mecanismo para o desenvolvimento social. Essa concepção, acaba por reforçar o papel transformador da alfabetização na construção do ser humano para vivência em sociedade. E assim, reforça que o ato de alfabetizar vai muito além de apenas o domínio técnico da escrita e da leitura, a bem dizer, esse é um caminho de abertura de portas com acesso ao conhecimento, e esses poderão levar o indivíduo a formulação de crítica do mundo.

De acordo com Soares (2017, p. 331), alfabetização é "[...] um conjunto de procedimentos que, fundamentados em teorias e princípios, orienta a aprendizagem inicial da leitura e da escrita". Sobre sua utilidade, discorre: "[...]orientar o sujeito por meio de

procedimentos que, fundamentados em teorias e princípios, estimulem e orientem as operações cognitivas e linguísticas que progressivamente conduzam a uma aprendizagem bem-sucedida de leitura e escrita" (ibid.).

Magda Soares nessa sua fala, convida a uma reflexão sobre a alfabetização, tendo-a como um processo alinhado a um conjunto sistemático de procedimentos, elencado em teorias e princípios. Pontua-se ainda que a citação acima, enfatiza que a aprendizagem da leitura e da escrita não é algo que acontece de maneira aleatória, mais sim, por meio de métodos intencionais embasados em estudos que, de fato, corrobora com esse processo. É importante comentar que a fala da autora, nos permite outra observação, a de que uma prática educativa estruturada é essencial para garantir que o ensino seja coerente e eficaz.

Perez (2002) descreve que alfabetização é um procedimento que se inicia na escola, porém para o tal autor, ela começa efetivamente antes de a criança chegar no âmbito escolar. Isto significa dizer, que hoje tudo é uma forma de aprendizado, basta uma criança pegar um livro que tenha só imagens ou uma revista, que já é possível tirar uma aprendizagem do que é visto nas figuras ou imagens, ainda que a criança não saiba ler e escrever.

Na verdade, estar alfabetizado é poder ir além do código escrito, é apropriar-se da função social constituinte dos atos de ler e escrever, é fazer uso da leitura e da escrita no cotidiano, ser capaz de ler um livro, uma revista, um jornal, estar apto a escrever com total compreensão, ou seja, saber o que está lendo e escrevendo sem somente juntar as silabas, conseguindo acessar informações e delas se utilizar com senso crítico.

A alfabetização consiste na ação de alfabetizar, de ensinar crianças, jovens e adultos a ler e escrever. Vista pela ótica do aprendiz, ela consiste no processo de ser alfabetizado, de ser ensinado a ler e escrever "[...] a alfabetização é o processo de apropriação da escrita alfabética, ou seja, a compreensão por parte dos sujeitos e dos princípios que regem esse sistema notacional" (Leal; Albuquerque; Morais, 2012, p.?).

Sabemos que muitas crianças são alfabetizadas, contudo não compreendem o que leem, tornando-se analfabetas funcionais, desarticulando a função social que a leitura e escrita desempenha numa sociedade, surge então no Brasil, a partir de 1990 o termo letramento, justamente não funcionando como método ou habilidade de alfabetização, mas passando a exercer uma dimensão mais heterogênea das facetas que o circundam tanto no contexto escolar, familiar e social (Silva; Santos, 2020).

A citação apresentada pelos autores, nos oferece um entendimento bastante abrangente sobre a temática da alfabetização, são eles, a ação de alfabetizar, ou seja, a visão do educador é tida como o ato de ensinar, focando o papel ativo do alfabetizador, onde este, precisa ter domínio dos métodos e estratégias pedagógicas para que possa conduzir o aprendiz a aprender e ter domínio sobre o seu aprendizado.

A referida fala, foca a perspectiva do aprendiz na experiência do aluno ao adquirir as habilidades de escrita e leitura, uma vez que adquirindo essa parte ele se torna protagonista da construção de seus conhecimentos, reflexões e críticas. A compreensão da escrita alfabética nesse interim, o conceito de alfabetização explora o aspecto cognitivo onde o aprendiz se apropria não apenas das técnicas de escrita e leitura, mas da compreensão do sistema. A

bem dizer, a verdadeira alfabetização, jamais poderá ser concebida apenas como saber ler e escrever, compreender as regras e padrões que estrutura e rege a escrita e a linguagem fazem parte do processo e alfabetização.

Importante salientar que, apesar de alguns autores levarem em consideração a ausência de uma dissociação e distinção entre os processos, considerando-a um equívoco, a alfabetização difere-se, portanto, do letramento. Assim dispõe Soares em seus estudos:

> Alfabetização e letramento são, pois, processos distintos, de natureza essencialmente diferente; entretanto, são interdependentes e mesmo indissociáveis. A alfabetização - a aquisição da tecnologia da escrita - não precede nem é pré-requisito para o letramento, isto é, para a participação em práticas sociais de escrita, tanto assim que analfabetos podem ter certo nível de letramento: não tendo adquirido a tecnologia da escrita, além disso, na concepção psicogenética de alfabetização que vigora atualmente, a tecnologia da escrita é aprendida não, como em concepções anteriores, com textos artificialmente para a aquisição das "técnicas" de leitura e de escrita, mas através de atividades de letramento, isto é, de leitura e produção de textos reais, de práticas sociais de leitura e de escrita (Ribeiro, 2003, p.92).

Perante isso, observa-se que existe uma distinção entre os processos de alfabetização e letramento, ainda que muitos autores sejam adeptos a uma corrente, de que o letramento e a alfabetização se trata da mesma coisa, dentro do processo de aprendizagem. Entretanto, essa distinção se caracteriza uma vez que o ato de alfabetizar encontra-se intimamente ligado à

aquisição da escrita, enquanto o letramento, encontra-se ligado às atividades de leitura.

Segundo Soares (2006), o termo letramento vem do latim "*littera*", ao qual se tem um acréscimo do sufixo "cy", que significa condição ou qualidade, que ao adentrar na etimologia da palavra letramento, assume a sua interpretação enquanto uma condição do sujeito em ler e escrever, sendo capaz de evidenciar também, o ambiente social do sujeito que se apropria da escrita.

Diante desse conceito, percebe-se que o letramento surgiu no contexto da alfabetização, para fazer-se um complemento desta prática no seu processo educacional. Assim, propondo aos indivíduos reflexões sobre as práticas e utilizações da leitura e da escrita. Entretanto, sabe-se que o letramento começa antes do procedimento de alfabetização, uma vez que, a criança já surge em uma sociedade letrada, ainda que não saiba ler e escrever o indivíduo já vão conhecendo e se familiarizando com os hábitos de leitura e escrita em ambientes públicos e culturais.

Em face disso, surgem as necessidades das novas realidades sociais, como forma de complementar a definição de pessoa alfabetizada, o que se denomina de letramento, que segundo Soares (2011), este, permitiria a aplicação da leitura e da escrita em âmbitos sociais. Noutras palavras, o letramento seria, pois, quando o indivíduo está capacitado para usar as habilidades da leitura e da escrita de forma funcional e crítica no contexto cultural, social e comunicativo em que a pessoa está inserida. Nesse sentido, o letramento não é apenas a decodificação de palavras e textos, mas a compreensão, interpretação e a utilização dos conhecimentos para interagir no mundo. Essa interação se dá através de resolução de problemas e do acesso a informações na participação de práticas

sociais, ou seja, da utilização da leitura e da escrita de maneira significativa no dia a dia.

Nesse sentido, apresenta o entendimento que se tem da palavra letramento: "[...] resultado da ação de ensinar e aprender as práticas sociais de leitura e escrita; o estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita e de suas práticas sociais" (Soares, 2017, p.39). Assim, o letramento pode ser entendido como uma dada apropriação pessoal da capacidade de leitura e escrita para o uso em ambientes sociais, fazendo que estes dois atos se tornem parte de sua capacidade de se comunicar e de sua expressão, integrando-se, então, ao seu conhecimento.

Para Silva, Santos (2020, p.05):

> O nascedouro do letramento abastece o princípio da leitura e escrita representar uma prática social, na qual crianças se insiram para representar sua cultura. Portanto a aprendizagem inicial da língua escrita deve percorrer três eixos: a escrita cópia (alfabetização); a inventiva (construtivismo) e a cultura do escrito (letramento), desta maneira não se trata da questão de um método, mas dos métodos, possibilidades para desconstrução da alfabetização, apenas atribuída ao seu viés da decodificação e codificação.

O diálogo em questão casa com as ideias defendidas por outros estudiosos, podendo ser mencionado nesse momento, a Magda Soares, nosso nome mais conhecido quando o assunto é alfabetização e letramento. Para essa autora, a alfabetização se dá num processo sistemático e embasado por teorias. A citação acima exposta, nos oferta ainda uma visão estendida sobre o processo de

alfabetização e letramento, posto que esses dois apresentam-se em dimensões culturais, sociais e cognitivas.

Ademais, a prática social e cultural pode ser entendida através da citação, uma vez que essas se apresentam como uma prática que transcende ao mero ato de decodificar palavras, para esses autores, a partir do momento que a criança é inserida em práticas leitoras e escritas elas se conectam a sua cultura, por isso, a importância me contextualizar o aprendizado, para que este se torne significativo ao aprendiz.

Cumpre ainda destacar, que a alfabetização no seu processo inicial é notada como a função do elo presente entre o método aplicado e o estado de maturidade que o sujeito possui (Ferreiro, 2001). Nisto, o ato de alfabetização passa a ser visto e entendido, tão somente como aquele ato que permite o aprendizado da leitura e da escrita, de forma a não se apropriar do ler e escrever, não havendo uma inteireza na função social nos ambientes e práticas sociais.

Soares (2016) conceitua letramento como a circunstância que atribui para a pessoa que aprende a ler e a escrever. Em outros termos, o conceito se refere que a escrita traz diversas implicações como: sociáveis, artísticos, políticos, econômicos, intelectuais, linguísticos, seja para o grupo social na qual esteja inserido ou para a pessoa que aprenda a usá-la. Face disso, pode-se afirmar que o letramento é um ato prático que deve ultrapassar os muros do ambiente escolar, uma vez que ele está intimamente ligado aos mais diversos ambientes sociais.

Em seus estudos (Street, 2014) faz uma discussão que busca a compreensão do letramento como prática social, na qual as pessoas usam a escrita em diferentes contextos cotidianos, históricos e

culturais. De acordo com o autor, "[...] as práticas letradas são produtos da cultura, da história e dos discursos". Desse modo, compreende-se que na aquisição da prática de leitura e escrita é importante a interação, com o que está aprendendo para que se torne uma aprendizagem completa e acentuada, que oportuniza o indivíduo a realizar sua própria construção e críticas.

Por fim, tem-se que o letramento e a alfabetização, ainda que sendo considerados processos distintos e com características peculiares, são dois processos de alta importância para o sujeito, uma vez que ele termina por agregar, não somente o aprendizado da leitura e da escrita, mas a se apropriar do ler e escrever, havendo uma inteireza na função social nos ambientes e práticas sociais.

A alfabetização e o letramento são conceitos distintos, porém se integram para ascender o processo de aprendizagem da criança ou adulto de forma mais ampla, em que alfabetizar letrando significa decodificar e codificar a língua escrita, mas introduzir a compreensão real da palavra no contexto social (Silva; Santos, 2020).

É importante que seja compreendida que a alfabetização e o letramento têm conceitos diferentes, porém, elas devem ser trabalhadas juntas, de forma que uma complemente o outro, em que o objetivo é alfabetizar-letrando o indivíduo. Pois segundo Soares (2016), o indivíduo alfabetizado saber ler e escrever e o letrado controlam a leitura e a escrita em suas condutas sociais.

Quando a criança é alfabetizada acompanhada pelo letramento seu desenvolvimento se torna mais amplo, pois como bem citou a autora acima, o sujeito alfabetizado saber ler e escrever, mas só isso não basta e esse nesse prisma que entra o letramento, pois é esse segmento que controla a leitura e escrita,

em outras palavras, ele terá controle em suas condutas sociais na prática desses dois caminhos.

Sabe-se que não é fácil para o educador essa tarefa de alfabetizar letrando, entretanto é necessário que o educador encontre-se capacitado para essa função, compreendendo o momento certo para articular a leitura e produção de texto, sabendo elaborar as intervenções conveniente para os alunos evoluir, visto que aquisição da escrita não pode ser compreendida como um recurso memorativo, pois a alfabetização oferta ao aluno a chance de se expressar, para que o indivíduo possua a oportunidade de desenvolver o sua própria concepção.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

O lúdico é reconhecido como uma ferramenta fundamental na educação, em especial na Educação Infantil, onde acontece o processo de alfabetização e onde pode ser identificadas especificidades nas crianças e que o lúdico poder auxiliar nesse processo. Além do que nessa etapa, o aprendizado é intrinsecamente à brincadeira e também ao jogo. Ademias, a palavra *"lúdico"* deriva do latim *"ludus"*, que significa jogo ou brincadeira, referindo-se a atividades que envolvem diversão e prazer, todavia, tem um potencial educativo e significativo.

Para Carlos, (2010), o interesse pelo uso do lúdico na aprendizagem não é algo recente, posto que há muito se buscam atividades e recursos para tornam as aulas mais atrativas e obter melhores resultados na aprendizagem. A fala da autora destaca um ponto de vista sobre o lúdico, na aprendizagem, pontuando que a busca por atividades e recursos lúdicos para tornar as aulas mais

interativas não é uma prática recente. O fato é que, há muito tempo educadores e pesquisadores têm reconhecido o lúdico como um potencial ferramenta pedagógica no processo de ensino e aprendizagem.

Sobre o interesse pelo lúdico na educação, pode-se dizer que reflete a compreensão de que o aprendizado não precisa ser necessariamente enfadonho. Ao contrário, a inserção de elementos como brincadeiras, jogos e outras atividades divertidas são ferramentas. Esse tipo de abordagem não apenas capta o interesse dos estudantes, mas também facilita a assimilação de conteúdos complexos de maneira mais natural e intuitiva, o que é relevante no processo de ensino e aprendizagem.

O brincar e jogar são dotados de naturalidade típica de processos educativos. Como reunir entre o brincar e o educar. A abordagem significativa visa a abordagem do conhecimento prévio do aluno, influenciando o aprendizado (Silva, 2019). A assertiva pontua a importância do brincar e do jogar, como sendo elementos essenciais dos processos educativos, elementos esses que podem proporcionar um ambiente de aprendizagem mais envolvente e eficaz, onde os alunos podem aprender de maneira divertida e prática.

Reunir o brincar no educar envolve a criação de atividades lúdicas que além de serem educativas, sejam estimulantes. Na concepção de Silva (2018):

> Na prática docente, o lúdico se destaca como uma eficaz forma de abordar os conteúdos e competências pertinentes a cada etapa do ensino. As atividades lúdicas, em âmbito escolar, promovem a interação, a aprendizagem e o diálogo. Além disso, o "faz de conta" inerente a muitas brincadeiras

> oportuniza a reflexão da criança sobre o seu dia a dia e possibilita o desenvolvimento da sua criatividade fazendo-a imergir num mundo de fábulas e imaginação (Silva, 2018, p. 11).

A pesquisa citada ressalta diversos aspectos fundamentais do uso do lúdico na prática docente. Para ela, o lúdico funciona como uma forma eficaz de abordar conteúdos e competências fundamentais em cada etapa de ensino, de maneira que é necessariamente importante, posto que as atividades lúdicas consigam transformar o aprendizado em uma experiência evolvente e acessível, podendo facilitar e transformar a aprendizagem.

Outro ponto abordado é o papel do "faz de conta" nas brincadeiras, que além de proporcionar às crianças uma oportunidade de reflexão sobre seu dia a dia. O que nos leva a compreensão de que essa abordagem auxilia na aprendizagem da criança, ou seja, o brincar na educação, não deve ser visto como forma de entretenimento fora dos moldes educacionais, mas sim como elemento plausível de aprendizagem.

No pensamento de Ribeiro (2013, p1), lúdico é parte integrante do mundo infantil da vida do ser humano. O olhar sobre o lúdico não deve ser visto apenas como diversão, mas sim, de grande importância no processo de aprendizagem na fase da infância. A fase inicial é um processo de descobertas e muita aprendizagem, e tornar esse momento prazeroso é de muita relevância e a utilização de atividades lúdicas é fundamental para que a criança aprenda de maneira divertida e não enfadonha.

O lúdico alinhado ao processo de alfabetização é essencial, levando em conta que a criança inicia essa etapa cada vez mais cedo

podendo assim, se cansar com o excesso do científico e possivelmente desenvolver traumas e perder o interesse pelo estudar, por isso a utilização de estratégicas lúdicas para o desenvolvimento da leitura e escrita é tão relevante. Quando as crianças aprendem por meio do lúdico, elas estão mais propensas a se envolver ativamente no processo de aprendizado, o que facilita a retenção e compreensão dos conteúdos.

A criança quando entra no ensino fundamental passa a ter uma responsabilidade maior com o aprender e, muitas vezes, deixa de lado o brincar; e por isso passa a identificar a escola como um lugar chato e um sacrifício desenvolver as atividades propostas (Menezes e Monteiro, 2022). Desse modo, estratégicas lúdicas no processo de alfabetização são relevantes, considerando que colabora com uma aprendizagem menos cansativa, diminuindo as possibilidades de achar que estudar é puramente sacrifício e obrigação.

A temática discutida nessa literatura necessita uma breve apresentação sobre leitura e escrita antes de discorrer acerca das estratégias lúdicas para o desenvolvimento delas, e sobre elas, pode-se afirmar que habilidades fundamentais e que desempenham um papel crucial na vida do ser humano, posto que são competências bases para a comunicação eficaz e aquisição do conhecimento em todos os níveis.

Embora a escrita tenha surgido pela necessidade das pessoas se comunicarem, a leitura e escrita passaram a ser conhecimentos essenciais para que o indivíduo possa se comunicar dentro da sociedade e, para Soares (2018), elas contribuem para que as crianças possam ser mais críticas para participarem ativamente do processo educacional ao longo da vida.

Sobre leitura e escrita, as educadoras / pesquisadoras, Emília Ferreiro e Ana Teberosky são dois grandes nomes no que diz respeitos ao processo de aquisição e aprendizagem da leitura e escrita em seus estudos elas procuraram revelar como acontece à aprendizagem, ou seja, como se dá esse processo. De acordo com Emília Ferreiro (1999), as crianças passam por várias fazes até que se chegue a aprendizagem de fato da leitura e da escrita, a mesma ainda enfatiza que essa aquisição depende também da relação que a criança tem desde pequena com a escrita. Nesse contexto é ressaltada a complexidade e de como o processo de aprendizagem da leitura e escrita pelas crianças acontece de modo gradual, ou seja, elas passam por várias fases até alcançar a aprendizagem plena dessas habilidades.

Outro ponto apontado por Ferreiro é de que a aquisição da leitura e da escrita não ocorre de maneira isolada, no entanto, está intimamente ligada à relação que a criança tem com a escrita desde muito cedo. E nessa linha, é possível a compreensão de que isso implica que as experiências e interações que a criança tem em seu ambiente familiar e escolar acaba por desempenhar papel fundamental no seu processo de alfabetização.

Soares (20180, aponta que para aprender a ler e escrever, o aluno precisa participar de situações que provoquem a necessidade de refletir, transformando informações em conhecimento próprio e enfrentando desafios.

A ludicidade pode ser integrada às práticas pedagógicas, de modo que traz possibilidades de aprendizagem ao contexto escolar, se revelado uma abordagem valiosa no contexto da alfabetização e letramento, em que se destaca o desenvolvimento da consciência fonológica. Estudos diversos demonstram que

atividades lúdicas, como jogos de rima, aliterações, segmentação silábica e manipulação de fonemas, são eficazes na promoção das habilidades fonológicas em crianças.

Nesse sentido, Silva (2018) valia que o engajamento em atividades lúdicas não só aumenta a motivação dos alunos como também facilita a internalização de conceitos complexos, tornando a aprendizagem mais significativa, ressalta, assim, a importância de que as atividades lúdicas estejam presentes em sala de aula, principalmente na educação infantil.

Vygotsky (1991), estudioso de renome no que tange a aprendizagem infantil destacou que o aprendizado ocorre de forma mais eficaz quando mediado por atividades que envolvem interação social e diversão, assim reforçou a importância do brincar no desenvolvimento cognitivo.

Dessa forma, a ludicidade não apenas torna o processo de aprendizagem mais prazeroso, mas também desempenha um papel indispensável na construção das bases necessárias para a leitura e escrita. Souza e Lima (2020) apontam que a utilização de jogos e brincadeiras no contexto escolar contribui para a redução da ansiedade e do estresse, criando um ambiente de aprendizagem mais acolhedor e propício para o desenvolvimento das habilidades fonológicas.

Sabe-se da importância da leitura e da escrita para o desenvolvimento das crianças, sendo que estas práticas, vão muito além de desenvolver competências essenciais para o letramento, em que o letramento não é apenas decodificar palavras e frases, mas diz respeito a capacidade de compreender e utilizar a leitura e a escrita em contextos variados e funcionais na vida cotidiana. Soares (2004) ressalta que o letramento é a competência de

interagir com textos de maneira crítica e reflexiva, permitindo ao indivíduo não apenas acessar informações, mas também produzir conhecimento e participar ativamente da sociedade. O letramento envolve a apropriação de práticas sociais de leitura e escrita, sendo influenciado por fatores culturais, sociais e históricos. Assim, o letramento implica não só em alfabetizar-se no sentido técnico, mas também a inserção do indivíduo em práticas letradas, em que ele pode exercer sua cidadania de maneira plena.

Convém ressaltar que o mundo atual é cada vez mais complexo e interconectado, em que o letramento se torna essencial para a inclusão social, fazendo com que seja possível as pessoas compreenderem e questionem as informações que recebem, o que contribui para uma sociedade mais democrática e equitativa. Dessa forma, promover o letramento é fundamental para o desenvolvimento pessoal e coletivo, sendo uma meta central das políticas educacionais contemporâneas.

Nessa perspectiva é importante ressaltar que, práticas de leitura e escrita não irão impedir de outras atividades na educação infantil serem desenvolvidas, contudo, dessas práticas, abrangem-se também os eixos norteadores que compõem a proposta curricular da educação infantil (Brasil, 2010), que são as interações e as brincadeiras.

Aprender, interagir e brincar com aquilo que faz parte do cotidiano da criança e essas atividades realizadas tanto na escola quanto em casa, traz grandes benefícios, pois o acesso com os livros, com o ouvir uma leitura, com diferentes escritos, desenvolve a oralidade da criança, vocabulário, imaginação, expressão, interação, autoconhecimento, colaborando com sua aprendizagem e que levará frutos benéficos por toda vida.

A partir da convivência com textos escritos, a criança vai levantando hipóteses e compreendendo através daquilo que é proporcionado a ela, conhecendo as funções da escrita e suas representatividades, desenvolvendo o imaginário, através da literatura, e assim variadas atividades, reconhecendo a sua importância.

De acordo com Soares (2020, p.140), "construir familiaridade com o mundo da escrita, adquirir competências básicas de uso da leitura e da escrita, desenvolver atitudes positivas em relação à importância e valor da escrita na vida social e individual". Assim, é primordial fazer com que as crianças tenham familiaridade com os textos, que seja algo que está presente em seu cotidiano. Além disso, leitura e escrita relacionam-se não só apenas a ler, escrever ou ter contato com diferentes textos, vai além, desperta a linguagem oral em todos seus aspectos, pensamento e imaginação.

As práticas de leitura e escrita na educação infantil são atividades de grandes relevâncias para o desenvolvimento infantil, por partes dos professores, isto deve ser reforçado ainda mais, pois eles recebem crianças com um conhecimento prévio da leitura e escrita de acordo com suas realidades, o professor irá reforçar essas atividades em sala de aula. Muitos professores limitam suas práticas somente com atividades de coordenação motora, motricidade e arte, com velhos conceitos em relação à educação infantil, apenas com a concepção do educar e cuidar. A concepção de educar vinculada ao cuidar está sendo consolidada nas últimas décadas. Mas, essa vinculação não é vista como algo que limita, pelo contrário. cuidar se manifesta nesse acolhimento das experiências diversas das crianças.

> Nas últimas décadas, vem se consolidando, na Educação Infantil, a concepção que vincula educar e cuidar , entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo. Nesse contexto, as creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens [...] (Brasil, 2017).

Como citado, a educação infantil era conceituada apenas como um ambiente relacionando a educar e cuidar, porém, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular, a educação infantil em suas propostas pedagógicas tem como objetivo conhecer as crianças e suas realidades, e através de suas experiências a escola planejar e assim poder colocar em suas práticas experiências de aprendizagem de acordo com as vivências de seus alunos. De modo que conhecer a criança e suas experiências está dentro da concepção que vincula educar e cuidar.

Quando se refere a ampliar o universo de experiências, refere-se a outras atividades, além do brincar, como destaca a BNCC nos seus campos de experiências, o campo "Escuta, fala, pensamento e imaginação" também tem como experiências a leitura e escrita, porém, é notório que há professores da educação infantil que não trabalham leitura e escrita em sala de aula, falta de preparo não dispondo de práticas pedagógicas para fazer a criança desenvolver habilidades para a leitura e escrita deixando de ser mediador de atividades relevantes para o desenvolvimento de seus alunos.

Primeiramente, a instituição de educação infantil tem que ser estimuladora de leitura, não apenas preocupar-se com o cuidar e

educar, mas fazer do seu ambiente variadas experiências, tornando-o, por exemplo, um ambiente alfabetizador. Soares (2020) afirma que neste contexto de forma planejada e sistemática, a escola tem oportunidades de dar continuidade ao processo de alfabetização e letramento de acordo com que as crianças já vinham vivenciando antes de chegar à escola, ou seja, a autora afirma que, o aluno já vem passando por um processo de leitura e escrita através do que vivencia e que a educação infantil pode dar continuidade a esse processo.

De acordo com Baum et al., (2018) a integração de atividades lúdicas no ensino da consciência fonológica vem demonstrando resultados bastante positivos. Jogos que envolvem rimas, segmentação de palavras e identificação de sons iniciais e finais auxiliam as crianças a desenvolverem habilidades fonológicas de forma natural, assim como prazerosa. Essas práticas reforçam o conteúdo ensinado e ainda aumentam a motivação e o engajamento dos alunos no processo de aprendizagem.

Almeida (2024) destaca que muitas pesquisas realizadas em contextos escolares mostram que a eficácia da ludicidade no desenvolvimento da consciência fonológica, de modo que alunos expostos a atividades lúdicas específicas podem apresentar melhorias significativas em habilidades de leitura e escrita, assim como o uso de jogos digitais voltados para a consciência fonológica contribuem para avanços no desempenho de crianças em fase de alfabetização.

É preciso compreender que o uso de atividades lúdicas na educação infantil é mais do que uma simples recreação, constituindo-se em uma ferramenta pedagógica intencional, que possibilita a construção do conhecimento de maneira significativa,

afetiva e engajada. No processo de alfabetização, sobretudo, no desenvolvimento da consciência fonológica, o lúdico tem se mostrado um recurso eficaz para despertar o interesse das crianças e facilitar a compreensão dos sons da linguagem oral.

Convém destacar que a consciência fonológica requer habilidades metalinguísticas, como, por exemplo a percepção, segmentação e manipulação dos sons da fala. Estas habilidades, por serem abstratas, podem ser de difícil assimilação quando ensinadas por métodos tradicionais. No entanto, se forem introduzidas através de jogos, músicas, parlendas, trava-línguas, rimas e brincadeiras de escuta e repetição, essas habilidades podem se tornar mais acessíveis, porque são vivenciadas de uma forma prazerosa e contextualizada, de modo que podem facilitar a aquisição da consciência fonológica pelas crianças, de modo que seja possível desenvolver suas habilidades, levando ao aprimoramento de capacidades relacionadas a leitura, interpretação.

Em conformidade com Morais (2020), o jogo educativo possibilita que a criança possa aprender sem a pressão do erro, favorecendo a experimentação, a curiosidade e a repetição, que se constitui em elementos fundamentais para a fixação das estruturas fonológicas. Considera-se, ainda, que o ambiente lúdico estimula o desenvolvimento da atenção, da memória auditiva e da escuta ativa, competências essenciais para o avanço na leitura e escrita.

Entre as práticas que mais contribuem para esse desenvolvimento estão os jogos de discriminação auditiva, como por exemplo, identificar palavras que rimam, os jogos de segmentação silábica, como por exemplo, bater palmas para cada sílaba, os jogos de aliteração, como localizar palavras que começam

com o mesmo som e atividades com letras móveis que associam grafemas a fonemas. As referidas estratégias ajudam a criança a tomar consciência da estrutura sonora da língua, promovendo o domínio do princípio alfabético de forma intuitiva e interativa.

Destaca-se, ainda, que o lúdico favorece a inclusão de alunos com dificuldades de aprendizagem ou em situação de vulnerabilidade, devido ao fato de respeita os diferentes ritmos e estilos de aprendizagem. Na perspectiva de Silva et al. (2022), a ludicidade cria um ambiente emocionalmente seguro, no qual o erro é visto como parte do processo e a autoestima do aluno é fortalecida, fatores determinantes para o sucesso na alfabetização.

É preciso destacar que nesse contexto, o papel do professor é fundamental para que haja planejamento e se conduza atividades lúdicas que não sejam apenas recreativas, mas que tenham intencionalidade pedagógica, esse ponto, é primordial para que o lúdico possa contribuir com a consciência fonológica. A mediação docente garante que as brincadeiras estejam alinhadas aos objetivos de aprendizagem, de modo que o lúdico mostra grande potencial para ser aliado no desenvolvimento da consciência fonológica e, consequentemente, no avanço do processo de letramento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidenciou que a ludicidade tem um papel de grande relevância na construção da consciência fonológica durante o processo de alfabetização e letramento, isso porque é capaz de transformar o ato de aprender em uma experiência significativa, prazerosa e efetiva. O estudo demonstrou com base na pesquisa

realizada que o uso intencional de jogos, brincadeiras, músicas e outras estratégias lúdicas favorece a internalização das estruturas sonoras da linguagem, promovendo um desenvolvimento mais consistente das habilidades de leitura e escrita.

Ainda foi possível constatar que o brincar educativo contribui para a aprendizagem dos conteúdos e ainda para o engajamento emocional e social das crianças, o que favorece um ambiente de aprendizagem seguro, inclusivo e motivador. Destaca-se, também, que as atividades lúdicas se revelam especialmente eficazes para crianças que apresentam dificuldades de aprendizagem, possibilitando múltiplas formas de expressão e respeitando os diferentes ritmos escolares.

A consciência fonológica corresponde a uma habilidade essencial para o domínio do sistema alfabético e se torna mais acessível quando é trabalhada de forma lúdica, por exemplo, através de rimas, segmentações, aliterações, bem como de outros recursos pedagógicos. Essas práticas promovem o desenvolvimento da escuta ativa, assim como da memória auditiva e da percepção fonêmica, o que corresponde a pilares fundamentais para a alfabetização eficaz.

Convém destacar, ainda, que o estudo reforça que alfabetização e letramento são processos interdependentes e precisam caminhar juntos. A ludicidade, nesse contexto, se apresenta como uma ponte entre o domínio técnico da escrita e a sua aplicação crítica nas práticas sociais de leitura e produção textual. De modo que alfabetizar letrando significa garantir o acesso ao código escrito, mas, principalmente, funcionalidade no cotidiano do educando.

Mediante o exposto o estudo conclui que o uso de metodologias lúdicas na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental corresponde a uma estratégia pedagógica de grande potencial, que precisa ser planejada e mediada com intencionalidade pelo docente. A ludicidade deve ser compreendida não como um recurso acessório, mas como um eixo estruturante do processo de alfabetização, com capacidade de transformar a aprendizagem e democratizar o acesso ao conhecimento.

Por fim, destaca-se a necessidade de que políticas educacionais, formações docentes e currículos escolares valorizem e incentivem o uso do lúdico na educação, reconhecendo-o como um direito da criança e um poderoso instrumento de mediação no desenvolvimento da consciência fonológica e na promoção de uma alfabetização crítica, inclusiva e transformadora.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Anadeje Ferreira de. **A importância da ludicidade no processo de alfabetização**. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CONEDU, 11., 2024, João Pessoa. **Anais eletrônicos.** João Pessoa: Editora Realize, 2024. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2024/TRABALHO_COMPLETO_EV200_MD1_ID18497_TB7870_01102024103742.pdf. Acesso em: 29 abr. 2025.

BAUM, Virginia Dornelles; WOLFF, Clarice Lehnen; SILVA, Fernanda Lanhi da. Alfabetização e desenvolvimento da consciência fonológica através de atividades lúdicas: o percurso de um grupo de primeiro ano. In: **SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE PESQUISA EM ARTE E EDUCAÇÃO – SIPASE,** 6., 2018, Porto Alegre. Anais eletrônicos... Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018. Disponível em: https://editora.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/sipase/assets/edicoes/201

8/arquivos/44.pdf. Acesso em: 29 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Infantil**. Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Educação é a Base.** Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em:<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/> Acesso em: 01.jun.2024.

FERREIRO, E. **Reflexões sobre alfabetização**. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2011 GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LEAL, T. F.; ALBUQUERQUE, E. B. C.; MORAIS, A. G. **Alfabetizar letrando na EJA**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010

LIMA, Márcia Rozeane Oliveira de. **A escola e a família: contribuições para o processo de desenvolvimento e aprendizagem do aluno**. 2017. 14 f. TCC (Graduação) - Curso de Pedagogia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Currais Novos/RN, 2017.

MORAIS, A. G. de. A consciência fonológica e o processo de alfabetização: uma abordagem baseada em jogos e brincadeiras. **Revista Educação em Foco,** v. 25, n. 2, p. 45-62, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufv.br/educacaoemperspectiva/article/view/10545. Acesso em: 29 abr. 2025.

MORTATTI, M. R. L. **Alfabetização no Brasil:** uma história de sua história. Marília: Cultura Acadêmica, 2014.

SANTOS, G. R. dos; FERREIRA, M. R. A ludicidade como estratégia pedagógica para o desenvolvimento da consciência fonológica na alfabetização. **Anais do Encontro Nacional de Alfabetização e Letramento – ENALIC,** v. 5, p. 1-10, 2023. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/enalic/2023/TRABALHO_COMPLETO_EV190_MD3_ID900_TB2175_19112023153618.pdf. Acesso em: 29 abr. 2025.

SILVA, J. A. de. **A influência da ludicidade no desenvolvimento da consciência fonológica em crianças**. Revista Brasileira de Educação, v. 23, n.

4, p. 34-45, 2018.

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento**. – 7. Ed., 3ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2020.

SILVA, L. M. da; COSTA, M. A.; PEREIRA, J. S. Jogos e brincadeiras como instrumentos de aprendizagem da leitura e da escrita. **Revista Brasileira de Alfabetização,** v. 7, n. 13, p. 65-80, 2022. Disponível em: https://www.abalf.com.br/revista/index.php/rba/article/view/588. Acesso em: 29 abr. 2025.

SILVA, Paulina Gessika Ferreira da; SANTOS, Maria Raiana Barbosa dos. **Alfabetização e letramento: conceitos e diferenças**. VII Congresso Nacional de Educação (CONEDU), 2020.

SOARES, M. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**, n. 25, p. 5-17, 2004.

SOARES, M. **Alfabetização e Letramento**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

SOARES, M. **Alfabetização:** a questão dos métodos. São Paulo: Contexto, 2017.

SOUZA, M. F.; LIMA, R. P. **Jogos e brincadeiras no contexto escolar: impactos na aprendizagem e no bem-estar dos alunos**. Educação e Psicologia, v. 35, n. 2, p. 56-70, 2020.

STREET, B. **Letramentos sociais**. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

FORMAÇÃO CONTINUADA:
ESTRATÉGIAS PARA INOVAÇÃO E RENOVAÇÃO METODOLÓGICA NA PRÁTICA DOCENTE

Zeneida Martins da Silva

RESUMO: A formação continuada dos docentes é essencial para a melhoria da qualidade da educação. Este estudo aborda a importância da formação continuada na prática docente, destacando seu papel na atualização e aprimoramento constante dos educadores. A pesquisa se baseia em um referencial teórico-metodológico que enfatiza a natureza básica da investigação, com abordagem qualitativa e caráter exploratório. A análise dos resultados revelou que a formação continuada contribui significativamente para o desenvolvimento de novos conhecimentos, ideias e metodologias, bem como para o enriquecimento das práticas pedagógicas. Os resultados também indicam a necessidade de investimentos em programas e políticas de desenvolvimento profissional, evoluindo para a valorização e o apoio à formação de docentes. Destaca-se ainda a importância de futuras pesquisas para aprofundar o entendimento sobre os impactos da formação continuada na prática pedagógica e no desempenho dos alunos. Em suma, a formação continuada dos educadores surge como um elemento-chave para a promoção de uma educação de qualidade e para o desenvolvimento profissional dos educadores, contribuindo para o avanço da sociedade como um todo.

Palavras-chave: Formação continuada. Prática docente. Qualidade da educação. Desenvolvimento profissional. Impactos.

INTRODUÇÃO

A formação continuada é reconhecida como um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento profissional dos docentes, desempenhando um papel essencial na introdução de inovações e na renovação das práticas pedagógicas. Esta pesquisa bibliográfica e exploratória busca aprofundar nossa compreensão sobre a influência da formação continuada na melhoria da prática docente, destacando sua capacidade de promover a inovação e a atualização metodológica.

Através da formação continuada, os educadores têm a oportunidade de se manterem atualizados, desenvolverem novas habilidades e refletirem criticamente sobre suas práticas pedagógicas. Ao investir em seu próprio desenvolvimento profissional, os docentes se capacitam para adotar abordagens pedagógicas mais específicas, alinhadas com as necessidades e desafios contemporâneos da educação.

Neste estudo, buscamos implicitamente fundamentar a importância da formação continuada ao evidenciar sua estreita relação com a qualidade do ensino e aprendizagem. Ao fornecer uma análise abrangente das estratégias de formação continuada e seus impactos na prática docente, esta pesquisa visa contribuir para o debate acadêmico e para o aprimoramento das políticas educacionais.

Os objetivos deste estudo incluem analisar as principais abordagens de formação continuada adotadas pelos educadores, identificar os desafios enfrentados na implementação dessas estratégias e explorar as melhores práticas para promover a inovação e a atualização metodológica na prática docente.

A metodologia utilizada compreende uma revisão sistemática da literatura, incluindo uma análise crítica de artigos científicos, livros e documentos relevantes na área da educação. Por meio dessa abordagem, buscamos sintetizar as principais discussões e resultados encontrados na literatura especializada sobre o tema

Ao final deste estudo, esperamos apresentar uma síntese conclusiva que destaca a importância da formação continuada como um elemento vital para a inovação e a renovação metodológica na prática docente. Além disso, oferecemos insights valiosos para educadores, gestores educacionais e formuladores de políticas públicas específicas na promoção da melhoria contínua da educação.

METODOLOGIA

A presente pesquisa segue uma abordagem de natureza básica, fundamentada na compreensão e na exploração dos fundamentos teóricos que sustentam a formação continuada e sua relação com a inovação na prática docente. De acordo com Santos (2018), estudos de natureza básica visam a construção e a ampliação do conhecimento científico em determinada área.

Quanto à abordagem metodológica, adotamos uma perspectiva qualitativa, conforme proposto por Minayo (2014), que destaca a importância da interpretação das características sociais e educacionais por meio da análise detalhada e contextualizada dos dados.

Além disso, esta pesquisa é descrita como exploratória, seguindo a definição de Oliveira (2016), que a define como um tipo de investigação que visa proporcionar uma maior familiaridade

com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir situações .

A escolha por esta metodologia foi baseada na necessidade de compreender em profundidade as experiências e percepções dos docentes em relação à formação continuada e sua influência na prática pedagógica. A abordagem qualitativa nos permite explorar as nuances e os significados subjacentes às questões estudadas, enquanto a natureza exploratória da pesquisa nos permite investigar e descrever aspectos pouco conhecidos ou explorados anteriormente.

A análise dos dados encontrados será realizada à luz do referencial teórico adotado, o que engloba conceitos, teorias e estudos relevantes sobre formação continuada, inovação e prática docente. Este capítulo proporcionou um delineamento claro e consistente da metodologia estabelecida, fornecendo as bases permitidas para a condução da pesquisa e a análise dos resultados obtidos.

REFERENCIAL TEÓRICO

A formação continuada na prática docente deve ser considerada uma preparação relativamente para toda vida profissional, pois o avanço do conhecimento é uma necessidade de atualização e aperfeiçoadamente constante, é necessário que o educador crie métodos inovadores numa perspectiva de transformação para facilitar o desenvolvimento a compreensão do processo de formação.

A formação continuada contribui para elevação de novos conhecimentos e o enriquecimento de novas ideias, metodologias

e uso de variadas ferramentas tecnológicas. A auto avaliação do grau de suas competências fará com que esse profissional procure qualificar-se cada vez mais, acompanhando as evoluções das transformações sociais.

Neste sentido ressalta-se a competência do docente, considerando a capacidade de agir eficazmente apoiado em seus próprios conhecimentos adquirido ao longo da experiência contribuindo para a modificação das práticas, o educador vai aprendendo a entender a realidade do ensino aprendizagem. Desse modo o educador pode realizar estudos e pesquisas com objetivo de identificar as condições necessárias de buscar uma educação de qualidade, além do que o educador possui conhecimentos que está ligada à prática profissional que está centrada na organização da instituição educacional em que esta é exercida, e por isso é tão importante desenvolver uma formação educativa com a capacidade de adaptação, mais facilmente incorporada ás práticas profissionais desenvolvendo, uma prática reflexiva competente com a necessidade de atualização e aperfeiçoamento constante dos que atuam na educação, por conta disso Rodrigues e Esteves (1993) asseguram que:

> A formação não se esgota na formação inicial, devendo prosseguir ao longo da carreira, de forma coerente e integrada, respondendo às necessidades de formação, sentidas pelo próprio e às do sistema educativo, resultantes das mudanças sociais e ou próprio sistema de ensino. (RODRIGUES E ESTEVES, 1993, p.41)

No entanto, a formação deve prosseguir, além do que vivemos no mundo onde as transformações são constantes cabe ao educador se atualizar e inovar, interagindo no meio social para acompanhar

as mudanças e inovações do mundo e para se habituar atendendo a necessidade da realidade em que se encontra o sistema educativo, portanto, é fundamental estabelecer uma formação inicial para proporcionar o conhecimento de maneira eficaz e prazerosa no processo de ensinar e aprender.

Para Nóvoa (1995) A necessidade da continuidade de pesquisar de quem já é professor é criada a partir da responsabilidade pela difusão do saber socialmente constituído, da evolução do conhecimento, quanto aos processos de ensinar e de aprender ao fracasso escolar expresso nos índices de repetência e evasão dos alunos e das reformas empreendidas no sistema e nos currículos, ou seja, por meio de uma ampla visão do real contexto educacional. Ferreiro (2011) afirma que: "Aceitar a realidade dos professores de assimilação, implica também aceitar que a aprendizagem alguma começa do zero; o estudo pormenorizando do que a criança traz consigo sua bagagem de esquemas interpretativos [...]" (FERREIRO, 2011, p.65).

Sendo assim, é fundamental que o educador se atualize e busque conhecimento para transmitir algo interessante e de suma importância que o docente aprenda a se adaptar na realidade para oferecer o desenvolvimento e a motivação. Nesse sentido, os conhecimentos advindos das formações continuada devem favorecer aos docentes condições para agirem de maneira a transformadora em seu cotidiano escolar

Vale a pena ressaltar que o papel da escola e do educador está relacionado à formação de cidadãos humanizados em todos os seus aspectos capaz de desenvolver-se como sujeito autônomo no meio em que está inserido e contribuir para o progresso deste meio através da humanização, o que requer do docente uma prática

pedagógica dialógica e renovada capaz de se colocar como mediador desse processo.

Diversos autores expõem a figura do professor como um mediador habilitado com saberes pedagógicos e técnicas favoráveis à proposta desenvolvida no dia a dia em sala de aula sem moldar os alunos ao sistema. Horn et al. (2014) nos apresentam a figura do professor como um mediador que renuncia à centralização, à onisciência e ao controle onipotente, mas que vê na criança um ser ativo nas situações de seu aprendizado, cabendo a ele estimular a criatividade e o interesse do aluno. Para Zabala (1998, p. 13) "um dos objetivos de qualquer bom profissional consiste em ser cada vez mais competente em seu ofício".

Entende-se que essa competência se constrói na base de uma formação por intermédio de conhecimentos, experiências e investigações, pois segundo Prata (2014) o fazer docente enquanto profissional engloba todo um conjunto que abrange muito mais do que sua formação a nível de graduação, onde este apenas está condicionado a absorver inúmeras teorias, sem que haja uma aplicação de forma prática dessas teorias. O professor está vinculado a interferências externas, que vão desde a formação acadêmica a interferências da sociedade como um todo, o que demonstra que ele não é o único responsável pela sua formação.

Compreende-se assim que a construção da competência profissional parte também da sua vivência cotidiana no ambiente escolar, nos desafios enfrentados com pais, alunos e colegas de trabalho. Para Libâneo (2013), quando o professor se coloca como mediador deixa de lado sua posição de detentor e passa a considerar seus alunos como agentes ativos de seu próprio saber de

forma significativa, numa relação de interação e trocas de conhecimentos.

A partir deste momento o aluno passa a agir de forma mais segura com relação ao professor e ao ambiente escolar, pois não mais há a relação de mero transmissor e receptor, mas uma relação de troca entre ambos. Vale ressaltar ainda por meio das ideias do Libâneo (2013, p. 114) que "O objetivo da escola e do professor é formar pessoas inteligentes, aptas para desenvolver ao máximo possível suas capacidades mentais, seja nas tarefas escolares, seja na vida prática através do estudo das matérias de ensino".

Logo, fica claro que o papel do professor não se restringe ao repasse de conceitos e aprimoramento de forma burocrática e sistemática no caderno, nos livros, na pintura, no recorte e na colagem, mas além desses a experimentação, aulas a passeio, gincanas, oficinas, dentre outras formas estratégias e dinâmicas que possam contribuir nas bases de desenvolvimento dos educandos.

A compreensão da formação continuada revela-se como ferramenta aquisitiva para construção do saber revela-se na atualidade foco de muitos estudos, pesquisas e debates no campo acadêmico e educacional que tem ganhado força e mudado o posicionamento de muitas instituições de ensino e docentes, adaptando-se ao comportamento das novas gerações, o que é necessário e urgente se fazer. De acordo com Ribeiro *et al*. (2013),

> É necessário pensar em uma postura mais realista e inovadora, onde se deve pensar num processo de formação de profissionais capazes de garantir um conhecimento mais crítico, haja uma visão mais ampla de mundo, bem como uma melhoria da percepção do espaço visual e corporal dos

> sujeitos e um domínio amplo de metodologias mais apropriadas para lidar com a diversidade apresentada em sala de aula (RIBEIRO et al., 2013, p. 35).

Nessa perspectiva, torna-se necessário pensar e valorizar a formação do professor não como algo inacabado, mas como um processo contínuo e dinâmico capaz de potencializar as individualidades dos alunos, contribuindo para formação de agentes ativos e críticos em seu meio social, não mais a uma visão enrijecida que se limita a repassar informações ou mostrar o caminho em que ele acredita ser o mais correto. Imbernón (2009, p.18) vem reforçar que o "professor precisa analisar o que funciona, o que precisa ser abandonado, o que precisa desaprender ou reconstruir sobre o velho, uma ação praticada não somente em sua formação, mas todos os dias". Tal prática torna-se pertinente uma vez que possibilita ao docente uma avaliação contínua de suas ações metodológicas no contexto educacional.

Outro princípio em torno da formação do professor da modernidade é de um profissional que não mede esforços para fazer a diferença em seu ofício como mediador na construção de cidadãos críticos, participativos e autônomos, tais profissionais não abrem mão da busca incessante por qualificação por meio da atualização de diferentes ferramentas que servirão de ancoragem em sua prática docente proporcionando mais eficiência e inovação, e que servirão de esteio para formação de alunos que possam atuar no meio social com mais criticidade e autenticidade. A esse respeito está o posicionamento de André (2016),

> O que nos leva a defender o desenvolvimento de um sujeito autônomo, com ideias próprias, capaz de se movimentar-se

> diante da realidade, escolhendo caminhos e se comprometendo com os resultados de suas escolhas, é o desejo de que ele evolua em seu processo de humanização e esteja mais bem preparado para exercer a sua atividade docente, a fim de propiciar uma aprendizagem significativa ao aluno (ANDRÉ, 2016, p. 20).

Diante dessa perspectiva faz se necessário refletir sobre a proposta pedagógica defendida pelas instituições de ensino, de considerar o currículo como ferramenta pedagógica dotada de saberes culturais que levem em conta as experiências e realidades dos alunos de modo que percebam em sua formação a significação da proposta desenvolvida em sala de aula para sua vida e assim mostrar-se mais interessados e participativos naquilo que a escola tem a lhes oferecer como princípio para sua formação pessoal, profissional e social enquanto parte de uma sociedade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos a partir da análise do referencial teórico e da metodologia revelam informações importantes sobre a formação continuada na prática docente. Ao categorizar as informações em segmentos analíticos, podemos identificar a relevância da formação continuada para o aprimoramento profissional dos educadores, bem como a necessidade de uma abordagem qualitativa e reflexiva nesse processo. Além disso, a análise dos dados contribuiu significativamente para uma compreensão mais ampla e detalhada dos achados.

A discussão a partir desses resultados ressalta a importância da formação continuada como elemento fundamental para a inovação e renovação metodológica no contexto educacional.

Evidencia-se a necessidade de políticas públicas e iniciativas institucionais que promovam e incentivem a formação dos docentes, garantindo uma educação de qualidade para todos. Essa abordagem qualitativa na formação valoriza a reflexão sobre a prática, estimula o diálogo entre os profissionais e promove a construção coletiva de conhecimento.

Os resultados e análises apresentados reforçam a importância da formação continuada na prática docente como um estudo essencial para a melhoria da qualidade da educação. É fundamental que as instituições de ensino e os órgãos responsáveis pela educação investiguem nesse processo de desenvolvimento profissional, garantindo assim um ambiente educacional mais dinâmico, inclusivo e eficaz.

A valorização do educador e o reconhecimento da sua importância na construção de uma sociedade mais justa e igualitária são aspectos cruciais a serem considerados em qualquer discussão sobre formação continuada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais deste estudo buscam sintetizar as principais conclusões alcançadas e prospectar possíveis aplicações empíricas para a comunidade científica e educacional.

Em primeiro lugar, destacamos a importância da formação continuada como elemento fundamental para a inovação e renovação metodológica na prática docente. Os resultados obtidos evidenciam a relevância de investimentos em programas e políticas de desenvolvimento profissional, que permitem aos educadores se

atualizarem constantemente e aprimorarem suas práticas pedagógicas.

Além disso, ressaltamos a necessidade de uma abordagem qualitativa e reflexiva na formação de docentes, que valorize a troca de experiências, o diálogo e a construção coletiva de conhecimento. A formação continuada não deve ser vista apenas como um requisito obrigatório, mas sim como uma oportunidade de crescimento pessoal e profissional, capaz de impactar positivamente a qualidade da educação oferecida.

A presente pesquisa sugere que as instituições de ensino e os órgãos responsáveis pela formulação de políticas educacionais incorporem em suas práticas e diretrizes a valorização e o apoio à formação continuada dos docentes. Isso pode ser feito por meio da promoção de cursos, workshops, seminários e outras atividades formativas, que estimulam a reflexão crítica e a atualização constante dos profissionais da educação.

Considera-se importante ressaltar a necessidade de novas pesquisas no campo da formação continuada, aprofundando o entendimento sobre seus impactos na prática pedagógica e no desempenho dos alunos. Estudos longitudinais, análises comparativas e investigações qualitativas mais aprofundadas podem contribuir significativamente para o avanço do conhecimento nessa área e para a melhoria contínua da educação.

A formação continuada é um elemento-chave para a promoção de uma educação de qualidade e para o desenvolvimento profissional dos educadores. Investir nesse processo é investir no futuro das próximas gerações e no progresso da sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, MARLI. (org.). **Práticas inovadoras na Formação de Professores**. Campinas, S: Papirus, 2016. - (Práticas Pedagógicas)

BOURDIEU, P. **Esquisse d´une théorie de la pratique**. Genebra: Droz, 1972.

HORN, CLAUDIA INÊS. et al. **Pedagogia do Brincar** 2 ed.- Porto Alegre: Mediação , 2014.

IMBERNÓN, FRANCISCO. **Formação Permanente do professorado**: novas tendências. Editora 1ª edição. São Paulo: Editora Cortez, 2009

LIBÂNEO, JOSÉ CARLOS. **Didática**. 2. Ed. – São Paulo: Cortez, 2013.
MINAYO, MCS. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde . São Paulo: Hucitec, 2014.

OLIVEIRA, CC. **Manual de Metodologia Científica para o Curso de Direito**: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico . São Paulo: Revista dos Tribunaí, 2016.

PRATA, GLESSIANE COELI FREITAS BATISTA. **(Re) construindo-se professor reflexivo**: uma análise Bibliográfica. Espaço do Currículo, v. 7, n. 2, p .254-261, maio/ ago. 2014.

RIBEIRO, MARIA EDILENE. (org.) **Formação Continuada de Professores**: entrelaçando Saberes e Práticas Inovadoras. CCD ed. Castanhal, PA: GEPPTE,2013.

RODRIGUES, ÂNGELA; ESTEVES; Manuela. A análise de necessidades na formação de professores. Porto: PORTO, editora, 1993.

_____ Os professores e as histórias da sua vida in: NÓVOA, Antônio. (Org.) **Vidas de professores** 2 ED. Porto: PORTO: EDITORA, 1995 b

SANTOS, J. **Metodologia Científica**: a construção do conhecimento. Rio de Janeiro: Lamparina. 2018

ZABALA, ANTONI. **A prática educativa: como ensinar**. Tradução Ernani F. Rosa- Porto Alegre: Artmed, 1998.

METODOLOGIAS ATIVAS PARA ALUNOS DA EJA:
MOTIVAÇÃO E APRENDIZAGEM

Célia Maria da Silva

Resumo: As metodologias ativas destacam-se como estratégias eficazes para engajar estudantes em diversos contextos, especialmente na Educação de Jovens e Adultos (EJA), onde a motivação tem sido um desafio. Este estudo analisa o impacto dessas metodologias na motivação, aprendizagem e redução da evasão na EJA, propondo estratégias específicas para sua implementação eficaz. A pesquisa, de abordagem qualitativa e bibliográfica, mostra que as metodologias ativas permitem uma proposta pedagógica mais próxima da realidade dos alunos e respeitam suas particularidades. Porém, sua adoção ainda enfrenta desafios, como a necessidade de formação contínua dos professores para atuarem como mediadores. Apesar disso, as metodologias ativas são promissoras para a EJA, pois valorizam as experiências dos alunos, incentivam sua participação ativa e promovem uma educação mais inclusiva e eficaz.

Palavras-chave: Metodologias Ativas. Educação de Jovens e Adultos. Estratégias Pedagógicas. Motivação.

INTRODUÇÃO

As metodologias ativas se destacam no cenário educacional como estratégias pedagógicas eficazes para engajar e motivar estudantes em diversos contextos educacionais, de modo que esse estudo olha particularmente para sua aplicação na Educação de Jovens e Adultos (EJA), considerando que essa modalidade de ensino tem se mostrado desafiadora ao longo do tempo, sendo um dos grandes desafios motivar esses alunos. Portanto, este estudo se concentra nas metodologias ativas aplicadas na EJA.

Dessa forma o **tema** desse estudo são metodologias ativas para alunos da EJA: motivação e aprendizagem. Assim, o **objeto de estudo** consiste nas Metodologias ativas aplicadas a Educação de Jovens e Adultos. Com a finalidade de melhorar a motivação, o aprendizado e a redução da evasão escolar. Considerando que a ausência de metodologias para um ensino mais dinâmico e interativo é uma das causas da baixa motivação. O aluno da EJA, já chega à sala de aula cansado devido as atividades realizadas no dia a dia, e o professor usar apenas métodos tradicionais leva-os a se sentirem desmotivados

A ausência de metodologias que promovam um ensino mais dinâmico e interativo pode ser uma das causas dessa baixa motivação. As metodologias tradicionais de ensino, frequentemente utilizadas na EJA, muitas vezes não atendem às necessidades específicas dos alunos adultos, que possuem experiências de vida e expectativas diferentes em relação ao aprendizado. Isso pode resultar em um ensino desinteressante e pouco eficaz.

Assim, o **problema de pesquisa** que se apresenta é: A evasão na EJA tem correlação com a baixa motivação e aprendizado dos alunos devido à falta de metodologias ativas no processo de ensino? Visando investigar se a implementação de metodologias ativas pode aumentar a motivação, melhorar o desempenho acadêmico dos alunos da EJA e, consequentemente, reduzir a evasão escolar. O estudo parte do **pressuposto** de que a utilização de metodologias ativas, que promovem um ensino mais dinâmico e interativo, pode aumentar significativamente a motivação dos alunos da EJA. Ao atender às necessidades específicas dos alunos adultos, que chegam às salas de aula já cansadas devido às atividades diárias e possuem experiências de vida e expectativas diferentes em relação ao aprendizado, essas metodologias podem tornar o ensino mais interessante e eficaz.

O trabalho justifica-se pelo fato de que manter a motivação de alunos na EJA é um desafio constante, sendo essencial identificar se as metodologias ativas são utilizadas em sala de aula e como são recebidas pelos alunos. Considerando que a ausência de metodologias ativas pode levar os alunos a baixa motivação elevando assim a uma alta taxa de evasão escolar, realidade essa muito frequente nessa modalidade de ensino. Ademais, estudar as causas da evasão escolar é concebido como uma relevância social uma vez que a partir dessas identificações poderá contribuir com elaboração de políticas e práticas educacionais que possam sanar a problemática da evasão escolar da modalidade EJA.

Uma vez compreendida a correlação entre metodologias ativas e aprendizagem dos alunos pode trazer melhorias significativas do ensino da EJA. É sabível que no ensino as metodologias tradicionais já não atendem as necessidades específicas dos alunos dessa

modalidade, o que nesse caso resulta no desinteresse dos alunos e um ensino com pouca eficácia. No que tange a relevância acadêmica, a proposta do estudo em questão pretende preencher possíveis lacunas existentes acerca da EJA, fornecendo dados sobre a eficácia das metodologias ativas de motivação, aprendizagem e permanência dos alunos. De modo, que a obtenção e análise dos dados e resultados possam contribuir para a exploração e implementação de metodologias de ensino que possam motivar os alunos.

A pesquisa busca contribuir para o uso de novas abordagens de ensino que atendam de forma mais eficaz às necessidades dos alunos adultos, proporcionando uma educação mais inclusiva e de qualidade. As metodologias ativas podem reverter a tendência de desmotivação e evasão, oferecendo um ambiente de aprendizagem mais dinâmico e interativo. O estudo busca ainda contribui para o uso de novas abordagens de ensino que atendam de maneira mais eficaz as necessidades dos alunos adultos, considerando que o uso de metodologias ativas pode colaborar para reverter a desmotivação e evasão, oferecendo assim, um ambiente de aprendizagem significativa.

DESENVOLVIMENTO

Metodologia

No que tange aos procedimentos que serão utilizados na pesquisa, trata-se de uma Pesquisa Bibliográfica, pode-se dizer que a pesquisa bibliográfica é vista como uma etapa fundamental em todo trabalho científico, no sentido de dar embasamento teórico no trabalho, assim, serão exploradas as literaturas

concernentes sobre a importância do patrimônio natural, como suporte para as análises dos dados coletados.

Ainda sobre Gil (2008, p.50) relata a importância de utilizar as referências bibliográficas, para o estudo da pesquisa contemplando teóricos, dessa forma o estudo de teóricos, contribui e dar credibilidade a pesquisa. Quanto a abordagem da pesquisa é qualitativa, segundo Richardson (2014, p.79) A pesquisa qualitativa aborda:

> O método qualitativo, difere, em princípio, do quantitativo à medida que não emprega um instrumental estatístico como base do processo de análise de um problema. Não pretende numerar ou medir unidades ou categorias homogêneas.

A pesquisa exploratória consiste na exploração da investigação do problema, e torná-lo, mas, claro e conciso, é um dos pontos primordiais para obtenção dos resultados pois, consiste na elaboração da pesquisa tendo como auxílio os teóricos, documentos e entrevistas para aquisição de conhecimento. O método exploratório inicia-se com a escolha do tema, a definição da pesquisa, a exemplo pesquisa de campo, que é considerado um método exploratório juntamente com os teóricos e ainda abordando os métodos qualitativos e quantitativos (Braga, 2015).

REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação de Jovens e Adultos, EJA, consiste em uma modalidade de ensino que permite ao estudante que não concluiu os estudos no tempo certo retornar à sala de aula e poder concluir

os seus estudos. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, essa modalidade foi apresentada como um instrumento para educação e aprendizagem ao longo da vida, destinada aqueles que não tiveram acesso a continuidade dos estudos no ensino fundamental e médio na idade apropriada. A partir de 2013, com mudanças ocorridas na LDBE novas perspectivas se apresentaram a EJA, foi quando foi ampliado o direito dos estudantes ao ensino médio e assegurado o direito a materiais didáticos, transporte e merenda escolar (Coutinho; Almeida; Jatobá, 2021).

Coutinho, Almeida, Jatobá, (2021) acreditam que na EJA é preciso promover ações que estimulem os alunos em sala de aula, que os ajudem a prosseguir seus estudos, pois é comum a desistência, em que o interesse dos alunos se mostra bastante reduzido, de modo que é preciso buscar recursos e metodologias para engajar os alunos nas aulas, buscado sua permanência no ensino.

As metodologias ativas de aprendizagem têm se consolidado como abordagens pedagógicas inovadoras, elas permitem o protagonismo do aluno no processo educativo, colocando-o como centro desse processo, o que difere do modelo tradicional, que se baseia na transmissão de conhecimento de forma unidirecional, em que o professor é o centro do processo de ensino e aprendizagem. As metodologias ativas promovem a participação ativa dos estudantes, estimulando o pensamento crítico, a resolução de problemas e a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos (Duarte, 2018).

Algumas metodologias ativas têm se destacado na atualidade, como a aprendizagem baseada em problemas (ABP), a sala de aula invertida, o ensino híbrido, e os projetos colaborativos. A ABP

desafia os alunos a resolverem problemas reais ou simulados, desenvolvendo habilidades de pesquisa, análise e síntese. Esse método estimula a autonomia e a capacidade de trabalhar em equipe, ao mesmo tempo que contextualiza o aprendizado, tornando-o mais relevante e aplicável à vida cotidiana (Duarte, 2018).

De acordo com Sampaio (2022) a sala de aula invertida altera a lógica tradicional de ensino ao transferir a transmissão de conteúdo para momentos fora da sala de aula, permitindo que o tempo em classe seja dedicado à aplicação prática e à discussão dos conceitos. Nesse formato, os alunos assumem a responsabilidade por seu aprendizado inicial, enquanto o professor atua como facilitador, orientando a construção do conhecimento de forma mais personalizada e interativa.

Outra metodologia ativa é o ensino híbrido combina o aprendizado *online* com atividades presenciais, aproveitando o melhor dos dois mundos: a flexibilidade e a personalização proporcionadas pela tecnologia e a interação social e suporte direto do professor no ambiente físico. Esse modelo é especialmente eficaz em atender às necessidades de diferentes perfis de alunos, permitindo uma maior adaptação ao ritmo de aprendizado individual (Bellotto, 2019).

Silva (2019), nesse contexto, ressalta os projetos colaborativos, são outro exemplo de metodologia ativa, envolvem os alunos em atividades práticas e interdisciplinares, onde trabalham juntos para alcançar objetivos comuns. Esse tipo de abordagem não apenas reforça o conteúdo aprendido, mas também desenvolve habilidades sociais, como comunicação, liderança e trabalho em

equipe, fundamentais para o sucesso no ambiente profissional e pessoal.

Duarte (2018) avalia que a implementação das metodologias ativas requer, contudo, uma mudança na postura do professor, que deve passar de transmissor de conhecimento para facilitador do aprendizado. Isso envolve não apenas uma nova forma de planejar e conduzir as aulas, mas também uma transformação na avaliação, que deve ser contínua e formativa, focando no desenvolvimento integral do aluno e não apenas na memorização de conteúdo.

Considera-se, ainda, que as escolas e instituições de ensino ofereçam suporte adequado, tanto em termos de formação docente quanto de infraestrutura, para que essas metodologias possam ser aplicadas de forma eficaz. A resistência à mudança e as limitações tecnológicas são desafios a serem superados, mas os benefícios das metodologias ativas, como o aumento do engajamento, da motivação e da qualidade do aprendizado, fazem valer o esforço (Soares, 2024).

Diante dessas constatações sobre as metodologias ativas de aprendizagem, evidencia-se que elas têm grande potencial para melhorar a qualidade de ensino na EJA, pois podem chamar a atenção do alunado, envolvendo-os na dinâmica da sala de aula, conseguindo manter sua motivação, colaborando para que se evite as desistências.

> A evasão escolar no Brasil é decorrente em maior escala pela pobreza e desta forma, os Estados mais pobres certamente são aqueles que apresentam os maiores índices de evasão, especialmente aqueles localizados nas regiões Norte e Nordeste do país. A metodologia adotada pelo professor, que muitas das vezes acaba tornando as aulas desinteressantes, faz com que os educandos se sintam

> desmotivados é outro fator decisivo, visto que os jovens não olham mais para a escola como uma saída para uma melhora na vida, além de muitas das vezes esta não oferecer práticas pedagógicas inovadoras e atraentes para os alunos(Costa, *et al.*, 2020, p.2).

Dessa forma, a evasão escolar, conforme Costa *et al.*, (2020) é uma modalidade de ensino em que ocorre muitas desistências, uma problemática que em muito se relaciona as metodologias que o docente adota, que não desperta o interesse dos alunos, em que se mostra necessário criar estratégias para modificar essa realidade, ela proporcionará maior autonomia aos alunos, uma melhor relação entre aluno e professor, o trabalho em equipe e uma participação mais ativa nas aulas, o que pode despertar seus interesses pelos conteúdos abordados, tornando a aula mais ativa e atrativa, evitando a evasão escolar.

O uso de metodologias ativas na EJA mostra-se como uma estratégia pedagógica inovadora e necessária para atender às demandas específicas desse público, que frequentemente enfrenta desafios como a desmotivação e a falta de engajamento no processo de aprendizagem. Essas metodologias, que incluem abordagens como a aprendizagem baseada em problemas, projetos colaborativos e sala de aula invertida, permitem que os estudantes assumam um papel ativo na construção do conhecimento, promovendo maior autonomia e valorizando suas experiências de vida prévias.

Ao contextualizar o aprendizado e torná-lo mais relevante para a realidade dos alunos da EJA, as metodologias ativas não apenas aumentam o interesse e a participação nas atividades escolares, mas também contribuem para a redução da evasão e para o

desenvolvimento de habilidades práticas essenciais para o mercado de trabalho e a vida em sociedade.

O ensino de EJA como se conhece hoje é fruto de muitas lutas e de toda uma mobilização em prol de mudanças, de modo que buscar meios para que essa modalidade acolha bem os alunos e que estes se sintam motivados a concluir a educação básica é essencial.

A temática da evasão escolar permeia o ensino de jovens e adultos, é assunto em discussão há muito tempo, gira em torna dessa modalidade muitas preocupações, inclusive os impactos causados pela evasão, fator esse que precisa ser observado constantemente, e não é diferente nos dois municípios do interior do estado do Pernambuco, onde a pesquisa foi realizada, onde foi identificado lacunas como desmotivação dos alunos e com isso foi sugerido a implementação de metodologias ativas que possam contribuir para a motivação e permanência do aluno na escola.

A evasão escolar é um problema complexo, cheio de indagações e muito frequente entre alunos. Quando se trata de alunos com idade superior agrava-se a situação do abandono do ensino formal, dado que, normalmente trata-se de um público-alvo que é em sua maioria, composto por trabalhadores (as), casado (as) e com prole (Freire, 2014). A citação, põe em destaque a complexidade da evasão escolar, pontuando que essa problemática acontece de forma mais acentuada entre alunos adultos. Posto isso, compreende-se que por detrás dessa evasão existem inúmeras questões a serem consideradas e discutidas, a fim de sanar essas barreiras que afetam a continuidade do aluno na escola, em especial na EJA.

Estudo realizado por Costa, Dos Santos e Pires (2023) apontou que a necessidade de trabalhar é o maior responsável pela evasão escolar de pessoas entre 14 e 29 anos. Outro fator apontado foi

problema social e econômico, e que gestação no período escolar também tem sido um fator bastante presente. Ainda segundo os autores citados, de 80% a 90% dos motivos que levam os alunos a evadirem das escolas são fatores socioeconômicos.

Mediante o que apontou os autores acima mencionados, fatores socioeconômicos na evasão escolar entre jovens de 14 a 29 anos, a necessidade de trabalhar é tido como principal fator para que esses alunos se evadam das escolas abandonando os estudos. Aqui fica sublinhado um dos motivos da evasão escolar, visto que fica a decisão entre trabalhar para sustentar-se, ou dar continuidade aos estudos. Trazendo esse aparato para a temática da EJA, entende-se que essa modalidade de certa forma está encarregada de atender a esses alunos que precisam trabalhar durante o dia, por exemplo. No entanto fica o questionamento, os alunos estão encontrando motivação para continuar e aprender.

Para Reis e Gargioni (2024),

> A Educação de Jovens e Adultos no Brasil carece de uma atenção específica, na medida em que não se deve apenas se preocupar na aquisição do domínio de ler, escrever e contar, mas no desempenho pessoal e coletivo com vista à construção de uma sociedade mais justa, no que tange à formação de cidadãos dignos e conscientes de seus direitos e deveres (Reis; Gargioni, 2024, p.4).

A motivação faz parte do ser humano e a motivação e o aprendizado são conceitos interrelacionados e que desempenham um papel fundamental no contexto educacional. Quando o educador compreende as teorias de motivação, tem a oportunidade de desenvolver metodologias eficazes que automaticamente promoverão um ensino mais engajado, e se tratando do ensino na

Educação de Jovens e Adultos (EJA) compreender essas teorias é fundamental, considerando diversas delas têm sido propostas ao longo do tempo para explicar como a motivação influencia na aprendizagem como no desempenho dos alunos.

A literatura mostra que existem várias teorias motivacionais e podem ser usadas nas metodologias de ensino para melhor a aprendizagem dos alunos. Dentro elas podem ser citadas Teoria da Autodeterminação, Teoria das Necessidades, Teoria da Expectativa-Valor e Teoria do reforço de Skinner.

- ✓ **A Teoria da Autodeterminação**, desenvolvida por Deci e Ryan (1985), propõe que a motivação dos indivíduos está diretamente relacionada à satisfação de três necessidades psicológicas básicas: autonomia, competência e relacionamento.
- ✓ **A Teoria da Expectativa-Valor**, proposta por Eccles e Wigfield (2002), sugere que a motivação dos alunos é influenciada por suas expectativas de sucesso e pelo valor que atribuem às atividades de aprendizado.
- ✓ **Teoria das Necessidades de Maslow**, Se todas as necessidades estão insatisfeitas, e o organismo é então dominado pelas necessidades fisiológicas, todas as outras necessidades podem tornar-se simplesmente inexistentes ou serem empurradas para o segundo plano.
- ✓ **Teoria do reforço de Skinner**, desenvolvida por B.F. Skinner, é um dos pilares fundamentais do behaviorismo, uma abordagem psicológica que se concentra no estudo do comportamento observável e nas influências ambientais que o moldam. Skinner propôs que o comportamento é determinado pelas consequências que se seguem a ele, e que essas

> consequências podem aumentar ou diminuir a probabilidade de um comportamento ocorrer no futuro.

Aplicar essas teorias de motivação no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA) pode ser particularmente benéfico para enfrentar os desafios de desmotivação e evasão escolar. É possível melhorar a motivação, o aprendizado, o interesse e a permanência do aluno na EJA.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

A EJA enfrenta desafios muito particulares como, por exemplo, a heterogeneidade das turmas, desmotivação dos alunos e a evasão escolar. Trata-se de um contexto em que algo precisa ser feito para que promova o engajamento dos alunos, conseguindo empreender uma aprendizagem significativa, em que o aluno esteja no centro do processo de ensino e aprendizagem.

Destaca-se que as metodologias ativas compreendem a abordagens pedagógicas que incentivam a participação ativa dos estudantes na construção do conhecimento, levando estes a alcançarem maior autonomia, desenvolverem o pensamento crítico e a resolução de problemas. Na EJA, essas metodologias valorizam as experiências prévias dos alunos, tornando o aprendizado mais contextualizado e relevante para suas realidades sociais e profissionais. Assim, Silva *et al.* (2021) defende que a aplicação de metodologias ativas na EJA contribui para a ressignificação do processo de ensino-aprendizagem, tornando-o mais dinâmico e participativo.

Uma estratégia relevante de metodologia ativa na EJA é Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP), sendo que esta propõe que os discentes resolvam problemas reais como ponto de partida para o aprendizado, de modo que na EJA a ABP possibilita aos alunos aplicarem os seus conhecimentos em situações práticas, de modo que podem desenvolver habilidades para que tomem decisões.

Outra metodologia que é relevante para motivar e engajar os alunos é a sala de aula invertida, ela inverte a lógica tradicional do ensino, em que os alunos estudam em casa os conteúdos e utilizam a sala de aula para discussões e atividades práticas, na EJA essa abordagem deve considerar o ritmo de cada aluno, suas reais necessidades e se articular com estas.

A gamificação é uma metodologia que ganha destaque para motivar e engajar alunos, pois ela incorpora elementos de jogos no processo educativo, fazendo com que o aprendizado se torne mais envolvente e motivador. Na EJA, a gamificação corresponde a uma estratégia pode ser utilizada para estimular a participação e o interesse dos alunos, promovendo a aprendizagem de forma lúdica.

Nesse contexto, Batista da Silva *et al.*, (2023) afirma que a implementação de metodologias ativas na EJA tem resultados positivos, tanto no empenho dos alunos, quanto em sua motivação, pois são metodologias que promovem o protagonismo dos alunos e aumentam seu engajamento, possibilitando que possam reter conhecimento.

Considera-se, ainda, que estratégias como gamificação e a ABP levam ao desenvolvimento de competências socioemocionais

que são essenciais para que os alunos da EJA sejam formados integralmente.

Chaves, Soares e Protti (2023) defendem que a utilização de metodologias ativas na EJA demostra resultados positivos na aprendizagem dos alunos, ´pois correspondem a abordagens que tornam o ensino mais atrativo e ajudam superar a falta de interesse dos alunos, assim como o cansaço. A maioria dos alunos prefere metodologias ativas às tradicionais, tornam-se mais engajados no processo de ensino e aprendizagem e despertam seu interesse pelos estudos.

> Na prática diária constata-se que o aluno da EJA necessita associar o conteúdo, que está aprendendo, com o seu dia a dia. Por isso, tem-se observado sucesso no despertar do interesse do discente quando são utilizadas atividades diversificadas e atrativas, sejam gincanas de perguntas e respostas, construção de conhecimento em grupo, aulas práticas, aprendizagem baseada em problemas, entre outras [...]. É notório que a escola, nos moldes tradicionais, não atende à nova geração de alunos, em relação à eficácia do processo de ensino-aprendizagem, bem como os requisitos necessários para resolver os problemas da sociedade [...] O uso de formas ativas para abordar o conteúdo tem se mostrado bem eficaz, pois estimula a capacidade do aluno em resolver problemas, levantar hipóteses, organizar esquemas e trabalhar em grupo, desenvolvendo habilidades práticas e postura emocional. Dessa forma, o aluno não precisará mais assimilar os conteúdos de forma mecânica e decorada; o processo ocorrerá de forma a permitir ao estudante desenvolver a capacidade de aplicar o conhecimento aprendido em suas atividades diárias, tornando o mesmo significativo (Chaves; Soares; Protti, 2023, p.1).

Dessa forma, as metodologias ativas trazem possibilidades de um ensino mais atrativo, dinâmico que pode conquistar os alunos, elas são diversas, como gincanas, atividades em grupo, aulas práticas, aprendizagem baseada em problemas, dentre outras. Estas metodologias estão imersas em um contexto em que o ensino tradicional já não consegue mais atender as necessidades dos alunos, com elas os alunos não precisam mais decorar conteúdos, aprender de forma mecânica, atividades dinâmicas possibilitam a aprendizagem no dia-a-dia, de forma significativa.

Na perspectiva de Garcia (2024) os alunos da EJA têm características distintas, pois a maioria possui ocupação laboral ou estão em busca de uma oportunidade no mundo do trabalho, de modo que os sistemas de ensino precisam ter a responsabilidade de garantir uma oferta educacional e exclusiva para esse grupo.

> Para atender a essas características distintas dos alunos da EJA, é necessário desenvolver uma metodologia própria, que apresente uma proposta pedagógica adequada. O que se observa, na prática, são metodologias do ensino regular mal adaptadas a essa modalidade, com critérios e parâmetros para avaliação, planejamento e discussão da EJA sendo os mesmos utilizados para alunos mais jovens do ensino regular, desconsiderando as particularidades do público em questão (Garcia, 2024, p.1).

Assim, as metodologias ativas colaboram para que o público da EJA seja contemplado com uma proposta pedagógica mais próxima de sua realidade, de maneira que considere as particularidades de seu público, é preciso uma avaliação que respeite essas questões, metodologias que incentivem os alunos.

Contudo, é preciso notar que mesmo diante de benefícios a adoção de metodologias ativas na EJA encontra muitos desafios, como, por exemplo, a necessidade constante de que os professores busquem conhecimentos, que se capacitem cada vez mais, estando preparados para que possam mediar o processo de ensino e aprendizagem de forma eficaz, considerando as especificidades das turmas da EJA.

No quadro abaixo são listadas estratégias para que a implementação de metodologias ativas na EJA obtenha sucesso:

Quadro 01 – Estratégias de Implementação de Metodologias Ativas na EJA

Estratégia	Descrição
Formação Continuada de Professores	Capacitar os docentes para o uso eficaz das metodologias ativas, promovendo uma mudança de postura pedagógica.
Adaptação Curricular	Revisar e adaptar o currículo para incluir atividades que valorizem a experiência dos alunos e promovam a aprendizagem significativa.
Infraestrutura Adequada	Disponibilizar recursos e ambientes que favoreçam a aplicação das metodologias ativas, como espaços colaborativos e acesso a tecnologias.
Avaliação Formativa	Utilizar métodos de avaliação que acompanhem o processo de aprendizagem, fornecendo feedback contínuo aos alunos.
Envolvimento da Comunidade	Integrar a comunidade no processo educativo, valorizando os saberes locais e promovendo a contextualização do ensino.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2025.

Mediante o exposto percebe-se que as metodologias ativas correspondem a uma abordagem promissora para a EJA, pois promovem a motivação e a aprendizagem significativa dos discentes. Essas metodologias conseguem valorizar as experiências dos estudantes e ainda incentivá-los a participar de maneira ativa do processo educativo, contribuindo, também, para a construção de uma educação mais inclusiva e eficaz.

As metodologias ativas correspondem a uma abordagem eficaz para enfrentar os desafios da EJA, promovendo a motivação, a aprendizagem significativa e a redução da evasão escolar. Para que essas sejam implementadas com sucesso mostra-se necessário o compromisso institucional com a formação docente, é indispensável que a adaptação curricular e a criação de ambientes de aprendizagem que respeitem e valorizem as experiências dos alunos. Ao colocar o estudante no centro do processo educativo, as metodologias ativas contribuem para uma educação mais inclusiva, democrática e transformadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolveu-se com o objetivo de analisar o impacto das metodologias ativas na motivação, na aprendizagem e na redução da evasão escolar entre os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), assim como propor estratégias para a implementação eficaz dessas metodologias. Assim, mediante o estudo realizado foi possível verificar que as metodologias ativas são uma alternativa pedagógica bastante promissora para que seja possível enfrentar os desafios que perpassam o cotidiano da EJA,

sobretudo, no que tange à desmotivação, à heterogeneidade das turmas e ao alto índice de evasão.

Com base nos dados obtidos nesse estudo, percebe-se que as metodologias ativas se demonstraram eficazes na promoção de um ambiente de ensino mais participativo e significativo, possibilitando aos estudantes assumirem um papel de protagonista na construção do seu conhecimento. As metodologias ativas podem valorizar as experiências de vida dos alunos e promoverem a contextualização do conteúdo, correspondem a abordagens que contribuem de forma positiva para o fortalecimento do vínculo dos alunos com a escola, o que favorece a permanência e o engajamento nas atividades educacionais.

Contudo, o estudo mostrou que mesmo diante de benefícios evidenciados existem desafios importantes para que ocorra a implementação de forma efetiva dessas metodologias na EJA. Dentre esses desafios foi possível destacar a necessidade de formação continuada para os docentes, a limitação de recursos tecnológicos e estruturais, assim como a ausência de políticas públicas capazes de priorizar a especificidade da EJA. Portanto, torna-se fundamental o comprometimento institucional e político na superação dessas barreiras, garantindo condições adequadas para que a inovação pedagógica se concretize de forma efetiva.

O estudo também propôs estratégias, como a formação docente, a adaptação curricular, a avaliação formativa, assim como a melhoria da infraestrutura e o envolvimento da comunidade escolar, que representam caminhos possíveis para tornar as metodologias ativas uma realidade na modalidade EJA de ensino.

Dessa forma, mostra-se necessário que os gestores educacionais, professores e demais atores envolvidos no processo

educacional possam compreender a importância da transformação pedagógica, buscando alcançar uma educação mais inclusiva, democrática e significativa.

Portanto, o estudo conclui que se as metodologias ativas forem aplicadas de forma contextualizada e de modo intencional na prática pedagógica, elas têm potencial para transformar de maneira positiva realidade da EJA, promovendo o direito à educação com qualidade social, assim como contribuindo para a formação de sujeitos autônomos, críticos e participativos. Desse modo, o estudo reuniu evidências e reflexões teóricas sobre o tema em estudo, buscando, assim, colaborar para a construção de práticas educacionais que sejam mais efetivas e humanizadoras no campo da EJA.

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Vanessa Boscari. **O ensino de matemática e o processo de construção da autonomia do aluno através das metodologias ativas e híbridas.** 2019. 147f. Dissertação (Mestrado em Matemática). Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó, SC, 2019.

BATISTA DA SILVA, M.; CIPRIANI, R. C.; OLIVEIRA, V. da S. Metodologias ativas no ensino da EJA. **Revista Rease,** v. 2, n. 1, p. 45–58, 2023. Disponível em: https://revistarease.pro.br/index.php/rease/article/view/3911. Acesso em: 30 abr. 2025.

BRAGA, Hilda Maria Cordeiro Barroso. **Metodologia do Trabalho Cientifico: Procedimentos básicos de investigação, elaboração de trabalhos acadêmicos e publicações científicas.** São Paulo: Laços, 2015.

CHAVES, Jacqueslayne de Oliveira; SOARES, Bruna Rodrigues; PROTTI, Lúcia Meirelles Lobão. O uso de metodologias ativas na Educação de Jovens e Adultos. **Revista Multidisciplinar de Educação e Meio Ambiente,** v. 4, n. 4, 2023.

COSTA, A.C.P., BUGARIM, J.P., DONDONI, D.Z., BUGARIM, M.C.P.Metodologias Ativas E A Evasão Escolar Na Eja: Uma Revisão De Literatura.
Revista Portuguesa de Gestão Contemporânea, v.1, n.1, p.01-21, Jan/Jul. 2020.

COSTA, Murilo Marques; DOS SANTOS PEREIRA, Alessandra; PIRES, Roseli Vieira. Motivos de abandono escolar no brasil: análise de dados da pnad contínua de 2019. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 15, n. 43, p. 104-120, 2023.
COUTINHO, Werbert Augusto; ALMEIDA, Veronica Eloi de; JATOBA, Alessandro. APLICATIVOS MÓVEIS EM SALA DE AULA: USO E POSSIBILIDADES PARA O ENSINO DA MATEMÁTICA NA EJA. **ETD - Educ. Temat. Digit.**, Campinas, v. 23, n. 1, p. 20-43, jan. 2021.

DUARTE, Sérgio Martins. **Os Impactos do Modelo Tradicional de Ensino na Transposição Didática e no Fracasso Escolar.**2018. 24f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Fernando Pessoa. Porto. 2018.

FIGUEIREDO Núbia Maria Almeida de. **Método e Metodologia na Pesquisa Cientifica,** São Caetano do Sul, SP, Editora Yendis. 3. ed. 2009.

GARCIA, Josias Mendes. Evasão, desafios e práticas na EJA: a educação geográfica como instrumento de permanência de alunos de uma escola da rede estadual de Porto Velho. **Linguística, Letras e Artes**, v. 29, n. 141, 10 dez. 2024

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa social.** 6. ed. São Paulo : Atlas, 2010.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**. 19. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LAKATOS, E. Maria; MARCONI, M. de Andrade. **Fundamentos de Metodologia**
Científica: **Técnicas de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

MALHEIROS, Bruno Taranto. **Metodologia da pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

REIS, Merilane; GARGIONI, Ana. Evasão na Educação de Jovens e Adultos.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**, 3.ed.- 15° reimpressão- São Paulo: Atlas, 2014.

SAMPAIO, Francisca Kelly Araujo Leite. **Sala de aula invertida no ensino de Química aplicada de forma remota: aspectos socioeconômicos, socioemocionais e ganho de Hake.** 2022. 173 f. Dissertação (Mestrado em Química) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.

SAMPIERI, Roberto Hernandez, Carlos Fernandez Collado e Maria del Pilar Baptista Lucio. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico,** 23. ed. revista e Atualizada São Paulo. Editora Cortez, 2007.

SILVA, Davson Mansur Irffi. **A Formação Acadêmica com Abordagem Interdisciplinar: uma Pesquisa de Aplicação no Ensino Superior.**2019. 218f. Tese (Doutorado em Ciências da Educação). Universidade de Tras-os-Montes e Alto DouroVila Real, Portugal. 2019.

SILVA, J. S. da; OLIVEIRA, V. de; SILVA, F. M. da. Metodologias ativas na Educação de Jovens e Adultos: um estudo bibliográfico. **Revista Vox Metropolitana,** v. 5, p. 214–223, 2021. Disponível em: https://revistavoxmetropolitana.unimetrocamp.edu.br/index.php/vox/article/view/171. Acesso em: 30 abr. 2025.

SOARES, José Hiago. **O uso de jogos e tecnologias no ensino de matemática: explorando abordagens ativas e pensamento computacional.** 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura de Matemática - EAD) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2024.

A FINALIDADE E A RELEVÂNCIA DA AVALIAÇÃO NO CONTEXTO EDUCACIONAL

Anderson do Vale Sousa

RESUMO: A avaliação diz respeito a todo um conjunto de estratégias utilizadas para compreender a evolução do processo de aprendizagem que é utilizado para que os professores possam avaliar os alunos em sua evolução no processo ensino-aprendizagem. O tema deste estudo constitui-se na avaliação diante do contexto educacional. Assim, o objetivo principal desse estudo diz respeito a analisar a importância da avaliação educacional para o desenvolvimento dos alunos, compreendendo sua finalidade. A metodologia utilizada nesse estudo foi a pesquisa bibliográfica, podendo constatar que a avaliação é importante para que se possa perceber o aluno no contexto em que ele vive, em sua vivência social, cultural e histórica, além de ajudar a conhecer a respeito de seu desenvolvimento cognitivo. A avaliação é relevante para que se possa, também, conhecer como está sendo o desenvolvimento do aluno, as capacidades que ele tem adquirido as deficiências que ficaram, de modo que se pode pensar em que atitudes devem-se tomar para que estes alunos possam aprender algo que tenha ficado faltando. Contudo, em muitas escolas, a avaliação continua simplesmente a ser uma forma de medir capacidades, talentos, aprendizagens, sem pensar em como de fato ela pode ser valorosa para aprendizagem do aluno, assim é preciso traçar metas para que os alunos alcancem, mas ao sentir que não conseguiram é preciso buscar realizar mudanças e buscar novas formas de fazer com que aprendam.

Palavras-chave: Avaliação. Educação. Importância. Finalidade.

INTRODUÇÃO

A avaliação diz respeito a todo um conjunto de estratégias utilizadas para compreender a evolução do processo de aprendizagem que é utilizado para que os professores possam avaliar os alunos em sua evolução no processo ensino-aprendizagem. Contudo, esse procedimento tem gerado muitas discussões que envolvem a forma como tem sido aplicado e seus propósitos. Sendo assim, o **tema** deste estudo constitui-se na avaliação diante do contexto educacional.

A avaliação da aprendizagem escolar acompanha a vida de todos e que de alguma maneira comprometem-se com atos e práticas educativas, pais, educadores, educandos e gestores das atividades educativas públicas e privadas, bem como também os administradores da educação. Todos se comprometem com esse fenômeno que cada dia mais ocupa um espaço de preocupação no âmbito educativo. Dessa forma, o **objeto** desse estudo diz respeito a finalidade e relevância da avaliação.

O pressuposto deste estudo é de que a avaliação é um conjunto de estratégias que permite compreender a evolução dos alunos, sendo fundamental para que os docentes possam avaliar os alunos no processo de ensino e aprendizagem, mas que é essencial uma discussão e uma reflexão crítica sobre como de fato esta vem sendo aplicada neste processo, pois não deve apenas quantificar o desempenho do aluno.

Assim, este estudo tem como **problema** de pesquisa: Qual é a importância da avaliação educacional para o desenvolvimento dos alunos e para a qualidade do ensino dentro do contexto educacional atual?

O estudo tem como **objetivo geral** analisar a importância da avaliação educacional para o desenvolvimento dos alunos, compreendendo sua finalidade. Sobre os **objetivos específicos** é interesse de a pesquisa caracterizar os princípios e as finalidades da avaliação como embasamento teórico para o desenvolvimento do processo de avaliação na instituição a ser pesquisada; analisar o papel da avaliação de aprendizagem para a melhoria das práticas pedagógicas junto ao processo de ensino e aprendizagem, possibilitando a avaliação como um recurso pedagógico importante e necessário na sua prática pedagógica.

A discussão atual a respeito da avaliação escolar aponta que esta vem passando por problemas, juntamente com a necessidade de melhoria de vários pontos da educação, em que é primordial que esta não seja apenas direcionada a quantificar a aprendizagem dos alunos, mas a prover meios de potencializar seu conhecimento.

Sabe-se que avaliar, visando à melhoria do processo pedagógico juntamente com o crescimento do aluno e do professor, reforçando o autoconhecimento e a formulação pedagógica é um dos grandes desafios que as escolas e os professores vêm enfrentando. Atualmente a existe a crescente competividade em todos os campos da vida social, onde tudo está relacionado com as necessidades constantemente geradas pela vida moderna, dentro disso o desenvolvimento político, econômico, social e principalmente tecnológico exige a consolidação do ensino como forma de garantir a manutenção e o desenvolvimento desse modelo de sociedade, o que desencadeou uma busca constante pela qualidade do ensino que é oferecido.

Em busca de uma educação de qualidade, passou-se a exigir um melhor rendimento de aprendizagem, impondo, com isso aos

educadores, o desafio de avaliar criteriosamente o desenvolvimento do educando, considerado não somente os conteúdos conceituais, mas também os atitudinais e procedimentais. Entretanto, é preocupante o fato de que ao longo do tempo a avaliação tenha sido desvinculado da aprendizagem para se tornar um instrumento de ameaça do professor, principalmente quando este demonstra não entender o verdadeiro significado do que é avaliar. Dessa forma, o tema trabalhado nesta pesquisa se justifica em virtude que é fundamental que o professor e o aluno estejam conscientes da magnitude do ato de avaliar, da sua importância para a ação de aprender e de sua relevância para a orientação de todo o trajeto de aprendizagem escolar.

A metodologia utilizada nesse estudo foi a pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa, realizando uma discussão sobre avaliação com base em importantes teóricos que empreenderam um olhar único sobre o tema.

DESENVOLVIMENTO

Metodologia

Para a realização da pesquisa foi utilizado o método dedutivo, onde se faz uma consulta bibliográfica em vários autores como Coll (1999), Hoffmann (2010), Luckesi (1996, 2000) e vários outros onde foi constatada a importância da avaliação na construção da aprendizagem significativa e transformadora em que a mesma é uma tarefa didática que é necessária e que ocorre de maneira contínua no trabalho do profissional de educação e que deve ser acompanhado passo a passo o processo ensino-aprendizagem para

descobrir que tipo de avaliação é praticado nas escolas e se essa avaliação é condizente com a realidade do aluno.

Dessa forma, durante a elaboração do presente trabalho, utilizou-se de leituras, consultas bibliográficas de autores nacionais e escolar, além do acesso à internet, buscando por artigos científicos, teses e dissertações.

Avaliação de Aprendizagem: Conceituando

Ao longo do tempo a avaliação foi definida como exame, sendo ou como uma avaliação alinhada a uma perspectiva mediadora e ideológica, prevalecendo sua compreensão ligadas a fins estatísticos, com forte peso para que se verificasse a aquisição de conhecimento, julgando a inteligência do indivíduo (Santos, *et al.*, 2020).

Zacharias (2005) entende avaliação como um processo que não é parcial e nem linear. Ainda que trate de um processo, está inserida em outro muito maior que o processo ensino-aprendizagem e linear, porque deve ser reajustes permanentes. Luckesi (1996) comenta que a avaliação é:

> Um juízo de valor sobre dados relevantes, objetivando uma tomada de decisão, ou seja, a avaliação implica num juízo valorativo que expressa a qualidade do objeto, obrigando, consequentemente, a um posicionamento efetivo sobre o mesmo (Luckesi, 1996, p. 53).

Ainda segundo Luckesi (2000) o ato de avaliar é uma forma de subsidiar a aprendizagem satisfatória do educando, através de seu acompanhamento rigoroso, tendo em vista seu desenvolvimento.

Luckesi coloca que “em qualquer instância avaliar será sempre diagnosticar a realidade, qualificando-a, tendo em vista subsidiar decisões para a obtenção do melhor e mais adequado resultado possível de uma determinada ação” (Luckesi, 2000, p.60).

Embora existam muitas concepções de avaliação o conhecimento sobre elas e a diferenciação entre tradicionais e inovadoras não é suficiente para orientar a ação docente rumo a uma prática emancipadora. É preciso que a experiência da avaliação seja vivenciada pelo professor para que ele possa colocá-la a serviço de suas ações, podendo observar as manifestações de aprendizagem e agir considerando as necessidades individuais do educando.

Os Benefícios de Avaliar o Processo de Ensino Aprendizagem

A avaliação, desde que utilizada adequadamente apresenta grande potencial para uma intervenção eficaz, de modo que esta exibe desde sempre um protagonismo no âmbito educacional, assim como em outros espaços sociais (Sousa; Ferreira, 2020). Avaliar se tornou uma forma de os professores averiguarem os resultados de suas aulas, bem como também saber o que os alunos conseguiram aprender do conteúdo repassado, de modo que muitas vezes ela tornou-se classificatória e instrumento de distinção entre os alunos, contudo para que ela beneficie os alunos ela precisa conseguir traçar pontos fortes e fracos e indicar que algo precisa ser feito e o professor diante de seus resultados deve agir para sanar dificuldades dos alunos. Sendo assim, pensar a avaliação implica reconhecer seu caráter valorativo com emissão de juízos.

> No entanto, é preciso distinguir o ato de emitir juízos do "das notas" do "fazer notas". Julgar, neste sentido significa expressar fatores que possam contribuir com a reflexão do professor sobre a eficácia de sua ação e sobre a importância da avalição no processo de ensino-aprendizagem, questionando os valores e princípios que fundamentam a pratica educativa que, em muitas situações se revela ineficientes (Luckesi, 2000 p. 23).

A prática secular da avaliação tradicional vem sendo justificada pela cobrança, na forma de quantificação da aprendizagem, nos vestibulares para ingresso nas universidades e nos seletivos para o campo de trabalho. Alguns professores insistem em aprender a avaliação como tipos de provas, exercícios, testes, trabalhos, etc., por a conceberem como um instrumento para que o aluno consiga um espaço no ambiente social.

Dessa forma, não é suficiente que a avaliação diga o que o aluno sabe e o que ele deixa de saber, é preciso que ela possa guiar o professor em novas formas de ensinar, a usar novas metodologias diante dos resultados dos alunos. A avaliação beneficia o processo de ensino e aprendizagem desde que o professor esteja consciente de que não vai utilizá-la para classificar seus alunos, mas que para conhecer o que precisa ser feito para melhorar a sua aprendizagem (Hoffman, 2010).

É perfeitamente possível que a avaliação seja benéfica ao processo de ensino aprendizagem, mas isso depende de como o professor vai atuar em relação a ela, precisa ter consciência de que ela é um recurso para fazer com que os alunos aprendam, para construir meios que levem os alunos a aprendizagem, assim o papel da avaliação em relação aos alunos depende de como o professor irá

utilizá-la de quais serão as suas intenções. Ressaltando que esta não é uma função apenas do professor, mas de todo uma conjectura que envolve políticas institucionais e as normas do sistema educativo, além, claro, da família (Meurer, 2016).

O papel da avaliação em relação aos alunos depende de como o professor irá utilizá-la e de quais serão as suas intenções. Ressaltando que esta não é uma função apenas do professor, mas de todo uma conjectura que envolve políticas institucionais e as normas do sistema educativo, além, claro, da família.

Portanto, na busca por uma educação de qualidade, é preciso além de exigir um melhor rendimento acadêmico, deve-se pensar nas melhores formas de avaliar criteriosamente o desenvolvimento do educando, considerado não somente os conteúdos conceituais, mas também os atitudinais e procedimentais. Entretanto, é preocupante o fato de que ao longo do tempo a avaliação tenha sido desvinculado da aprendizagem para se tornar um instrumento de ameaça do professor, principalmente quando este demonstra não entender o verdadeiro significado do que é avaliar.

Dessa forma, a partir do levantamento teórico feito até aqui pode-se notar que o uso da avaliação tradicional está enraizado nas ações educativas, em particular no que diz respeito à escola em estudo, por se constituir um processo cômodo que favorece o controle da turma e a manutenção do "status" do professor como detentor do saber, como se de alguma forma o desenvolvimento da autonomia dos alunos pudesse retirar o seu cargo. Portanto, necessário se faz, que eles continuem com o controle da situação. Mas a participação de alunos e professores nesse processo deve considerar vários fatores para ser benéfica a educação.

A avaliação no contexto das novas propostas educacionais requer dos professores o desapego às velhas práticas e a abertura ao novo, posicionando-se como companheiro de seus alunos na busca pela aprendizagem, pela construção do saber, transformando a avaliação em um caminho a ser trilhado, ou melhor, a ser construído por ambos (Libâneo, 2004).

Durante esta construção não existe quem ensina, nem tão pouco quem aprende. O que existe é uma troca de experiência em que ambos ensinam, ao passo que também aprendem. O próximo capítulo aprofundará um pouco mais sobre os métodos e técnicas que podem ser utilizados no momento de avaliar.

RESULTADOS E DISCUSSÕES
Finalidade de Avaliar

A avaliação por muito tempo foi tratada apenas como uma medida para reconhecer graus de aprendizagem, associada a nota e a classificação dos alunos, uma visão limitada contra a qual tem se lutado constantemente para uma educação de qualidade na contemporaneidade, para que esta venha a servir como um instrumento para mediar a aprendizagem do aluno, ajudando a identificar pontos que precisam ser aprimorados e novas possibilidades de ensinar a aprender (Santos; Pinto, 2018). A escola como uma instituição legalmente responsável por demonstrar e dar aos alunos meios de construir e reconstruir seus conhecimentos vem enfrentando inúmeros desafios para atingir seus objetivos para com os alunos, de modo que se percebe através da avaliação que as metas traçadas de aprendizagem não têm sido alcançadas.

> Um dos grandes desafios enfrentados por ela é conseguir olhar o processo pedagógico sobre a ótica do aluno, o que poderá contribuir para a melhor compreensão do mesmo. Nessa perspectiva, o professor procura compreender o que os alunos podem vir saber/fazer, com vistas a desenhar uma ação docente que favoreça este processo (Esterban, 2013 p. 23).

É com esse olhar que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) recomendam como objetivo para o ensino fundamental que os alunos sejam capazes de desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e sentimento de confiança em sua capacidade afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social, para atingir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania (PCNs, 2001. p. 108).

Tal conquista só será visível quando o professor compreender as necessidades e dificuldades do seu alunado. Porém, essa não é uma tarefa simples, uma vez que cada educador precisa demonstrar interesse e preocupação para com educação do aluno, voltando sua atenção para os pequenos progressos construídos pelo aluno, sensibilizando-se com seus esforços, procurando avaliar suas conquistas e, sobretudo, criando formas produtivas de orientar aprendizagem destes (PCNs, 2001. p. 109).

É também importante ressaltar que a disposição para a aprendizagem não depende somente do aluno, mas também de uma prática didática que garanta condições para que essa atitude favorável se manifeste e prevaleça, pois é na ação pedagógica que se encontra a essência do processo de ensino-aprendizagem.

Em relação à aprendizagem, uma avaliação a serviço da ação não tem por objetivo a verificação de um registro de dados do desempenho escolar, mas a observação permanente das

manifestações de aprendizagem “para proceder a uma educativa que otimize os percursos individuais” (Hoffmann, 2010. p. 21)

> Os percursos individuais serão favorecidos a partir do momento em que a avalição deixa de ser uma mera formalidade para assumir sua real finalidade que é o diagnóstico das dificuldades enfrentadas pelo aluno, o que “permite o educador descobrir as causas destas dificuldades e providenciar um plano de ação que permita ajudá-lo a vencer suas fragilidades” (Roffmann, 2010. p. 21).

Basicamente, o que Hoffmann propõe é uma educação que não trate os alunos como robôs, esperando deles resultados sem mediar para um caminho adequado. Assim, atividades iniciais podem ser utilizadas como avaliação diagnóstica, ou seja, mostrando as dificuldades dos alunos em relação ao conteúdo trabalhado, bem como seus conhecimentos prévios do assunto e sua capacidade de colocar em prática a teoria. Sobre esse método de avaliação Luckesi (2002 p. 33) corrobora:

> [...] avaliação pode ser caracterizada como uma forma de ajuizamento da qualidade do objeto avaliado, fator que implica uma tomada de posição a respeito do mesmo, para aceitá-lo ou para transformá-lo. A avaliação é um julgamento de valor sobre manifestações relevantes da realidade, tendo em vista uma tomada de decisão.

O autor acredita que a avalição pode trazer resultados satisfatórios ou não, mas que é possível melhorá-los caso sejam negativos. Além do que, existem variantes que delimitam o que se esperar desse objeto. Por isso, o professor deve estar atento aos possíveis tipos diferentes de alunos que sabiamente ele tem de

equiparar. De modo algum a escola pode pressionar os alunos visando apenas às notas, para Luckesi (2002) estagna o conhecimento e o processo de desenvolvimento e para Vasconcellos (1995) chega a ser torturante e profundamente nocivo.

A era contemporânea é marcada por transformações em todas as áreas, sendo as mesmas resultantes de processo histórico que envolve todos os aspectos sociais. Com isso, a instituição escola encontra-se frente a diversos desafios com o elevado grau de complexidade por representar um espaço onde o homem tem a oportunidade de desenvolver sua formação e para tanto, precisa acompanhar e compreender essas transformações (Hoffmann, 2010, p. 22)

O professor autoritário se garante em sala aterrorizando os alunos com notas, e eles não aprendem de verdade os assuntos, procuram apenas decorar para o objetivo final que é a prova. Como um professor autoritário que procura controlar os alunos, pode ajudar a sociedade? Segundo Vasconcellos isso só levará a escola ao fracasso:

> A prática da avaliação escolar chega a um grau assustador de pressão sobre os alunos, levando a distúrbios físicos e emocionais: mal-estar, dor de cabeça, "branco", medo, angústia, insônia, ansiedade, decepção, introjeção de autoimagem negativa. Uma escola que precisa recorrer à pressão da nota logo nas series iniciais, em certamente, uma triste escola e não está educando, é uma escola fracassada (Vasconcellos, 1995, p. 37).

Sem recorrer a métodos tão arcaicos, os docentes da modernidade devem se importar com resultados de suas avaliações, Sant'Anna (2001) descreve: "(...) melhorar o ensino e a

aprendizagem; localizar, apontar, discriminar deficiências, insuficiências, no desenvolvimento do ensino-aprendizagem para eliminá-las; proporcionar feedback de ação (leitura, explicações, exercícios) (Sant'anna, 2001, p. 34). O professor mediador precisa se preocupar com cada item que a autora descreveu, focando prioritariamente nesse feedback, pois ele é um dos principais sinais sobre o que se ensina, se está funcionando ou não.

O docente não só pode como deve, procurar meios para facilitar a aprendizagem dos alunos. Corrigir juntamente com os discentes, desde que não aconteçam constrangimentos, usar da interdisciplinaridade como estratégia de explicação. O aluno consegue entender melhor quando se enxerga na situação.

Isso é significar o conhecimento, dar sentido a teoria, e torna eficaz o processo de ensino-aprendizagem. Só percorrendo a estrada da significação é que o aluno dará bons frutos, eles irão apreender o que aprenderam como diria Freire (2001, p.11), melhor formar:

> [...] outro equívoco que cometemos por causa, possivelmente, desse deslocamento de foco – em lugar de avaliar para melhor formar, avaliamos para punir – está em que em pouco ou quase nada nos preocupa o contexto em que a prática se dará de uma certa maneira com vistas aos objetivos que temos.

O aluno também precisa entender que o foco da avalição não vai ser puni-los, mas age como um meio e não um fim em si mesmo, como é necessário esperar para pregar o estudo por prazer apenas no ensino superior, as crianças e adolescentes do fundamental, precisa escutar e ver ações congruentes a esse

discurso, entendendo a veracidade por meio dos atos de toda equipe docente.

Os erros que os alunos comentem devem ser utilizados para melhoria dos mesmos, ou seja, o docente precisa incentivá-los a reconhecer, aprender e até mesmo compartilhar com os demais as lições aprendidas. Não é fácil, mas não é impossível, as noções errôneas sobre avaliar precisam ser esquecidas e abandonadas, assumindo-se uma postura recriadora onde errar significa a oportunidade de aprender algo novo e não um sinal de "burrice". Aprovar ou reprovar não deve ser a única via que a educação deve andar. Aquino (1997) ressalta:

> Os protagonistas escolares só levam em conta o "quando avaliar" e o "como avaliar", e neste caso, utilizam-se de uma profusão de técnicas, que vão das mais clássicas às mais arrojadas, das subjetivas às mais objetivas, etc., mas, raras vezes, veem-se discutidas o "para que avaliar", ou seja, as finalidades da avaliação. Uma vez terminada a maratona avaliatória, que geralmente se dá sob a forma de informações, fórmulas, axiomas e leis já prontas, e, de posse dos resultados, retorna-se à velha fórmula: 'aprovado ou reprovado', baseados no quadro de competências esperadas (Aquino, 1997, p. 105).

O erro tem um grande potencial educativo, já que a avaliação na maioria das vezes só classifica os alunos, os erros deles podem mostrar onde eles têm dúvidas, falta de clareza e assim um "replanejar" da aula ficaria mais fácil, e o aluno poderia aprender mais, esse é o foco, aprender, evoluir, construir conhecimentos.

Precisa-se acabar com o estigma social que envolve as escolas, pois se é um espaço de aprendizagem é também de mudanças, se não mudar continuará a fracassar, como enfoca Souza: "o fracasso

escolar", há muito evidenciado e denunciado, é também expressão do modo como a escola está estruturada e organizada, o que impõe olhar criticamente suas regras, rituais, práticas, enfim, o conjunto de relações e interações que nela se estabelecem (SOUZA, 1997, p. 126).

É necessário que a avaliação não seja apenas para os alunos, mas vista como uma ferramenta em que todo o processo e os atores são avaliados. Como Paro (2012) reitera:

> A esse respeito, pode-se pensar em duas medidas que se complementam: a auto avaliação e a avaliação recíproca. A primeira, como o próprio nome indica, deve ser feita pelo docente, levando em conta critérios gerais de desempenho que podem ser estabelecidos e negociados no interior do grupo de professores, a partir de sugestões feitas no âmbito do sistema (Paro, 2012, p. 597).

Na visão do autor as sugestões feitas pelo docente, esperando avaliar o desempenho deles mesmos, fortalece a ideia de melhorias no ensino. Essa postura contribui para que se acabe com os "*rankings*" de alunos.

Deve-se priorizar a avalição diagnóstico-mediadora, como vimos acima, pois é preciso que o professor seja esse guia para vitória pessoal de cada aluno, não apenas nomeando os erros percebidos, causando confusão na cabeças dos alunos, com considerações muito superficiais, mas conseguindo explicar o sentido total do texto, aquele que deve ser considerado, entendido e apreendido, como corrobora os PCN+ (2002, p. 84):

> Na contramão das práticas tradicionais – em que se buscava encontrar os "erros", mais do que os "acertos" dos alunos, o

> professor de Língua Portuguesa deve valorizar os ganhos que o estudante obteve ao longo do seu processo de aprendizagem, baseando-se nas matrizes de competências e habilidades, que exigem um outro olhar sobre o ensino.

Avaliar é sim medir, mas medir se as estratégias pedagógicas estão adequadas, se há equidade de oportunidades e principalmente se os professores estão empenhados na reflexão dos erros possibilitando o verdadeiro conhecimento aos seus educandos como demonstra a próxima discussão.

O que se pode perceber nessa discussão é que a avaliação da aprendizagem não pode ter a finalidade de meramente testar o aluno para saber se ele dominou um conteúdo, mas poder compreender sucessos e falhas no que foi ensinado e possibilitar ao aluno aprendizagem, por isso mesmo, não faz sentido avaliar apenas no final, quando já não há como tomar decisões que mudem os rumos do processo e assegurem o sucesso escolar.

A escola como uma instituição legalmente responsável por oportunizar aos alunos meio de construir e reconstruir seus conhecimentos vem enfrentando inúmeros desafios para atingir a aprendizagem dos alunos, de modo que se percebe através da avaliação que metas traçadas de aprendizagem não têm sido alcançadas.

> Um dos grandes desafios enfrentados por ela é conseguir olhar o processo pedagógico sobre a ótica do aluno, o que poderá contribuir para a melhor compreensão do mesmo. Nessa perspectiva, o professor procura compreender o que os alunos podem vir saber/fazer, com vistas a desenhar uma ação docente que favoreça este processo (Esterban, 2013 p. 23).

É com esse olhar que os parâmetros curriculares nacionais recomendam como objetivo para o ensino fundamental que: os alunos sejam capazes de desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e sentimento de confiança em sua capacidade afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social, para atingir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania (PCNs, 2001. p. 108).

Tal conquista será visível quando o professor compreender as necessidades do aluno. Porém, essa não é uma tarefa simples. Uma vez que cada educador precisa demonstrar interesse e preocupação para com educação do aluno, voltando sua atenção para os pequenos progressos construídos pelo aluno, sensibilizando-se com seus esforços, procurando avaliar suas conquistas e, sobretudo, criando formas produtivas de orientar aprendizagem destes (PCNs, 2001 p. 109).

É também importante ressaltar que a disposição para a aprendizagem não depende somente do aluno, mas também de uma prática didática que garanta condições para que essa atitude favorável se manifeste e prevaleça, pois é na ação pedagógica que se encontra a essência do processo de ensino-aprendizagem. Em relação à aprendizagem, uma avaliação a serviço da ação não tem por objetivo a verificação de um registro de dados do desempenho escolar, mas a observação permanente das manifestações de aprendizagem "para proceder a uma educativa que aperfeiçoe os percursos individuais" (Hoffmann, 2010. p. 21)

> Os percursos individuais serão favorecidos a partir do momento em que a avalição deixa de ser uma mera formalidade para assumir sua real finalidade que é o diagnóstico das dificuldades enfrentadas pelo aluno, o que

> "permite o educador descobrir as causas destas dificuldades e providenciar um plano de ação que permita ajudá-lo a vencer suas fragilidades" (Hoffmann, 2010 p. 21).

A era contemporânea é marcada por transformações em todas as áreas, sendo as mesmas resultantes de processo histórico que envolve todos os aspectos sociais. Com isso, a instituição escolar encontra-se frente a diversos desafios com elevado grau de complexidade por representar um espaço onde o homem tem a oportunidade de desenvolver sua formação e para tanto, precisa acompanhar e compreender essas transformações (Hoffmann, 2010, p. 22).

O que se pode perceber nessa discussão é que a avaliação da aprendizagem não pode ter a finalidade de meramente testar o aluno para saber se ele dominou um conteúdo, mas poder compreender sucessos e falhas no que foi ensinado e possibilitar ao aluno aprendizagem, por isso mesmo, não faz sentido avaliar apenas no final, quando já não há como tomar decisões que mudem os rumos do processo e assegurem o sucesso escolar.·.

Logo, quando se fala em avaliação quase sempre as pessoas são levadas a pensar em provas, diagnósticos, testes, classificações, pois historicamente a avaliação se configurou dessa forma, contudo, a escola, a educação vêm passando por mudanças que colocaram a avaliação como algo para a compreensão da criança em seu contexto.

Desse modo, Santana (2020) destaca que a avaliação é importante para que se possa perceber o aluno no contexto em que ele vive em sua vivência social, cultural e histórica, além de ajudar a conhecer a respeito de seu desenvolvimento cognitivo, ou seja, avaliar não apenas o aluno, mas as condições que ele possui para

aprender e se desenvolver. A avaliação é relevante para que se possa, também, conhecer como está sendo o desenvolvimento do aluno, as capacidades que ele tem adquirido, deficiências que ficaram de modo que se pode pensar em que atitudes deve-se tomar para que estes alunos possam aprender algo que tenha ficado faltando.

Contudo, em muitas escolas, a avaliação continua simplesmente a ser uma forma de medir capacidades, talentos, aprendizagens, sem pensar em como de fato ela pode ser valorosa para aprendizagem do aluno, assim é preciso traçar metas para que os alunos alcancem, mas ao sentir que não conseguiram é preciso buscar realizar mudanças e buscar novas formas de fazer com que aprendam.

A avaliação deve orientar a aprendizagem, nessa perspectiva Meurer (2016, p. 5):

> O grande desafio na prática da avaliação é desenvolver um processo mediador que atinja as expectativas dos alunos, aproximando-o intelectualmente do professor. Devido a isso a avaliação deve existir enquanto aproximação de ideias articuladas e veiculadas nessa sequência de aprendizagem, ou seja, a avaliação deve ser o momento de investigação e reflexão do professor em relação a sua prática docente. A avaliação da aprendizagem deve ser vista como um mecanismo para que o professor possa detectar as dificuldades dos alunos, bem como verificar quais possibilidades esse aluno apresenta para construir novos conhecimentos e atingir os objetivos propostos pelo professor em sua prática educativa.

Dessa forma, a avaliação é relevante para que o professor consiga mediar a aprendizagem do aluno, onde ele precisa estar

atento a dificuldades que o aluno possa sentir e observar novas possibilidades de lhe ensinar, traçando objetivos e buscando sempre meios de alcançá-los. Para alcançar um método de avaliação eficaz é preciso esclarecer como deve ser feito o processo avaliativo escolar, sobre isso, discorre o próximo capítulo.

A Importância de Avaliar

Quando se fala em avaliação quase sempre as pessoas são levadas a pensar em provas, diagnósticos, testes, classificações, pois historicamente a avaliação se configurou dessa forma, contudo, a escola e a educação vêm passando por mudanças que colocaram a avaliação como algo para a compreensão da criança em seu contexto social.

Desse modo, Santana (2020) destaca que a avaliação é importante para que se possa perceber o aluno no contexto em que ele vive, em sua vivência social, cultural e histórica, além de ajudar a conhecer a respeito de seu desenvolvimento cognitivo. A avaliação é relevante para que se possa, também, conhecer como está sendo o desenvolvimento do aluno, as capacidades que ele tem adquirido as deficiências que ficaram, de modo que se pode pensar em que atitudes devem-se tomar para que estes alunos possam aprender algo que tenha ficado faltando.

Contudo, em muitas escolas, a avaliação continua simplesmente a ser uma forma de medir capacidades, talentos, aprendizagens, sem pensar em como de fato ela pode ser valorosa para aprendizagem do aluno, assim é preciso traçar metas para que os alunos alcancem, mas ao sentir que não conseguiram é preciso buscar realizar mudanças e buscar novas formas de fazer com que

aprendam. A avaliação deve orientar a aprendizagem, nessa perspectiva Meurer (2016, p. 5):

> O grande desafio na prática da avaliação é desenvolver um processo mediador que atinja as expectativas dos alunos, aproximando-o intelectualmente do professor. Devido a isso a avaliação deve existir enquanto aproximação de ideias articuladas e veiculadas nessa sequência de aprendizagem, ou seja, a avaliação deve ser o momento de investigação e reflexão do professor em relação a sua prática docente. A avaliação da aprendizagem deve ser vista como um mecanismo para que o professor possa detectar as dificuldades dos alunos, bem como verificar quais possibilidades esse aluno apresenta para construir novos conhecimentos e atingir os objetivos propostos pelo professor em sua prática educativa.

A importância da avaliação como recurso a ser utilizado em benefício do ensino e consequentemente da aprendizagem é inegável e tem estado presente no discurso de muitos educadores, porém, na prática a realidade é outra. No decorrer dos tempos, esta tem variado, sofrendo a influência das tendências de valorização que se acentuam em cada época, em decorrência do desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Os resultados do processo de ensino-aprendizagem são muito importantes porque dão sustentação ao processo de tomada de decisão, tendo em vista que o fim maior da avaliação é a melhoria da aprendizagem (Duarte, 2006).

Dessa forma, compreender as finalidades do processo avaliativo perpassa pelo conhecimento das funções que este desempenha e, segundo Duarte (2006) estas se classificam em formal e informal. O aspecto informal se evidencia em sua

dependência aos objetivos implícitos, as normas intuitivas e julgamentos subjetivos; o aspecto formal por sua vez decorre de objetivos bem formulados, de comparações controladas de instrumentos fidedignos.

Sendo assim, é importante que os educadores tenham seus objetivos bem definidos para que assim possa avaliar com clareza e atingir os fins da educação, desenvolvendo uma formação que vise não salientar as diferenças individuais, mas sim, com base nestas diferenças desenvolver a formação integral de seus alunos (Duarte, 2006).

Conforme diz Hoffmann (2000) concebida e nomeada a avaliação em o "fazer testes", o "dar notas", é uma atividade simplista e ingênua, que significa reduzir o processo avaliativo, de comportamento e ação, com base na reflexão, a parcos instrumentos auxiliares desse processo.

De acordo com as novas propostas educativas, a avaliação formativa está fundamentada nos processos de aprendizagem, em que seus aspectos cognitivos, afetivos, relacionais, em aprendizagens significativas e funcionais que se aplicam em diversos contextos e se atualizam o quanto for preciso para que se continue a aprender. Como bem diz Zacharias este enfoque tem um princípio fundamental:

> Deve-se avaliar o que se ensina, encadeando a avaliação no mesmo processo de ensino-aprendizagem. Somente neste contexto é possível falar em avaliação inicial (avaliar para conhecer melhor e ensinar melhor), e avaliação final (avaliar ao finalizar um determinado processo didático) (Zacharias, 2005 p. 04).

Vista assim, nota-se que a avaliação contribui para o desenvolvimento das capacidades dos alunos, bem como melhora a aprendizagem do aluno e a qualidade do ensino. Este é o sentido definitivo de um processo de avaliação formativa que visa à melhoria do processo ensino-aprendizagem. Conforme se observa no esquema abaixo apresentado por Zacharias (2005, p.16):

De acordo com o esquema, o sentido e a finalidade da avaliação deve ser conhecer melhor o aluno, suas competências curriculares, seu estilo de aprendizagem, seus interesses, suas técnicas de trabalho.

Por fim, pode-se afirmar que a muito que se falar sobre avaliação, inclusive considerando que de tempos em tempos, os métodos mudam. Procurou-se mostrar nesse trabalho a importância de encarar os erros diagnosticados nos alunos como

porta para um ajuste no ensino-aprendizagem, ou seja, possibilitando o docente perceber em que precisa melhorar, podendo escolher diversas ferramentas para esse fim, aumentando as chances de uma avaliação bem-sucedida.

A escola não precisa deixar de avaliar esse processo, tendo em vista que esse processo é indispensável, mas é necessário pensar em caminhos menos tortuosos e mais prazerosos nos quais a nota vem como consequência e não como linha de chegada não é nenhum crime, e vem sendo comprovado nas pesquisas acadêmicas como o melhor meio de ensinar.

O aluno aprende quando gosta, quando se enxerga naquilo, quando consegue redimensionar os assuntos para sua vida, por isso estratégias de ensino como a interdisciplinaridade e o ensino integrado se tornam ótimas ferramentas para facilitar os desafios do professorado.

Dessa forma, a avaliação é relevante para que o professor consiga mediar a aprendizagem do aluno, onde ele precisa estar atento a dificuldades que o aluno possa sentir e observar novas possibilidades de lhe ensinar, traçando objetivos e buscando sempre meios de alcançá-los.

Como avaliar a aprendizagem no âmbito do processo educativo

Atualmente as formas de avaliação podem ser considerados como um instrumento de exclusão. Bem como, existe a cultura de mensuração que destina-se a classificar e excluir o aluno, seleciona os melhores, ou seja, utilizam a avaliação não para ajudar a aprender, mas para colocar os alunos em um *ranking* que acentua a exclusão (Zacharias, 2005).

Porém, apesar da necessidade de manter tal postura, a escola encontra-se presa a paradigmas tradicionais, principalmente quando se trata do processo avaliativo.

Atualmente, na escola brasileira, pública ou particular, em todos os níveis de ensino: fundamental, médio, superior, praticam-se exames escolares, ao invés de avaliação da aprendizagem. Os exames escolares, através das provas, têm por objetivo julgar e, consequentemente, aprovar e reprovar. São pontuais, classificatórios, seletivos, estáticos, antidemocráticos e dão fundamento a uma prática pedagógica autoritária.

> A avaliação da aprendizagem, por outro lado, possuem características completamente contrárias as citadas acima. Ela tem por objetivo diagnosticar. É processual, dinâmica, inclusiva, democrática, e tem fundamento numa prática pedagógica dialética (Ronca; Terzi, 2011, p. 41).

Certamente, não faltaria a principal vedete, como descreve Ronca e Terzi (2011), a prova. Neste cotidiano, os holofotes dirigem toda a luz para ela. Com a prova muitos alunos ficam atemorizados, sem ela muitos docentes não sabem como agir, ou seja, como avaliar seu aluno e/ou até mesmo impor sua autoridade.

Todos têm consciência de que precisam mudar esse cenário, aliás, fala-se tanto em mudar esse cenário, mesmo porque todos sabem que é preciso mudar o ensino, logo, a atual conjuntura social só terá mudanças a partir da base estrutural, à escola.

As mais variadas hipóteses são então levantadas. Muitos culpam os professores, afirmando que eles são despreparados, outros culpam os sistemas administrativos, que só vislumbram a nota no final do período, outros ainda culpam os alunos pelo pouco

interesse em estudarem, e assim por diante. É uma reflexão que deveria ser feita por toda a sociedade e não somente pelos professores, afinal, a cobrança vem de todos, portanto a decisão de mudar também deve ser.

Tomando como parâmetro as duas configurações acima estabelecidas. Isto é, de um lado, os exames e, de outro a avaliação da aprendizagem e, observando as experiências praticadas nas escolas, é fácil concluir que se pratica os exames e não avaliação da aprendizagem. Usualmente, os alunos não são diagnosticados para subsidiar uma intervenção adequada; ao contrário, são classificados, tendo em vista aprová-los ou reprová-los; fato este, que conduz essa prática a manifestar as suas características: classificatória, seletiva, pontual e estática. Assim sendo, praticam-se exames, e eles são denominados, inadequadamente, essa prática de avaliação como aprendizagem escolar (Luckesi, 2000).

Diante disso, não se pode esquecer que, para trabalhar com avaliação, é necessário haver uma abordagem completa da realidade, o que significa o que a má qualidade de ensino, trazendo implicações para o educador, bem como para o desenvolvimento do seu papel; na escola com todos os seus determinantes econômicos, físicos, administrativos; nas públicas oficiais sobre educação no país.

Sendo assim, para ultrapassar o fracasso escolar, uma das tarefas fundamentais, entre outras, é ultrapassar a cultura do exame, o que implica num trabalho a favor da melhoria da qualidade do ensino e na mudança de mentalidade de todos os envolvidos com a escola (Luckesi, 2000). Essa mesma prática, de avaliação é organizada em modalidades, que se agrupam, de

acordo, com as funções que desempenham dentro da instituição escolar.

Dessa maneira, é preciso avaliar de maneira reflexiva onde a prática avaliativa será para que se possa ajudar o aluno a melhor se desenvolver e não para simplesmente classificar o que ele não sabe e o que ele sabe, a avaliação deve conseguir construir novos conhecimentos e atingir pontos positivos.

Estudiosos da educação como Sousa (2005), destacam três modalidades da avaliação conforme as funções que desempenham. São a diagnóstica, a formativa e a somativa.

A diagnóstica tem como objetivo identificar a presença ou ausência de conhecimentos e habilidades, permitindo que os educadores encontrem suporte para novas experiências de aprendizagens. Desta maneira, poderão averiguar as causas das muitas dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos alunos (Sousa, 2005).

A partir de uma avaliação diagnóstica, pode-se elaborar novos objetivos, redimensionar aqueles não atingidos e estruturar estratégias de reforço (feedback). Os Parâmetros Curriculares Nacionais apresentam como investigativa inicial, o que não significa que seja aplicada, exclusivamente, nos inícios do ano ou semestre, ou seja, "[...] pode se realizar no interior mesmo de um processo de ensino e aprendizagem, já que os alunos põem inevitavelmente em jogo seus conhecimentos prévios ao enfrentar qualquer situação didática" (PCN'S, 2001 p. 82).

A formativa realizada durante o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem e tem como objetivo informar ao professor e ao aluno sobre os resultados da aprendizagem, permitindo que o ensino seja organizado de modo flexível,

garantindo o alcance dos objetivos. Os PCN'S (2001 p. 83) ressaltam sua importância no sentido de "(...) saber se todos os alunos estão aprendendo e quais condições estão sendo ou não favoráveis para isso, o que diz respeito às responsabilidades do sistema educacional".

É chamada formativa no sentido que indica como os alunos estão se modificando em direção aos objetivos. Sendo assim, esta necessita do auxílio da avaliação diagnóstica ou inicial para que o professor tenha recursos suficientes para que haja a compreensão de para onde está se dirigindo o processo educativo (PCN'S, 2001).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na busca de uma educação de qualidade, passou-se a exigir um melhor rendimento de aprendizagem, impondo, com isso aos educadores, o desafio de avaliar criteriosamente o desenvolvimento do educando, considerado não somente os conteúdos conceituais, mas também os atitudinais e procedimentais, por isso, os entrevistados preocupam-se na forma como será elaborada a avaliação porque ela é uma a forma de descobrir se houve ou não aprendizado. Por isso, levam em consideração não apenas a prova mensal, mas todas as atividades realizadas em sala de aula, já que é no dia a dia que pode ser observado se houve ou não aprendizado em se tratando de um determinado assunto.

Ao analisar o fato de que por longos anos a avaliação tenha sido desvinculada da aprendizagem para se tornar um instrumento de ameaça do professor, principalmente quando este demonstra não entender o verdadeiro significado do que é avaliar e a necessidade

de alternativas de avaliações que possam ser utilizadas como instrumentos de aprendizado, ou seja, que através da avaliação o professor possa detectar o quanto o aluno aprendeu, é que se mostra a relevância desse estudo, tendo em vista as discussões propostas, embora possua suas limitações já que a pesquisa foi realizada com um pequeno número de docentes e em apenas uma escola. Assim, mostra-se relevante, mas é necessário que haja estudos e que pesquisadores, sejam eles a nível de graduação, mestrado ou doutorado realizem mais estudos de campo, pois é uma forma de conhecer os modos como estão sendo realizadas as avaliações a nível local, estadual e federal, com isso, contribuir para a educação, uma vez que essas pesquisas oferecem também alternativas para melhorar a educação como um todo.

Desse modo, ao longo do trabalho e através das respostadas dadas pelos professores, pôde ser percebido que a avaliação é uma forma de detecção de problemas educacionais e dificuldades de aprendizado. A partir das avaliações o professor saberá onde e qual são os problemas que devem ser resolvidos, no entanto, as avaliações tradicionais utilizadas pelas maiorias das escolas brasileiras, tanto as públicas, quanto as privadas, ainda fazem uso de exames mensais para avaliar os alunos. No entanto, esse tipo de avaliação, sozinha, não dá conta das especificidades de cada aluno.

Uma avaliação realmente preocupada com o aluno e consequentemente com a educação, ela deve refletir a realidade dos alunos, assim, é muito mais que responder questões ao final do mês. Para Hoffmann (2010), somente testes são suficientes para avaliar o aprendizado, porque, este é um processo demorado e constantemente modificado para que reflita a realidade do aluno.

REFERÊNCIAS

AQUINO, J. G. (org). **Erro e fracasso na escola: alternativas teóricas e práticas.** São Paulo: Summus, 1997. p. 91-109.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC, Versão Final.** Brasília, DF, 2015.

ESTERBAN, M (Org.). **Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos**. 3 ed. Rio de Janeiro: DP, 2013.

FREIRE, P. **Política e educação: ensaios.** 5ª. ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões de Nossa Época; v.23).

HOFFMANN, J. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. Porto Alegre: Mediação, 2010.

HOFFMANN, J. **Avaliação**: Mito & Desafio. São Paulo: Mediação, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática.** Goiânia, Editora Alternativa, 2004.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar: um ato amoroso**. São Paulo: Cortez, 1996.

LUCKESI, C.C. Entrevista publicada no jornal do Brasil em 27 de abril de 2000. Disponível em: <htt://www.luckesi.com.br> Acesso em 10 junho 2015..

LUCKESI, C.C.. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 13º ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 2 ED. São Paulo: Editora Atlas S.A. 1999,231 p.

MEURER, Mariluce. A avaliação e sua importância para o processo de ensino e aprendizagem. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE. **Cadernos PDE.** 2016. Cadernos PDE. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_pdp_ped_uel_marilucemeurer.pdf. Acesso em: 31.mar. 2024.

MORETTO, Vasco Pedro**. Prova: um momento privilegiado de estudo, não um acerto de contas.** 8. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

PARAMETROS CURRICULARES NACIONAIS. **Introdução**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. 3 ed. Brasilia, 2001.

PARO, V. H. Trabalho docente na escola fundamental: questões candentes. **Cadernos de Pesquisa,** v.42, nº.146, p.586-611, maio/ago. 2012.

RONCA, P. A. C. TERZI, C. A. **A prova operatória; contribuições da pesquisa do desenvolvimento**. 10ª ed. São Paulo: editor do instituto Esplanan, 1991.

SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar? Como avaliar**?: Critérios e instrumentos. 7. ed. Vozes. Petrópolis 2001.

SANTANA, Guilherme Henrique. **A importância da avaliação de aprendizagem como prática reflexiva.** 2020. Disponível em: https://monografias.brasilescola.uol.com.br/pedagogia/a-importancia-da-avaliacao-de-aprendizagem-como-pratica-reflexiva.htm. Acesso em: 31.jan.2024.

SANTOS, Caroline Defino dos. *et al*., Avaliação da Aprendizagem: Entre Conceitos e Relevância Pedagógica. **Revista Prisma.** Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 24-40, 2020.

SANTOS, L., & PINTO, J. Ensino de conteúdos escolares: A avaliação como Fator estruturante. In F. Veiga (Coord.), **O Ensino como fator de envolvimento numa escola para todos** (pp. 503-539). Lisboa: Climepsi Editores. 2018.

SOUSA, Clarilza Prado de; FERREIRA, Sandra Lúcia. Avaliação de larga escala e da aprendizagem na escola: um diálogo necessário. **Psic. da Ed.**, São Paulo, n. 48, p. 13-23, jan. 2019. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-35202019000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 09.mar. 2024.

SOUZA, S. M. Z. L. Avaliação Escolar e Democratização: o direito de errar. In: AQUINO, J. G. (org). Erro e Fracasso na Escola... São Paulo: Summus, 1997, p. 125-137.

VASCONCELLOS, Celso dos santos**. Avaliação**: **concepção dialética libertadora do processo de avaliação escolar.** São Paulo: Libertad, 1995.

ZACHARIAS, V. L. C. F. **Avaliação formativa de ensino-aprendizagem**. (2005) Disponível em: <http://www.centroreeducacional.pro.br/azaforma .htm > Acesso em: 20. fev.2024.

A CAPACITAÇÃO DO GESTOR ESCOLAR E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS ESCOLAS PUBLICAS DO ENSINO BÁSICO

Edinamara Maria Luz

RESUMO: A capacitação do gestor escolar e a promoção da educação inclusiva nas escolas públicas do ensino básico ocorrem no contexto da busca por uma educação de qualidade, equitativa e inclusiva. Isso implica garantir que todos os estudantes, independentemente de suas diferenças individuais, tenham a oportunidade de receber uma educação de qualidade e se desenvolverem plenamente. Esse estudo tem como objetivo geral analisar o nível de capacitação do gestor para trabalhar com a educação inclusiva nas escolas públicas de ensino básico. A metodologia utilizada no estudo foi a pesquisa bibliográfica, em que o estudo pode concluir que a gestão escolar precisa caminhar junto a inclusão, criando um ambiente de aprendizado com respeito à diversidade e valorizando as diferenças, buscando proporcionar oportunidades iguais para todos os alunos, o que colabora para uma sociedade mais justa e inclusiva. A capacitação do gestor escolar aumenta seu potencial de liderança, de comunicação e de resolução de conflitos, o que é essencial para que se construa a cultura escolar inclusiva. Assim, para que a inclusão se torne uma realidade nas escolas é preciso um gestor capacitado para desempenhar o seu papel com primazia, conhecendo as diretrizes, legislações e políticas de educação inclusiva, capacitado para liderar a implementação dessas práticas em sala de aula e envolvido com a comunidade, criando um ambiente de aprendizado mais acolhedor e igualitário.

Palavras-chave: Capacitação. Gestor. Inclusão. Ensino básico.

INTRODUÇÃO

A capacitação do gestor escolar e a promoção da educação inclusiva nas escolas públicas do ensino básico ocorrem no contexto da busca por uma educação de qualidade, equitativa e inclusiva. Isso implica garantir que todos os estudantes, independentemente de suas diferenças individuais, tenham a oportunidade de receber uma educação de qualidade e se desenvolverem plenamente.

A educação inclusiva é um modelo educacional que busca atender às necessidades de todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiências, necessidades especiais e habilidades diversas, em salas de aula regulares. A inclusão visa eliminar barreiras à aprendizagem e promover a participação de todos os alunos. Muitos países têm leis e políticas que exigem a promoção da inclusão na educação. Essas políticas visam garantir a igualdade de acesso à educação e o pleno desenvolvimento de todos os estudantes.

Os gestores escolares desempenham um papel fundamental na implementação eficaz da educação inclusiva. Eles precisam liderar a equipe escolar, fornecer treinamento e orientação aos professores, promover práticas pedagógicas inclusivas e criar um ambiente escolar que seja acolhedor e acessível para todos.

Neste sentido, a capacitação do gestor escolar é essencial para enfrentar os desafios que surgem ao implementar a educação inclusiva. Isso inclui lidar com a diversidade de necessidades dos alunos, ajustar currículos e métodos de ensino, fornecer apoio adicional quando necessário e envolver a comunidade escolar.

Além disso, a promoção da educação inclusiva nas escolas públicas muitas vezes requer a colaboração estreita com pais, alunos, profissionais de saúde, especialistas em educação especial e outros membros da comunidade. O gestor escolar desempenha um papel fundamental na facilitação dessa colaboração.

A capacitação do gestor escolar também envolve a capacidade de avaliar constantemente os resultados e as práticas inclusivas da escola e buscar maneiras de melhorar o ambiente educacional para atender a todas as necessidades dos alunos. **O problema de pesquisa definido foi: Quais as dificuldades geradas pela falta de capacitação do gestor escolar para efetivação da educação inclusiva nas escolas públicas de ensino básico?**

Dessa forma, observa-se que a capacitação do gestor escolar e a promoção da educação inclusiva nas escolas públicas do ensino básico ocorrem em um contexto de compromisso com a igualdade, a diversidade e a inclusão na educação. Isso visa garantir que cada aluno tenha a oportunidade de aprender e crescer em um ambiente de sala de aula que atenda às suas necessidades individuais, independentemente de quais sejam.

Tem-se como **objetivo geral** analisar o nível de capacitação do gestor para trabalhar com a educação inclusiva nas escolas públicas de ensino básico. E como objetivos específicos: avaliar as dificuldades que surgem devido à falta de capacitação do gestor escolar no contexto da implementação da educação inclusiva nas escolas públicas de ensino básico; identificar as dificuldades para promover a capacitação eficaz dos gestores escolares visando a inclusão de todos os alunos; verificar as consequências dessa falta de capacitação para o acesso e sucesso de alunos com deficiências na educação inclusiva.

A pesquisa se **justifica** da necessidade de entender de que maneira a falta de preparo dos gestores escolares afeta diretamente a capacidade das escolas de oferecer educação inclusiva. A investigação pode abrir caminho para a identificação de obstáculos específicos e, possivelmente, para o desenvolvimento de programas de capacitação mais eficazes para os gestores escolares, visando à promoção da inclusão e à garantia de uma educação de qualidade para todos os alunos.

A **relevância** da investigação está no fato de que a educação inclusiva busca garantir que todos os alunos, independentemente de suas características, tenham acesso a uma educação de qualidade. O gestor escolar desempenha um papel crucial na promoção da igualdade de oportunidades para todos os alunos.

Quanto à **metodologia**, trata-se de uma pesquisa exploratória, de natureza qualitativa, caracterizando-se, também, como bibliográfica. A pesquisa foi realizada através de leitura de livros, artigos e dissertações em sites virtuais sobre o nível de capacitação do gestor para trabalhar com a educação inclusiva nas escolas públicas de ensino básico.

DESENVOLVIMENTO

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa exploratória, de natureza qualitativa, caracterizando-se, também, como bibliográfica. A pesquisa foi realizada através de leitura de livros, artigos e dissertações em sites virtuais sobre o nível de capacitação do gestor para trabalhar com a educação inclusiva nas escolas públicas de ensino básico.

Cordeiro (1991) ressalta que a pesquisa bibliográfica requer uma leitura prévia do material, uma leitura seletiva, mais profunda, identificando se material atende aos objetivos da pesquisa, uma leitura crítica e analítica, fazendo uma reflexão do material encontrado, e uma leitura interpretativa para relacionar as fontes com opiniões pessoais.

Segundo Gil (2010, p. 29) são realizadas "com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos" que abordam especialmente assuntos sobre o estudo da gestão na educação pública brasileira.

Assim, para a fundamentação da pesquisa foi necessário entrar em contato com o material já publicado a respeito do tema, realizar uma análise desse material. Foi de grande importância que a análise central desse estudo considerasse o olhar de diferentes autores experts na temática, sobretudo, para que se obtivesse um ponto de partida e pudesse se construir a fundamentação teórica do estudo.

O estudo se caracteriza, ainda, como descritivo, onde Gil (2008, p. 28) traz as seguintes constatações:

> As pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dado.

Suscintamente, pode-se dizer que a pesquisa é de cunho bibliográfico e se caracteriza como qualitativa e descritiva, com a

finalidade de apresentar um relevante número de estudos sobre o tema que compõe a pesquisa e olhar de diferentes autores sobre diferentes perspectivas.

Considerações sobre inclusão

Atualmente vive-se em uma sociedade em que se discute com bastante frequência a inclusão escolar. Ela abrange pessoas que possuem algum tipo de deficiência. Hoje pessoas que possuem alguma deficiência tem a chance de entrar em uma escola ou universidade, o que não acontecia a algum tempo atrás, segundo o estatuto da pessoa com deficiência (Brasil, 2015). A inclusão escolar busca o respeito aos cidadãos, fazendo com que pessoas com deficiência possam conviver normalmente no meio escolar.

A educação inclusiva, que atualmente, é apontada pelo Panorama da Educação Especial, respeita a diversidade humana. As diferenças humanas são normais, sendo assim, a aprendizagem deve se adaptar às necessidades das crianças. O processo de inclusão social, formação e construção da autonomia da pessoa com deficiência requer atenção e ações decisivas por parte dos sujeitos envolvidos que participam de sua socialização e interação com o meio.

A educação atual tem como desafio a inclusão escolar, aprendendo a viver junto, levando em conta a descoberta e aprendizado do outro. É missão da educação transmitir conhecimento sobre a diversidade, fazendo com que todos do meio educacional convivam harmoniosamente entre si.

Para inclusão as escolas precisam de melhor investimento em estrutura, melhor qualificação do professor para melhor trabalhar

com as crianças que possuem algum tipo de deficiência e diversos outros fatores que muito influenciam e contribuem para o melhor desenvolvimento e aprendizado do aluno com deficiência.

Segundo Ferreira e Guimarães (2003, p.57):

> A inclusão escolar, enquanto paradigma educacional tem como objetivo a construção de uma escola que seja acolhedora, onde não há critérios ou exigências de natureza alguma, nem mesmo mecanismos de seleção ou discriminação para o acesso e a permanência com sucesso de todos os alunos, contribuindo para transformar a realidade histórica de segregação escolar e social das pessoas com deficiência, tornando nesse caso, efetivo o direito de todos à educação.

Nos últimos anos o número de matrículas de crianças que possui algum tipo de deficiência aumentou significativamente, graças a programas de incentivo a inclusão e ao apoio da Constituição Federal que defende os direitos dos alunos com deficiência de frequentarem regularmente a escola (Ferreira; Guimarães, 2003, p.57).

A política inclusiva objetiva a inserção de todos, independentemente de suas limitações no sistema educacional, pois é obrigação da escola e demais instituições deverem adaptar-se ao aluno, atuar em favor da diversidade humana (Ferreira; Guimarães, 2003, p.57).

É de grande importância que as instituições educacionais e o seu processo de ensino construam e forneçam condições para atender à diversidade dos alunos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), elaborada no Brasil em 1996, deixou aberta a possibilidade de educação das pessoas com necessidades

educacionais especiais tanto em escola comum quanto especial. Porém, em 2001, com o Decreto nº 3956 esclareceu que as crianças com necessidades educacionais especiais deveriam ser atendidas, preferencialmente, no ensino regular e que a escola deveria se preparar para atender a todas as crianças.

É obrigação dos sistemas de ensino fornecerem ao aluno com deficiência, metodologias e técnicas diferenciadas que auxiliem no seu desenvolvimento. É necessário que haja profissionais capacitados que possam auxiliar no processo de aprendizagem dos alunos que necessitam de uma educação diferenciada e ao acesso igualitário em programas sociais vinculados ao ensino regular dos alunos inclusos.

A vida escolar do aluno incluído é marcadamente afetada pelas atitudes e comportamentos dos alunos comuns, podendo esses alunos, por questão de rejeição afastar – se da escola.

> Educação inclusiva é o conjunto de princípios e procedimentos implementados pelos sistemas de ensino para adequar a realidade das escolas à realidade do alunado que, por sua vez, deve representar toda a diversidade humana. Nenhum tipo de aluno poderá ser rejeitado pelas escolas. As escolas passam a ser chamadas inclusivas no momento em que decidem aprender com os alunos o que deve ser eliminado, modificado, substituído ou acrescentado nas seis áreas de acessibilidade, a fim de que cada aluno possa aprender pelo seu estilo de aprendizagem e com o uso de todas as suas múltiplas inteligências (Sassaki, 2003, p.15).

Neste contexto, observa-se que a inclusão da pessoa com deficiência, não é um debate novo, mas é algo que já vem sendo discutido há vários anos, porém agora ela começa a ser colocada em

prática aos poucos, seus passos têm sido lentos, encontrado muitos obstáculos, porém eles podem ser bastante significativos, enfrentando os obstáculos, a sociedade deve se unir para que seja possível empreender um ensino que possa contemplar a todos, independente das especificidades que apresentam (Martins, 2009).

As escolas devem estar atentas ao seu currículo, ao seu plano pedagógico, sendo necessário que estejam atuantes para promover o ensino e aprendizagem de seus todos os seus alunos. Destarte, a educação inclusiva deve fazer parte do Plano Pedagógico de todas as escolas, pois o direito a educação é assegurado a todos e é preciso que se faça este acontecer.

A aprendizagem é essencial para que a formação do cidadão seja efetivada, para que ele tenha autonomia e conhecimento sobre seus direitos e deveres como ser social ocorra, assim a inclusão é uma realidade que precisa ser melhorada, pois:

> A inclusão escolar bem-sucedida é fruto do trabalho de profissionais e de outras pessoas importantes na vida do aluno que, juntos, irão desenvolver e implementar estratégias visando a construção de uma escola democrática, na qual são oferecidas oportunidades para todos os alunos desenvolverem suas habilidades e, consequentemente, permanecerem na escola (Silva, 2010, p. 42).

A inclusão é algo que acontece quando os profissionais se envolvem e se comprometem em ensinar o aluno e em buscar meios de fazer com que ele realmente aprenda independente de suas necessidades, considerando suas habilidades, suas especificidades e, assim, desenvolvendo estratégias e metodologias que colaboram para que estes realmente possam aprender.

Neste cenário é importante dar destaque a educação inclusiva, que na perspectiva de Gaia (2017) se define como uma modalidade de ensino que deve ser oferecida, de preferência no ensino regular, para alunos com deficiência. A preferência pelo ensino regular para a Educação Especial tem o intuito de combater a marginalização da pessoa com deficiência, que ao longo da história foi apontada como incapaz e deveria estar distante dos âmbitos sociais, sendo a escola um dos espaços dos quais se mantinham ausentes.

Compreende-se que a educação para pessoas com deficiência é uma luta histórica e um direito alcançado através de políticas públicas que são recentes, mas que ainda precisa ser de fato efetivado, para que possa garantir a igualdade a todas as pessoas e oferecer oportunidades a todos, combatendo a discriminação e o preconceito, formando uma sociedade mais justa e igualitária (Gaia, 2017).

Gaia (2017) acredita que desde 1988 a educação inclusiva vem buscando acabar com a exclusão social, pois todos os sujeitos têm os mesmos direitos, e devem ter acesso a todos os espaços sociais, em que se ressaltam as escolas. A educação especial atua sob a ótica da educação inclusiva, buscando atender a todas as pessoas de forma igual.

Sobre a educação inclusiva, considera-se que a educação inclusiva é:

> fruto de uma educação plural, democrática e transgressora, haja vista que a mesma gera uma crise escolar, ou seja, uma crise de identidade institucional, que, por sua vez, abala a identidade dos professores e faz com que seja redefinida a identidade do aluno. Deste modo, a educação para todos tem como objetivo desempenhar seu dever de abranger todas as crianças na escola e defender valores como ética,

> justiça e direito de acesso ao saber e à formação (Mantoan, 2004, p. 45)

A educação inclusiva requer que a exclusão nas escolas seja evitada, que todas as crianças possam ser integradas no processo de ensino e aprendizagem, em busca de liberdade e igualdade e, isso requer a integração de todos os alunos no processo de ensino e aprendizagem.

Gestão Escolar

A gestão da escola diz respeito à administração e organização das instituições de ensino, ela abrange diferentes aspectos, incluindo desde a definição de políticas educacionais, alocação de recursos, liderança e coordenação de equipe. Gestão é administração, direção, a atividade de impulsionar uma organização para que atinja seus objetivos, cumprindo sua função e desempenhando o seu papel. Gestão é princípios e práticas decorrentes que afirmam os princípios que a geram, uma atividade para mobilizar os meios e os procedimentos para alcançar os objetivos de uma organização, que envolve aspectos gerenciais e técnicos administrativos.

Relaciona-se também ao acompanhamento do desempenho dos alunos e a criação de um ambiente que seja propício à aprendizagem. A gestão escolar de qualidade se mostra necessária e é apontada como é essencial para o desenvolvimento das habilidades dos alunos, assim como para manter a eficiência operacional da escola.

São muitas as demandas que se apresentam a educação na atualidade e para atendê-las torna-se imprescindível que se conheça a realidade e que se tenha as competências necessárias para realizar nos contextos educacionais os ajustes e mudanças de acordo com as necessidades e demandas emergentes no contexto da realidade externa e no interior da escola (Lück, 2009).

A Educação centrada no aluno, com perspectiva internacional, nacional, estadual e local. Ao diretor compete liderar e organizar o trabalho de todos que atuam na escola. Cabe ao diretor conhecer quais os desafios que a sociedade apresenta para as organizações e os cidadãos. Dentre outras considerações (Lück, 2009).

Atualmente em relação a gestão escolar se sobressai a discussão em torno da gestão democrática e participativa faz-se saber que se assenta no pressuposto de que a educação é um processo social colaborativo que demanda a participação de todos da comunidade interna da escola, assim dos pais e da sociedade em geral. A democracia se constrói mediante articulação entre direitos e deveres e a participação demanda orientação e competência (Lück, 2009).

A gestão democrática se constitui em uma alternativa a administração centralizada, porque é preciso mudanças nos âmbitos institucionais, passando por discussões para que não se fique em um grau insatisfatório, em que não há espaço para discussões e críticas, sendo necessário haver representação, o que não acontece em uma administração centralizada.

Evidencia-se que a gestão da escola requer planejamento, e isso não é uma ideia nova. É uma ideia que remonta ao início dos anos 1960 e que vem se desenvolvendo ao longo das demais décadas. Contudo, a efetivação da prática de formulação coletiva

do projeto pedagógico ainda é na maior parte dos casos bastante precária.

A gestão é um conceito que está ligado a ação efeito de gerir ou administrar, é, portanto, o processo de dirigir a organização, na gestão escolar a atenção administração da escola, tem foco na figura do gestor, mas que se mostra cada vez mais necessário o compartilhamento de ideias através da gestão democrática. O gestor fica a cargo de mobilizar os meios e procedimentos para atingir os objetivos da organização, no caso da gestão escolar, alcançar os objetivos da escola (Oliveira; Menezes, 2018).

A gestão escolar é um conceito construído historicamente e impregnado de valores e significados especiais, dentro de um contexto político e educacional, a gestão escolar vem sendo construída e reconstruída ao longo do tempo. Por muito tempo se ressaltou mais os seus aspectos administrativos, mas mudanças sociais e históricas trouxeram um teor mais pedagógico a gestão escolar, com ênfase para a gestão democrática.

O contexto atual é marcado por muitos desafios ao gestor, este deve lidar com várias questões que se apontam para a escola e ajudar a solucioná-las, sabendo que tem um papel importante para incentivar a busca de recursos e de capacitação, para atuar da melhor maneira possível a fim de que todos os alunos sejam contemplados. Por isso, o item a seguir discute a importância da gestão escolar para a inclusão, bem como a importância da capacitação do gestor nesse sentido (Oliveira; Menezes, 2018).

Assim, a gestão escolar na atualidade vem adentrando em um espaço que vai muito além da administração da escola, estando cada vez mais próxima de uma abordagem pedagógica,

direcionada a compartilhar os interesses, objetivos da escola com seus alunos, docentes e comunidade em geral.

RESULTADOS E DISCUSSÃO
Gestão escolar e inclusão

A gestão da escola tem um papel relevante na promoção da inclusão nas instituições de ensino. Seu trabalho é relevante para que haja acolhimento e participação de todos os alunos nos processos educacionais, respeitando todas as suas dificuldades, habilidades, gênero raça etnia ou deficiências.

Segundo Mendes (2006) para que haja um processo de inclusão que seja direcionado ao atendimento eficaz dos alunos que apresentam deficiência, no atual modelo escolar brasileiro, é necessário que repensemos a escola e suas práticas pedagógicas, visando o benefício tanto dos alunos como dos professores.

Não existem modelos pedagógicos que já estejam prontos, fechados, nem diretrizes que possam dar conta de uma transformação da escola tradicional, para uma escola inclusiva e de qualidade para todos. É possível estabelecer algumas adaptações que possam contribuir de forma simples, prática e abrangente às diversas situações, apesar de cada escola, turma, professor e aluno possuírem suas especificidades e por estarem inseridos em diferentes realidades (Mendes, 2006).

De acordo com Frias (2008) dentro da escola é necessário que haja orientações de adaptações para que possa garantir o acesso a permanência de todos os alunos na escola.

O gestor precisa estar apto para ser um facilitador no processo de ensino e aprendizagem e, assim, conseguir contribuir para

evolução de seus alunos, o que só é possível quando este busca capacitação, absorver novos conhecimentos, quando se preocupa em realizar um treinamento, em fazer o planejamento meticuloso junto aos docentes, sempre pensando em fazer com que todos os alunos participem ativamente do que acontece na sala de aula e que tenham a possibilidade de aprender, construindo uma relação baseada no respeito. O seu apoio ao corpo docente é primordial para bons resultados em sala de aula.

Para se ter uma escola transformada é preciso que se tenha uma mudança de visão atual, a educação eficaz supõe um projeto pedagógico que enseje o acesso e a permanência com êxito do aluno no ambiente escolar, que assuma a diversidade dos educandos de modo a comtemplar as suas necessidades e potencialidades.

Em uma dimensão globalizada da escola e no bojo do projeto pedagógico precisam ser revistos e redimensionados a gestão escolar, os currículos os conselhos escolares a parceria com a comunidade escolar e local dentre outros. Sabe-se que um dos desafios encontrados na Educação Inclusiva é a adaptação da escola, tanto na grade curricular quanto na estrutura física, contudo nota-se uma falta de flexibilização e adequação curricular frente a uma educação inclusiva de qualidade.

A gestão escolar deve adotar políticas inclusivas que promovam a inclusão na escola, ajudando na formulação de programas de ensino e até mesmo na criação de um ambiente mais acolhedor, sempre incentivando seus professores a buscarem capacitação para que possa melhor atender as necessidades de todos os alunos e empreender práticas de ensino inclusivas. Também é dever da gestão escolar buscar com que a infraestrutura de sua escola acessível a todos os alunos, em que o ambiente físico

seja inclusive, acompanhando de perto o progresso dos alunos e as estratégias de inclusão que são postas em práticas na escola (Tezani, 2009).

A gestão escolar precisa caminhar junto a inclusão, criando um ambiente de aprendizado com respeito à diversidade e valorizando as diferenças, buscando proporcionar oportunidades iguais para todos os alunos, o que colabora para uma sociedade mais justa e inclusiva.

Nesse contexto, entende-se que não é fácil para o gestor garantir a inclusão em sala de aula, pois não depende apenas dele, mas das políticas ofertadas pelo Estado, das condições de ensino, dos recursos que disponibiliza. Contudo, não se pode negar a relevância deste para que a inclusão de fato ocorra, pois ele está à frente da escola, de sua administração e deve buscar motivar os docentes e capacitá-los para um ensino inclusivo.

A capacitação da escolar e a educação inclusiva nas escolas públicas

A capacitação do gestor escolar tem um papel relevante para a promoção da educação inclusiva nas escolas públicas do ensino básico, pois uma gestão escolar eficaz é fundamental para que se crie um ambiente acolhedor que possa proporcionar igualdade de oportunidades a todos os alunos, independente de suas diferenças, de maneira que a formação do gestor escolar precisa abordar diversas dimensões.

Em primeiro se observa que o gestor escolar tem de compreender os princípios da educação inclusiva, deve estar apto a compreender que a diversidade tem de ser vista na escola como um ativo e não como uma barreira. Muitas vezes essa visão requer uma

mudança de mentalidade dos sujeitos e a capacitação é essencial para que os gestores possam mudar sua mentalidade e valorizar as diferenças (Aranha, Almeida, 2013).

Para uma boa gestão faz-se necessário conhecer a legislação vigente e as políticas inclusivas, de maneira que a capacitação dos gestores o ajuda a estar a par das legislações e políticas inclusivas, bem como de diretrizes para a educação inclusiva que são essenciais para que trabalhe com responsabilidade e possa de fato implementar as políticas voltadas para a inclusão (Aranha, Almeida, 2013).

Os gestores de escolas de ensino básico público também precisam ser treinados em relação a estratégias para empreenderem uma gestão inclusiva. A capacitação irá lhe permitir compreender como deve ser um ambiente físico acessível a todos e, assim, colocar em prática, bem como a necessidade de adaptar as práticas pedagógicas para atender às necessidades dos alunos. A capacitação é essencial para que o gestor escolar saiba como liderar sua equipe em busca da promoção de igualdade e combate a qualquer forma de discriminação que possa se fazer presente no âmbito escolar (Sassaki, 1997).

No que diz respeito à avaliação e monitoramento constantes é algo que requer a formação do gestor escolar, fazendo com que este seja capaz de acompanhar o progresso dos alunos, identificar os desafios e ajustar estratégias conforme necessário para que cada um, diante da sua dificuldade ou limitação, bem como potencialidades possa se desenvolver (Kunc, 2011).

A capacitação do gestor escolar aumenta seu potencial de liderança, de comunicação e de resolução de conflitos, o que é essencial para que se construa a cultura escolar inclusiva. Assim,

para que a inclusão se torne uma realidade nas escolas é preciso um gestor capacitado para desempenhar o seu papel com primazia, conhecendo as diretrizes, legislações e políticas de educação inclusiva, capacitado para liderar a implementação dessas práticas em sala de aula e envolvido com a comunidade, criando um ambiente de aprendizado mais acolhedor e igualitário.

De acordo com Sant'Ana (2005) na inclusão educacional é preciso toda a equipe educacional se envolver, planejando ações e programas em torno da temática inclusão, pois cada membro da equipe escolar, desempenha um papel específico, mas têm de agir em conjunto para efetivar a inclusão.

> Por outro lado, torna-se essencial que esses agentes deem continuidade ao desenvolvimento profissional e ao aprofundamento de estudos, visando à melhoria do sistema educacional. No que se refere aos diretores, cabe a eles tomar as providências de caráter administrativo correspondentes e essenciais para efetivar a construção do projeto de inclusão [...] o diretor de escola inclusiva deve envolver-se na organização de reuniões pedagógicas, desenvolver ações voltadas aos temas relativos à acessibilidade universal, às adaptações curriculares, bem como convocar profissionais externos para dar suporte aos docentes e às atividades programadas. Além disso, o administrador necessita ter uma liderança ativa, incentivar o desenvolvimento profissional docente e favorecer a relação entre escola e comunidade (Sant' Ana, 2005, p. 2028).

Destarte, os gestores ficam por muito tempo envolvidos em questões administrativas e acabam deixando de buscar capacitação para que possam atuar em prol de uma educação inclusiva. Assim, é notório a necessidade de que se envolva com as reuniões

pedagógicas, que esteja presente em sala de aula, que realize junto com a equipe escolar adaptações curriculares necessárias.

Para Tezani (2009) a gestão escolar democrática proporciona a escola se tornar mais ativa, com práticas que colaborem para que todos participem da escola, os caminhos trilhados para a educação inclusiva requerem o trabalho constante dos gestores, que precisam compreender que seu comportamento e sua liderança são essenciais para guiar as práticas dos professores em sala de aula.

Assim, é importante que os gestores busquem se capacitar para que possam atuar junto aos professores em prol da educação inclusiva, guiando suas práticas, de maneira que se construa uma escola acolhedora, acessível, desenvolvendo as potencialidades dos alunos, vencendo desafios e contribuindo para uma sociedade mais justa e igualitária.

Quando o gestor não consegue se capacitar para a construção de uma educação inclusiva, toda a sociedade acaba tendo prejuízos, de maneira que a educação inclusiva é essencial para uma sociedade mais igualitária, para que sejam de fato formados cidadãos, colaborando com melhorias na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo mostra a importância de que a escola esteja consciente de que há uma grande diversidade e de que é preciso respeito, assim como adequação para que seja possível a escola atender a todos os alunos, independentemente das necessidades especificas que o aluno possa apresentar.

Desse modo, evidencia-se a importância de discutir a inclusão, como esta é precisa e que só é possível se houver a união

da escola, com família, sociedade, governantes, sendo muito importante o papel do gestor, pois sua capacitação desempenha um papel de grande relevância na promoção da educação inclusiva nas escolas públicas de ensino básico, sua formação deve ser contínua e este deve estar capacitado para fazer da escola um lugar acolhedor que respeite a diversidade e valorize as diferenças, oferecendo oportunidades iguais de ensino e aprendizagem para todos os alunos.

Quando o gestor se encontra capacitado ele consegue desempenhar um papel importante para garantir que as políticas inclusivas sejam aplicadas e sejam eficazes, contribuindo para que cada aluno alcance o seu potencial máximo.

Por isso, é imprescindível que os gestores escolares tenham consciência da necessidade de que precisam buscar capacitar-se continuamente e que as instituições de ensino e as autoridades educacionais invistam em formação para capacitar os gestores escolares em prol da educação inclusiva.

Cabe lembrar que a formação contínua dos gestores, sua capacitação para promover um ensino inclusivo, é importante não apenas para os alunos, mas contribui com toda a sociedade, pois colabora para uma sociedade mais justa igualitária.

A formação contínua é capaz de proporcionar conhecimentos ímpares aos gestores para que realizem as melhores práticas e tenham uma liderança proativa que pode transformar o ensino básico de maneira verdadeira, sendo de fato inclusiva e acessível a todos.

REFERÊNCIAS

Aranha, M. S. F., & Almeida, L. D. F. R. Políticas de inclusão escolar: desafios na formação de gestores escolares. **Educar em Revista**, (46), 221-238. 2013.

Brasil, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996 – Lei nº 4.024/1961.**

Cordeiro, A.M. Pesquisa bibliográfica. **Revista Comunicação Científica.** v. 34, nº6. nov-dez. 1991.

Ferreira, Maria Eliza Caputo; Guimarães, Marli. **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

Frias, Elzabel Maria Alberton. **Inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais**: contribuições ao professor do ensino regular. São Paulo, 2008.

Gaia, Ronan da Silva Parreira. **Educação especial no brasil: análises e reflexões.** 2017. Disponível em: http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170719100610.pdf. Acesso em: 23.out.2023.

Gil, Antônio Carlos, 1946 – **Como elaborar projetos de pesquisa** / Antônio Carlos Gil. – 5. ed. – São Paulo : Atlas, 2010.

Kunc, N. **Liderança e educação inclusiva.** Porto Alegre: Mediação. 2011.

Lück, Helóisa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências.** Curitiba. Editora Positivo. 2009.

Mantoan, Maria T.E. **Ensaios pedagógicos- construindo escolas inclusivas**: 1. ed. Brasília: MEC, SEESP, 2004.

Mendes, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. v. 11 n. 33 set./dez. 2006.
Sant'Ana, Izabella Mendes. Educação inclusiva: concepções de professores e diretores. **Psicologia em Estudo,** Maringá, v. 10, n. 2, p. 227-234, mai./ago. 2005.

Oliveira, Ivana Campos; Meneses. Revisão de literatura: o conceito de gestão escolar. **Cadernos de pesquisa**. v.48 n.169 p.876-900 jul./set. 2018.

Sassaki, Romeo. Kazumi. Inclusão, o paradigma da próxima década. **Mensagem,**
Brasília, v. 34, n. 83, p. 29, 2003.

Sassaki, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA. 1997.

Tezani, T. C. R. A relação entre gestão escolar e educação inclusiva: o que dizem os documentos oficiais?. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, n. 6, p. 41–61, 2009. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9249. Acesso em: 30 out. 2023.

EFETIVIDADE DO PROGRAMA DEMANDA SOCIAL DA CAPES NO PPGED/UFPI: AVANÇOS, LIMITES E PERSPECTIVAS

Mirvênia Paula Melo de Sousa

RESUMO: A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), vinculada ao MEC, é uma das principais instituições responsáveis por políticas de formação de mestres e doutores, como o Programa Demanda Social (DS), que visa viabilizar o acesso e a permanência de alunos de mestrado e doutorado com bolsas de estudo. Este estudo analisa a efetividade do DS no PPGEd da UFPI, destacando suas contribuições, limitações e caminhos para aprimoramento. A pesquisa, qualitativa e exploratória, utilizou levantamento bibliográfico e documental. Os resultados mostram que o DS tem relevância para a formação de mestres e doutores e para a pesquisa científica na UFPI, permitindo dedicação integral dos estudantes, maior produção intelectual e fortalecimento dos programas. A gestão de bolsas e a publicação de editais internos demonstram compromisso institucional com o programa. Contudo, persistem limitações que comprometem a democratização da pós-graduação, pois a distribuição de bolsas ainda reforça desigualdades históricas entre regiões mais desenvolvidas e aquelas em consolidação, como o Nordeste.

Palavras-chave: Programa Demanda Social. Efetividade. Desafios. Desigualdades.

INTRODUÇÃO

A pós-graduação *stricto sensu* tem um papel de grande importância na formação de recursos humanos qualificados, assim como no fortalecimento da produção científica e tecnológica no Brasil. Nesse contexto, as políticas públicas que se direcionam ao fomento da pesquisa e à capacitação acadêmica mostram-se imprescindíveis para que o desenvolvimento sustentável do país seja garantido, sobretudo, em regiões que enfrentam maiores desafios estruturais.

Nesse contexto, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que se encontra vinculada ao Ministério da Educação (MEC), corresponde a uma das principais instituições responsáveis por formular e implementar essas políticas, em que se destaca programas como o Programa Demanda Social (DS), que foi instituído com o objetivo de viabilizar o acesso e a permanência de estudantes de mestrado e doutorado mediante a concessão de bolsas de estudo.

O Programa Demanda Social foi criado no ano de 1976, representando uma resposta institucional à necessidade de ampliação da pós-graduação brasileira, no intuito de promover igualdade no acesso à formação acadêmica, bem como incentivar a dedicação integral dos discentes às atividades de ensino e pesquisa. O DS constitui-se em uma política pública de grade significado para instituições públicas que se situam em regiões com menor índice de desenvolvimento socioeconômico, como é o caso, da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Nesse cenário, o Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEd) da UFPI beneficia o DS, constituindo-se como uma das principais formas de apoio

financeiro aos seus estudantes, contribuindo para a melhoria dos indicadores acadêmicos e para a consolidação da produção científica regional.

No entanto, ainda que se considere a sua importância, o Programa Demanda Social passa por desafios que comprometem sua efetividade plena. Observa-se, nesse contexto, que a distribuição desigual de bolsas entre regiões, assim como a defasagem nos valores concedidos e a rigidez dos critérios de avaliação são questões que ainda reforçam disparidades históricas no sistema de pós-graduação brasileiro.

Nesse sentido, torna-se necessário analisar de forma crítica como o DS operacionaliza programa no âmbito da UFPI, refletindo sobre seus impactos reais na qualificação dos discentes e na democratização do acesso ao ensino superior em nível avançado.

Diante disso, este estudo objetiva analisar a efetividade do Programa Demanda Social da CAPES enquanto uma política pública implementada no PPGEd da UFPI, com destaque para suas contribuições, limitações e potenciais caminhos para que seja aprimorada. Para tanto, o estudo tem como metodologia uma abordagem qualitativa, que possui caráter exploratório, tomando por base uma pesquisa bibliográfica e documental, com vistas a compreender o papel do DS na promoção da equidade, da excelência acadêmica e do desenvolvimento regional por meio da formação de mestres e doutores.

DESENVOLVIMENTO
Metodologia

Quanto à tipologia de pesquisa a investigação partiu de uma pesquisa de natureza básica que segundo Gil (2008) objetiva gerar conhecimentos úteis sem aplicação prática, envolvendo verdades e interesses universais.

Em relação ao problema, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa. As investigações qualitativas são diversificadas e flexíveis e, por isso, não admitem regras precisas possibilitando a descrição dos dados e o significado que a eles é atribuído (Bogdan; Biklen, 1994). A pesquisa qualitativa que segundo Gil (2008, p.175) depende muito da capacidade do pesquisador, pois não há como predefinir dados, sendo utilizada em estudos diversos em que não se tem a pretensão de chegar a resultados exatos, dados precisos, mas debater um assunto, promovendo sua melhor compreensão.

No tocante a seus objetivos a pesquisa caracteriza-se como exploratória que busca desenvolver saberes acerca de um assunto, observar diversos conceitos (GIL, 2008). A pesquisa exploratória é a mais indicada quando o estudo se trata de pesquisa bibliográfica.

Desse modo, no que diz respeito aos procedimentos técnicos de coleta de dados foi realizada uma pesquisa bibliográfica que buscou diversos materiais que abordam a temática em questão e que se mostraram relevantes para ela. A pesquisa bibliográfica incide na utilização de fontes secundárias para a realização da investigação, correspondendo a toda a bibliografia sobre o assunto abordado, dessa forma as fontes utilizadas no trabalho foram conseguidas por autores de destaque na discussão do assunto.

O estudo é também uma pesquisa documental, esta assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. "A pesquisa documental distingue-se da pesquisa bibliográfica porque se baseia em materiais que não receberam tratamento analítico, permitindo ao pesquisador reorganizar ou reinterpretar os documentos de acordo com seus objetivos" (Gil, 2010, p. 62).

O desenvolvimento da pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica. Apenas há que se considerar que o primeiro passo consiste na exploração das fontes documentais, que são em grande número.

Referencial Teórico

No Brasil há diversos programas voltados ao fomento da pesquisa e desenvolvimento, estes são essenciais para impulsionar o progresso científico no país. Esses programas são muito relevantes à medida que a produção cientifica se associa as universidades e Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, de modo que o governo federal destina recursos para promover a produção do conhecimento, colaborando com a inovação.

O Governo Federal tem intensificado os investimentos em pesquisa e inovação, com foco especial nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, de modo que no ano de 2024 foram lançados cinco

novos editais direcionados ao desenvolvimento regional e nacional, em que voltados ao desenvolvimento científico regional e nacional, com recursos distribuídos via Chamada Universal, aumento das Bolsas de Produtividade, Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs), Pró-infra Desenvolvimento Regional e edital da Finep voltado para Parques Tecnológicos. Essas iniciativas são direcionadas ao fortalecimento e a inovação, formar redes de colaboração e enfrentar desafios estratégicos, promovendo uma distribuição mais equitativa dos recursos e oportunidades no país (Agência Gov, 2024).

Dentre esses programas está o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, FNDCT, que foi criado no ano de 1969, este é gerido pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e apresenta como objetivo o financiamento de programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico. O FNDCT apoia iniciativas em diversas áreas, buscando aprimorar o conhecimento científico.

Ressalta-se que no ano de 2024, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) alcançou um marco histórico com a execução integral de os R$ 12,7 bilhões previstos para investimentos em ciência, tecnologia e inovação. Esse montante foi distribuído entre recursos reembolsáveis e não reembolsáveis, com abrangência de dez programas estruturantes, entre eles o Pró-Infra, Mais Inovação, Conecta e Capacita Brasil e o Programa de Apoio a Projetos Nacionais Estratégicos. Essas iniciativas atuam no intuito de fortalecer a infraestrutura de pesquisa, bem como promover a autonomia tecnológica e enfrentar desafios estratégicos nacionais, o que inclui áreas como defesa, segurança alimentar e erradicação da fome. Convém destacar que

a execução plena do orçamento do FNDCT em 2024 diz respeito a um compromisso renovado do governo federal com o fortalecimento do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, em que há um destaque vital para o desenvolvimento científico e tecnológico do país (Brasil, 2024).

Outro programa é o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, que é uma agência do governo federal que promove a pesquisa científica e tecnológica e incentiva a formação de pesquisadores. O CNPq oferece bolsas de estudo e financiamento para projetos de pesquisa em diversas áreas do conhecimento.

> [...] o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), órgão vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), criado em 1951, tem por finalidade "promover e fomentar a Ciência, Tecnologia e Inovação e atuar na formulação de suas políticas, contribuindo para o avanço das fronteiras do conhecimento, o desenvolvimento sustentável e a soberania nacional" [...]. Ademais, o CNPq é considerado centro do planejamento estratégico da ciência no Brasil, por promover ainda a capacitação de recursos humanos para questões de relevância econômica e social ao incentivar a formação de pesquisadores brasileiros, fortalecendo o saber e colaborando para o avanço das fronteiras do conhecimento. Assim, contribui para valorização das potencialidades da produção científica nacional, bem como impulsiona o reconhecimento de pesquisadores nacionais pela comunidade científica internacional (Pinheiro, et al., 2022, p. 2).

Também merece destaque os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia, INCTs, que foi lançado no ano de 2008, o programa

INCT visa mobilizar e agregar os melhores grupos de pesquisa em áreas estratégicas para o desenvolvimento do país, correspondem a centros de pesquisa com múltiplos centros responsáveis pelo desenvolvimento de projetos de alto impacto científico e tecnológico.

Esses programas são de grande importância para fortalecer a capacidade científica e tecnológica no Brasil, contribuindo para inovação e desenvolvimento socioeconômico nacional.

Nesse contexto, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, encontra-se vinculada Ministério da Educação (MEC), tendo sido criada no ano de 1951 com o intuito de expandir e consolidar a pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, sendo que inicialmente focava na formação de quadros docentes e pesquisadores, buscando evitar a fuga de talentos para o exterior (Serafim; Gonçalves Junior, Dias, 2022).

Assim, a CAPES nasceu de uma campanha nacional realizada no ano de 1951 com meta de aperfeiçoamento do pessoal de nível superior. A missão seria executada por uma Comissão, instituída através do Decreto 29.741/51, de 11/07/1951, composta por representantes de diferentes órgãos do governo e entidades privadas (Brasil, 2024).

A CAPES organiza suas atividades em linhas diversas de ações, o que inclui a pós-graduação e a formação de professores da educação básica e o fomento à pesquisa, está ainda é responsável pela coordenação de programas de bolsas de estudo e pela gestão do Portal de Periódicos que oferta acesso a conteúdo científico para instituições de ensino e pesquisa (Brasil, 2025).

No contexto da CAPES tem grande significância o Programa Demanda Social (DS) visando o apoio de discentes de programas de

pós-graduação *stricto sensu* oferecidos por instituições de ensino superior públicas, o que ocorre através da concessão de bolsas de estudo nos níveis de mestrado e doutorado, o DS visa a formação de recursos humanos de alto nível necessários ao país (Brasil, 2018).

A participação no DS requer que as instituições mantenham programas de pós-graduação *stricto sensu* aprovados pela CAPES com uma nota igual ou superior a 3, critérios como política de apoio prioritário às áreas estratégicas estabelecidas pela CAPES, características e desempenho do curso, e necessidades de formação identificadas no país norteiam a distribuição de bolsas do programa (Brasil, 2018).

De acordo com Paiva, Sousa e Souza (2021) no ano de 2018 o DS/CAPES era o maior programa de bolsas de mestrado e doutorado *stricto sensu* acadêmico do Brasil, em que atendia 145 instituições de ensino superior públicas, 2.555 programas de pós-graduação e 53.168 cotas de bolsa.

> O Programa DS/Capes se iniciou no ano de 1976, em um cenário de ênfase institucional em vez de apoio individual de bolsistas. Também surgiu como alternativa à formação exclusiva de docentes, representado pelo PICD. Seguiu nos seus 42 anos de existência se adaptando aos novos desenhos e prioridades da pós-graduação brasileira e da Capes, bem como às incontingências financeiras vivenciadas por essa agência de fomento. Ele estimulou a criação das pró-reitorias de pós-graduação, verdadeiras interlocutoras entre IES e Capes, além de partes essenciais na gestão compartilhada dos programas de bolsas. Colaborou com o sucesso da avaliação, que resulta em retirada ou concessão de cotas, a depender da nota recebida pelo programa de pós-graduação. Por fim, acompanhou o foco dado à pós-graduação stricto sensu (Paiva; Sousa; Souza, 2021, p.814).

Destaca-se, portanto, a trajetória histórica do DS da CAPES, destacando sua relevância enquanto política pública responsável por instituir o programa de pós-graduação brasileiro. Quando foi criado no ano de 1976 ele representou uma virada de paradigma, devido ao fato de priorizar o fortalecimento institucional das IES em detrimento do apoio pontual a indivíduos, ampliando o impacto e a capilaridade das ações de fomento.

A substituição do modelo exclusivo de formação docente que antes era representado pelo PICD, por uma estratégia mais ampla e flexível, permitiu à CAPES uma melhor adaptação às transformações nas demandas acadêmicas e científicas do país. Também foi possível incentivar a criação de pró-reitorias de pós-graduação, o DS, também, contribuiu para o aperfeiçoamento da governança universitária, assim como da articulação entre instituições e a própria CAPES.

Observa-se, que a integração ao sistema de avaliação, atrelando a concessão de bolsas ao desempenho dos programas foi responsável pelo compromisso com a qualidade acadêmica. Esses elementos revelam como o Programa DS não apenas fomentou a formação de recursos humanos, mas também desempenhou papel estratégico na institucionalização e consolidação da pós-graduação stricto sensu no Brasil. Ainda que ao longo do tempo outros programas tenham surgido, que oscilações tenham ocorrido no seu quantitativo de bolsas, passando por problemas referentes a fatores econômicos, o DS continuou mostrando-se importante para a pós-graduação brasileira.

Assim, o DS tem um papel de grande relevância para promover a igualdade no acesso a pós-graduação, bem como na formação de profissionais que são altamente qualificados e contribuem de

forma significativa para o desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

O Programa Demanda Social (DS) é uma política de concessão de bolsas aos cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) de todas as instituições de ensino superior que possuem personalidade jurídica de direito público e ensino gratuito e que sejam devidamente reconhecidas pela CAPES. Seu objetivo é capacitar recursos humanos de alto nível necessários ao desenvolvimento do país.

O instrumento básico do Programa Demanda Social (DS) é a concessão de bolsas aos programas de pós-graduação *stricto sensu*, definida com base nos resultados do sistema de acompanhamento e avaliação coordenado pela CAPES, para que mantenham, em tempo integral, alunos de excelente desempenho acadêmico (Brasil, 2010).

Conforme art. 2 da Portaria nº 076, de 14 de abril de 2010-CAPES, a IES que pretende participar do Programa Demanda Social (DS) deverá preencher os seguintes requisitos: I - possuir personalidade jurídica de direito público e ensino gratuito; II - manter programa(s) de pós-graduação stricto sensu, avaliado(s) pela CAPES, com nota igual ou superior a 3 (três); III - outorgar poderes à Pró-Reitoria, ou órgão equivalente da administração superior, para representá-la perante a CAPES e manter uma infraestrutura compatível com a respectiva execução; IV - instituir Comissão de Bolsas CAPES/DS para cada Programa de Pós-Graduação – PPG; V - firmar instrumento de repasse específico

com a CAPES, aplicado nos casos das IES não federais; VI – firmar termo de cooperação para regulamentar direitos e obrigações das partes envolvidas (CAPES/IES participante) no tocante ao acompanhamento e pagamento dos bolsistas de cada IES.

Os benefícios oferecidos pelo Programa Demanda Social (DS) são bolsas mensais de Mestrado com duração até 24 (vinte e quatro) meses e bolsas de Doutorado com duração até 48 (quarenta e oito) meses.

As definições do número de bolsas obedecerão aos seguintes requisitos: I - política de apoio prioritário às áreas estratégicas estabelecidas pela CAPES; II - característica, localização, dimensão e desempenho do curso; III - necessidades de formação mais prementes verificadas no país, sempre que resultante de diagnóstico e estudos, de acordo com art. 7 da Portaria nº 076, de 14 de abril de 2010-CAPES.

Alguns dos requisitos para concessão de bolsa Demanda Social (DS) para o pós-graduando são: dedicação integral às atividades do programa de pós-graduação; quando possuir vínculo empregatício, estar liberado das atividades profissionais e sem percepção de vencimentos; comprovar desempenho acadêmico satisfatório, conforme às normas definidas pela instituição promotora do curso; realizar estágio de docência; não acumular a percepção da bolsa com qualquer modalidade de auxílio ou bolsa de outro programa da CAPES; dentre outros (Brasil, 2010).

A realização da pesquisa se deu no campo das políticas públicas, privilegiando os estudos sobre a avaliação de políticas públicas, especificamente o Programa Demanda Social da CAPES implantado no Programa de pós-graduação em Educação da UFPI. Em decorrência disso, será importante uma fundamentação

teórica vinculada às ações do Estado em convergência com as políticas públicas, pois essa vertente possibilita a ampliação de objetos estudados.

Entende-se que o Programa de Demanda Social (DS) da CAPES corresponde a uma política pública indispensável para o fomento à pós-graduação no Brasil, sendo que apresenta impacto direto na formação de mestres e doutores em instituições públicas de ensino superior. Na Universidade Federal do Piauí (UFPI), especialmente no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEd), o DS representa uma das principais fontes de apoio financeiro aos discentes.

Desde que teve início no ano de 1976 o DS apresentou como objetivo o apoio aos discentes de programas de pós-graduação *stricto sensu* ofertados por Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, através da concessão de bolsas de estudo nos níveis de mestrado e doutorado. Para participar, as instituições precisam manter programas de pós-graduação aprovados pela CAPES com nota igual ou superior a 3 (Brasil, 2025).

As IES públicas que apresentam interesse em ingressar no DS através de Pró-Reitorias de Pós-Graduação, entrando em contato com a CAPES, em que as bolsas de estudo são gerenciadas pelas Pró-Reitorias de Pós-Graduação das IES, ou unidade equivalente. Dessa forma, o exame de solicitações dos candidatos, bem como a seleção e o acompanhamento das bolsas são atribuições da Comissão de Bolsas CAPES/DS (Brasil, 2025).

Recentemente, 2025, as bolsas passaram a ser distribuídas com base em critérios estabelecidos pela CAPES, que incluem a avaliação dos programas e a disponibilidade orçamentária. Recentemente, a Portaria nº 55, de 18 de março de 2025, alterou os

critérios para distribuição de bolsas no âmbito do DS, buscando maior equidade e eficiência na alocação dos recursos.

No âmbito da UFPI, o PPGEd participa de forma ativa do Programa DS, responsabilizando-se pela seleção e acompanhamento dos bolsistas. O Edital Interno nº 01/2025, foi lançado recentemente para selecionar de bolsas de estudo no âmbito do DS, com as inscrições aconteceram no mês de março de 2025 (UFPI, 2025).

A Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG) responsabiliza-se pela gestão das bolsas dos programas, seguindo orientações a fim de que seja possível seguir orientações da CAPES garantindo a efetividade do processo (UFSCar, 2025).

As bolsas do Programa DS apresentam um papel fundamental para qualificar os discentes, de modo que possibilita a estes uma dedicação exclusiva aos seus estudos e a realizarem pesquisa. O desempenho acadêmico é melhorado potencialmente com essa ação, de modo que aumento da produção científica e fortalece os programas de pós-graduação.

A implementação no PPGEd da UFPI, através de editais internos periódicos, como o Edital nº 01/2025, é importante para que se amplie o número de discentes que conseguem manter dedicação exclusiva às atividades acadêmicas, isso leva a um aumento da produção científica e melhoria nos indicadores de qualificação do programa (Brasil, 2025a; UFPI, 2025).

Apesar dos avanços é preciso destacar a existência de desafios, estes encontram-se relacionados à distribuição equitativa das bolsas, sobretudo, em regiões menos desenvolvidas, como, por exemplo, o Nordeste brasileiro. Esses desafios destacam a necessidade de revisar os critérios de alocação, bem como

considerar as especificidades regionais, aspectos que são favoráveis para a promoção de uma maior equidade.

Assim, quando se analisa a efetividade do programa percebe-se falhas no que tange a enfrentamento das desigualdades regionais e institucionais, identificam-se limitações relevantes. A concentração de bolsas em programas de pós-graduação com notas mais elevadas no sistema de avaliação da CAPES acaba por reforçar disparidades históricas entre instituições localizadas nas regiões Sudeste e Sul em comparação às do Nordeste, Norte e Centro-Oeste. No caso do PPGEd/UFPI, é possível notar avanços em termos de desempenho acadêmico dos discentes, observa-se que a quantidade de bolsas recebidas mostra-se, ainda, inferior à demanda real do programa, apresentando impacto negativamente a democratização plena do acesso à formação de alto nível.

Outra questão que apresenta limitação é desatualização dos valores das bolsas, pois mesmo com recursos destinados as bolsas, ainda que tenha ocorrido reajustes recentes estes não foram suficientes para que os discentes pudessem se manter de forma adequada, quando se considera o aumento do custo de vida no Brasil, o que acaba fazendo com que os estudantes tenham de buscar atividades laborais paralelas para complementar sua renda, isso acaba por comprometer o princípio da dedicação integral que fundamenta o Programa. A condição afeta de forma direta o desempenho acadêmico, a qualidade das pesquisas desenvolvidas e, consequentemente, o impacto social dos estudos concluídos no PPGEd/UFPI (Brasil, 2025b).

Mesmo diante dos desafios é preciso considerar a relevância do programa, pois o DS traz muitos benefícios, o que torna necessário enfrentar as críticas quanto a capacidade de combater

as desigualdades regionais e institucionais. A concentração de bolsas em programas com melhores avaliações pode perpetuar disparidades, desfavorecendo instituições em regiões menos desenvolvidas.

Assim, com relação à eficiência da política pública que é o DS, verifica-se que mesmo em face das ações corretivas que a CAPES implementa, como a atualização dos critérios de redistribuição de bolsas pela Portaria nº 55/2025, mostra-se, ainda, necessária uma reformulação mais abrangente do modelo. A inclusão de critérios que considerem indicadores socioeconômicos regionais, bem como a implementação de políticas afirmativas para populações vulneráveis, são apontadas como estratégias fundamentais para reduzir as desigualdades na distribuição de bolsas de pós-graduação, conforme evidenciado em estudos sobre a pós-graduação brasileira

Dessa forma, os desafios podem ser enfrentados com base em medidas como revisão constante dos critérios de distribuição de bolsas, incorporando indicadores socioeconômicos e regionais. Também o aumento do valor das bolsas, ajustando-as à realidade econômica atual para garantir a subsistência dos bolsistas. Outra medida que pode ser tomada é a implementação de políticas afirmativas, que tem o intuito de ampliar o acesso de grupos historicamente excluídos. Ainda pode-se empreender como medida o fortalecimento da infraestrutura das instituições, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, para melhorar a qualidade dos programas de pós-graduação (Brasil, 2025).

O Programa Demanda Social da CAPES corresponde a uma política pública de grande importância para a formação de recursos humanos de alto nível no Brasil. Na UFPI, sua implementação tem

contribuído de forma significativa para a qualificação dos discentes do PPGEd. Contudo, para alcançar maior equidade e eficiência, mostra-se necessário revisar os critérios de distribuição das bolsas, assim como considerar as especificidades regionais e institucionais e ajustar os valores das bolsas à realidade econômica do país (UFSCar, 2025).

Pode-se concluir que o Programa Demanda Social desempenha um papel significativo na qualificação dos discentes do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI, contribuindo para a ampliação do acesso e para a produção acadêmica de excelência. Contudo, seus efeitos ainda são limitados pelo atual modelo de avaliação e distribuição, que não corrige integralmente as desigualdades históricas do sistema de pós-graduação no Brasil. Para que o Programa atinja seu pleno potencial de democratização e impacto social, torna-se imprescindível a adoção de novos critérios de avaliação, uma melhor redistribuição regional dos recursos e a adequação dos valores das bolsas às condições socioeconômicas contemporâneas (Brasil, 2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo objetivou uma análise do impacto do Programa Demanda Social (DS) da CAPES na qualificação dos discentes do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI, em que considera suas contribuições, assim como limitações e possíveis melhorias enquanto política pública de fomento à pós-graduação.

A análise realizada confirmou que o DS se constitui em um instrumento de grande relevância para que a formação de mestres e doutores no Brasil. No contexto da UFPI, o DS tem um papel relevante na promoção da pesquisa científica, assim como na melhoria dos indicadores acadêmicos, isso possibilita que muitos discentes possam se dedicar de maneira integral às suas atividades acadêmicas, tendo como resultado o aumento da produção intelectual e o fortalecimento dos programas de pós-graduação. A implementação regular de editais internos e a gestão das bolsas, conforme orientações da CAPES, demonstram que há um compromisso institucional com a efetividade do programa.

Contudo, a pesquisa evidenciou que limitações persistem e que elas são importantes, pois comprometem a plena democratização da pós-graduação no Brasil. A distribuição das bolsas está bem atrelada ao desempenho dos programas de pós-graduação, reforça desigualdades históricas entre regiões mais desenvolvidas e aquelas em processo de consolidação, como é o caso do Nordeste. No caso do PPGEd da UFPI, muitos avanços são observados, contudo, a demanda da quantidade de bolsas ainda não é capaz de suprir a demanda real do programa, isso impacta significativamente a democratização do acesso à formação de alto nível.

Outro desafio relevante está ligado ao valor das bolsas, que, mesmo passando por reajustes recentes, ainda se mostram insuficientes quando se considera o custo de vida atual. Esta realidade leva muitos discentes a buscar atividades remuneradas adicionais, o que tem impacto negativo no princípio da dedicação exclusiva, podendo comprometer o desempenho acadêmico e a

qualidade das pesquisas, tirando o foco do programa e comprometendo a sua importância.

Considerando esse cenário, é imprescindível revisar os critérios de distribuição das bolsas, assim pode ser possível incorporar indicadores socioeconômicos e regionais, além da implementação de políticas afirmativas com foco na ampliação do acesso de grupos historicamente excluídos. Igualmente, o reajuste periódico dos valores das bolsas, de forma a assegurar a subsistência digna dos bolsistas, é fundamental para a eficácia da política.

Portanto, com essa pesquisa conclui-se que o Programa Demanda Social da CAPES corresponde a uma política pública de grande relevância para o sistema de pós-graduação brasileiro. Contudo, para que seja possível o programa atingir seu pleno potencial de democratização e de impacto social, constitui-se necessárias mudanças estruturais que possam contemplar a diversidade regional e institucional do país, de modo que se promova a maior equidade e eficiência na formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento nacional.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES PROMOTORAS DE EMPREENDIMENTOS INOVADORES – ANPROTEC. **FNDCT bate recordes seguidos em investimentos em CT&I.** Brasília: Anprotec, 25 jan. 2025. Disponível em: https://anprotec.org.br/site/2025/01/fndct-bate-recordes-seguidos-em-investimentos-em-cti/. Acesso em: 01 maio 2025.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação.** Porto: Porto, 1994.

BRASIL. **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Programa de Demanda Social (DS).** Brasília: CAPES, 28 ago. 2018. Atualizado em 20 mar. 2025. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/bolsas-no-pais/programa-de-demanda-social-ds. Acesso em: 23. abr. 2025.

BRASIL. Agência Gov. **Governo Federal investe R$ 3,1 bilhões para reduzir desigualdades em inovação e pesquisa com foco nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.** Brasília: Agência Gov, 10 out. 2024. Disponível em: https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202410/governo-federal-investe-r-3-1-bilhoes-para-reduzir-desigualdades-em-inovacao-e-pesquisa-com-foco-nas-regioes-norte-nordeste-e-centro-oeste. Acesso em: 01 maio 2025.

BRASIL. Portaria nº 076, de 14 de abril de 2010. **Dispõe sobre o regulamento do Programa Demanda Social (DS) da CAPES.** Diário Oficial da União. Brasília, DF, Nº 73, pág. 31.2010.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **História e missão.** Brasília: CAPES, [s.d.]. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/historia-e-missao. Acesso em: 27. abr. 2025.

BRASIL. **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Programa de Demanda Social (DS).** Brasília: CAPES, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/bolsas-no-pais/programa-de-demanda-social-ds. Acesso em: 28 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. **Plano de investimento de R$ 12,7 bilhões do FNDCT para 2024 é aprovado.** Brasília: MCTI, 17 abr. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2024/04/plano-de-investimento-de-r-12-7-bilhoes-do-fndct-para-2024-e-aprovado. Acesso em: 01 maio 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PAIVA, Patrícia Reis; SOUSA, Nair Heloisa Bicalho de; SOUZA, Diogo Onofre Gomes de. O Programa de Demanda Social da Capes no contexto da pós-graduação brasileira. **Educação e Políticas em Debate,** v. 10, n. 2, p. 801-818, maio/ago. 2021. ISSN 2238-8346. Disponível em:

https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/edupoldeb/article/view/12030. Acesso em: 29. abr. 2025.

PINHEIRO, Paloma Andrade; SOUZA, Tuany Santos; VILELA, Alba Benemérita Alves; YARID, Sérgio Donha.Desafios no fomento para pesquisa no Brasil na perspectiva do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. **Research, Society and Development,** v. 11, n. 7, e29611729894, 2022. DOI: http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i7.29894. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/29894. Acesso em: 30 abr. 2025.

SERAFIM, Milena Pavan; GONÇALVES JUNIOR, Oswaldo; DIAS, Rafael. A debandada da CAPES: um novo capítulo na história da Pós-Graduação Brasileira. **Avaliação** (Campinas), v. 27, n. 1, editorial, jan./abr. 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1414-40772022000100001. Acesso em: 26. abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Programa de Pós-Graduação em Educação. Edital Interno nº 01/2025 – Seleção de Bolsa de Estudo/Demanda Social.** Teresina: UFPI, 2025. Disponível em: https://ufpi.br/ultimas-noticias-ppged/60231-edital-interno-n-01-2025-para-selecao-de-bolsa-de-estudo-demanda-social. Acesso em: 16. abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **Pró-Reitoria De Pós-Graduação. Bolsa De Demanda Social – CAPES.** São Carlos: Ufscar, [2025]. Disponível Em: Https://Www.Propg.Ufscar.Br/Pt-Br/Pos-Na-Ufscar/Apoio-Financeiro/Bolsa-De-Demanda-Social-Capes. Acesso Em: 18. Abr. 2025.

www.editoraoiticica.com.br
(83) 9 9943-2700
@editoraoiticica